

FÁBIO AUGUSTO PACANO

**PIRACICABA E SEU ENGENHO CENTRAL
ÀS PORTAS DO SÉCULO XX**

Orientadora: Profª Drª Maria Lúcia Lamounier

FÁBIO AUGUSTO PACANO

**PIRACICABA E SEU ENGENHO
CENTRAL ÀS PORTAS DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Campus de Araraquara, para a obtenção do título
de Mestre em Sociologia (Área de Concentração:
Sociologia Rural e Urbana)

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Lúcia Lamounier



0300046879



RETOMBADO

p/ 755

Araraquara
2000

Maria Lúcia Lamounier
Fábio Augusto Pacano
Lamounier

DADOS CURRICULARES
FÁBIO AUGUSTO PACANO

NASCIMENTO: 19.03.1972 – PIRACICABA – SP

FILIAÇÃO: Sebastião Pacano

Maria Aparecida Nalin Pacano

1991-1995 Curso de Graduação

Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara

1996-1999 Curso de Pós-Graduação em Sociologia,

nível de Mestrado, na FCL - UNESP - Araraquara

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado só foi possível graças a uma série de pessoas que me apoiaram e incentivaram para sua realização. Declaro meus agradecimentos a:

Meus pais, que durante toda minha vida estiveram em um lugar mais próximo do que eu poderia imaginar, em especial, minha mãe, dona de casa e do "primeiro amor" da minha vida.

Meu avô, o senhor Vítor Machado, proprietário de uma fazenda produtora de leite, que me ensinou a lidar com a vida e com o trabalho.

Meu tio, Ricardo Mendes, pelas conexões profissionais e acadêmicas, além da amizade e do carinho.

Meus amigos, que tanto falta por fazer.

Meus professores da Biblioteca Municipal de Piracicaba, especialmente a professora Maria Helena da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESQA), os professores de Matemática e Pedagogia Profunda de Marília, os professores de História e Geografia da Faculdade de Letras da UNESP de Araraquã, especialmente o professor João de Deus, que me adotou.

Meus professores José Maria, Bovo e Santa Irene do Colégio, que me ajudaram durante a graduação, além da valiosa contribuição de meus pais e familiares.

Aos meus pais

Que sempre me apoiaram,
mesmo sem saber bem o que eu fazia.

A professora Maria Lúcia Lamounier, que sempre me incentivou a estudar e a trabalhar, sobre o qual me inspirei de maneira profunda e gratificante.

À Marisa Rosinholi

Por tudo.

Por fim, agradeço à FAPESP, que me concedeu a bolsa de estudos para a realização desta dissertação de mestrado.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado só foi possível graças a uma série de pessoas que, direta ou indiretamente, concorreram para sua realização. Declaramos nossa gratidão à todas elas, e particularmente:

aos amigos que durante anos tornaram Araraquara um lugar mais aprazível, climática e intelectualmente, em especial aqueles da “casa da dez” e do “puleiro dos anjos”, minha gratidão;

ao sociólogo e amigo Vitor Machado, companheiro de caminhada política e intelectual por mais de uma década, marxista convicto, ponto de referência, obrigado;

ao literato Ricardo Meirelles, pelas correções gramaticais e estilísticas, além do inigualável espírito crítico. Muito obrigado;

ao Mané, que tanta falta nos faz;

aos funcionários da Biblioteca Municipal de Piracicaba, especialmente a Jaqueline; aos funcionários da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP; aos funcionários do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes; aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, especialmente a Gina, que primeiro me adotou;

aos professores José Murari Bovo e Sonia Irene do Carmo, pelos brilhantes cursos oferecidos durante a graduação, além da valiosa contribuição prestada por ocasião do Exame de Qualificação;

a professora Maria Lúcia Lamounier, que além de despertar-me para a beleza da história, soube orientar-me de maneira paciente e irrepreensível. Sem sua inestimável contribuição, tudo seria mais penoso.

por fim, agradecemos a FAPESP, que acreditou neste projeto, possibilitando sua efetiva realização, materializada na presente dissertação. A todos, muito obrigado.

SUMÁRIO

Lista de Quadros

Introdução	02
I – Piracicaba: Tradição Açucareira	08
I.1 – Raízes e Frutos	10
I.2 – Café e Açúcar	19
I.3 – A Política de Incentivos aos Engenhos Centrais	40
II – O Engenho Central de Piracicaba	60
II.1 – A Fundação do Engenho	62
II.2 – Um Engenho Moderno: Tecnologia e Transportes	67
II.3 – O Engenho em Funcionamento	86
III – Engenho e Sociedade: Transformações	116
III.1 – Os Caminhos da Liberdade	119
III.2 – O Engenho e a Transição para o Trabalho Livre	137
III.3 – Imigração em Piracicaba	142
III.4 – Italianos em Piracicaba	148
IV – Conclusões	174
V – Fontes e Bibliografia	183
VI – Anexos	195

LISTA DE QUADROS

I – Dados sobre a produção agrícola de Sorocaba e Piracicaba em 1836	13
II – Preços internacionais do açúcar nos portos de Londres e Amsterdã: 1760 a 1829	14
III – Exportações de açúcar e café pelo porto de Santos: 1826 a 1836	15
IV – Procedência do açúcar e do café exportados por Santos: 1836 – 1855	16
V – Dados sobre a produção paulista de café: 1821 a 1900	20
VI – Dados sobre preço, produção e exportação mundial de açúcar: 1841 – 1900	30
VII – Valor das exportações brasileiras de açúcar e café: 1841 – 1900	31
VIII - Exportação brasileira de açúcar: 1877 a 1887	32
IX – Exportação brasileira de açúcar por província de origem: 01/07/1886 a 01/12/1887	32
X – Exportações paulistas: 1870 a 1880	33
XI – Destino do açúcar exportado pelo porto do Rio de Janeiro: 1866 a 1870	35
XII – Entrada de açúcar no porto do Rio de Janeiro: 1881 a 1897	37
XIII – Concessões de garantia de juros pelo governo imperial	48
XIV – Exportações da província de São Paulo: 1869 – 1886	57

XV – Terras arrendadas pelo Engenho Central de Piracicaba	75
XVI – Despesas do Engenho Central até 30 de outubro de 1882	88
XVII – Receita do Engenho Central até 30 de outubro de 1882	88
XVIII – Balancete de receita e despesas do Engenho Central de Piracicaba até 1883	91
XIX – Movimento das safras do Engenho Central de Piracicaba: 1882 a 1886	99
XX – Preço do açúcar do Engenho Central de Piracicaba durante a safra de 1886/1887	101
XXI – Balancete da safra de 1887/1888	107
XXII – Propriedades do Engenho Central de Piracicaba de 1903	112
XXIII – População escrava em Piracicaba: 1881 a 1888	120

*“... tudo tem um passado
que pode em princípio
ser reconstruído e relacionado
ao restante do passado ...”*

(Peter Burck)

STA DO CASTELO CENTRAL DE PIRACICABA LOCALIZADO A MARGEM DIREITA DO



VISTA DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA, LOCALIZADO À MARGEM DIREITA DO RIO

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre Piracicaba e seu Engenho Central, que durante as duas últimas décadas do século XIX, permitiu ao município tornar-se o maior reduto da cultura canavieira e da produção de açúcar no estado de São Paulo. Pretendemos não apenas uma narrativa dos acontecimentos mas, aproveitando-se dela, analisar as mudanças econômicas e sociais de longo e médio prazo pelas quais passou a produção açucareira e o município. Obviamente, muito mais do que retratar uma época como ela realmente foi, teremos neste trabalho o discurso organizado pelo historiador, portanto repleto de todas as dificuldades impostas pela relação sujeito e objeto, tão comuns nas Ciências Humanas.

O interesse pelo estudo do Engenho Central de Piracicaba é bastante antigo, e remonta ao ano de 1990. Naquela época, exercendo o cargo de assessor parlamentar, vi-me inserido nas discussões que resultaram no processo de tombamento e desapropriação do imóvel, mais tarde entregue à população local como patrimônio histórico municipal.

De posse de informações preliminares, o dito interesse transformou-se em estudo de fato somente a partir de 1996, quando por ocasião do meu ingresso no programa de mestrado, decidi investigar mais detidamente a implantação e o funcionamento do Engenho, bem como seu impacto junto a sociedade piracicabana, e assim refletir sobre um momento de grandes transformações na sociedade brasileira, tais como: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; o processo de imigração; a fundação de várias fábricas centrais de açúcar; a mudança do eixo político-econômico do nordeste açucareiro para o sudeste, num quadro de expansão da produção e exportação cafeeira em São Paulo.

Além das grandes inovações que introduziu em termos de tecnologia e da divisão social do trabalho, refletindo mudanças na organização da produção de açúcar no país, o funcionamento do Engenho Central constituiu-se num ícone significativo para a vida econômica, social e política de Piracicaba, marcando não só a organização da produção rural, mas também todo o desenvolvimento urbano-industrial vivenciado no século XX.

A bibliografia sobre a economia açucareira no Brasil e em São Paulo é ampla e variada, abrangendo desde o período colonial até os dias de hoje. Diversos autores

estudaram as condições da produção açucareira no nordeste, focalizando principalmente questões relativas ao processo produtivo, tecnologia, mão-de-obra e estrutura da propriedade da terra.

Igualmente, há uma considerável gama de autores que tem buscado investigar as condições da produção açucareira de São Paulo. Em geral, a bibliografia referente à cultura canavieira na província de São Paulo nos remete à primeira metade do século XIX e à região que se convencionou denominar “quadrilátero do açúcar”, delimitado pelas cidades de Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba e Mogi Guaçu.

Porém, quando nossos estudos adentraram a segunda metade do século XIX as fontes bibliográficas e documentais sobre a cultura canavieira e a produção de açúcar tornaram-se menos abundantes, dando ênfase muito maior à cultura cafeeira, então principal esteio da economia nacional. Esta carência, se por um lado tornou este trabalho de pesquisa mais árduo, por outro revestiu-o de maior importância, contribuindo para a compreensão das transformações econômicas e sociais específicas, pelas quais Piracicaba passou ao apagar as luzes do século XIX.

Para driblar a exiguidade de fontes recorremos aos acervos de algumas instituições, dentre as quais destacamos, entre outras: Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde pudemos consultar os relatórios de presidentes da província e os relatórios de vários ministérios do Império e da República; Biblioteca da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz USP-Piracicaba, onde nos foi possível o acesso à coleção completa da revista Brasil Açucareiro, editada pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool, além de outras obras bibliográficas sob guarda da Universidade de São Paulo; Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes - Piracicaba, onde encontramos um dos poucos exemplares remanescentes do Almanaque de Piracicaba para o ano de 1900; Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba, onde tivemos acesso à vários livros sobre o município, e aos microfilmes do Jornal Gazeta de Piracicaba, uma das fontes mais importantes utilizadas nesta dissertação.

Diante da variedade do material bibliográfico e documental utilizado nesta pesquisa, e objetivando um maior conforto para o leitor, sem com isso perder o rigor acadêmico, optamos por notas de rodapé nas quais as referências bibliográficas aparecem

integralmente apenas num primeiro momento, depois do qual passam a aparecer de forma resumida, contendo apenas o sobre-nome do autor, o ano e a página. Quando as citações se referem à fontes documentais, aparecem trazendo sempre o título integral da obra.

Para melhor conduzir nosso estudo, optamos por dividir a presente dissertação em três capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo, intitulado "Piracicaba: tradição açucareira", nos remete aos últimos anos do século XVIII, quando iniciou-se o cultivo de cana e a fabricação de açúcar na então povoação de Piracicaba. Porém, foi somente no início do século XIX que o açúcar local passou a ser destinado ao mercado externo, justificando inclusive a elevação da povoação à categoria de vila, em 1822.

O aumento da importância relativa de Piracicaba no conjunto da economia paulista levou os "senhores de engenho" piracicabanos a derrubar novas matas, plantar novos canaviais e ampliar o número de escravos. O governo da província, por sua vez, construía ranchos para tropeiros viajantes, melhorava os caminhos e a estrutura do porto de Santos.

No entanto, a compreensão dos motivos que tornaram Piracicaba o principal centro produtor de açúcar de São Paulo devem também ser buscados no declínio da produção de outras áreas, tais como Rio Claro e Campinas. Esta última, ainda em 1836 converteu-se na mais promissora produtora de café de todo o planalto paulista, relegando a produção açucareira à um plano secundário. Diferentemente do que ocorreu em outras vilas, tomadas pela febre cafeeira, Piracicaba continuou a cultivar alimentos e a produzir açúcar em larga escala, o que não significa que não tenha também produzido café em menor proporção, ao menos até meados da década de 1860, quando então a produção cafeeira superou a açucareira.

Desta forma, o avanço da cafeicultura pelo interior paulista e o aumento da concorrência internacional no mercado açucareiro, aliados à deficiência técnica no processo produtivo nacional, em conjunto, determinaram as linhas seguidas na política imperial de incentivo à fundação dos engenhos centrais brasileiros, em meados da década de 1870.

Os engenhos centrais eram fábricas de açúcar modernas, desenvolvidas na Europa durante a primeira metade do século XIX, originalmente voltadas para a produção de açúcar de beterraba e que no final do século, respondiam por mais da metade da produção mundial.

A “modernidade” dos engenhos centrais materializava-se não somente em suas máquinas a vapor, caldeiras, esteiras, moendas e volume de produção, mas também na divisão do processo de produção do açúcar em duas fases: primeiro, o fornecedor plantava e colhia a cana-de-açúcar; depois, o engenho central as esmagava e processava, fabricando o açúcar. Outro aspecto “modernizante” da política de fundação dos engenhos centrais dizia respeito a proibição da utilização de mão de obra escrava pelas novas fábricas, incentivando desta forma a utilização do trabalho livre.

O segundo capítulo trata especificamente das duas últimas décadas do século XIX, período no qual foram fundados vários engenhos centrais no Brasil, dando especial destaque para o Engenho Central de Piracicaba, segunda fábrica do gênero a funcionar na província de São Paulo.

O fundador da fábrica, o empresário Barão de Resende já é digno de nota: nobre aristocrata descendente dos marqueses de Valença, do Rio de Janeiro; latifundiário, produtor de café e senhor de engenho; monarquista e escravocrata declarado; proprietário e gerente de um dos maiores e mais bem equipados engenhos centrais da província.

Entre 1882, quando foi fundado pelo Barão, e 1899, quando foi vendido à Societè Sucreriè, o Engenho Central passou por uma série de dificuldades e adaptações, que o levaram a transformar-se em uma usina ainda no século XIX. Diferentemente do engenho central, que processava cana que lhe era fornecida pelo fazendeiro, a usina cultivava pelo menos uma parcela significativa de sua matéria-prima. Quais motivos levaram o Engenho Central à esta transformação? Como resistiu à onda de falências que determinou o fechamento de várias outras fábricas do gênero pelo país?

Além do impacto no conjunto da economia local, o Engenho representou a dinamização de um processo do qual ele próprio derivava, e que era produto das transformações econômicas e políticas características do final do século XIX: processo abolicionista; constituição de um mercado de trabalho livre; proclamação da República;

fundação pioneira de algumas indústrias; em poucas palavras, o Engenho fez parte do processo de modernização de Piracicaba.

A compreensão da história de uma empresa pioneira como o Engenho Central por si só já é interessante; ainda mais se considerarmos que Piracicaba, embora tenha também cultivado café, nunca deixou de dedicar grande parte de seu solo ao cultivo da cana-de-açúcar e gêneros alimentícios, fato este que ajudou a definir a organização da estrutura fundiária e da produção agrícola do município.

Portanto, num quadro em que grande parte das vilas de São Paulo dedicavam-se a produção de café para exportação, o estudo da manutenção da produção açucareira em Piracicaba torna-se relevante, na medida em que se propõe a analisar um setor econômico extremamente importante em suas relações com a sociedade local, num período histórico em que a maioria dos trabalhos acadêmicos se preocupam em analisar aqueles aspectos em relação à economia cafeeira.

O terceiro e último capítulo, intitulado “Engenho e Sociedade: Transformações”, busca analisar as mudanças sociais ocorridas em Piracicaba entre 1881 e 1900, tendo como ícone o Engenho Central e sua significância naquele contexto, na medida em que veio dinamizá-lo.

Assim, daremos especial atenção ao processo de constituição e consolidação do mercado de trabalho livre em Piracicaba, o que implica na compreensão da desintegração das relações sociais de produção calcadas no trabalho escravo e sua substituição por outras, baseadas na introdução do trabalho livre no campo e na cidade.

Implica, acima de tudo, na compreensão do modo pelo qual o “capitalismo tardio” brasileiro procedeu o desmonte de um “*modus vivendi*”, rearticulando seus destroços na elaboração de outro, o que significa pensar em termos de um processo marcado por lutas, disputas e resistências: dos escravos por liberdade, dos libertos para integrarem-se na nova sociedade, dos proprietários por mão-de-obra e dos imigrantes contra a proletarianização.

Os vários caminhos que os escravos piracicabanos trilharam rumo a liberdade são descritos em detalhes, não só destacando como a sociedade piracicabana se portava diante da escravidão, mas também e principalmente demonstrando como os

escravos construía e se utilizavam dos instrumentos que os levavam à condição de libertos.

As primeiras tentativas de implantação do trabalho livre em São Paulo deram-se na região de Piracicaba, a partir de meados do século XIX. A parceria e o colonato desenvolvidos originalmente na produção cafeeira foram também utilizados nas fazendas canavieiras, assumindo as formas de plantador de partido e colono a peso. No final do século XIX eram já cerca de 400 famílias de colonos imigrantes espalhadas por várias fazendas.

Com a fundação do Engenho houve também uma dinamização muito grande na vida urbana de Piracicaba: a fábrica foi fundada dentro da cidade; sua construção requisitou trabalhadores; seu posterior funcionamento exigiu cerca de 300 operários. Além de sua capacidade em gerar empregos, a importância do Engenho para Piracicaba pode ser pensada sob outro prisma: no início da década de 1890 era já o maior contribuinte dos cofres municipais.

A povoação de Piracicaba foi fundada em 1767 como um entreposto produtor de açúcar para a colônia e para as regiões avulsas da Minas Gerais e Goiás. Durante a primeira metade do século XIX, a região tornou-se uma das maiores produtoras e exportadoras de açúcar de São Paulo. Naquela período a região viveu o chamado "ciclo do açúcar paulista", marcado sobretudo pelo significativo aumento da produção e exportação da região à época denominada "quadrilheira do açúcar". A produção das cidades de Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba e Mogi Guaçu.

Por outro lado, a segunda metade do século XIX foi marcada pela ascensão da indústria têxtil e a expansão da produção de açúcar de Piracicaba, superando em importância as exportações de açúcar.

A cultura muller de Iguaçu
da colônia portuguesa, que
PETRONE, Maria T. S.
Petrone, 1983, p. 24.
SILVA, Sérgio. *Segunda*
também PETRONE, 1983.

cidade de Sorocaba do Rio Paraná com a chegada do açúcar
e a cultura muller de Iguaçu da colônia portuguesa
Cultura muller em São Paulo. *Trabalho e Cultura*
e indústria do Brasil. São Paulo, 1983.

I - PIRACICABA: TRADIÇÃO AÇUCAREIRA

Pretendemos, neste primeiro capítulo, refletir sobre a constituição e o comportamento da produção açucareira paulista durante o século XIX, em meio as mudanças das condições de produção açucareira no país e dos preços no mercado internacional. O capítulo está dividido em três seções. A primeira focaliza a evolução da produção açucareira em Piracicaba durante o século XIX; a consolidação do município como região açucareira frente à rápida expansão cafeeira na província é examinada na segunda parte. As condições da produção açucareira no país e as flutuações do preço do produto no mercado internacional conformam o quadro mais geral em que se inserem as transformações regionais e dão uma dimensão do lugar e significado da produção açucareira em Piracicaba. A terceira seção prende-se ao estudo da política imperial de incentivo à fundação dos engenhos centrais, da qual resultou o Engenho Central de Piracicaba.

A povoação de Piracicaba foi constituída em 1767 como um entreposto produtor de alimentos para a colônia militar de Iguatemi¹ e para as regiões auríferas de Minas Gerais e Cuiabá. Durante a primeira metade do século XIX, a região tornou-se uma das maiores produtoras e exportadoras de açúcar de São Paulo. Naquele período, a então província vivenciou o chamado “ciclo do açúcar paulista”, marcado sobretudo pelo significativo aumento da produção e exportação da região à época denominada “quadrilátero do açúcar”, delimitado pelas cidades de Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba e Mogi Guaçu.²

Por outro lado, a segunda metade do século XIX foi marcada pela ascensão do café enquanto principal produto de exportação paulista e piracicabano, superando em muito as exportações de açúcar.³

¹ A colônia militar do Iguatemi foi fundada às margens do rio Paraná com o objetivo de proteger a fronteira da colônia portuguesa, que naquele período sofria constantes invasões das tropas espanholas.

² PETRONE, Maria T. S. *A lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio. (1765-1851)*. São Paulo, Difel, 1968, p. 24.

³ SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-ômega, 1976, p. 29. Consultar também: PETRONE, 1968, p. 166.

Estudar o “quadrilátero do açúcar” durante o século XIX deve-se não somente ao fato de nele incluir-se a cidade de Piracicaba, mas também e principalmente pelo fato dela ter se constituído, durante o período, no principal centro produtor e exportador de açúcar da província de São Paulo, ao mesmo tempo que cultivava café e uma vasta gama de gêneros alimentícios, caracterizando a agricultura local como policultora.

Além do mais, no início da década de 1880, quando o café era o principal produto de exportação paulista, em Piracicaba foi fundado um dos mais importantes engenhos centrais do país: o Engenho Central de Piracicaba, em nossa opinião um marco no processo de industrialização paulista, como procuraremos demonstrar ao longo deste trabalho.

1.1 - Raízes e frutos

A rigor, a história de Piracicaba está, desde seu início, relacionada à agricultura. Quando povoação (segunda metade do século XVIII), cumpriu a função de entreposto abastecedor de alimentos para a colônia militar de Iguatemi, ainda sob o governo do Capitão-Geral de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão.⁴

Mais tarde, a intensificação do povoamento de Piracicaba foi consequência imediata do avanço da cultura canavieira, vinda para o local como desdobramento natural da expansão das lavouras de Itu, então a procura de novas terras.⁵

Segundo Petrone, um dos fatores que encorajavam a produção de açúcar para exportação no interior paulista era que, apesar dos maus caminhos que o ligavam ao porto de Santos, o processo de fabricação em suas engenhocas era bem mais simples do que no litoral. Provavelmente as condições geográficas, clima e solo, expliquem a melhor qualidade da cana para fabricação de açúcar: “a fertilidade da terra e a facilidade de fabricação venceram os obstáculos da serra do mar e das estradas, tornando a agricultura da cana de açúcar uma atividade bastante lucrativa no planalto.”⁶

Portanto, em Piracicaba, contribuíram para o sucesso da cultura canavieira, principalmente, suas excelentes características morfoclimáticas, dentre as quais se destaca o solo extremamente fértil, banhado pelos rios Piracicaba e Corumbataí.⁷ (Mapa geofísico: Anexo A)

Em 1771 Piracicaba foi constituída em freguesia, e num recenseamento de 1775, foram apontados 231 moradores e 45 fogos.⁸ É interessante notar que, naquela época, entre o total de moradores, encontramos 43 agregados e apenas nove escravos

⁴ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989, p. 324. Consultar também: NEME, Mário. “Um município agrícola. Aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba”. In: *Revista do Arquivo Municipal*, p. 08.

⁵ PETRONE, 1968, p. 54.

⁶ PETRONE, 1968, pp. 38-9.

⁷ NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. 2ª edição, Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974, pp. 23, 25, 31 e 32. Para um estudo mais detalhado sobre a geografia piracicabana, ver: RANZANI, Guido. *Subsídios à Geografia de Piracicaba*. Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1976.

⁸ NEME, 1974, p. 66. Segundo Eisenberg, “Nas listas de habitantes, as pessoas estão agrupadas em ‘fogos’, que equivalem às unidades de trabalho e, às vezes, às unidades residenciais. Assim, um sapateiro e sua família podiam compor um fogo, e um senhor de engenho, sua família, seus escravos e seus agregados

(entre eles, um escravo carpinteiro), número bastante baixo, o que não nos permite pensar ainda numa produção comercial de açúcar. Ao que parece, por essa época, Piracicaba ainda era fornecedora de produtos de subsistência, o que de certa forma explica o grande número de agregados em relação ao baixo número de escravos.⁹ No ano de 1798, havia em Piracicaba três engenhos produzindo 700 arrobas de açúcar; em 1799, já eram nove engenhos produzindo 1.992 arrobas, ou seja, um aumento relativo de 184% em apenas um ano.¹⁰

Foi este potencial produtivo que despertou o interesse do capitão-mor de Itu, Vicentê da Costa Taques Góes Aranha, em promover a lavoura canavieira em Piracicaba. Ao menos, é o que se depreende da leitura do memorial que acompanha sua correspondência, datada do último quartel do século XVIII, e enviada ao capitão general D. Luís. Segundo o documento, a povoação de Piracicaba

*“é a melhor que pode haver nesta capitania por estar situada na margem de um rio caudal chamado Piracicaba, ao pé de um salto do mesmo rio que abunda todo o ano muito peixe; no meio de um sertão de matos maninhos que já tem dezesseis léguas em quadra todo capaz de fundar muitíssimas fábricas de açúcar, pois produz todo gênero de cultura com grandeza e diferença tal que além das canas muito boas, muito perfilhadas, são muito doces e de melhor ponto, e vê-se mais que um só canavial produz seis e oito anos o mesmo rendimento, o que não acontece nos engenhos de Itu, que apenas dão uma folha e pode ser que tendo aumento esta povoação, se possa descobrir o ouro que consta das tradições antigas”.*¹¹

Mesmo presente desde meados do século XVIII, foi somente no século XIX que o açúcar moldou definitivamente as feições da economia paulista, e por conseguinte, piracicabana. Em carta régia datada de 14 de dezembro de 1802, o então governador Antonio José da Franca e Horta (1802-1811) informava que na província o açúcar era “seu

podiam compor um outro fogo. O fogo, portanto, significa um grupo de pessoas economicamente interdependentes, mas não correspondia sempre à moradia física.” In: EISENBERG, 1989, p. 333.

⁹ Segundo Eisenberg, no mesmo ano, Campinas possuía 60 escravos. EISENBERG, 1989, p. 364.

¹⁰ NEME, 1974, p. 67.

¹¹ RIBEIRO, J. J. *Cronologia Paulista*. vol. 2º, p. 52.

maior artigo de exportação e comércio p^a o Reino em público benefício e do Estado.”¹²

Seu sucessor, Bernardo José de Lorena, declarava:

“só a vila de Itu faz mais de cincoenta mil arrobas de açúcar por ano, e vai em aumento. Da freguesia de Araraitaguaba, da nova povoação de Piracicaba, da vila de Sorocaba, da freguesia de Campinas no termo da vila de Jundiá, sai presente muito açúcar”.¹³

E de Piracicaba continuou a sair muito açúcar. Segundo representação dos moradores solicitando a elevação da freguesia de Piracicaba em vila, existiam em 1816 “dezoito engenhos de cana de açúcar e mais doze em disposição de se levantarem.”¹⁴

Este aumento do número de engenhos trouxe consigo a necessidade de incrementar o número de escravos destinados às tarefas de plantio de cana e fabricação de açúcar. Segundo Forjaz, em 1816, somente a fazenda Taquaral, povoação de Piracicaba, pertencente a sociedade Vergueiro e Souza, possuía 400 escravos, o que demonstra o aumento do número de cativos no município. Conforme prova o *Tombamento dos Bens Rústicos* de 1817, a atividade açucareira continuou a crescer: 264 fazendeiros, 35 engenhos e 893 escravos¹⁵, número ainda baixo se relacionado ao de outras vilas da Província, como Campinas, que no mesmo período possuía 2.401 escravos¹⁶.

Por esta época, a freguesia de Piracicaba abrangia uma vasta área da província, estendendo seus domínios até o “sertão de Araraquara” (desmembrada em 1832), passando por Jaboticabal, Rio Preto, Barretos, Limeira (desmembrada em 1842), Rio Claro, Santa Bárbara, São Pedro, Torrinha e Rio das Pedras (desmembrada em 1893)¹⁷. A imensidão deste território refletiu-se no tamanho de suas propriedades rurais. Conforme Petrone, a facilidade de obtenção de sesmarias facilitou a existência de grandes propriedades em terras piracicabanas, fazendo com que lá existissem “as maiores

¹² “RIHGB, Tomo Especial XI, p. 70, Bando de 14 de dezembro de 1802; DI, 56, p. 168, ofício de 6 de março de 1805.” Apud. PETRONE, 1968, p. 20.

¹³ Apud. NEME, 1974, pp. 104-5.

¹⁴ Apud. NEME, 1974, p. 136.

¹⁵ FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro*. São Paulo, Diário Oficial, 1924, p. 27.

¹⁶ EISENBERG, 1989, p. 230.

¹⁷ NEME, 1974. GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. 2 volumes. Piracicaba. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.

propriedades canavieiras de São Paulo, onde constam fazendas com 36.000.000; 20.250.000 e 18.000.000 braças quadradas.”¹⁸

De 35 engenhos existentes em 1817, o número elevou-se para 78 em 1836, produzindo 115.609 arrobas de açúcar e 1.078 canadas¹⁹ de aguardente²⁰, conforme podemos observar pelo quadro I:

Quadro I
Dados sobre a produção agrícola de Sorocaba e Piracicaba em 1836

Produtos	Sorocaba	Piracicaba
Café @	770	4.699
Açúcar @	2.930	115.609
Aguardente (Canadas)	1.556	1.078
Arroz (Alqueires)	3.342	6.422
Feijão (Alqueires)	5.565	13.108
Milho (Alqueires)	170.972	331.498
Azeite Amendoim (medidas)	20	40
Fumo @	428	566
Algodão @	704	480

FONTE: NEME, Mário, *História da Fundação de Piracicaba*. Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974, p. 181.

Analizando o quadro I, percebemos que mesmo obtendo significativo aumento na produção açucareira, Piracicaba não deixou de dedicar-se também a produção de uma considerável variedade de cereais e gêneros alimentícios, tornando-se fornecedora destes produtos às freguesias e vilas vizinhas²¹. Se considerarmos o período que se estende de 1798 a 1836, verificamos que, em 38 anos, a produção açucareira aumentou cerca de 2.229%, ou seja, em média, 58,6% ao ano. Também é importante chamarmos a atenção para o fato de o café já figurar entre os produtos agrícolas locais (4.699@), dando os primeiros indícios de sua penetração em terras piracicabanas.

¹⁸ PETRONE, 1968, p. 61.

¹⁹ “canada. Antiga medida de capacidade, equivalente a 2,622 litros” in: HOLLANDA FERREIRA, Sérgio Buarque. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 11ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, p. 226.

²⁰ GUERRINI, 1970, p. 238. Ao que parece, a produção de aguardente foi sempre muito representativa, merecendo, inclusive, atenção especial do legislativo municipal no sentido de protegê-la da concorrência.

²¹ PETRONE, 1968, p. 49. Consultar também: NEME, 1974, pp. 180-1.

Este significativo incremento da produção piracicabana de açúcar pode ser explicado pelas condições internas e externas que propiciaram o aumento da produção e exportação de toda a província de São Paulo.

No plano externo, dois acontecimentos do final do século XVIII propiciaram a reorganização entre os países produtores e consumidores de açúcar: primeiro, a independência das colônias inglesas norte-americanas (1776-1782) e, segundo, a guerra de independência e a revolução social lideradas por ex-escravos na colônia francesa de Saint Domingue (1791-1804), atual Haiti. Estes acontecimentos, aliados ao bloqueio napoleônico, causaram queda na oferta e consequente elevação dos preços do açúcar nos principais portos europeus, permitindo assim aos senhores de engenho brasileiros, e especialmente paulistas, alocarem seu produto no mercado internacional.²² A elevação dos preços nos portos europeus pode ser observada no quadro II:

Quadro II
Preços internacionais do açúcar nos Portos de Londres e Amsterdã: 1760-1829

Quinquênio	Açúcar bruto, Londres, Shillings/cwt (média dos preços mínimos e máximos)	Açúcar branco do Brasil, Amsterdã, florins/lira (média anual)
1760-1764	36,8	0,30 ^(a)
1765-1770	39,9	0,246
1770-1774	36,4	0,236 ^(b)
1775-1779	45,3	0,284
1780-1784	45,4	0,32 ^(c)
1785-1789	37,4	0,264
1790-1794	53,3	0,444
1795-1799	63,8	0,66
1800-1804	49,0	0,452 ^(b)
1805-1809	43,4	0,393 ^(c)
1810-1814	54,5	0,977 ^(b)
1815-1819	52,8	0,398
1820-1824	32,5	0,436
1825-1829	33,6	0,502

FONTE: Noel Deerr, *The history o sugar*, 2 vols. Londres: Chapman and Hall, 1940-50, II: 530-31. NW, Posthumus, *Inquiry into the history of prices in Holland*, 2 vols. Leiden: EJ Brill, 1946, 123-25. In: EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. p. 326. (a) Faltaram dados para alguns anos do quinquênio. (b) Faltaram dados para mais de seis meses de alguns anos. (c) Faltaram dados para alguns anos e também para mais de seis meses de outros anos.

²² EISENBERG, 1989, p. 317 e p. 325.

No plano interno, chamam a atenção algumas medidas governamentais destinadas ao incentivo da produção e exportação de açúcar num momento de alta dos preços internacionais. Entre estas medidas destacam-se:

“construção de uma rede de transportes e comunicação, com abertura e calçamento de novas estradas, especialmente daquelas ligando o litoral ao planalto, o aterro do pântano entre Santos e Cubatão, e a construção de ranchos ao longo das estradas para abrigo de tropeiros e viajantes”.²³

Assim, a alta internacional dos preços aliada às obras governamentais de infra-estrutura, possibilitaram o aumento das exportações paulistas pelo porto de Santos, conforme demonstra o quadro III:

Quadro III
Exportações de açúcar e café pelo Porto de Santos: 1826-1836

ano	açúcar (@)	café (@)
1826	154.166	8.831
1828	489.650	22.640
1829	470.898	22.773
1831	511.581	25.755
1836	433.269	87.659

FONTE: PETRONE, Maria T. S. *A lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio. (1765-1851)*. São Paulo, Difel, 1968, pp. 157-158.

Até 1836 não podemos afirmar com certeza a parcela da produção piracicabana de açúcar que era destinada à exportação. Porém, diante da reduzida população da província, supomos que a maior parte dela destinava-se ao mercado externo. A partir de 1836, os dados sobre as exportações realizadas pelo porto de Santos são mais completos, fornecendo além da quantidade, a procedência dos produtos, o que nos permite melhor dimensionar a importância da participação piracicabana no conjunto das exportações paulistas, conforme demonstra o quadro IV:

²³ EISENBERG, 1989, p. 324.

Quadro IV
Procedência do açúcar e do café exportado por Santos

cidade	1836 - 1837		1854 - 1855	
	Açúcar (@)	café (@)	Açúcar (@)	Café (@)
Campinas	152.922	4.927/16 lbs	12.085	313.063
Itu	66.495/16 lbs	1.086	40.099	5.075
Piracicaba	71.213/16 lbs	2.587	38.707	19.213
Porto Feliz	66.751	383	37.404	19.213
Capivari	46.012/19 lbs	36	33.274	3.786
Jundiaí	12.146	810	1.062	25.751
Mogi das Cruzes	7.561	14.921	801	37.224
Mogi Mirim	5.450		4.596	21.845
São Paulo	2.802/20 lbs	1.583/22 lbs	2.327	8.431
Bragança	32	2.140	159	14.470
Paraibuna	270	1.126		
Santa Bárbara	304			
Sorocaba	802	1.114	769	3.653
Parnaíba	192		186	
Jacareí	178	45.739/20lbs	690	135.312
Minas	189			1.508
São José		7.934	1.497	36.496
Limeira			3.930	53.336
Santa Branca		441		7.627
Santa Isabel		1.213/8 lbs		4.207
São Bernardo		1.168	98	440
Taubaté		230		7.765
Amparo		206		9.600
Outros		13	6.365	57.424
Total	433.268/7 lbs	87.659/5 lbs	184.049	773.892

FONTE: PETRONE, Maria T. S. *A lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio. (1765-1851).* São Paulo, Difel, 1968, p. 166.

Como é possível observar no quadro III, o período entre 1831 e 1836 foi caracterizado pela diminuição das exportações paulistas de açúcar (15,31%) e pelo aumento das exportações de café (240,35%).

A observação do quadro IV, por sua vez, nos permite acompanhar não somente o extraordinário aumento das exportações paulistas de café entre 1836 e 1855, que foi da ordem de 782,84%, mas também, não obstante a redução do total das exportações de açúcar (15,31%), um pequeno aumento da participação do açúcar proveniente de Piracicaba no total exportado pela província. Na safra 1836-37, exportando 71.213 arrobas, o açúcar piracicabano significou 16,43% do total exportado, sendo sozinha

a Vila que mais exportou; já no biênio 1854-55, embora menor em termos absolutos, a exportação de 38.707 arrobas, significou um aumento da participação relativa no conjunto das exportações paulistas de açúcar, saltando para 21,03%, sendo superada somente por Itu, que naquele ano exportou 40.099 arrobas.

Os dados coligidos ainda nos permitem outras conclusões. Como pudemos observar, em 1836-37 Piracicaba produziu 115.609 arrobas de açúcar, das quais foram exportadas 71.213 arrobas, ou seja, 61,59%. Em 1854-55, pudemos observar que Piracicaba começa a figurar entre as localidades paulistas que exportavam café, contribuindo com 19.213 arrobas. Embora esta cifra represente apenas 2,48% do total exportado, se comparada com a exportação do biênio 1836-37, significou um aumento de 742%, o que novamente demonstra a penetração da cafeicultura entre os fazendeiros piracicabanos.

A explicação para a rápida mudança no quadro das exportações piracicabanas deve ser buscada, evidentemente, no processo de penetração e consolidação da cultura cafeeira em substituição à canavieira na província de São Paulo, e não somente em Piracicaba.

Campinas talvez seja o melhor exemplo do processo de substituição da lavoura canavieira pela cafeeira. Quando do início do "ciclo do açúcar paulista", o município, juntamente com Itu, constituíam os dois maiores produtores. Para Campinas, o recenseamento de 1775-76 apontava a existência de 3 engenhos de aguardente. Em 1798, o número saltou para 37 engenhos, produzindo 15.139 arrobas de açúcar e 460 canadas de aguardente. Em 1799, não obstante o número de engenhos permanecer o mesmo, a produção de açúcar aumentou para 16.875 arrobas, enquanto a de aguardente caiu para 381 canadas. Em 1818, encontramos 60 engenhos produzindo 100.000 arrobas de açúcar, além de aguardente.²⁴ Assim, a produção de 1818, em relação à de 1798 teve um incremento de aproximadamente 560,5%.

O ano de 1834 marcou o apogeu da produção açucareira de Campinas, que foi em torno de 300.000 arrobas. Vê-se, pelos dados disponíveis, que Campinas já havia superado, em muito, a tradicional região canavieira de Itu, que em 1836 teve uma

²⁴ PETRONE, 1968, p. 46.

produção de 91.965 arrobas de açúcar e de 5.071 canadas de aguardente, em 98 engenhos. Naquele mesmo ano, em 93 engenhos e 93 destilarias, Campinas produziu 158.447 arrobas de açúcar e 7.399 canadas de aguardente. Segundo Tschudi, por volta de 1860, Campinas possuía “ainda 22 canaviais, que produziām de 55 a 60 mil arrobas de açúcar.”²⁵

Assim, após 1836, o café passou a ser o principal produto agrícola de Campinas. A expansão do café na região se deu não somente devido a qualidade das terras e do clima, mas também à queda do preço do açúcar em relação aos preços cada vez mais atraentes que o café conseguia no mercado internacional. Além disso, o transporte de então, realizado em lombo de mula, se mostrou menos prejudicial ao café que ao açúcar, influenciando também a preferência dos fazendeiros, na medida em que suas perdas eram menores.²⁶

²⁵ TSCHUDI, J. J. Von. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial, 1951, p. 178.

²⁶ As maiores perdas sofridas pelo açúcar em relação ao café, deviam-se, em parte, ao fato de o primeiro ser exportado já beneficiado, enquanto o segundo era exportado ainda em côco.

1.2 - Café e Açúcar:

O fim da primeira metade do século XIX marcou a definitiva substituição da cana pelo café em São Paulo.²⁷ A partir de 1850 verifica-se a elevação das cotações internacionais de café, tendência que manteve-se até 1875. Aos estímulos dos preços a cafeicultura respondeu com novos plantios, sendo que entre 1871 e 1890, observou-se não só o grande aumento da produção, mas também o deslocamento geográfico desta rumo ao “oeste paulista”.²⁸

De acordo com Warren Dean, os motivos que levaram os lavradores paulistas a abandonar o cultivo da cana e dedicar-se ao café, podem ser assim resumidos: primeiro, a demanda internacional por café, que durante a primeira metade do século XIX foi muito mais acentuada do que a do açúcar; segundo, o menor custo de produção e, terceiro, sua menor deterioração sofrida durante o transporte de “serra acima” até o porto de Santos.²⁹

O avanço da cafeicultura pelo interior paulista levou a substituição da lavoura canavieira, alterando assim toda a estrutura produtiva das fazendas, “desaparecendo, em parte, as culturas de subsistência, havendo, por conseguinte, um encarecimento dos gêneros de primeira necessidade.”³⁰

O município de Rio Claro, limite até onde os custos do transporte em muares tornavam a produção cafeeira economicamente viável, antes da implantação da rede ferroviária, converteu-se de produtor de açúcar em grande produtor de café, e por isso pode ser citado como outro bom exemplo deste processo, pois, “segundo um relatório de 1873, o município chegou ao ponto de não produzir [açúcar] nem para suas próprias necessidades.”³¹

²⁷ “a alta dos preços do café tem feito com que os principais fazendeiros tenham abandonado a cultura da cana e tenham plantado grandes cafezais.” In: *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado*, n.º 13, p. 70. Segundo o *Almanach Commercial Brasileiro*, 1918, p. 160, em 1850 o Brasil contribuía com 2.345.000 sacas, ou seja, 50% da produção mundial de café, que era de 4.895.000 sacas. Para o ano de 1900, a participação brasileira passa para 11.797.000 sacas de um total de 15.070.000, saltando, assim, para 78%.

²⁸ SILVA, 1976, p. 29.

²⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 42-5.

³⁰ PETRONE, 1968, pp. 113-4.

³¹ DEAN, 1977, p. 41.

As primeiras notícias sobre a cafeicultura em Rio Claro datam de 1818, com 600 cafeeiros plantados pelo senador Vergueiro. Além da famosa fazenda Ibicaba, o dito senador possuía outras, adquiridas de Francisco Manuel e Góes, abrangendo as propriedades Angélica, Água Branca, Mata Negra e Morro Alto. Em Angélica (homenagem à sua esposa) o senador plantou os primeiros cafezais em 1837; em 1850, já com 12 léguas de circunferência, Angélica servia de exemplo à outros fazendeiros, que abandonaram a lavoura canaveira e de subsistência em favor da cafeicultura.³²

Em 1865, Ibicaba e Angélica possuíam, respectivamente, 1.250.000 e 350.000 cafeeiros em idade produtiva. Em 1888, havia em Rio Claro 40 fazendas produzindo 63.500 arrobas de café.³³ Em Limeira, onde o senador possuía outras terras, a cafeicultura também suplantou as demais culturas, pois em 1860, havia já “55 plantações de café, 9 de canas de açúcar e 2 fazendas que se dedicavam à pecuária.”³⁴

O processo de penetração cafeeira que levou ao abandono da cultura de subsistência e da fabricação de açúcar parece ter sido contínuo e gradual, como demonstra o quadro V:

Quadro V
Dados sobre a produção paulista de café: 1821 a 1900

ANOS	MIL/ARROBAS	ANOS	MIL ARROBAS
1821-1830	0,3	1861-1870	2,9
1831-1840	1,0	1871-1880	3,6
1841-1850	1,7	1881-1890	3,5
1851-1860	2,6	1891-1900	7,2

FONTE: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 29.

Um boa fonte para observações comparativas a respeito da gradual penetração da cafeicultura nas diferentes áreas de São Paulo é a descrição de duas

³² PENTEADO, Oscar de Arruda. *Rio Claro: coletânea histórica*. Piracicaba, Editora Franciscana, 1977, pp. 224-5. Segundo Tschudi, “No ano de 1860, existiam no município de São João do Rio Claro 35 fazendas de café, 6 engenhos de açúcar e diversas fazendas de gado. Era até então o mais afastado município em que se cultivava café com relativo lucro, devido às facilidades de transporte. Nos demais municípios somente os engenhos de açúcar conseguiam ser rentosos, trabalhando para o consumo interno.” In: TSCHUDI, J. J. Von. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial, 1951, p. 193.

³³ PENTEADO, 1977, pp. 225-6.

³⁴ PETRONE, 1968, p. 180.

propriedades pertencentes ao comendador Luís Antonio de Souza Barros, uma em Campinas, e a outra em Piracicaba, em meados da década de 1860:

“A fazenda em Campinas não é muito grande. Exemplo típico da fase de transição: canaviais abandonados, destroços de um velho engenho, um açude para a roda d’água, e, vigoroso e pujante, o cafezal, a nova cultura que será o esteio da economia nacional.” (...) “E a fazenda, banhada pelo rio Piracicamirim, é tipicamente canavieira. No auge da moagem será a delícia da criançada que com tudo se diverte. É o chiado do carro de bois carregado de canas, ou de lenha, é o enorme sino que chama, pela madrugada, os trabalhadores ao serviço, é o “Quadrado” onde estão as senzalas, e que fica fechado à noite, com cadeado (...) e finalmente, o engenho, onde os bois se movem lentamente em torno de grandes cilindros que moem a cana que ferve em tachos de cobre, o alambique rescendendo a aguardente, a fornalha, onde um foguista nu da cintura para cima, mantém um fogo crepitante. E, atrás do engenho, na bagaceira, bois, cavalos e porcos pastam à vontade.”³⁵

Neste contexto, chamamos novamente a atenção ao fato de Piracicaba, não obstante ter produzido muito café ao longo da segunda metade do século XIX, durante o mesmo período continuar a produzir alimentos e açúcar destinados ao mercado interno e externo. Embora o café tenha se tornado o principal produto de exportação paulista, ele não ocupou todas as áreas da província com a mesma intensidade observada em Campinas e Rio Claro. Piracicaba é um bom exemplo da região em que, até meados do século XIX, a obsessão pelo café não tomou conta dos agricultores locais. Segundo Petrone, “os vales do Tietê e do Piracicaba eram, em meados do século passado, os redutos da cana de açúcar.”³⁶

Ao que parece, tanto a diminuição da produção de gêneros alimentícios quanto a diminuição da produção de açúcar entre as várias vilas da província de São Paulo contribuíram para a manutenção da produção dos mesmos gêneros em Piracicaba, que passou a fornecê-los àquelas localidades que dedicavam-se quase que exclusivamente à cafeicultura.

Isso não significa que o município de Piracicaba não tenha se dedicado à cafeicultura. O que queremos ressaltar é a modificação da paisagem rural piracicabana,

³⁵ TORRES, s/d, pp. 44-5.

³⁶ PETRONE, 1968, p. 49.

2

onde o verde escuro do café passou a figurar ao lado do verde claro da cana e de outras culturas. Em 1852, segundo Torres, quando a cafeicultura já era a principal cultura de exportação da província, existiam em Piracicaba 57 engenhos “que produzem mais de 500 arrobas de açúcar e 10 fazendas que produzem mais de 300 arrobas de café.”³⁷

Durante a década de 1860, em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*, ao passar por Piracicaba, Zaluar chamava a atenção para o seguinte fato:

“é preciso notar que a cultura do café é aqui de data muito recente, pois ainda há muito pouco tempo os piracicabanos se entregavam exclusivamente ao cultivo da cana, que com esta inovação tem consideravelmente diminuído. Assim mesmo, ainda haverá no município uns cinquenta engenhos de açúcar.”³⁸

Pelos dados sobre o açúcar apresentados anteriormente, podemos concluir que em 1836, produzindo 115.609 arrobas, Piracicaba já havia ultrapassado a produção da tradicional área de Itu (91.965@), e estava bem próxima da produção de Campinas (158.447@). Considerando-se que Itu era uma área onde as terras já se encontravam bastante “cansadas” e que Campinas, como foi dito, a partir de 1836 passou a dedicar-se com maior afinho à produção de café, podemos concluir que Piracicaba, por aquela época, tornou-se a grande produtora de açúcar do quadrilátero, deitando as raízes das canas que mais tarde seriam moidas pelo Engenho Central.³⁹ Os dados relativos às exportações paulistas de açúcar para o ano de 1855, apresentados no quadro IV, confirmam nossa observação anterior, pois mesmo considerando a redução de aproximadamente 58% no total das exportações de açúcar da província, Piracicaba respondia sozinha por 21,03% deste total.

Mas, à medida que o século XIX avançou sobre sua segunda metade, passou a ser mais comum a substituição da lavoura canavieira pela cafeeira:

“engenhos de fogo morto, isto é, engenhos abandonados ou decadentes. Lavouras de café com seu verde sombrio, sua maravilhosa florada branca, e, finalmente com seus frutos vermelhos vão substituir o verde claro e repousante da paisagem

³⁷ TORRES, Maria C. T. M. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba, Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 100.

³⁸ ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860-1861*. São Paulo, Martins Editora, s/d. In: KRAHENBUHL, Hélio M. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba, s/ed., 1955, p. 91.

³⁹ PETRONE, 1968, p. 49.

canaveira, e as máquinas de beneficiar café, as tulhas e os terreiros substituirão o tendal, as escoredeiras, as fomalhas.⁴⁰

Porém, mesmo diante do inexorável avanço da cafeicultura, a produção dos engenhos piracicabanos continuou fornecendo cerca de 1/5 do açúcar exportado pela província de São Paulo. Além de café e açúcar, Piracicaba manteve sua tradição policultora, muito provavelmente incentivada pelo encarecimento dos gêneros de subsistência. Segundo *Relatório da Câmara Municipal*, datado de 25 de janeiro de 1854, e enviado ao governo provincial, sabemos que “*tres são os produtos agricolas q. mais prosperão nesta Villa e são o assucar, o caffè e o chá.*”⁴¹

Segundo um documento de 1862, Piracicaba produzia 102.500 arrobas de açúcar, destacando-se os seguintes fazendeiros: Antônio da Costa Pinto e Silva, 9.000 arrobas; Luís Antonio de Souza Barros, 7.000 arrobas; Vicente de Souza Queiroz, 4.000 arrobas e Estevam de Souza Ribeiro Rezende, que mais tarde fundou o Engenho Central, produzindo 3.000 arrobas.⁴²

É interessante chamar a atenção para o fato de que, mesmo não ocupando toda a paisagem piracicabana, a marcha do café foi extremamente importante para o processo de retalhação das terras do município, pondo fim aos antigos latifúndios. Na medida em que a cafeicultura, cada vez mais lucrativa, seguia sua marcha em busca de terras novas e mais férteis, levava consigo o latifúndio para os sertões da província. As antigas regiões ficavam sob posse de lavradores menos abastados que, devido às facilidades de transporte e à proximidade em relação aos nascentes centros consumidores, puderam desenvolver lavouras de cereais e gêneros alimentícios de que carecia a província, já que a quase totalidade das terras estavam sendo aproveitadas pela monocultura do café.⁴³

O processo de retalhamento das terras piracicabanas começou a ocorrer já em 1825, quando foi desfeita a sociedade latifundiária Vergueiro e Souza, “principiando então a subdivisão de glebas imensas, que se retalharam em numerosas pequenas

⁴⁰ TORRES, s/d, p. 34.

⁴¹ Apud. GUERRINI, 1970, p. 339.

⁴² Doc. nº 64, Maço 41, caixa 377. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. Apud. TORRES, s/d, p. 34.

⁴³ NEME, 1974, p. 134.

propriedades.”⁴⁴ Limoeiro, Taquaral, Monte Alegre e Pau Queimado foram grandes fazendas daquela sociedade, e hoje emprestam seus nomes a vários bairros rurais piracicabanos. Foram estas fazendas que deram origem à maioria das pequenas propriedades rurais e sítios policultores do município.⁴⁵

Conforme Torres, “a maior fazenda de Constituição em 1856 tem 4.050 alqueires, (...) pertencente a Joaquim Aranha de Camargo, em Ondas Grandes, com título de sesmaria, relacionada em 1852 entre os engenhos mais notáveis.”⁴⁶ Se compararmos as dimensões desta fazenda com as que foram anteriormente relacionadas por Petrone, fica claro que, de fato, houve uma redução do tamanho médio das fazendas piracicabanas.

Utilizando-se de dados relativos ao período de 1854 a 1856, Torres demonstrou que na parte leste do município (Rio Acima), onde o povoamento era mais antigo, a lavoura continuou a ser canavieira, abrigando cerca de 14 engenhos de açúcar, não obstante existirem também alguns cafezais.⁴⁷ De acordo com Taunay,

*“em 1854 são arroladas 16 fazendas de café com uma colheita de 30.600 arrobas e o rendimento de 191:800\$000 e 51 fábricas de açúcar produzindo 131.000 arrobas, no valor de 262:000\$000. Em 1857 o município terá mais de 17 propriedades produzindo 49.400 arrobas de café, ao passo que a produção de açúcar terá diminuído de 11.000 arrobas.”*⁴⁸

Segundo o autor, em 1854 Piracicaba produzia mais açúcar que café, mantendo áreas exclusivamente destinadas ao cultivo de cana. Uma destas áreas, localizada no bairro de “Rio Acima”, era a fazenda Monte Alegre, descrita por Zaluar entre os anos de 1860 e 1861:

“O título corresponde à beleza e amenidade do sítio, que é excessivamente agradável e pitoresco. A casa fica perto da margem do rio Piracicaba, sobre uma colina suave rodeada de vastas plantações de cana, que são quase a única cultura

⁴⁴ NEME, 1974, p. 135.

⁴⁵ FORJAZ, 1924, pp. 27-9. Consultar também, NEME, Mário. “Piracicaba: um município agrícola” in: *Revista do Arquivo Municipal*, pp. 35-6.

⁴⁶ TORRES, 1975, p. 100.

⁴⁷ TORRES, 1975, pp. 109-11.

⁴⁸ TAUNAY, A. *História do Café no Brasil*. vol. III, p. 173. Ainda segundo Torres, em 1854 Piracicaba produziu 12.500 arrobas de café, 100.000 arrobas de açúcar e 10.000 libras de chá. Cahmamos a atenção do leitor para a discrepância entre os dados apresentados pelos dois autores.

desta lavoura, visto existirem aí poucos pés de café. Uma horta e pomar magníficos, bem construídos e cômodas senzalas, ordem, método e disciplina, é o que recomenda esta propriedade agrícola à observação do viajante, que encontra nela uma das melhores e mais produtivas do município.”⁴⁹

Em 1861, Piracicaba progredira bastante e, segundo as informações contidas num documento remetido pela câmara municipal ao governo provincial, sabemos da existência de 27 grandes engenhos de açúcar e 15 grandes fazendas de café, com seus respectivos proprietários; a criação de gado já fora maior, e estava deslocando-se para o sertão. Além destas informações referentes à produção agropecuária, sabemos da existência de duas minas de carvão de pedras; uma fábrica de cal e um sistema de navegação fluvial, servido por “canoas e pranchas que carregão até mil arrobas.” Pelo mesmo documento, a câmara se pronunciava solicitando sementes de trigo e algodão, além de melhorias das estradas e pontes de acesso ao porto de Santos e aos sertões de Araraquara. Sobre a cultura do café, dizia ter estado “bastante desanimada, em virtude da praga dos cafeeiros. Entretanto, estando esta praga já bem dizimada, os fazendeiros estavam com mais esperança de melhores dias, antevendo na futura safra, produções compensadoras.”⁵⁰

Segundo Guerrini, em 1866 Piracicaba exportava anualmente entre 150.000 e 170.000 arrobas de café.⁵¹ Se todos os dados apresentados anteriormente forem corretos, a exportação de 160.000 arrobas de café em meados da década de 1860 era 832% maior que em meados da década de 1850, quando apareceram as primeiras cifras sobre exportação de café piracicabano. Embora esta cifra nos pareça um tanto exagerada, podemos ao menos afirmar que durante o início da segunda metade do século XIX, Piracicaba manteve-se como grande produtora de açúcar, ao mesmo tempo em que ia se tornando uma considerável produtora de café.

Em 1866, estavam claramente delineados os novos aspectos econômicos de Piracicaba: houve uma sensível redução da produção açucareira, principalmente em decorrência da expansão da lavoura algodoeira e cafeeira, como de resto ocorreu em praticamente toda a província; aumento do número de trabalhadores livres de origem

⁴⁹ Apud. PETRONE, 1968, p. 130.

⁵⁰ Apud. GUERRINI, 1970, pp. 380-1.

⁵¹ GUERRINI, 1970, pp. 4, 9, 18 e 19.

européia e norte-americana, principalmente com a instalação das colônias de São Lourenço e Santo Antonio.⁵² Em 1866, dos 2.833 trabalhadores existentes no município, 2.212 eram escravos, e 621 eram trabalhadores livres. Em decorrência deste quadro, à medida que a cafeicultura avançou rumo ao oeste, houve um parcelamento do solo e, assim, um incentivo à produção policultora de alimentos. De acordo com Torres, em meados do século já era evidente a diminuição da produção açucareira em Piracicaba. “Em 1857 o município produzia 100.000 arrobas de açúcar e 80.000 de café; em 1866, a produção de açúcar baixa para 39.400 e a do café sobe para 112.830 arrobas.”⁵³ A mesma autora, baseando-se num relatório de 1866, afirma:

“as fazendas de café são todas descritas com seus terreiros, suas máquinas de beneficiar café, algumas com cafezais novos, ainda sem produção, e as fazendas de cana continuam a ser ‘fábricas de açúcar e aguardente’, com engenhos movidos à água ou por bois e bestas. Algumas fazendas ‘estão passando da cana para o café’ e uma de cana passa para a de algodão.”⁵⁴

Ao que tudo indica, estes números apresentados por Torres são mais dignos de confiança que os anteriores. Por eles percebemos que, entre 1857 e 1866, a produção de açúcar sofreu uma redução de 60%, enquanto a produção de café teve um aumento em torno de 70%.

As pesquisas realizadas nos arquivos da câmara municipal de Piracicaba, referentes aos anos de 1880 a 1900, nos permitem afirmar que, pelos documentos encontrados, a produção de café continuou dividindo espaço com a produção de açúcar, constituindo-se estes os dois principais pilares de sustentação da economia local.

Em 1884, segundo uma lista da câmara municipal para fins de cobrança de impostos sobre o açúcar, o Engenho Central figurava com uma produção de 30.000 arrobas, enquanto outros nove engenhos juntos produziram 16.000 arrobas, totalizando a produção no município em 46.000 arrobas. Um documento similar de 1887 revela que, no ano anterior, o Engenho Central produziu 40.000 arrobas, enquanto a usina de Monte

⁵² STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital. 1850-1980*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 18-31.

⁵³ TORRES, s/d, pp. 35-6. Ver também: TORRES, 1975, p. 127.

⁵⁴ Apud. TORRES, Maria 1975, p. 124.

2

Alegre produziu 10.000.⁵⁵ Nesta época, segundo o *Relatório da Comissão de Estatística*, a produção total de açúcar na província no ano de 1886 foi de 6.000 toneladas “concorrendo com a maior quota Piracicaba, Capivari, Lorena, Porto Feliz, Monte-Mor, Itu, Araraquara, Jaboticabal, Santa Bárbara, Tijuco Preto e Santa Cruz do Rio Pardo.”⁵⁶

Se os dados forem corretos, das 6.000 toneladas produzidas pela província, o Engenho Central de Piracicaba, sozinho, contribuiu com 600 toneladas, ou seja, 10% do total da província. Naquele ano, dos onze engenhos existentes em Piracicaba, apenas três fabricaram açúcar. “Os outros pertencem, pois, ao grupo de ‘engenhos de fogo morto’, tão comuns desde que o café foi se tornando o sustentáculo da economia nacional.”⁵⁷

Ainda segundo Torres, “o ano de 1887 foi, para o Império, um ano de penúria cafeeira (2.241.755 sacas).”⁵⁸ Tal queda na produção cafeeira nacional pôde ser observada também em Piracicaba, que talvez devido as geadas ocorridas no ano agrícola de 1884-85, na safra de 1887 produziu apenas 20.400 arrobas de café; por outro lado, a produção açucareira do município teve novo aumento, atingindo a cifra de 77.000 arrobas.⁵⁹

Em 1888, excluindo-se os pequenos agricultores e aqueles que recentemente haviam replantado seus cafezais, Piracicaba eleva novamente sua produção cafeeira, atingindo a cifra de 259.150 arrobas. Os três maiores engenhos do município, localizados rio acima, produziram juntos 50.000 arrobas de açúcar assim distribuídas: 40.000 arrobas para o Engenho Central; 8.000 arrobas para a usina de Monte Alegre e 2.000 arrobas para os herdeiros de Bento Antonio de Moraes.⁶⁰

Segundo o *Balancete de Receita e Despesa* da mesma câmara, referente ao primeiro trimestre de 1880, o total de impostos arrecadados foi de 9:575\$689, o café e o

⁵⁵ *Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*, nº 13 e 14. Piracicaba, Câmara Municipal.

⁵⁶ *Relatório da Comissão de Estatística ao Presidente da Província de São Paulo*, p. 125. Apud. TORRES, 1975, p. 137.

⁵⁷ TORRES, 1975, p. 142.

⁵⁸ TORRES, 1975, p. 142.

⁵⁹ GORDINHO, Margarida Cintra. *Album de Lembranças de Pedro Ometto: 1893-1993*. São Paulo, Editora Marca D'água, 1993, p. 45.

⁶⁰ TORRES, 1975, p. 143.

açúcar em conjunto representaram 15%.⁶¹ Se compararmos o mesmo item do *Balancete* para o segundo trimestre de 1881, verificaremos que café e açúcar, juntos, representaram 27,59% da arrecadação total de 9:335\$406, o que demonstra que a produção destes itens vinha num crescendo.⁶²

Entre os documentos referentes ao ano de 1892, por exemplo, encontramos seis requerimentos de proprietários agrícolas reclamando contra a cobrança de impostos que julgavam superestimada. Estes requerimentos nos permitem inferir que o café e o açúcar continuaram como principais produtos do município.

“engenhos menores quase nada produziam, com visível preponderância da produção cafeeira e, somente a leste do município é que se encontram os maiores produtores de açúcar. Na realidade, para sermos mais explícitos, é no bairro de Rio Acima que se encontram os maiores produtores de açúcar.”⁶³

Etelvina Augusta Ramos, proprietária da fazenda Boa Vista, queixava-se da taxaço sobre a produção de 42.000 quilos de açúcar, alegando ter produzido apenas 30.000 quilos. Outro requerimento, de autoria do fazendeiro José Marçal de Leme, demonstra que ele fora taxado sobre a produção de 75.000 quilos de café, no entanto, alegava ter produzido apenas 45.000 quilos. Ambos os requerimentos foram aprovados na sessão de 04 de abril de 1882.⁶⁴

Entre os documentos referentes ao ano de 1891, encontramos outros quatro requerimentos de proprietários agrícolas do município, também reclamando contra a cobrança de impostos. Por exemplo, no requerimento datado de 5 de março de 1891, de autoria do fazendeiro José Gabriel Bueno de Mattos, lemos que “*achando-se classificada a colheita de café do abaixo assignado em 60.000 kilos quando a mesma só produziu 37.500*

⁶¹ LOPES, Jeronymo de, (Secretário) “Balancete de Receita e Despesa da Câmara M.^{al} d’esta Cidade no trimestre decorrido de 1º de janeiro à 31 de março de 1880.” (Manuscrito). In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba, Maço 01, Caixa nº 01.

⁶² LOPES, Jeronymo de, (Secretário) “Balancete de Receita e Despesa da Câmara M.^{al} d’esta Cidade no trimestre decorrido de 1º de abril à 30 de junho de 1881.” (Manuscrito). In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba, Maço 01, Caixa nº 01.

⁶³ TORRES, 1975, p. 139.

⁶⁴ RAMOS, Etelvina Augusto. *Requerimento*. (Manuscrito). In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Piracicaba, 04 de abril de 1882. caixa nº 02. LEME, José Marçal de. *Requerimento*. (Manuscrito). In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Piracicaba, 04 de abril de 1882. caixa nº 02.

quilos, assim pede-vos a necessária alteração na lista dos tributados, por ser de justiça.”

⁶⁵ O requerimento foi deferido em 9 de março de 1891.

Outro exemplo é o requerimento datado de 13 de março de 1891, de autoria de Luís Augusto de Moraes, “administrador e herdeiro da Fazenda de seu finado pai Bento Antonio de Moraes, vem por este reclamar contra a classificação de 90.000 kilos de assucar, que dera aquela fazenda, visto que só assume-se 45.000 quilos de assucar.”⁶⁶ O requerimento foi deferido em junho de 1891.

Ao analisarmos a evolução das exportações paulistas de açúcar durante a segunda metade do século XIX devemos considerar que, além da concorrência internacional do açúcar de beterraba, havia internamente a concorrência do café pelas terras mais novas e mais férteis, o que de certa forma desencorajou os produtores de açúcar paulistas.

Conforme Petrone, durante a primeira metade do século XIX a produção de açúcar em São Paulo foi um empreendimento visando o mercado mundial.⁶⁷ Acreditamos que o período posterior, que se estende do final do “ciclo do açúcar paulista”, em 1850, até a consolidação do mercado consumidor local, em meados da década de 1880, a produção paulista continuou a ter como principal objetivo a exportação para o mercado internacional e para outras províncias do Império, principalmente aquelas localizadas ao sul de São Paulo.

⁶⁵ MATOS, Gabriel Bueno de. *Requerimento*. (Manuscrito). In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Piracicaba, 09 de março de 1891, caixa nº 10.

⁶⁶ MORAES, Luis Augusto de. *Requerimento*. (Manuscrito). In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Piracicaba, junho de 1891, caixa nº 10.

⁶⁷ PETRONE, 1968, pp. 9-10.

Quadro VI
Dados sobre preço, produção e exportação mundial de açúcar: 1841-1900

anos	produção média anual (t)	açúcar de beterraba	Exportação brasileira média anual (t)	Exportação cubana média anual (t)	preço médio açúcar mascavo ^(A))	valor médio das exportações brasileiras (Lib./ton.)
1841-1845	959.078	5,1%	87.979	143.612	36s 0d	14,5
1846-1850	1.146.281	9,3%	112.830	208.598	26s 2d	14,3
1851-1855	1.433.105	13,7%	127.874		21s 10d	15,9
1856-1860	1.676.492	21,3%	98.864	394.200	26s 7d	20,9
1861-1865	1.912.388	25,9%	113.551	534.600	22s 2d	17,1
1866-1870	2.414.270	32,0%	109.001	682.200	22s 5d	15,4
1871-1875	3.003.043	40,0%	169.337	682.000	23s 0d	13,7
1876-1880	3.320.512	44,2%	167.761	568.600	21s 1d	14,4
1881-1885	4.333.972	51,2%	238.074	505.215	17s 5d	10,5
1886-1890	5.572.260	56,5%	147.274	621.696	13s 1d	11,3
1891-1895	7.243.020	52,0%	153.333	933.470	12s 6d	14,5
1896-1900	8.174.820	61,0%	113.908	272.427	10s 4d	11,8

FONTE: EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. p. 112. (A) Nesta coluna da tabela, "s" significa shillings, e "d" pence.

Observando o quadro VI, verificamos que durante a segunda metade do século XIX houve um significativo aumento na produção média mundial anual de açúcar da ordem de 570%. Imaginamos que se houve um tamanho aumento na oferta de açúcar mundial, não houve um aumento de consumo nas mesmas proporções, como demonstra o comportamento dos preços internacionais durante o período, que sofreram uma redução de aproximadamente 27,7%. O quadro também demonstra o aumento da participação do açúcar de beterraba no total da produção mundial, saltando de 5,1% no quinquênio 1841-45 para 61% no quinquênio 1895-1900. As exportações cubanas também aumentaram sensivelmente: de 143.612 t no quinquênio 1841-45, para 933.470 t no quinquênio 1890-1895, com um aumento relativo de 649,99%, não obstante tenha sofrido uma queda para 272.427 t no quinquênio posterior (1895-1900), que mesmo assim significou um aumento da ordem de 189% em relação a meados da década de 1840.

Ainda com relação ao quadro VI, notamos que as exportações brasileiras de açúcar para o período 1841-1900 sofreram muitas oscilações, variando entre o piso de 87.979 t, no quinquênio 1841-45, e o teto de 238.074 t no quinquênio 1881-85. Ao final do

31

período, em 1900, as exportações haviam retornado aos níveis de meados do século, em torno de 112.500 t.

O quadro VII nos oferece, para o mesmo período de 1841-1900, o valor das exportações brasileiras de açúcar e café.

Quadro VII
Valor das exportações brasileiras de açúcar e café: 1841-1900

anos	valos médio anual das exportações de açúcar (Libras)	valor médio anual das exportações de café (Libras)
1841-1845	1.265	2.058
1846-1850	1.651	2.473
1851-1855	1.882	4.113
1856-1860	2.445	5.635
1861-1865	1.944	6.863
1866-1870	1.718	6.737
1871-1875	2.353	10.488
1876-1880	2.355	12.103
1881-1885	2.646	11.359
1886-1890	1.537	14.381
1891-1895	2.182	20.914
1896-1900	1.289	16.669

FONTE: EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989. p. 112.

A análise do quadro VII demonstra as oscilações do valor das exportações brasileiras de açúcar, talvez como consequência do aumento da oferta internacional do produto, demonstrada no quadro VI. O café, ao contrário, obteve constante aumento no valor médio de suas exportações, saltando de 2.058 libras para 16.669 libras ao final do período, ou seja, um aumento relativo de 809,96%. Portanto, levando-se em consideração o aumento do valor das exportações de café, e que o café tinha em São Paulo seu principal centro produtor, fica ainda mais evidente que a lavoura canavieira paulista teve na cafeicultura sua grande concorrente por terras e mão-de-obra.

Para o período que se estende de 1877 à 1887, os dados sobre as exportações brasileiras de açúcar são mais completos, especificando além do peso, o valor oficial e o preço médio em mil-réis, conforme demonstra o quadro VIII.

Quadro VIII
Exportação brasileira de açúcar: 1877 a 1887.

anos	quilos	valor oficial	preço médio
1877-1878	170.540.000	20.996:420\$000	123
1878-1879	187.546.671	23.870:800\$000	127
1879-1880	246.461.155	31.333:700\$000	127
1880-1881	161.258.398	22.935:100\$000	142
1881-1882	246.769.276	36.445:000\$000	148
1882-1883	223.865.220	32.502:400\$000	145
1883-1884	329.376.975	30.131:549\$000	119
1884-1885	274.331.419	22.699:544\$000	83
1885-1886	112.399.007	14.805:183\$000	132
1886-1887	226.010.240	16.178:279\$000	71

FONTE: DIAMANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In: PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 236.

A análise dos dados demonstra que as exportações brasileiras de açúcar aumentaram 37% entre os anos de 1877 e 1887, justamente no período em que o país viveu o grande *boom* de fundação dos engenhos centrais. Ao mesmo tempo, os preços médios caíram 43%. Tão interessante quanto os dados acima, que demonstram o aumento do total exportado num cenário de baixa dos preços médios, é saber quais eram as províncias que mais contribuíam para a exportação de açúcar, o que pode ser feito pela análise do quadro IX, no qual encontramos as exportações especificadas por local de origem entre 1 de julho de 1886 e 1 de dezembro de 1887.

Quadro IX
Exportação brasileira de açúcar por Província de origem: 01/07/1886 a 01/12/1887

Pernambuco	85.141.138 kg	Rio de Janeiro	2.416.155 kg
Alagoas	46.665.569kg	Ceará	1.470.629 kg
Sergipe	40.245.135kg	Santa Catarina	627.322 kg
Bahia	35.716.027 kg	Rio Grande do Sul	588.640 kg
Maranhão	26.329.137 kg	Piauí	2.000 kg
Rio Grande do Norte	19.193.153 kg	São Paulo	180 kg

FONTE: DIAMANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In: PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 236-237.

O leitor mais atento notará não apenas a grande contribuição da província de Pernambuco, no extremo superior do quadro, mas também a insignificante participação de São Paulo no outro extremo, que por essa época já passava pelo processo de constituição de um mercado consumidor interno, principalmente como consequência do desenvolvimento da economia cafeeira e o resultante movimento de imigração por ela requisitado, conforme veremos mais adiante. Para tornar mais evidente nossa afirmação, lembremos que em 1886 a província de São Paulo produziu 6.000 t de açúcar, e que no ano de 1887, Piracicaba sozinha produziu 1.155 t, enquanto a província como um todo exportou insignificantes 180 kg. Assim, comparando a produção paulista com sua participação no total das exportações nacionais, fica claro que parte da produção era absorvida pelo mercado local.⁶⁸

De fato, entre 1870 e 1880 houve uma acentuada queda nas exportações paulistas de açúcar, ao mesmo tempo em que aumentavam as exportações de café, como podemos observar no quadro X:

Quadro X
Exportações Paulistas: 1870 a 1880 (quilos)

ANO	CAFÉ	ALGODÃO	FUMO	ASSUCAR
1869-70	50:133.765	6:692.670	56.918	195
1870-71	34:059.133	6:509.055	65.714	14.893
1871-72	39:678.705	11:363.648	359.175	nada consta
1872-73	50:491.515	10:181.617	789.120	nada consta
1873-74	62:173.385	9:987.482	514.139	57.937
1874-75	65:746.029	5:358.144	165.796	46.433
1875-76	60:896.641	nada consta	61.650	14.049
1876-77	53:353.010	nada consta	329.491	13.570
1877-78	78:449.807	663.685	612.484	15.495
1878-79	91:430.814	1:344.772	381.310	3.900
1879-80	82:248.767	834.318	209.420	6.405

FONTE: OLIVEIRA, Evaristo augusto Machado de. Inspetor do Thesouro Provincial. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Laurindo Abelardo de Brito, Presidente da Provincia de S. Paulo, 1881*. Typ. Diário de Santos. Anexo, pp. 37-40. In: BRITO, Laurindo Abelardo de, Presidente da Provincia de S. Paulo, *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo em 13 de janeiro de 1881*, Typ. Diário de Santos.

⁶⁸ *Relatório da Comissão de Estatística ao Presidente da Provincia de São Paulo*, p. 125. Apud. TORRES, 1975, p. 137 e p. 142. Ver também: GORDINHO, 1993.

34

A vertiginosa queda das exportações paulistas de açúcar em relação ao aumento das exportações de café pode ser melhor apreciada se considerarmos, além da quantidade exportada, o valor relativo de cada produto. No biênio 1879-80, a província de São Paulo exportou 42.856:741\$620. Deste total, o café foi responsável pela quantia de 40.686:382\$862, ou seja, aproximadamente 95%. No mesmo período, o açúcar contribuiu com insignificantes 2:291\$833, ou seja, aproximadamente 0,005%.⁶⁹

Pelo demonstrado, percebemos que durante a segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de açúcar mantiveram-se quantitativamente mais ou menos constantes em torno de 115.000 t anuais (quadro VI). Por outro lado, na região sudeste e principalmente na província de São Paulo, as exportações de açúcar caíram demasiadamente, tanto que em 1887 atingiram a cifra de apenas 180Kg (quadro X). Tal fenômeno se explica, no plano interno, pelo aumento do mercado consumidor local e pela consolidação da liderança do planalto paulista como principal centro produtor de café da província.

Porém, o avanço da cafeicultura no planalto paulista não pode ser explicado sem considerarmos também os fatores externos que tornaram a exportação de açúcar uma atividade menos rentável. De fato, além do açúcar de cana antilhano, o açúcar de beterraba europeu foi o grande concorrente do açúcar de cana brasileiro, apesar da cana conter maior teor de sacarose que a beterraba.

Nascida no início do século XIX para suprir a falta de açúcar de cana causada pelo bloqueio continental napoleônico, a indústria de açúcar de beterraba firmou-se enquanto abastecedora do mercado europeu. Seu posterior desenvolvimento foi o grande responsável pela exclusão do açúcar brasileiro das mesas no Velho Mundo. Em 1860 o açúcar de beterraba supria 25% do consumo mundial; em 1882 saltava para 50%; e em 1900 alcançava a significativa cifra de 75%.⁷⁰

⁶⁹ OLIVEIRA, Evaristo Augusto Machado de. (Inspetor do Thesouro Provincial). *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Laurindo Abelardo de Brito, Presidente da Província de S. Paulo, 1881*. Typ. Diário de Santos. Anexo, pp. 37-40. In: BRITO, Laurindo Abelardo de, Presidente da Província de S. Paulo, *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo em 13 de janeiro de 1881*, Typ. Diário de Santos.

⁷⁰ EISENBERG, Peter. *Modernização...*, 1979. Ver também: SODRÉ, Nelson W. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1958, p. 89.

A exclusão do açúcar brasileiro do mercado europeu pela concorrência direta do açúcar de beterraba pode ser ilustrada pela análise do quadro XI, no qual observamos mercados que tradicionalmente eram abastecidos pelo açúcar brasileiro, como França e Inglaterra, deixando de figurar entre nossos maiores compradores em portos cariocas, durante a segunda metade da década de 1860.

Quadro XI
Destino do açúcar exportado pelo Porto do Rio de Janeiro: 1866 a 1870

Destino	1866	1867	1868	1869	1870
França	47			12	
Inglaterra		19	222	60	
Mediterrâneo		50			
Portugal	791	257	528	744	1563
Valparaíso		98			
Vários Portos		3.900	647	05	05
Total	6.136	6.237	5.185	3.801	6.840

FONTE: VIVEIROS, J. "O Açúcar Através do Periódico 'O Auxiliador da Indústria Nacional'" in: *Brasil Açucareiro*, Vol. 27, Rio de Janeiro, IAA, 1946, 192.

Interessante notar que ao final do quinquênio 1866-1870, os maiores importadores do açúcar brasileiro eram os países do "Rio da Prata", ocupando o lugar antes pertencente a Inglaterra, agora com um consumo insignificante. Tal fato vem corroborar nossa hipótese: o mercado europeu passou a ser abastecido quase que exclusivamente com açúcar de beterraba local, e os países platinos tornaram-se nossos principais compradores, ao menos enquanto o produto europeu não chegou àquele mercado. Em 1887, o *Centro da Indústria e Comércio de Assucar do Rio de Janeiro* apontava o potencial de consumo do mercado dos Estados Unidos.⁷¹

Sem dúvida, foi a ascensão do açúcar de beterraba que determinou a exclusão do açúcar brasileiro dos mercados europeus, principalmente ingleses e franceses. Mais grave ainda foi a penetração do produto europeu no mercado sul-americano. Conforme o memorial dirigido ao Imperador pela *Associação Comercial e Agrícola de Pernambuco*, por volta de 1870, "*sabe-se que ultimamente o açúcar de beterraba tem sido*

⁷¹ VIVEIROS, Jerônimo de, "O Açúcar...", 1946, vol. 29, p. 479.

recebido no Rio da Prata, que antes só o recebia do Brasil, e era um dos nossos maiores consumidores, principalmente do tipo purgado."⁷²

Contudo, conforme já adiantamos, não foram somente os fatores externos que tiveram papel destacado na alteração da conjuntura internacional do mercado do açúcar durante a segunda metade do século XIX. Além do avanço cafeeiro, as deficiências técnicas da indústria açucareira nacional também se fizeram sentir. Segundo Torres, em meados da década de 1860:

"nos engenhos de Piracicaba fabricava-se açúcar de três tipos, o branco, o mascavo e o redondo (...) Aliás, ainda no começo de 1887, quando já existiam vários engenhos centrais, o 'correio paulistano' faz alusão à necessidade de se melhorar a produção nacional de açúcar para poder enfrentar a concorrência do açúcar de beterraba."⁷³

Foi o método de difusão⁷⁴ que possibilitou à indústria açucareira européia alcançar índices de produtividade elevadíssimos, minimizando assim o menor teor sacarino da beterraba. A produção francesa passou, entre 1866 e 1876, de 250.000 à 462.000 toneladas; a alemã, de 250.000 para 1.000.000. Estes elevados índices de produtividade aumentaram a oferta, refletindo-se na queda dos preços internacionais verificada entre 1881 e 1885: de 65 para 40 francos cada 100 quilos. Influenciada pela queda dos preços, aumentaram as entradas de açúcar de beterraba em mercados tradicionalmente abastecidos pelo açúcar de cana, como nos Estados Unidos, tradicional comprador de Cuba, que de 82.000 toneladas de açúcar de beterraba importados em 1884, passou à 96.000 em 1885. Portanto, um aumento de 17% em apenas um ano. Mesmo assim, o Brasil, nesta época, ocupava a posição de 4º produtor mundial de açúcar de cana, com 190.000 toneladas, perdendo apenas para Cuba, com 700.000; Java, com 320.000 e Manilla, com 215.000 toneladas.⁷⁵

Ao mesmo tempo em que aumentava a produção e diminuía as exportações brasileiras de açúcar, aumentava o consumo interno. Um bom indicador do aumento do consumo interno pode ser a observação das entradas de açúcar no mercado do

⁷² Apud. VIVEIROS, Jerônimo de. "O Açúcar...", 1946, vol. 27, p. 246.

⁷³ TORRES, pp. 42-3.

⁷⁴ O método de difusão consistia basicamente em extrair o suco da matéria-prima através de seu esmagamento e fervura.

Rio de Janeiro, que em meados de 1890 era uma das maiores cidades do país. Ressalta-se o fato de, devido às dificuldades de comunicação direta, este porto abastecia os mercados de Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quadro XII
Entrada de açúcar no Porto do Rio de Janeiro : 1881 a 1897

anos	sacas de 60 Kg	anos	sacas de 60 Kg
1891	868-710	1895	1.192.952
1892		1896	1.209.216
1893	923.683	1897	1.019.216
1894	1.344.809		

FONTE: DIANANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In: PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 239.

Contudo, o açúcar brasileiro excedente às necessidades de consumo interno continuava encontrando dificuldades de alocação no mercado internacional, quer pela crescente produção de açúcar de beterraba, com seus métodos aperfeiçoados, quer pelo emprego destes mesmos métodos à produção de açúcar de cana pelos nossos concorrentes mais diretos, quer pela má fama do produto nacional.

A má fama do açúcar brasileiro vinha desde os tempos coloniais. Quanto mais se refinava o açúcar, retirando-lhe impurezas, mais leve ele ficava. Assim, os senhores de engenho, muitas vezes endividados, preferiam ganhar no peso e perder na qualidade, mesmo porque podiam livrar-se da culpa, responsabilizando os comerciantes das cidades portuárias ou as péssimas condições das estradas que davam acesso aos portos, na medida em que o açúcar, exposto às intempéries, degradava-se com facilidade. Ambos argumentos eram, em parte, verdadeiros. Contudo, com o passar do tempo e com o emprego de alguns melhoramentos técnicos que só muito tarde chegaram ao Brasil, as queixas devem ser explicadas por outros argumentos.⁷⁶

Em suma, as reclamações quanto ao açúcar brasileiro, e não só paulista, se bem que em São Paulo o problema era mais grave, giravam em torno de duas questões: o peso da caixa e a qualidade declarada de seu conteúdo.

⁷⁵ VIVEIROS, 1947, vol. 29, pp. 270-1.

⁷⁶ PETRONE, 1968, p. 181 e p. 188.

Em São Paulo, no início do século XIX, ainda durante o governo de Franca e Horta, deliberou-se que os produtores paulistas de açúcar deveriam marcar suas caixas à fogo com a letra "S", identificando, além do produtor, o porto de Santos como o de origem.⁷⁷ Vale lembrar que este procedimento já havia sido recomendado pelo governador geral do Brasil, Francisco Barreto, em 1657.⁷⁸

A partir de 1818, segundo indicações de Antonio da Silva Prado, o açúcar já era, na sua maioria, acondicionado em sacos. Tal fato se deve, muito provavelmente, à falta de madeiras para a fabricação das caixas, ainda mais em se considerando a voracidade das fornalhas dos engenhos, e cuja consequência mais imediata foi, além de contribuir para a destruição da Mata Atlântica,⁷⁹ a criação de um setor subsidiário à produção de açúcar, responsável pelas sacarias.⁸⁰

Quando os senhores de engenho paulistas atribuíam a má qualidade de seu produto às péssimas condições da estrada que ligava o planalto paulista ao porto de Santos, não estavam mentindo. De fato, no momento em que o açúcar paulista adquiriu importância comercial (final do século XVIII e início do XIX), integrando a província ao mercado internacional, as dificuldades de transporte constrangiam sobremaneira as exportações, ainda mais em se considerando a facilidade de deterioração do açúcar quando exposto à umidade, danificando ainda mais o produto, que já não era tão bom ao sair dos engenhos.⁸¹

Mesmo diante de todos os esforços de governantes e produtores, a má fama do açúcar brasileiro nunca deixou de existir, colaborando para a perda de parcela importante do mercado externo. Ao menos é o que se depreende da leitura do seguinte trecho, retirado do *Jornal do Recife* e transcrito pelo *O Auxiliador da Indústria Nacional*:

"Sr. Redactor - Tem havido grandes reclamações do estrangeiro sobre a qualidade do açúcar do Brasil, da presente safra, devido à grande quantidade de matérias estranhas, fraudulentamente introduzidas para aumentar o peso e a

⁷⁷ PETRONE, 1968, p. 182.

⁷⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 115.

⁷⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 96, 189, 191-2, 268-9, 374 e 412n. 15-6.

⁸⁰ "Col. A.S. P., 18, f. 82, carta de 13 de janeiro de 1818 e f. 20, cartas de 23 e 31 de dezembro de 1818" Apud. PETRONE, 1968, p. 183.

3

qualidade do gênero (...) Isto tem dado lugar a investigações aqui, as quais revelam o facto assombroso de que um a quatro por cento de areia tem sido misturado com partidas de açúcar, como também serradura, em quantidade geralmente grande (...) Reclamações têm vindo de New York sobre partidas de açúcar que acusam até 10% de areia.⁸¹

Diante dos clamores dos produtores brasileiros, que pelos motivos que já apontamos haviam perdido espaço no mercado internacional de açúcar, alguns progressos agrícolas e industriais foram lentamente sendo introduzidos sob os auspícios do Estado, visando principalmente a reabilitação do açúcar em nossa pauta de exportações.

Neste contexto, um interessante panorama da forma como os contemporâneos avaliavam as deficiências e perspectivas da indústria sacarina brasileira pode ser obtido pelo estudo das discussões acerca da política de incentivos ao engenhos centrais brasileiros, como faremos a seguir.

⁸¹ PETRONE, 1968, p. 181.

⁸² Apud. VIVEIROS, Jerônimo de. "O Açúcar...", 1946, vol. 28, p. 296.

1.3 - A Política de Incentivo aos Engenhos Centrais:

A política imperial de incentivo à fundação dos engenhos centrais tinha por objetivo aumentar as exportações brasileiras de açúcar, que durante a segunda metade do século XIX sofreram significativa redução, devido principalmente ao aumento da concorrência internacional.

Para cumprir seu objetivo, a exemplo do que ocorria nos países produtores de açúcar de beterraba, tal política previa a separação do processo de fabricação do açúcar em duas partes: a produção da cana ficaria sob responsabilidade dos lavradores; e a fabricação do açúcar a cargo dos engenhos centrais.⁸³

Segundo Henri Diamanti, *“a indústria açucareira no Brasil prosperou, viveu e degenerou até 1875, sem nenhuma intervenção exceto a proteção alfandegária contra a importação e a taxa contrária de exportação em favor do Estado, comum a todos os produtos nacionais”*⁸⁴. Contudo, tanto a proteção alfandegária quanto a taxa de exportação foram ineficientes para a consecução de seus propósitos protecionistas.

Diante da diminuição das exportações brasileiras, fez-se necessária uma reorganização e reaparelhamento da indústria açucareira brasileira. Tal iniciativa tinha por objetivo, no cenário internacional, recuperar os mercados perdidos, enquanto no cenário nacional, tratava-se de recuperar a importância econômica e política de um setor que por muito tempo foi o sustentáculo da economia nacional e que, no último quarto do século XIX viu-se relegado a um plano inferior na pauta de exportações brasileiras, quer pelos avanços técnicos pelos quais passaram nossos concorrentes diretos na produção de açúcar de cana, quer pelo ingresso em grande escala do açúcar de beterraba no mercado europeu, e posteriormente, no americano também.

⁸³ Segundo Rodrigues, *“(...) É unânime entre os que trataram da fundação dos engenhos centrais a afirmativa de que as idéias da divisão do trabalho condicionaram aquela iniciativa. (...)”* In: RODRIGUES, José H. “A Revolução Industrial Açucareira: Os Engenhos Centrais”, Parte I, in: *Brasil Açucareiro*. Vol. 27, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1946, p.181. Segundo Queda, *“(...) Este sistema de produção açucareira, baseado na divisão do trabalho entre a agricultura e a indústria, bem como uma separação da propriedade e do controle das lavouras e das usinas, era (e continua sendo) predominante nos países produtores de açúcar de beterraba, e acabou sendo adotado também em diversas regiões do mundo. (...)”* In: QUEDA, O. & SZMRECSÁNYI, T. “Introdução” in: PICARD, J. *Usinas...*, 1996, p. X.

⁸⁴ DIAMANTI, Henri. “Nota sobre a indústria açucareira no Brasil” Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In: PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1978, p. 227.

De acordo com José Honório Rodrigues, entre as várias províncias produtoras de açúcar, a "Bahia foi um dos principais centros das pesquisas e inovações que tanto revolucionaram a técnica da produção açucareira."⁸⁵ Quando o baiano Barão de Cotegipe ocupou o ministério da fazenda, assinou o primeiro ato do governo imperial em prol da industrialização do açúcar.⁸⁶

Referímo-nos ao decreto nº 2.687, de 6 de novembro de 1875, autorizando a concessão de garantia de juros de 7% para aqueles que se propusessem estabelecer engenhos centrais em território brasileiro. Devido a importância do referido decreto no que concerne o presente estudo, optamos pela transcrição de seu segundo artigo:

"Artigo 2º - É autorizado o Governo para garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de trinta mil contos de réis (30.000.000\$000) às companhias que se propuserem a estabelecer Engenhos Centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.

1º - Para obter essa garantia serão preferidas as companhias que, tendo já celebrado ajustes para o mesmo fim com as administrações Provinciais, mostrarem, perante o governo Imperial, que se acham associadas aos proprietários agrícolas do lugar em que pretendem estabelecer o engenho central, para lhes fornecerem a quantidade precisa de cana e, além disto, que as pessoas que se colocam à frente dessas empresas, de caráter rural reünam condições de aptidão que afianciem o levantamento do capital preciso para estabelecê-los e a aquisição de pessoal idôneo para bem dirigí-las em suas diversas operações Industriais.

2º - Na execução desta lei o Governo procederá de modo que o estabelecimento de engenhos centrais se distribuam pelas Províncias em que se cultivava a cana, e segundo a importância relativa de cada uma neste gênero de indústria, demonstrada pela qualidade do açúcar exportado.

⁸⁵ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 81. Penso que este papel de pioneirismo foi nordestino, e não só bahiano. Ver também Schwatz, 1988.

⁸⁶ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 179.

3º - No capital a que se conceder garantia de juros ficará compreendido o valor de 10%, que constituirá um fundo especial destinado a ser dado pela empresa, sob sua responsabilidade, por empréstimos, a curto prazo e a juro até 8% ao ano aos plantadores e fornecedores de canas, como adiantamento para auxílio dos gastos de produção. O empréstimo assim feito a qualquer plantador, não excederá de dois terços do valor presumível de sua safra, e terá para fiança do reembolso, não somente os frutos pendentes, como também certa e determinada colheita futura, instrumentos de lavoura e qualquer outro objeto não compreendido em escritura de hipoteca.

4º - Logo que as companhias de engenhos centrais distribuírem a seus acionistas dividendos superiores a 10% começarão a indenizar o Estado de qualquer auxílio pecuniário que dele tenham recebido. Essa indenização se efetuará por meio de amortização gradual, e pela forma que for indicada nos contratos celebrados com o governo.”⁸⁷

Percebe-se, portanto, que a legislação açucareira pós 1875 teve como principal objetivo o estímulo à modernização do processo de produção do açúcar brasileiro, principalmente através da criação de grandes engenhos centrais. Na avaliação dos contemporâneos, somente tais fábricas seriam capazes de propiciar ao Brasil as condições necessárias para que pudesse concorrer com o açúcar de beterraba europeu, que a partir da segunda metade do século XIX conquistou maior participação no mercado mundial de açúcar, inclusive naqueles tradicionalmente abastecidos pelo açúcar de cana brasileiro, conforme já demonstramos.

O decreto 2.687 foi o resultado do trabalho de uma comissão especialmente instituída pelo governo imperial para estudar o assunto, cujo parecer final chamava a atenção dos parlamentares para a necessidade de “escolas profissionais, estradas, redução

⁸⁷ Coleção de Leis do Império do Brasil de 1875. Tomo XXIV, partes I e II. vol. I. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876, p. 187. Consultar também: JUNGSMANN, Fernando de Albuquerque. *O Direito na agro-indústria açucareira*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1971, pp. 6-7; DE CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*, 1943, pp. 31-2.

de impostos, braços e capitais, mas aconselhava como medidas urgentes e imprescindíveis o crédito real e os engenhos centrais.”⁸⁸

É interessante notar que a lei de 1875, além de conceder garantias de juros e amortização de suas letras hipotecárias ao “Banco de Crédito Rural”, também garantia juros de 7% até o capital de trinta mil contos para aqueles que estabelecessem os engenhos centrais.

“Mandava a lei que, para essa segunda garantia, fossem preferidas as companhias que já tivessem celebrado ajustes com as administrações provinciais, e mostrassem, perante o governo do Império, que se achavam associadas aos proprietários agrícolas do lugar onde pretendessem estabelecer o engenho central, para lhes fornecerem a quantidade precisa de canas, (...) Outra obrigação que a lei estabelecia às companhias era que 10% do capital emprestado formasse um fundo para adiantamento aos fornecedores de cana dos engenhos centrais, a juros de 8%, a curto prazo.”⁸⁹ (grifo nosso)

Assim, fica evidente não apenas a intenção de garantir o suprimento de matéria-prima para os engenhos centrais, através da prévia celebração de contratos com fornecedores, mas também um mecanismo, previsto pela própria lei, de financiamento dos fornecedores. Mecanismo, aliás, bastante lucrativo para os engenhos, pois tomavam empréstimos à juros de 7% e a longo prazo, e repassavam dinheiro para os agricultores à juros de 8% e a curto prazo.

Em 1878, “o abatimento de 2% nos direitos de exportação de açúcar não foi suficiente para debelar a crise (...) nem tão pouco o foi também a lei de 6 de novembro de 1875”⁹⁰, diante do que se realizaram congressos agrícolas em Recife e no Rio de Janeiro, reunindo os agricultores da região norte e sul do país, respectivamente. No congresso realizado no Rio de Janeiro estiveram presentes dois representantes piracicabanos, Estanislao de Campos Pacheco e João Tobias de Aguiar e Castro que, no entanto, não se pronunciaram de forma escrita, conforme se depreende da leitura das Atas do referido Congresso.⁹¹

⁸⁸ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 406.

⁸⁹ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 407.

⁹⁰ VIVEIROS, 1946, vol. 28, p. 92.

⁹¹ CONGRESSO AGRÍCOLA. Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878.

Os debates realizados, tanto em Recife quanto no Rio de Janeiro, giraram em torno da seguinte pauta:

“1) Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da lavoura? 2) É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar e desenvolver os actuais estabelecimentos da grande lavoura? 3) Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta? 4) Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravos, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola? 5) A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido este facto à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola? 6) Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los? 7) Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los?”⁹²

Quanto aos resultados do debate, podemos assim resumir as conclusões dos congressistas: as necessidades mais urgentes da lavoura eram a escassez do meio circulante, na medida em que os capitais existentes eram insuficientes e não aproveitavam a lavoura por falta de estabelecimentos de crédito; vias de comunicação e de instrução profissional, além da diminuição dos impostos sobre a exportação. A falta de braços ainda não era sentida em grande intensidade, porém apontava-se a necessidade de melhor aproveitar os trabalhadores nacionais, estabelecendo leis que regulassem as relações de locação de mão-de-obra.⁹³

Victor de Sá Barreto, participante do congresso agrícola de Recife, concordando com os congressistas do sul, assim se pronunciava defendendo a fundação dos engenhos centrais:

“Dividi o trabalho: fabricai o açúcar, ou plantai cana. Arranjai os vossos negócios, de modo que desapareçam o que chamais de lavradores, para serem substituídos por plantadores de canas, cujo lucro estará na venda delas a vós próprios, ou sêde mais razoáveis na partilha dos produtos. O vosso interesse, o

⁹² VIVEIROS, 1946, vol. 28, pp. 92-3.

⁹³ VIVEIROS, 1946, vol. 28, p. 93.

*interesse da Província, a vossa honestidade mesma clamam por uma reforma imediata.*⁹⁴

Ainda em 1878, portanto 3 anos após a promulgação da lei 2.687, o então ministro da agricultura, Cansanção de Sinimbu, lamentava o pouco êxito conseguido com a publicação do decreto:

*"não produziu até agora os resultados que eram para esperar. (...) Durante a minha administração, apenas tive de conceder garantia de juros de 7% sobre o capital de 1.000:000\$000, solicitada pelos fundadores do engenho central de Quissamã, inaugurado a 12 de setembro de 1877. (...) Para tornar eficaz a garantia do Estado, cumpre sejam reguladas as concessões de modo mais liberal, uma vez que os concessionários preencham determinadas condições."*⁹⁵

No início da década de 1880 a lei ainda não havia produzido os resultados desejados. Ao menos é o que se depreende da declaração do então ministro da agricultura, em seu relatório de 1881, ano da fundação do Engenho Central de Piracicaba:

*"Até agora, infelizmente (...) nenhuma das concessões feitas em virtude da mesma lei há tido êxito. As fábricas de Quissamã, Barcelos, Porto Feliz e Bom Jardim, as duas primeiras estabelecidas na Província do Rio de Janeiro, a terceira na de São Paulo e a quarta na da Bahia, não devem a sua fundação à garantia de juro"*⁹⁶

Diante do fato do decreto de 1875 não ter alcançado o êxito previsto pelos legisladores, em 24 de dezembro de 1881, na tentativa de aprimorar a legislação anterior, o governo imperial estabeleceu novas bases para a concessão de garantia de juros aos engenhos centrais, através do decreto 8.357:

"O mesmo capital de 30.000:000\$000 estava autorizado a conceder garantia de juros de 6%. O capital garantido pelo Estado para cada engenho não excederia de 500:000\$000 se o engenho tivesse capacidade para moer diariamente 200.000 kg de cana e fabricar, durante a safra, 1.000.000 de kg de açúcar. Se o engenho tivesse

⁹⁴ Apud. JUNGSMANN, 1971, p. 20.

⁹⁵ Apud. VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 407.

⁹⁶ Apud. VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 408.

dupla capacidade de moagem e fabrico, poderia obter 750:000\$000 e 1.000:000\$000 se quádrupla”⁹⁷

Por esta data (1881), sabe-se que dos trinta milhões de contos distribuídos entre as províncias produtoras de açúcar, coube a São Paulo a quantia de um milhão e novecentos mil, já distribuídos.⁹⁸

Interessante é notar que, embora o novo decreto tenha reduzido a garantia de interesse para 6%, alcançou resultados mais satisfatórios, sendo que “Vinte concessões foram imediatamente concedidas, e uma primeira companhia estrangeira era fundada, a ‘Central Sugar Factories of Brazil’.”⁹⁹ Aos engenhos centrais foram ainda concedidos outros benefícios, tais como isenção de direitos e do pagamento do expediente de 5% sobre formas e passadeiras de ferro para purgar e refinar açúcar, em 1883.

Em 1882, o relatório do então ministro da agricultura tecia vários elogios aos engenhos centrais, principalmente quanto a divisão do processo de produção do açúcar em duas fases, agrícola e industrial, donde previa não só maiores lucros para os engenhos, mas também para os agricultores. Os primeiros seriam beneficiados pela maior e melhor produção, enquanto os segundos, pela possibilidade de, atendo-se somente à fase agrícola, poderem praticar a “*verdadeira agricultura racional*”. Chama a atenção no citado relatório a seguinte declaração do ministro, quando referia-se aos lucros auferidos pelos engenhos: “*Ainda que só pequena parte desses lucros ou nenhuma venha caber ao lavrador, fica lhe a vantagem (...) de economisar o custeio da fabricação e de alargar as suas plantações tanto que lhe permitirem a extensão do solo agrícola e os braços de que dispuser.*”¹⁰⁰ Note-se que esta declaração vem logo depois dos elogios que o mesmo ministro fizera ao fato dos lavradores terem se constituído em acionistas dos engenhos e aos ajustes feitos nas concessões dos engenhos centrais, pelos quais estabelecia-se um preço convencionado para as canas entregues aos engenhos pelos fornecedores.

⁹⁷ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 182. Notem que este novo decreto não se aplicava ao Engenho Central de Piracicaba, que já havia sido fundado.

⁹⁸ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 229.

⁹⁹ DIAMANTI, Henri. “Nota sobre a indústria açucareira no Brasil” Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In. PERRUCI, 1978, p. 227.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Manoel Alvez de. *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882, p. 87.

A experiência de mais de uma década de incentivo aos engenhos centrais levou a outras alterações no regulamento de concessão das garantias. Em 01 de dezembro de 1888 o governo imperial publicou o decreto 10.100, que a partir de então passou a regular a concessão de garantia de juros para a fundação de engenhos centrais. Muito mais minucioso que os anteriores, estabelecia quotas diárias mínimas a serem atingidas pelos engenhos, de acordo com o capital afiançado de cada um: 400.000 contos para 150 toneladas; 550.000 contos para 200 toneladas; 750.000 contos para 300 toneladas; 900.000 contos para 400 toneladas e 1.000.000 para 500 toneladas.¹⁰¹

José Honório Rodrigues assim resume os cinco "favores" oferecidos pelo governo imperial para o estabelecimento de engenhos centrais:

"1) garantia ou fiança de juros até 6% ao ano, durante dez a vinte anos; 2) o direito de desapropriar terrenos de domínio particular, necessário às obras; 3) o uso das madeiras e outros materiais acaso existentes em terrenos devolutos do município, necessários à construção; 4) isenção de direitos de importação sobre as máquinas, instrumentos, trilhos, etc; 5) preferência para aquisição dos terrenos devolutos existentes no município."¹⁰²

O período de fundação dos engenhos centrais foi assim resumido por Rodrigues:

"O entusiasmo pelos novos métodos, a possibilidade de conseguir capitais ingleses, as facilidades decretadas pelo Governo, provocaram a reforma do sistema de produção. O aparecimento, pelos meados do século XIX, dos engenhos centrais revolucionou os meios de produção. (...) Outro motivo que muito concorreu para a fundação dos engenhos centrais foi a reconhecida necessidade de adaptar a fabricação do açúcar à transição próxima do trabalho servil para o trabalho assalariado. Na época mesmo em que começavam a aparecer os primeiros engenhos centrais, já as medidas a favor da abolição haviam sido tomadas. (...) Assim, o engenho central significa para a economia açucareira do século XIX a substituição do trabalho escravo pelo livre e do transporte animal pelo a vapor. Os engenhos comuns e pequenos não podiam mais sustentar-se com a transformação do trabalho. A imigração lançava no mercado os trabalhadores estrangeiros, livres

¹⁰¹ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 229.

¹⁰² RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 229.

do senhor. Livres também da rotina secular. É natural que nesse período de renovação coexistissem os trabalhadores servis e os livres, assim como coexiste a estrada de ferro ou a navegação fluvial com o carro de boi.”¹⁰³

O resultado prático das várias medidas adotadas pelo governo imperial foi a proliferação dos engenhos centrais pelo país. Esta afirmação pode ser comprovada pelo quadro estatístico no qual se observam as concessões de garantias de juros aos engenhos centrais, que perfaziam um total de capital afiançado de 29.650 contos, com garantias de 6 e 9%, beneficiando 50 concessões em 14 províncias.

Quadro XIII
Concessões de garantia de juros pelo Governo Imperial

Província	Nº de Concessões	Valor Assegurado (contos)
Pernambuco	13	7.950
Bahia	09	6.100
Rio de Janeiro	09	5.600
São Paulo	04	1.900
Sergipe	04	1.000
Alagoas	02	2.000
Rio Grande do Norte	02	1.500
Pará	01	300 a 700
Maranhão	01	300 a 700
Ceará	01	300 a 700
Paraíba	01	300 a 700
Espírito Santo	01	300 a 700
Município Neutro	01	300 a 700
Minas Gerais	01	300 a 700

FONTE: VIVEIROS, Jerônimo de. “O Açúcar através do Periódico ‘O Auxiliador da Indústria Nacional’” In: *Brasil Açucareiro*. Vol. 29, Rio de Janeiro, IAA, 1947, pp. 187-188.

Ao que parece, não obstante as críticas ao pequeno êxito alcançado pela legislação de incentivo aos engenhos centrais, “o impulso estava dado e fora suficiente, inclusive, para provocar a instalação de um certo número de engenhos centrais sem garantias de interesse.”¹⁰⁴

Prova do entusiasmo que tomou conta dos fabricantes de açúcar foi a fundação do *Centro da Indústria e Comércio de Açúcar*, no Rio de Janeiro, em 1887. Na

¹⁰³ RODRIGUES, 1946, vol. 27, pp. 180-1.

¹⁰⁴ DIAMANTI, Henri. “Nota sobre a indústria açucareira no Brasil” Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In. PERRUCCI, 1978, p. 228.

circular publicada quando de sua fundação, a instituição definia seu caráter e suas atribuições:

*“uma associação com o fim de congregar os trabalhos isolados das classes mais proximamente ligadas aos resultados da produção da cana de açúcar; produção que, sendo outrora a principal e por muitos anos, o mais importante factor da riqueza nacional, terá ainda, pelas condições especiais de sua cultura, de utilizar vantajosamente na grande questão econômica da evolução do trabalho que começa a desenvolver-se com a extinção de elemento servil”*¹⁰⁵

Portanto, o principal objetivo da associação era o de “congregar esforços dos lavradores na defesa da indústria sacarina que morria.”¹⁰⁶

Segundo a circular que a nova sociedade publicou, as causas diretas da crise da economia açucareira deviam-se a concorrência internacional, tanto do açúcar de cana como de beterraba. No entanto, os mercados de nações emergentes, como os Estados Unidos, eram apontados como possíveis consumidores do açúcar brasileiro. O consumo interno do Império também era apontado como uma possibilidade de aumento das vendas. Porém, para viabilizar estes mercados, colocava-se a reivindicação da diminuição dos impostos gerais e provinciais de 8 a 10%, sobre um produto que alcançava preços em torno de \$800 a 1\$200 a arroba. Além da diminuição dos impostos, sugeria a instituição de prêmios para produção e exportação, a fundação de escolas destinadas ao preparo de pessoal especializado e a formação de um banco de dados sobre a produção mundial de açúcar.¹⁰⁷

Dentre os colaboradores mais assíduos daquela instituição destacava-se o Barão de Barcelos, também proprietário de engenho central no nordeste, que em 1887 publicou uma importante monografia sobre a crise do açúcar,¹⁰⁸ argumentando que a fraqueza da indústria açucareira brasileira residia na sua falta de competitividade internacional, devido principalmente ao atraso com que as inovações tecnológicas eram

¹⁰⁵ Apud. POLIANO, Luis Marques. “A Indústria do Açúcar. Notas de Interesse Histórico a Respeito de suas Associações e Congressos no Rio de Janeiro.” In *Brasil Açucareiro*, vol. 32, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, p. 324.

¹⁰⁶ VIVEIROS, 1947, vol. 29, pp. 576-9.

¹⁰⁷ VIVEIROS, 1947, vol. 29, p. 479.

¹⁰⁸ BARCELOS, Barão. Domingos Alves Barcelos Cordeiro. *A Crise do Açúcar. Ligeiras Considerações*. Campos, Lit. e Typ. de Carlos Hamberger, 1887.

adotadas no Brasil. Sentenciava Barcelos: *“qual a perspectiva de futuro dos engenhos centrais? (...) a miséria. Como evitá-la? Com a mais radical transformação do método de fabrico, com a instrução profissional e com as lições ganhas pela experiência.”*¹⁰⁹

Prosseguia Barcelos afirmando a necessidade de se propor aos engenhos centrais um questionário, habilitando assim o governo a tomar as medidas cabíveis para que o açúcar de cana ganhasse condições de competitividade, em relação ao de beterraba europeu.¹¹⁰ As medidas solicitadas eram, em suma, incentivos para o aumento das exportações e o fim das taxações entre as transações interprovinciais, minimizando os efeitos de um processo industrial atrasado.

Para Barcelos, a questão era a seguinte: poder-se-ia contar com os engenhos centrais para reverter esta situação? A negativa vinha acompanhada de sua justificativa:

*“As nossas actuais fábricas, ainda mesmo as mais importantes, estão longe de satisfazer as exigências de um bom trabalho: logo no começo estão as moendas deixando perder 4,5% em açúcar. (...) Enquanto as fábricas de açúcar de beterraba perdem apenas 2,7%, os melhores engenhos centrais que possuímos deixam perder estas percentagens de açúcar: no bagaço, 4,5%; no mel, 3,0%; no fabrico, 1,2%; desconhecidos, 0,8%; total, 9,5%. Dos 17 a 18 de açúcar que a cana possui, só aproveitamos de 7,5 a 8,5, e isto nas nossas melhores fábricas, que nos engenhos comuns não extraem mais do que 5%. (...) E porque estes são muitos, e aqueles poucos, segue-se que qualquer cálculo sobre a nossa produção deve ser feito na base de 5%. (...) Assim, temos que os 7.200.000 toneladas de canas que produzimos dão 360.000 toneladas de açúcar, das quais consumimos 120.000 e exportamos 240.000. Se tivéssemos fábricas como em Cuba, a nossa produção de açúcar seria de 720.000 toneladas. Botamos fora, portanto, em cada safra, 360.000 toneladas de açúcar, que ao preço de 150 réis por quilograma importa em 5.300:000\$000.”*¹¹¹

Para coibir tal desperdício, propunha o autor da monografia a urgente adoção maciça do processo de difusão, adotado somente muito mais tarde, no Engenho Central de Quissamã, Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Apud. VIVEIROS, 1947, vol. 29, pp. 578-9.

¹¹⁰ Apud. VIVEIROS, 1947, vol. 30, pp. 97-9.

¹¹¹ Apud. VIVEIROS, Jerônimo de, “O Açúcar Através do Periódico ‘O Auxiliador da Indústria Nacional’”. In: *Brasil Açucareiro*, vol. 30, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947, p. 98.

Grande fora a repercussão da monografia de Barcelos, e a ela se juntavam os gritos do parlamento, principalmente através do deputado Coelho e Campos, que em discurso proferido a 08 de agosto de 1887, alertava que nos três anos anteriores, a exportação do açúcar brasileiro sofrera uma queda de 60% em valor e quantidade e que “o decréscimo de 20.000:000\$000 na exportação geral do Império acusado no último ano financeiro, era, antes de tudo, e principalmente, devido à nossa indústria sacarina.”¹¹²

Para o orador, o que caracterizava a crise eram os baixos preços alcançados pelo açúcar brasileiro tanto no mercado externo quanto no interno, preços inferiores aos custos de produção. Dizia ele que o custo de uma arroba de açúcar girava em torno de 1\$338 (\$845 no cultivo mais \$493 na fabricação), sendo que esta mesma arroba alcançava preços entre \$800 e 1\$200 nos mercados nordestinos. Argumentava o deputado que a queda do preço do açúcar era resultado direto da grande oferta do produto no mercado mundial, principalmente devido ao desenvolvimento do açúcar de beterraba europeu, estimado na safra de 1886-87 em 2.530.000 toneladas, e o de cana em 2.368.000, num total de 4.898.000 toneladas. O discurso de Coelho e Campos é muito ilustrativo:

*“Métodos antiquados: cultura extensiva; aparelhos que só aproveitam um terço da sacarose; dessecação incompleta; capitais difíceis; sem mercados favoráveis; pesados impostos gerais e Provinciais sobre a aquisição da propriedade agrícola; sobre a exportação e sobre a importação de Província a Província, sem auxílio, sem animação de qualquer natureza, - tal a situação penosa, difícil, quase impossível a que se reduziu a lavoura da cana no Brasil esse Laisser Faire et Laisser Passer da nossa política, a política fatal do abandono.”*¹¹³

A crítica, portanto, tinha endereço certo: era dirigida contra o liberalismo econômico adotado pelo Império, de quem se reclamava atitudes similares a de outros produtores de açúcar, atitudes estas que não só deveriam incentivar a indústria doméstica, como também sobre-taxar o ingresso de concorrentes no país.

É certo que entre as críticas de Coelho e Campos, havia o reconhecimento da iniciativa do governo imperial no que concerne à política de adoção e implantação dos engenhos centrais. Reclamava, no entanto, de sua ineficiência, pois:

¹¹² Apud. VIVEIROS, 1947, vol. 30, p. 215.

¹¹³ Apud. VIVEIROS, 1947, vol. 30, pp. 216-8.

*“mal se pôs o pé no primeiro degrau da execução da lei, surgem barrancos de dificuldades, e quase nada se fez. (...) Houve algumas concessões de garantia de juros para engenhos centrais, em geral, sem resultados, e algumas centenas de quilômetros de estradas de ferro, algumas das quais por terrenos sáfaros, preterindo-se zonas de real produção.”*¹¹⁴

Para reverter tal situação, clamava o parlamentar pela urgente adoção do sistema de difusão, pelo aprimoramento dos aparelhos de moagem e cozimento, e por melhores métodos de cultura, e para consegui-los apontava duas medidas essenciais: ensino profissionalizante e capitais. Somente assim seria realmente aproveitada a superioridade produtiva (relação tonelada/hectare), e também o maior teor de sacarose da cana (17 a 21%) em relação à beterraba (18%).

Uma das primeiras conquistas do *Centro da Indústria e Comércio de Açúcar*, foi o fim dos direitos de exportação do açúcar. Outras conquistas do centro dizem respeito a coleta e organização de dados estatísticos por parte dos presidentes de províncias, inspetores das alfândegas e companhias de navegação. Em 05 de janeiro de 1888, o Centro organizou a *Primeira Exposição Brasileira de Açúcares e Vinhos*, no qual classificou 258 amostras de açúcares, 61 de vinhos e 06 de aguardentes. A 12 de junho de 1888, na sede do Centro, reuniram-se lavradores e comerciantes para discutirem e deliberarem sobre “as necessidades da lavoura de cana e dos engenhos centrais”.¹¹⁵

Segundo Henry Raffard, a principal deliberação da dita reunião foi a “*subscrição do capital de 10.000:000\$000 para o Banco Agrícola do Brasil organizado por membros da Directoria do Centro, e destinado a emprestar à lavoura, com o auxílio do Tesouro, até 20:000\$000 a juro módico e largos prazos.*”¹¹⁶ No entanto, o referido centro existiu apenas até 1892, data a partir da qual não mais tivemos notícias de seus trabalhos.

Com a proclamação da república, foi mantida a rotina de não se conceder autorização para a instalação de engenhos centrais sem o prévio contrato regulando as

¹¹⁴ Apud. VIVEIROS, 1947, vol. 30, p. 219.

¹¹⁵ POLIANO, 1948, vol. 32, p. 325.

¹¹⁶ Apud. POLIANO, 1948, vol. 32, p. 325.

relações de fornecimento de cana entre a indústria e os lavradores, obedecendo ainda o decreto imperial nº 10.393, de 09 de outubro de 1889.

Organizados ainda de forma provisória, a primeira medida adotada pelos republicanos foi o decreto nº 819, de 04 de outubro 1890, pelo qual se tornava temporariamente facultativo o emprego da difusão na fábricas centrais (antes condição *sine qua non* para a obtenção dos favores); instituía, também, prêmios para animar o progresso da indústria açucareira:

*“Tais prêmios serão das três seguintes classes: 1º - De 50:000\$000 para a fábrica que, com menor despesa de produção, obtiver 15%, pelo menos, de açúcar, sem distinção de qualidade; 2º - De 30:000\$000 para a fábrica que, nas mesmas condições, obtiver 11%, pelo menos, de açúcar; 3º - de 15:000\$000 para a fábrica que, nas mesmas condições, obtiver 10%, pelo menos, de açúcar.”*¹¹⁷

Em 1889, diante da descentralização republicana, alguns estados retomaram por conta própria a idéia de incentivo do governo imperial. Particularmente, Pernambuco deu uma série de concessões cujo privilégio estava baseado no seguinte princípio: “uma subvenção de 250 contos de réis era outorgada a 40 fábricas que deviam ser montadas para o tratamento de 200 toneladas de cana por dia. Esta subvenção seria reembolsada pelas fábricas a partir da terceira colheita, por um pagamento anual de 5% durante 20 anos.”¹¹⁸

Em 15 de outubro de 1890, segundo o artigo 9 do decreto firmado pelo Barão de Lucena, surgiram novos parâmetros para a concessão de auxílio ou empréstimo estatal à fundação dos engenhos centrais, estabelecendo que os fornecedores de cana deveriam regular o preço da matéria-prima fornecida às usinas tendo em vista o preço do açúcar no mercado de Recife, sujeitando-se a aprovação do governo do estado, “*que por essa ocasião poderá modificá-los e conservará esse direito em relação a todos os novos contratos de fornecimento, enquanto não estiver amortizado o capital mutuado.*”¹¹⁹

¹¹⁷ Apud. VIVEIROS, Jerônimo de. “O Açúcar Através do Periódico ‘O Auxiliador da Indústria Nacional’”. In: *Brasil Açucareiro*, vol. 32, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1948, p. 169.

¹¹⁸ DIAMANTI, Henri. “Nota sobre a indústria açucareira no Brasil” Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In. PERRUCCI, 1978, p. 228.

¹¹⁹ Apud. JUNGSMANN, 1971, p. 21.

Esta cautela do Estado manifestada em várias tentativas de regulamentar as relações entre o engenhos centrais e os fornecedores de cana não conseguiram, contudo, a eficiência desejada:

“cederam às influências políticas, e estas ao império das pressões econômicas. A usina, favorecida por empréstimos e financiamentos governamentais, desenvolveu-se livremente, transformando-se num instrumento de dominação, cujo núcleo era a exploração latifundiária. Conjugava o usineiro todos os elementos: a propriedade da terra, a usina e a exploração desta, o que vale dizer ao lucro industrial somava o lucro agrícola e o lucro comercial, relativo à venda do açúcar. Tal concentração armava o usineiro de poderes extraordinários, que aumentavam na medida em que o progresso industrial permitia ampliar consideravelmente a capacidade das fábricas. As moendas poderosas, na sua voracidade, precisavam cada vez mais de canas e os usineiros, substituindo o carro de boi pela estrada de ferro, iam buscar a matéria-prima cada vez mais longe. Os ramais das suas estradas de ferro, como tentáculos de um polvo gigantesco, envolviam e estrangulavam as propriedades vizinhas, cujos proprietários não tinham forças para se opor àquela lenta e inexorável dominação”¹²⁰

Na medida em que o governo instituiu quotas de fabricação para as usinas existentes, os titulares dos engenhos centrais obtiveram quase que uma espécie de monopólio na fabricação dos açúcares, fortalecendo sua posição em relação a do lavrador, convertido definitivamente em fornecedor, enquanto a unidade industrial necessitou de sua matéria prima. Porém, quando o engenho central concretizou a possibilidade de aliar o lucro agrícola ao lucro industrial, metamorfoseou-se em usina, desvincilhando-se do fornecedor de cana, “colaborador precioso para compartilhar dos prejuízos, ao tempo dos preços de miséria, mas que, já agora, com a estabilização dos preços em níveis compensadores, tornava-se um sócio incômodo a participar das vantagens decorrentes da obra coletiva de defesa da produção.”¹²¹

Portanto, foi diante da perspectiva de monopolizar os lucros que os engenhos centrais, pouco a pouco, ampliaram seus próprios canaviais visando o auto abastecimento de canas, suprimindo, assim, sua relativa dependência dos fornecedores. O

¹²⁰ JUNGSMANN, 1971, p. 22.

¹²¹ JUNGSMANN, 1971, p. 23.

argumento utilizado era simples: a necessidade crescente de matéria-prima não condizia com os métodos de cultivo extensivo do fornecedor, exigindo a cultura intensiva, a irrigação em alta escala, meios de transporte mais eficientes que o antigo carro de boi, etc. Investimentos estes que, por sua vez, exigiam uma grande inversão de capitais, inacessíveis ao lavrador e subsidiados às usinas.

Os problemas referentes ao açúcar foram retomados somente em 1897, com a fundação da *Sociedade Nacional de Agricultura*, que em seu primeiro congresso tomou algumas resoluções visando incentivar a “lavoura e comércio da cana e de seus produtos.” Dentre as principais resoluções deste congresso destacam-se: isenção da taxa de importação sobre lâmpadas e demais materiais empregados na iluminação ou na força motriz por meio do álcool; escolha de variedades de cana mais resistentes; estrumação e irrigação dos canaviais; introdução de melhoramentos técnicos no processo fabril.¹²²

Também em 1897, pressionado pelos produtores de açúcar, o governo republicano, pelo decreto nº 4.425, suprimiu definitivamente a fiscalização oficial dos engenhos centrais, tomando assim feições ainda mais liberais.

Ao que parece, a ineficácia da legislação que tinha por finalidade incentivar a economia açucareira nacional repousava não somente na apatia dos industriais brasileiros, num momento de grande especulação no mercado, mas também na própria forma como estava organizado o sistema fiscal republicano, que ao reservar exclusivamente para si as rendas advindas das alfândegas, deixou como única fonte de arrecadação para os estados federados uma taxa de exportação de seus próprios produtos para outras províncias e para o exterior.¹²³

O imposto sobre o açúcar exportado, quer para o estrangeiro, quer para outros estados da federação, em 1898, era cobrado com base em uma percentagem fixa do preço médio obtido no mercado durante a quinzena precedente a saída do produto.

Para o Rio de Janeiro e Pernambuco esta taxa era de 7%, e para os outros estados elas deviam ser “*sensivelmente as mesmas*”. Para proteger a indústria açucareira nacional dos competidores internacionais, os impostos alfandegários para os açúcares

¹²² POLIANO, 1948, vol. 32, p. 326.

¹²³ DIAMANTI, Henri. “Nota sobre a indústria açucareira no Brasil” Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In. PERRUCCI, 1978, p. 229.

importados eram de 520 réis por quilo, quando embalados em sacos. Descontavam-se ainda mais 15% do peso, quando o açúcar estava embalado em caixas ou barris de madeira. *"O açúcar branco refinado em pedaços é considerado como açúcar candi e paga 1.100 réis por quilograma. (...) Estes direitos são proibitivos; eles atingem o preço atual do melhor açúcar brasileiro e ultrapassam o preço médio."*¹²⁴

A industrialização brasileira no final do século passado esteve marcada pela fundação de um gigantesco número de empresas, geralmente sem estudos prévios. *"Em geral, as fábricas de açúcar participaram da mesma sorte destas empresas, e a maior parte ou não foram concluídas ou então vegetaram por falta de capitais."*¹²⁵

Outra característica marcante do desenvolvimento capitalista pelo qual passava a economia açucareira foi a divisão do trabalho entre suas fases agrícola e industrial, que em 1890 ainda era reclamada tanto para melhorar os métodos de cultivo da cana, quanto para possibilitar os investimentos necessários ao aperfeiçoamento do fabrico. Foi esta separação que deu origem a associação entre lavradores e fabricantes na fundação dos engenhos centrais:

*"onde o pessoal técnico e habilitado labora o produto que leva o agricultor, interessado na prosperidade da fábrica, pelo comprometimento de suas economias, recebendo em troca o valor mercantil das suas canas e os conselhos que o profissional lhe dá para realizar melhoramentos no solo e, portanto, aumento de riqueza sacarina da graminea que um cultiva e outro labora."*¹²⁶

Foi somente a partir desta divisão do trabalho que a indústria açucareira brasileira passou por um processo de modernização acentuado, empregando com quase meio século de atraso os avanços técnicos há muito conhecidos de nossos concorrentes internacionais, como Cuba, por exemplo.

¹²⁴ DIAMANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In, PERRUCI, 1978, p. 229.

¹²⁵ DIAMANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In, PERRUCI, 1978, p. 228.

¹²⁶ RAFFARD, Henry, *Relatório do Jury de Secção de Assucars da Primeira Exposição Brasileira de Assucars e Vinhos, organizada pelo Centro de Indústria e Commercio de Assucar*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Apud. RODRIGUES, 1946, vol. 27, p. 181.

Para melhor avaliar até que ponto os engenhos centrais paulistas, diferentemente de seus similares nordestinos,¹²⁷ alcançaram os objetivos para os quais foram fundados, um bom indicador pode ser o estudo do comportamento das exportações paulistas de açúcar ao final do século XIX, o que pode ser feito pela observação do quadro XIV:

Quadro XIV
Exportações da Província de São Paulo: 1869-1886

Ano/Gênero	Café (K)	Algodão	Fumo	Açúcar (K)	Arroz
1869-70	50:133.765	6:692.670	56.918	195	-
1870-71	34:059.133	6:509.055	65.714	14.893	-
1871-72	39:678.705	11:363.648	359.175	nada consta	-
1872-73	50:491.515	10:181.617	789.120	nada consta	-
1873-74	62:173.385	9:987.482	514.139	57.937	-
1874-75	65:746.029	5:358.144	186.796	46.433	-
1875-76	60:896.641	nada consta	61.650	14.049	-
1876-77	53:353.010	nada consta	329.481	13.570	-
1877-78	78:449.807	663.685	612.484	15.495	-
1878-79	91:430.814	1:344.772	381.310	3.900	-
1879-80	82:248.767	834.518	209.420	6.405	-
1881-82	115:124.716	1:191.222	344.408	30.180	2:609.007
1882-83	147:468.020	444.437	1:362.811	91.490	2:113.707
1883-84	138:172.975	293.960	243.016	1.920	2:577.139
1884-85	140:687.272	939.004	283.584	1.170	1:854.006
1885-86	108:878.784	993.332	240.262	42.628	2:152.194

FONTE: Entre 1869 e 1880 - BRITO, Laurindo Abelardo de. (Presidente da Província de São Paulo). *Relatório Apresentado à Assembléia do Estado de São Paulo em 13 de Janeiro de 1881*. São Paulo, Typografia do Diário de Santos, pp. 37-40. Entre 1881 e 1886 - MELLO, José Joaquim Cardoso de, (Bacharel. Inspetor do Thesouro Provincial). *Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Barão do Parnahyba, Presidente da Província*. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler, 1887, pp. 32-33.

A análise do quadro acima demonstra que, se compararmos os últimos cinco anos da década de 1870 com os cinco primeiros da década de 80, as exportações paulistas de açúcar aumentaram em 213,34%.

O significativo aumento das exportações paulistas de açúcar pode ser explicado pela inauguração de vários engenhos centrais na província: ainda em 1878 foi

¹²⁷ PINASSI, Maria Orlanda. *Do engenho Central à Agroindústria: O Regime de fornecimento de canas*. Coleção Cadernos do Cedec nº 09, 1987, pp. 13-5

inaugurado o Engenho Central de Porto Feliz;¹²⁸ em 1882 entrou em funcionamento o Engenho Central de Piracicaba;¹²⁹ em 1884 inauguraram-se o Engenho Central de Lorena¹³⁰ e o Engenho Central de Capiravi.¹³¹ Durante a primeira metade da década de 1880 ainda foram concedidas garantias de juros aos engenhos centrais de Tietê (1883)¹³² e Taubaté (1884).¹³³ Segundo o presidente da assembléia legislativa provincial, Francisco de Carvalho Soares Brandão, em janeiro de 1883 o total do capital garantido para os engenhos centrais em São Paulo era de 1.900:000\$000.¹³⁴

Se considerarmos a ampliação da população paulista, que entre 1874 e 1886 teve um aumento demográfico da ordem de 45,8%, chegando a cifra de 1.221.380 habitantes,¹³⁵ e que durante o mesmo período a população escrava sofreu um decréscimo de 31,9%,¹³⁶ podemos inferir um considerável aumento do mercado consumidor local, que aliado às crescentes exportações, exigiram dos recém fundados engenhos centrais um significativo aumento da produção de açúcar.

Assim, percebe-se que o *boom* dos engenhos centrais paulistas (1878-1885) aconteceu paralelamente ao aumento do mercado consumidor local e num momento de baixa nos preços do café, principal produto de exportação de São Paulo. Segundo o

¹²⁸ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 614.

¹²⁹ Decreto nº 8089, de 07/05/1881, concedendo garantia de juros de 7% sobre o capital de 400:000\$000. Decreto nº 8157, de 21/05/1881, elevando o capital garantido para 500:000\$000. Decreto 8364, de 31 de dezembro de 1881, aprovando os estatutos e autorizando o funcionamento. Para Dé Carli, "(...) O Engenho Central de Piracicaba foi realmente a mais importante fábrica fundada naquele período de iniciação. (...)” in: DÉ CARLI, 1943, p. 45.

¹³⁰ Decreto nº 8098, de 21/05/1881. Decreto nº 9012, de 15/09/1883.

¹³¹ MONTEIRO, Noacir Nazareno. *Aspectos da História de Capivari no Final do Século XIX*. Piracicaba, Shekinah, 1987, p. 148. O Decreto de Concessão do Engenho Central de Capivari data de 1881, sob número 8123.

¹³² Decreto nº 9057, de 10/11/1883.

¹³³ Decreto nº 9169, de 22/03/1884.

¹³⁴ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Conselheiro Presidente). *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, p. 71. Ver também: DÉ CARLI, 1943, p. 36.

¹³⁵ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, nº 1, volume 1, 1952, p. 53. Mesmo que estes dados incluam também a população escrava, somente entre 1881 e 1885, a Província de São Paulo recebeu 21.728 imigrantes, ou seja, 17,07% de todos os estrangeiros entrados no país. Os últimos dados são de BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira*. Livro Segundo, DIFEL, pp. 135-315.

¹³⁶ CAMARGO, 1952, p. 54. “Em 1874 (a população escrava) compreendia 18,7% da população total e, em 1886, representava apenas 8,7% da mesma que, como já vimos, cotinua a crescer.”

59

Relatório Provincial de 1883, elaborado por Francisco Brandão, a crise dos preços do café serviu para:

*“demonstrar de modo irrefragável que não deve ella [a Província] confiar o seu futuro econômico em um único gênero de produção e exportação. [Declarava ainda ser-lhe] “grato registrar que a introducção e desenvolvimento dos engenhos centraes na Província promete ser um auxiliar poderoso, mantendo a receita Provincial, chamando os pequenos lavradores a participação de lucros certos e atraindo a lavoura maior número de indivíduos.”*¹³⁷

O Engenho Central de Piracicaba foi fundado neste cenário, marcado pela queda dos preços internacionais do café e pelo aumento das exportações paulistas de açúcar.

¹³⁷ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Conselheiro Presidente). *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª Legislatura, em 10 de janeiro de 1883.* São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, p. 71.



FACHADA DO PRÉDIO PRINCIPAL, ONDE LOCALIZAVAM-SE AS "MÁQUINAS" DO ENGENHO

II - O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

A fundação dos engenhos centrais é, sem dúvida, um marco no processo de industrialização brasileiro, não apenas pela introdução de novas e modernas máquinas movidas a vapor, mas também e principalmente por propiciar a divisão do trabalho entre as fases agrícola e fabril, entre campo e cidade. Em outras palavras, os engenhos centrais operaram a primeira grande divisão do trabalho no Brasil.

Vários autores estudaram o processo de industrialização a partir de suas relações com o desenvolvimento e expansão da economia cafeeira em São Paulo, surgindo assim várias teorias interpretativas daquele processo.

Wilson Suzigan apresentou, em 1984, uma das mais significativas contribuições ao tema, na medida em que reavaliou as teorias interpretativas até então existentes e, mais importante, ofereceu uma interpretação alternativa para o estudo da origem e do desenvolvimento da indústria brasileira, segundo a qual o crescimento econômico foi induzido por produtos básicos.¹³⁸ Analisando a bibliografia, o autor identifica quatro interpretações a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro: "1) a 'teoria dos choques adversos'; 2) a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações; 3) a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou o 'capitalismo tardio'); 4) a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo."¹³⁹

Nossa análise do Engenho Central de Piracicaba como ícone do processo de industrialização piracicabano e paulista terá como pano de fundo a interpretação proposta por Suzigan, segundo a qual o "desenvolvimento industrial no Brasil do século XIX pode ser explicado nos termos da teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos, isto é, o crescimento industrial foi induzido pela expansão do setor exportador."¹⁴⁰ O açúcar foi um dos principais produtos de exportação da história do Brasil e, ao final da década de 1870, "induziu investimentos em fábricas e refinarias modernas de açúcar (...) e

¹³⁸ SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pp. 66-72.

¹³⁹ SUZIGAN, 1986, p. 21.

¹⁴⁰ SUZIGAN, 1986, p. 71.

61

também na produção de moendas e peças para máquinas e equipamentos para as fábricas de açúcar.”¹⁴¹

Este capítulo examina a implantação e o funcionamento do Engenho Central de Piracicaba nas últimas décadas do século XIX. Comparando com outros engenhos do período, analisamos o desempenho da fábrica de Piracicaba em termos de tecnologia, transporte e produtividade. Considerando a política imperial de incentivo aos engenhos centrais e as condições do mercado interno e externo para o produto, o texto examina as dificuldades enfrentadas pelos administradores em manter o suprimento adequado de cana e o transporte da matéria-prima e do produto final, bem como a dificuldade de sobrevivência do Engenho enquanto tal, o que levou-o à condição de usina.

¹⁴¹ SUZIGAN, 1986, p. 71. Um exemplo dessas atividades industriais subsidiárias aos engenhos centrais é a Thomson, Black & Cia., fundada no município de Campos, Rio de Janeiro. Esta empresa, no entanto, não ateu-se somente à manutenção e reparos, dedicando-se também à busca de novas soluções exigidas pela indústria açucareira. Foi como resposta às necessidades de economia de lenha que a dita empresa inventou, em meados da década de 1880, o forno Thomson para queimar bagaço”. Entre as vantagens deste novo processo, destacava-se a economia de mão-de-obra no processo de secagem do bagaço, do que resultava

II.1 - A fundação do Engenho

A empresa Engenho Central de Piracicaba nasceu da associação entre os latifundiários Antonio Corrêa Pacheco, Joaquim Eugênio do Amaral Pinto e Estevão Ribeiro de Souza Rezende que, em 1859 recebeu de seus pais, os Marqueses de Valença, a fazenda São Pedro, onde foi construído o Engenho. Quando o futuro Barão de Rezende casou-se com Anna Cândida da Conceição, filha dos Barões de Serra Negra, juntaram-se as duas tradicionais famílias e suas terras, ampliando ainda mais o seu latifúndio.¹⁴²

Após oficialmente fundado, o Engenho Central de Piracicaba obteve, em 1881, concessão de garantia de juros sobre o capital de 400:000\$000.¹⁴³ Ainda em 1881, o capital garantido foi elevado à 500:000\$000.¹⁴⁴ Embora a autorização para seu funcionamento date do mesmo ano,¹⁴⁵ suas máquinas começaram a moer somente em novembro de 1882, proporcionando um “grande espetáculo” aos observadores da época.¹⁴⁶ O funcionamento da nova fábrica causou tanta curiosidade na população local que, em agosto do mesmo ano o Barão de Rezende viu-se obrigado a não permitir o “ingresso n'aquelle estabelecimento senão ás quintas feiras, durante as horas de trabalho (...) pelos abusos dos visitantes inconvenientes.”¹⁴⁷

O decreto de concessão nº 8089, além da garantia os juros de 7% ao ano durante 20 anos, estabelecia outras facilidades para a efetiva fundação da empresa: isenção de direitos de importação sobre os maquinários necessários à fábrica e à construção de uma linha férrea e a preferência para aquisição de terrenos devolutos que o Engenho cultivasse com mão-de-obra imigrante.¹⁴⁸

possibilidade de empregar mais racionalmente os braços disponíveis no trato da lavoura, além de minimizar a derrubada das matas. Consultar: VIVEIROS, 1946, vol. 28, p. 628.

¹⁴² WEBER, Wagner Luis. *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 28 de Junho de 1998, p. A-6.

¹⁴³ Decreto nº 8089, de 07 de maio de 1881. (Anexo) Consultar: SARAIVA, José Antonio. (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, apresentado à Assembléia Geral da 1ª sessão da 18ª legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882, pp. 35-42. Sobre a fundação do Engenho Central de Piracicaba, consultar também: GUERRINI, 1970, p. 83.

¹⁴⁴ Decreto nº 8157, de 01 de julho de 1881. (Anexo)

¹⁴⁵ Decreto nº 8364, de 31 de dezembro de 1881.

¹⁴⁶ CARRADONE, Hugo Pedro. *Folheto*. Piracicaba, Prefeitura do Município de Piracicaba.

¹⁴⁷ REZENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*. Piracicaba, 23 de agosto de 1882, p. 02.

¹⁴⁸ SARAIVA, José Antonio. (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, apresentado à Assembléia Geral da 1ª sessão da 18ª legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882, pp. 35-42.

Para fazer jus a tais vantagens, o decreto nº 8089 obrigava o Engenho Central a cumprir algumas exigências contratuais. Além de vetar a utilização de mão-de-obra escrava, o decreto estabelecia que o Engenho deveria ter uma capacidade mínima de moer 150 toneladas de cana ao dia, fabricando 500 toneladas de açúcar ao ano. Ainda segundo o decreto, o Engenho deveria também construir uma linha férrea de no mínimo 10 quilômetros, ligando o pátio da fábrica a alguns pontos onde os fornecedores pudessem entregar suas canas, e do capital total garantido, o Engenho deveria reservar 10% para o estabelecimento de um fundo destinado ao financiamento da produção de matéria-prima pelos fornecedores, a juros prefixados de 8% ao ano.

O pagamento dos incentivos estatais deveria ser efetuado após a empresa distribuir aos seus acionistas dividendos de 10%, em quotas semestrais corrigidas em 7% ao ano. Após quitar os débitos com o governo, o lucro que excedesse os 10% deveria ser convertido em um fundo de amortização e reserva, provavelmente preparando o caixa da empresa para momentos de dificuldades, e/ou para ter capacidade de investimento para cumprir a cláusula que obrigava a adoção de todos os progressos obtidos pela concorrência internacional.¹⁴⁹

O exame do decreto de concessão chama a atenção ainda para dois aspectos fundamentais: a questão relativa a mão-de-obra e ao fornecimento de matéria-prima, diretamente relacionado com a constituição de um sistema de transportes.

Quanto ao tipo de mão-de-obra a ser utilizada pelo Engenho Central, chama a atenção, além da proibição da utilização de escravos, a preferência dada para a aquisição de terras devolutas com base na Lei de Terras de 1850, desde que estas fossem cultivadas por imigrantes europeus.¹⁵⁰ A cláusula demonstra, sem dúvida, a preocupação em criar-se mecanismos econômicos de incentivo à utilização de mão-de-obra livre. No entanto, como veremos mais tarde, a regra não foi seguida e tal como nas fazendas de café, homens livres trabalharam lado a lado com escravos, se não exatamente na fabricação de açúcar no

¹⁴⁹ Artigo XVIII do Decreto nº 8089, de 07 de maio de 1881. (Anexo C) In: SARAIVA, José Antonio. (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, apresentado à Assembléia Geral da 1ª sessão da 18ª legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882, pp. 35-42.

¹⁵⁰ Parágrafo 2º do Artigo V do Decreto nº 8089. (Anexo)

Engenho, ao menos no cultivo de cana nas fazendas, tanto naquelas pertencentes aos fornecedores, quanto nas fazendas pertencentes aos proprietários do Engenho Central.¹⁵¹

Já a cláusula que obrigava a construção de uma linha férrea ligando a fábrica aos fornecedores revela a preocupação do Governo Imperial em garantir um suprimento regular de canas.¹⁵² Ainda no mesmo ano de 1881, um novo decreto foi aprovado elevando para 15 km a extensão da estrada de ferro a ser construída.¹⁵³

A falta de regularidade no fornecimento de cana tem sido apontada por vários autores como sendo um dos fatores determinantes do fracasso de vários Engenhos Centrais. Segundo Jungmann, "a idéia da central, circunscrita a função industrial, como simples recebedora de canas, não pôde vingar, sobretudo porque precisava ter como base um engenho já existente e, em consequência, a plantação correspondente."¹⁵⁴ Wanderley concorda com Jungmann, argumentando que "os senhores de engenho subestimaram a concorrência que as centrais fariam às suas próprias fábricas."¹⁵⁵ Gileno Dé Carli, por sua vez, concorda com os autores anteriores e, ao mesmo tempo, amplia os motivos que levaram vários engenhos centrais ao fracasso. Segundo ele, a fundação dos engenhos centrais paulistas causou uma grande reação dos plantadores de canas independentes, que não queriam estabelecer contratos de fornecimento. Além disso, os fracassos podem ser devidos "às condições sociais do país, e às grandes despesas do transporte de canas para as estações ou chaves, às cruéis demoras de pagamentos, às irregularidades do serviço nas estradas de ferro públicas e às dificuldades criadas pelos seus regulamentos pedantes e não elásticos e por fretes variando segundo o câmbio do dia."¹⁵⁶

Portanto, há concordância entre vários autores de que um dos pontos de estrangulamento que inviabilizou o projeto dos engenhos centrais foi a inconstância no fluxo de fornecimento de matéria-prima, exatamente como ocorreu com o Engenho Central de Capiravi, em 1885.¹⁵⁷

¹⁵¹ Lembremo-nos da posição anti-abolicionista do Barão de Resende.

¹⁵² Artigo XII do Decreto nº 8089. (Anexo)

¹⁵³ Decreto nº 8157, de 01 de julho de 1881. (Anexo)

¹⁵⁴ JUNGSMANN, 1971, p. 21.

¹⁵⁵ WANDERLEY, M. N. *Capital e Propriedade Fundiária*, 1958, p. 43.

¹⁵⁶ DÉ CARLI, 1943, pp. 45-58.

¹⁵⁷ MONTEIRO, 1987, p. 149. É interessante notar que durante o período em que se fabricou açúcar com a utilização de tecnologia rústica (1530-1878), o ponto de estrangulamento da produção residia na incapacidade técnica das máquinas: havia mais matéria-prima do que a capacidade de processá-la. Quando se

Os argumentos de Queda vão no mesmo sentido, alegando que a experiência dos engenhos centrais não deu certo no Brasil “devido ao atraso de sua economia na época, aos elevados índices de concentração da propriedade fundiária, conjugada com o excessivo poder político e a falta de preparo técnico de seus principais defensores.”¹⁵⁸ Foi a conjugação destes fatores acima relatados que, de uma forma ou de outra, conspiraram contra o abastecimento regular de matéria-prima para os engenhos centrais paulistas, levando alguns deles ao fracasso.

O decreto de concessão de juros ao Engenho Central de Piracicaba rezava, em sua cláusula II, que a preferência para tornar-se acionista do Engenho seria dada aos proprietários agrícolas locais, garantindo assim uma posição menos desconfortável aos futuros fornecedores, que antes da fundação do Engenho Central eram “senhores de engenho” gozando do *status* decorrente. Este “espírito associativo” pregado pela legislação, na verdade, baseava-se na premissa de que, tornando-se acionista da empresa, o fornecedor não visse motivos para interromper o fornecimento de cana quando os preços oferecidos pela fábrica não fossem tão atraentes, fabricando ele mesmo rapadura e cachaça, produtos de fácil aceitação no mercado local. Relacionada com a mesma questão somava-se ainda a cláusula XIV do decreto nº 8089, que previa a criação de um fundo de 10% do capital garantido, destinado ao financiamento da produção dos fornecedores, a juros de 8% ao ano.

Ao final do ano de 1881, um novo decreto elevou o capital afiançado para 500:000\$000.¹⁵⁹ A autorização para o funcionamento também foi concedida em 1881,¹⁶⁰ mas seu funcionamento efetivo só começou um ano depois, em novembro de 1882.¹⁶¹ Segundo o Ministro Saraiva, o aumento do capital afiançado demonstrava que as despesas com o Engenho Central já haviam superado em 20% as primeiras estimativas.¹⁶²

fundaram os engenhos centrais, o ponto de estrangulamento passou a residir na insuficiência de matéria-prima diante de máquinas tão vorazes.

¹⁵⁸ QUEDA, O. & SZMRECSÁNYI, T. “Introdução” in: PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, p. X.

¹⁵⁹ Decreto nº 8157, de 01 de julho de 1881. (Anexo)

¹⁶⁰ Decreto nº 8364, de 31/12/1881.

¹⁶¹ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 615.

¹⁶² SARAIVA, José Antonio. Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléia Geral da 1ª sessão da 18ª legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882, p. 64. Cópia do decreto 8157 encontra-se em anexo.

A Companhia Engenho Central de Piracicaba organizou-se com o capital de 500:000\$000, divididos em 1000 ações de 500\$. Em 1882 ainda não estavam concluídas todas as obras, e o custo total do empreendimento já somavam 650:000\$000, ou seja, 150:000\$000 além do capital garantido.¹⁶³ Pelo *Relatório Provincial* de 1883, sabemos que a empresa não havia conseguido sequer reunir os 500:000\$ com a subscrição das ações, motivo pelo qual levantou empréstimos “que realizaram-se em condições razoáveis.”¹⁶⁴

Feita uma breve apresentação do Engenho Central de Piracicaba, bem como dos motivos que levaram alguns engenhos centrais ao fracasso, passemos à reconstituição da história daquele Engenho Central, e vejamos como ele se comportou diante das dificuldades que lhe eram impostas pela conjuntura do final do século XIX.

¹⁶³ VIVEIROS. 1946, vol. 27, p. 616.

¹⁶⁴ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. *Fala dirigida à Asembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, pp. 73-4.

II.2 - Um Engenho Moderno: Tecnologia e Transportes

Conforme já nos referimos, a fundação dos engenhos centrais no Brasil a partir da política de incentivos em 1875 possibilitou a modernização da indústria sacarina nacional, não somente através da separação do processo produtivo do açúcar entre a fase agrícola e a fase industrial, mas também pela adoção de métodos avançados de fabricação, não obstante os vários reveses sofridos até que a modernização de fato se estabelecesse, no final da década de 1870 e início da década de 1880.¹⁶⁵

Um exame mais detalhado da tecnologia utilizada e do avançado sistema de transporte implantado revela que o Engenho Central de Piracicaba introduziu, sem dúvida, métodos bastante modernos em sua fábrica.

A - Tecnologia

O impacto da fundação do Engenho Central para a cidade de Piracicaba pode ser pensado não apenas sob o ponto de vista arquitetônico, que ainda hoje causa admiração aqueles que o visitam, mas também pela potência de suas máquinas, fornecidas pela casa francesa Brissouneau Frères, e montadas sob a direção de André Patureaux e Fernand Desmolin,¹⁶⁶ os mesmos que no final da década de 1870 haviam montado o Engenho Central de Porto Feliz.¹⁶⁷ Aliás, o capital e a tecnologia francesa tiveram participação destacada no processo de modernização da indústria açucareira brasileira. Em 1880, o grupo Costa Pinto contratou para a montagem do Engenho Central do Bom Jardim, na Bahia, a Cia. Fives Lile, que já possuía uma substancial experiência na montagem de usinas de açúcar.¹⁶⁸

Segundo o presidente da província de São Paulo, Francisco Brandão, o Engenho Central de Piracicaba contava com uma potência instalada de 420 C. V., o que

¹⁶⁵ SUZIGAN, 1986, pp. 202-6.

¹⁶⁶ GUERINI, 1970, p. 83.

¹⁶⁷ Inaugurado em 1878, o Engenho Central de Tietê tinha um capital estimado de 460:000\$000; empregava 100 trabalhadores livres e pelo rio Tietê transportava grande parte de suas canas. Consultar: VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 614.

¹⁶⁸ PANG, Eul Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Bahiana. Alguns Aspectos de sua História: 1875-1891*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, p. 43. PINASSI também chamou a atenção para a importância dos capitais ingleses e franceses na modernização da produção açucareira brasileira. PINASSI, 1987.

representava 28,9% da potência total instalada no município, que era de 1.450 C. V. Três turbinas hidráulicas, com uma força reunida de 120 cavalos, faziam trabalhar as moendas, as bombas e as oito turbinas centrífugas; para produzir vapor, dispunha de três caldeiras multitubulares de 100 cavalos cada uma, munidas de forno do sistema Blandin, para secar o bagaço.¹⁶⁹ Todos este maquinário permitia ao Engenho a capacidade anual para produzir 9.000 sacas de açúcar, ou seja, 540 toneladas.¹⁷⁰

A utilização do sistema Blandin para secar bagaço representava uma dupla economia: além de alimentar as fornalhas, poupando madeira e carvão, significava também economia de homens, animais e tempo, uma vez que tornavam-se desnecessárias as tarefas de recolher, transportar e revolver o bagaço num pátio, onde permanecia ao sol até ficar livre da umidade, como ocorria no Engenho Central de Queimado, no Rio de Janeiro.¹⁷¹ Segundo o Barão de Guarujá, os resultados obtidos com o pioneiro “forno Blandin” eram superiores aos obtidos com o “Forno Gadillot” instalado no Engenho Central de Campos, pois em Piracicaba “*não desperdiça-se a menor partícula de bagaço, sendo todo queimado ao sahir da moenda, no que vae uma enorme economia de combustive*”¹⁷²

Depois das canas serem pesadas “*numa das maiores e melhores balanças da Província*”,¹⁷³ capaz de suportar carros e vagões carregados, elas eram encaminhadas pelos “condutores” as pioneiras “*moendas de oito cilindros ou quatro pressões, modelo Brissoneau*.” Estas moendas, que “*pesavam noventa e seis toneladas*”, eram capazes de extrair 82% do caldo contido nas canas. Várias bombas auxiliares levavam o caldo para os 18 tanques de ferro, onde era clarificado com “ácido sulfuroso.” Depois de decantado, o caldo era novamente bombeado as caldeiras, onde entrava em ebulição. O caldo fervente

¹⁶⁹ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Presidente da Província) *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, p. 73. Interessante notar que, segundo o relatório de 1883, possuía o Engenho Central de Piracicaba uma potência instalada de 420 cv. Segundo o “Almanak de Piracicaba”, em 1900 o Engenho possuía apenas 300 cv. Não conseguimos, ainda, encontrar explicações para tal incongruência. Talvez o Almanak considere apenas as três caldeiras multitubulares, desprezando a energia gerada pelas turbinas hidráulicas. Ver: CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 119.

¹⁷⁰ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 273.

¹⁷¹ VIVEIROS, 1946, vol 27. p. 408 e p. 615.

¹⁷² GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, Gazeta Liberal, 1884, p. 57.

era por fim conduzido ao “evaporador de tríplice efeito”, onde subia à cerca de 9° Baumé.¹⁷⁴

Em 1884, o presidente da província, Barão de Guarujá, ainda elogiava as moendas utilizadas pelo Engenho Central de Piracicaba, argumentando que eram “ *muito superiores, pelo resultado, às de 3 cylindros, mesmo que a estas se adaptem os desfibradores, como fez o engenho de Quissamã*”, que em 1883 havia instalado um “Desfibrador Faure”.¹⁷⁵

Após o necessário repouso, o caldo ia para caldeiras a vácuo, onde transformava-se numa massa, que após ser moída era encaminhada a um secador, responsável por retirar toda umidade do açúcar; centrífugas de vapor seco e um pulverizador terminavam o processo de branqueamento e refino do produto que podia enfim ser pesado e ensacado.¹⁷⁶

Lâmpadas elétricas Soleil iluminavam a fábrica, o que era uma novidade em São Paulo, naquela época. O pioneirismo na utilização de luz elétrica ganha relevo se considerarmos que, durante a safra, o trabalho de fabricação do açúcar é uma atividade ininterrupta. Portanto, a iluminação elétrica deve ser considerada como um elemento de ganho de produtividade. Segundo Friginals, referindo-se a Cuba, “a falta de um sistema de iluminação adequado sempre fora um fator negativo para a implacável continuidade exigida pelo processo produtor açucareiro.”¹⁷⁷

Para melhor avaliar a grandiosidade do Engenho Central, comparemo-lo a uma daquelas “engenhocas”, que no início do século XIX eram responsáveis pela fabricação do açúcar paulista.

¹⁷³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 11. Piracicaba, 15 de julho de 1882, p. 02.

¹⁷⁴ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Presidente da Província) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, pp. 73-4. Consultar também: GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, *Gazeta Liberal*, 1884, p. 57.

¹⁷⁵ GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, *Gazeta Liberal*, 1884, p. 57. Consultar também: VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 408.

¹⁷⁶ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Presidente da Província) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, pp. 73-74.

¹⁷⁷ FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho. Complexo Econômico Social Cubano do Açúcar*. Vol. II. São Paulo, Edunesp/Hucitec, 1989, p. 32

Petrone nos oferece uma boa descrição de um engenho para o início do século (Campinas, 1815):

“em primeiro lugar há a casa do engenho de 16,50m por 9,80m; tem duas porteiras de duas folhas e um baldrame com parapeito de madeira lavada. Há depois uma parte formada por seis laços: um de 6,60m e os mais de 4,84m por 9,68. Outra parte é formada por um corredor do comprimento dos laços com, mais ou menos, 4,84m de largura. O puxado para os cobres tem 4,40m por 6,60m. O tendal tem o comprimento dos cinco laços, é assoalhado com tábuas furadas para as fôrmas de barro. Finalmente, existe um sobradinho de 4,40m por 2,64m, com uma porta e escada de tábuas para o engenho e duas escadas, também de tábuas para o tendal. Pela descrição, pode-se concluir que se trata de um engenho compacto, com todas as instalações necessárias num bloco.”¹⁷⁸

Um dos primeiros melhoramentos empregados na fabricação do açúcar paulista talvez tenha ocorrido em 1812, com a introdução das moendas horizontais, muito mais vantajosas, na medida em que possibilitavam a melhor distribuição da cana entre os cilindros e, portanto, o menor desgaste das peças.¹⁷⁹ Mesmo assim, o engenho vertical sobreviveu por longos anos, prova da lentidão na adoção dos avanços técnicos. Tanto os engenhos horizontais quanto os verticais tinham seus cilindros construídos, primeiro, de madeira, mais tarde recobertos com ferro e, depois, totalmente feitos de ferro. A fabricação de tais cilindros, bem como das rodas dentadas nas quais se fundiam, era feita na fábrica de ferro Ipanema.

Por volta de 1836, os paulistas ensaiavam outra melhoria, qual seja: além da instalação, em Santos, da primeira máquina a vapor numa fábrica de açúcar, a tentativa de encaminhar as chamas das fornalhas pelo fundo das caldeiras (utilizando-se do método conhecido como trem jamaicano), com o objetivo de poupar combustível.¹⁸⁰

Durante quase todo o século XIX, o processo de fabricação de açúcar em São Paulo manteve-se semelhante ao da época colonial, introduzindo muito tardiamente os progressos alcançados pelos competidores internacionais. Após sua extração, o caldo era

¹⁷⁸ PETRONE, 1968, pp. 99-101.

¹⁷⁹ DAUNT, Ricardo Gumbleton. “Reminiscências do distrito de Campinas em Bairro, Freguesia e Villa”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XL, p. 231 e p. 237.

¹⁸⁰ PETRONE, 1968, p. 98. Consultar também: CAMARGO, 1952, p. 170

submetido a uma temperatura inferior a da fervura, e lhe eram retiradas as impurezas com o uso de escumadeiras. Após esta primeira fase, era conduzido a caldeira “de melar”, onde com a simples adição de algumas gotas de lixívia alcalina, preparada com as cinzas das fomalhas, as impurezas contidas no caldo subiam e eram retiradas. Daí, a “meladura” era levada as tachas, nas quais era cozida sob calor intenso até transformar-se em “melado”. Após a cristalização e o resfriamento, o açúcar era depositado em formas cônicas furadas no vértice, por onde escorria o melaço que não se cristalizara e que seria mais tarde transformado em aguardente. Esse processo levava aproximadamente 24 horas. Quando todo o melaço já havia escorrido, começava a outra fase de purificação. Através da deposição de argila umedecida sobre a superfície da forma, obtinha-se um produto mais branco, na medida em que a água contida na argila escorria e levava consigo quase todas as impurezas restantes.¹⁸¹

Pelo breve retrospecto apresentado, podemos perceber que, no Brasil, a adoção de melhoramentos técnicos no processo de fabricação do açúcar foi sempre muito lenta, com quase meio século de atraso se comparada com a indústria açucareira cubana que, já em 1840 contava com o engenho mecanizado, embrião da grande indústria.¹⁸² Segundo Eisenberg, “alguns escritores apontaram, acertadamente, a abundância de terras virgens a estimular a tecnologia terra-extensiva e a conspirar contra a conservação do solo e o progresso.”¹⁸³ Assim, a introdução dos engenhos centrais brasileiros significou, de uma vez, a adoção das técnicas mais modernas que havia no mundo. Portanto, o Engenho Central de Piracicaba nasceu grande.

Talvez, tão interessante quanto comparar o Engenho Central a um engenho do início do século XIX, seja comprá-lo ao Engenho Central de Porto Feliz, que além de ser o concorrente mais próximo do Engenho Central de Piracicaba, tanto sob o ponto de vista técnico quanto geográfico, foi o primeiro do gênero a operar na província de São Paulo, já em 1878.

¹⁸¹ PETRONE, 1968, pp. 103-4. Consultar também: SCHWARTZ, 1988, pp. 109-112.

¹⁸² FRAGINALS, 1988, p. 219. Consultar também: SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba. A Transição para o Trabalho Livre: 1860-1899*. Tradução: Maria Lúcia Lamounier, Campinas, Editora da Unicamp, 1991, pp. 36-53.

¹⁸³ EISENBERG, 1979, p. 65.

No que se refere a área construída, as fábricas se equivaliam: o Engenho de Piracicaba era apenas 8 m² menor; porém, se considerarmos como parte da fábrica o condutor de canas, o mesmo era 242 m² maior. Ambas as fábricas foram construídas às margens de rios, o que indica que desde as primeiras moagens utilizavam o transporte fluvial. Localizado às margens do Rio Tietê, o Engenho Central de Porto Feliz contava com um “vapor” e dezesseis chalanas responsáveis pelo transporte de cana e açúcar, utilizando-se de um cais para embarque e desembarque; o Engenho de Piracicaba utilizava-se dos equipamentos de navegação da Companhia Fluvial Paulista, também administrada pelo Barão de Rezende. Assim, embora pertencente a outra empresa, o Engenho Central contava, em 1882, com dois “vapores”, 8 barcaças de ferro e outras de madeira que operavam em vários portos localizados tanto no rio Piracicaba quanto no Tietê. A partir de 1897, o Engenho Central de Piracicaba passou a utilizar um cais de pedras, medindo 50 metros de comprimento por 4 de altura, construído muito mais com o objetivo de ganhar terreno junto ao rio, possibilitando assim um maior espaço para manobra das locomotivas no pátio da fábrica.¹⁸⁴

Os dois engenhos possuíam balanças para pesagem da cana. A de Porto Feliz era capaz de suportar 5.000 kg. Em 1882, a de Piracicaba era considerada uma “*das maiores e melhores balanças da Província*”, com capacidade para pesar vagões carregados.¹⁸⁵

Quando da inauguração das fábricas, a capacidade de produção do Engenho de Piracicaba era maior que a de seu concorrente, esmagava-se 150.000 kg de cana, fabricando 12.000 kg de açúcar.¹⁸⁶ Em 1878, o Engenho de Porto Feliz tinha capacidade

¹⁸⁴ BASTOS, Cícero. (Presidente da Cia. Niágara Paulista) *Ofício*. (Manuscrito) Piracicaba, 31 de julho de 1897. In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Ofícios. Caixa 16. BRITO, Laurindo Abelardo de. 1º Vice-Presidente da Província de São Paulo. *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*. Santos, Typografia do Diário de Santos, 1882, p. 53. Consultar também: TRES RIOS, Conde de. (1º vice-presidente da Província) *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no ato de sua instalação*. Santos, Typ. Do Diário de Santos, 1882.

¹⁸⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 11. Piracicaba, 15 de julho de 1882, p. 02. Consultar também: BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Presidente da Província) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, pp. 73-4. Consultar também: GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, *Gazeta Liberal*, 1884, p. 57.

¹⁸⁶ VIVEIROS, 1946, vol. 27, pp. 614-6.

diária para moer 125.000 kg de cana, fabricando 7.500 kg de açúcar; analisando os dados, concluímos que o primeiro tinha uma produtividade 33% maior que o segundo.

Ao que tudo indica, a maior produtividade alcançada pelo Engenho Central era o resultado direto de algumas inovações por ele introduzidas e já mencionadas, tais como: o sistema *Blandin* para secar bagaço, considerado superior ao sistema *Gadillot* existente no Engenho Central de Campos; as moendas *Brissoneau*, superiores às aquelas instaladas no Engenho Central de Quissamã; os evaporadores de triplice efeito e a iluminação elétrica.¹⁸⁷

O Engenho Central de Piracicaba não produzia apenas mais que os concorrentes, produzia melhor. Em 1884, uma análise química realizada em amostras de açúcar provenientes de Piracicaba, Campos e Pernambuco demonstrava que o produto do Engenho Central era em muito superior ao de seus concorrentes.¹⁸⁸

Conforme já alertamos, a política de incentivos à fundação dos engenhos centrais objetivava a separação da fase agrícola da fase fabril no processo de produção do açúcar, perseguindo assim avanços técnicos em ambas. Em parte tal objetivo foi alcançado, pois como vimos acima, foram significativos os avanços técnicos obtidos na produção industrial do açúcar. Porém, mesmo após a implantação dos engenhos centrais, as técnicas agrícolas empregadas no cultivo de cana continuaram sendo basicamente as mesmas de tempos atrás, e apenas muito lentamente modernizaram-se.

Durante o “ciclo do açúcar paulista” (1800-1850), as técnicas agrícolas mantiveram-se as mais primitivas, apresentando pouca ou nenhuma evolução: derrubada das matas, queimada e cultivo da terra, primeiro com leguminosas tais como o milho e o feijão, ainda entre tocos e raízes restantes da queimada e, mais tarde, com a lavoura canavieira. Os instrumentos agrícolas também não conheceram grande desenvolvimento: machado, foice e enxada eram utilizados com frequência. O arado, bastante utilizado pelas colônias de imigrantes do sul, também era ignorado no planalto paulista. Sua utilização dependia de um trato mais detalhado da terra, que após sofrer a derrubada e a queimada, necessitava da posterior limpeza dos tocos e raízes. Em 1836, somente alguns poucos

¹⁸⁷ GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, *Gazeta Liberal*, 1884, p. 57.

¹⁸⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 389, Piracicaba, 18 de outubro de 1885, p. 02.

engenhos utilizavam o arado. Portanto, o aumento da produção da época não se deveu a mudanças qualitativas; apoiou-se sim no aumento quantitativo da área plantada.¹⁸⁹

Às portas do século XX, segundo o engenheiro Picard,¹⁹⁰ em terras como Cayapiá e Santa Roza, onde ainda existiam reservas florestais, repetia-se a rotina secular de desmatamento seguido de queimada. Os tocos e raízes não destruídos pelo fogo impossibilitavam a utilização imediata do arado, o que viria a acontecer somente um ano depois, quando o tempo já os tivesse apodrecido. Durante este tempo, os terrenos eram cultivados pelos colonos, primeiro com milho e depois com feijão.¹⁹¹

Nos terrenos novos, quando era possível a utilização do arado, este abria sulcos de 10 centímetros de profundidade, espaçados 1,20m um do outro. Nestes sulcos eram depositadas as mudas. Nos terrenos já há algum tempo cultivados, primeiro a terra era revolvida por uma charrua puxada por duas pequenas mulas, depois sulcada e plantada. Antes de se abrir os sulcos era recomendável que o terreno fosse limpo e nivelado com a utilização da gradagem, mas isso era muito raro.¹⁹²

Com base nestas descrições do processo agrícola de cultivo da cana, podemos concluir que os avanços foram bastante tímidos. Talvez o avanço mais significativo tenha sido a utilização do arado em maior escala, o que só aconteceu no século XX, quando da consolidação do mercado de trabalho livre na região sudeste.

No início do século XX, já sob propriedade francesa, para satisfazer a demanda de suas moendas, o Engenho Central necessitava entre 45 e 50 mil toneladas de canas por ano. Para fornecer tamanha quantidade de matéria-prima, era necessário o cultivo de no mínimo mil hectares. O total de terras lavradas pelos fornecedores era de 150

¹⁸⁹ PETRONE, 1968, p. 86. FRAGINALS, referindo-se à indústria açucareira cubana entre 1763 e 1792 também afirma que o aumento da produção daquela ilha deu-se quantitativamente, ampliando a área plantada. "...Assim como não houve uma transformação no regime de trabalho, tampouco houve uma mutação técnica. O crescimento baseou-se em mais terras para o cultivo da cana, mais corte de lenha, mais caldeiras, mais formas, mais carroças, mais bois, porém sem que tudo isso alterasse os moldes anteriores, exceto quanto a sujeição do negro a um sistema de vida cada vez mais bestial, reduzindo sua vida útil à limites incríveis." In: FRAGINALS, 1987, p. 48.

¹⁹⁰ Picard era um "Engenheiro de Artes e Manufaturas, de reconhecida competência em matéria açucareira" e que foi enviado para o Brasil, no início do século XX, "com a missão de examinar as condições as culturas e de trabalho" de várias Usinas de açúcar recentemente adquiridas pela Societè Sucreriè Brasiense, empresa francesa que passou a atuar no Brasil. Uma destre as várias Usinas adquiridas pelos franceses foi o Engenho Central de Piracicaba.

¹⁹¹ PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996. pp. 20-1.

hectares e as terras do engenho totalizavam 500 hectares. Portanto, havia ainda a necessidade de 350 hectares, aproximadamente 150 alqueires. Para suprir esta necessidade o Engenho Central arrendou de terceiros mais 360 hectares, assim distribuídos:

Quadro XV
Terras arrendadas pelo Engenho Central de Piracicaba (Alqueires)

fazendas	área total	canas	aptas ao plantio	estéreis	pastos	casas do engenho	alqueires/ mil reis
Lenheiro	43	35		08		16	50
Algodão	117	20	38	29	36	08	50
Terras do Barão	100	55	29	12	04		100
Enxofre	100	32	68			06	100
Kannebley	08	08					100
Totais	368	150	129	49	40	30	

FONTE: PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996. P. 53.

Picard fazia uma severa crítica aos arrendamentos, recomendando o cultivo de canas exclusivamente nas terras do Engenho, o que resultaria numa maior autonomia e na economia de 25:000\$000 anuais.¹⁹³ Esta declaração demonstra claramente sua concepção de que o Engenho Central de Piracicaba deveria transformar-se numa usina, tendo totalmente sob seu controle tanto o processo fabril quanto o agrícola.

Em Piracicaba, como nas demais fábricas do estado, plantava-se principalmente duas variedades de canas: a rajada e a preta. A primeira, bastante resistente a geadas, amadurecia com idade entre 12 e 15 meses, dela se obtendo um rendimento em açúcar apenas mediano; a segunda, mais resistente à seca, levava até 20 meses para amadurecer, e sua qualidade sacarina era inferior à primeira. Picard recomendava que deveriam ser plantadas ambas as variedades: a primeira deveria ser plantada em terrenos mais baixos e férteis, sujeitos a geadas; a segunda, por sua vez, deveria ser plantada nos locais mais altos e secos.¹⁹⁴

¹⁹² PICARD, 1996, pp. 27-8.

¹⁹³ PICARD, 1996, p. 55.

¹⁹⁴ PICARD, 1996, p. 23.

Ao que parece, outro avanço técnico obtido na fase agrícola da produção do açúcar foi a introdução do cultivo destas novas variedades de canas, agora adaptadas às variações climáticas.

Em São Paulo, o corte da cana era realizado como no resto do mundo, tendo a vantagem de acondicionar-se as canas em feixes de 12 a 15 unidades, atados com as próprias folhas da cana.¹⁹⁵ Para provar o pouco avanço técnico acumulado ao longo do tempo nesta atividade, lembremo-nos que na Bahia colonial o corte de cana era aos pares, a base de cotas, geralmente um homem e uma mulher: o primeiro cortava a cana e a segunda atava-as em feixes. Em São Paulo, provavelmente o sistema era o mesmo.¹⁹⁶ Fraginals, referindo-se a Cuba, observa que mesmo após alguns avanços técnicos na fabricação do açúcar, “o corte, o apanho e o transporte da cana ao trapiche continuaram iguais.”¹⁹⁷

Dos campos de plantio até o Engenho Central as canas eram levadas por um eficiente sistema de transportes. Os fornecedores e os colonos “a peso”, utilizando carroças, levavam as canas até os terminais da linha férrea, onde eram carregadas nos vagões.

Vistos os avanços técnicos introduzidos na produção agrícola e industrial a partir da fundação do Engenho Central, vejamos agora como o Engenho resolveu o problema técnico do abastecimento de matéria-prima, montando para isso um sistema integrado de transporte, capaz de operar com preços relativamente baixos.

B - Transportes

Conforme alertamos no início deste capítulo, o próprio decreto de concessão de garantia de juros para o Engenho Central, ao determinar a construção de uma linha férrea ligando a fábrica aos fornecedores, tinha na constituição do sistema de transportes uma das condições essenciais para garantir o suprimento de matéria-prima necessário às moendas. E foi justamente pensando em garantir o abastecimento de canas que o Barão de Rezende organizou um eficiente sistema de transportes unindo os

¹⁹⁵ PICARD, 1996, p. 32.

¹⁹⁶ SCHWARTZ, 1988, pp. 128-9.

“vapores” e as “barcaças” da Companhia Fluvial Paulista, os “wagons” e os trilhos do Engenho e a malha ferroviária da Companhia Ituana.

Ao analisar tal sistema de transportes, antes de mais nada, devemos voltar nossos olhos para o rio Piracicaba, que desde sempre foi extremamente importante para a cidade. Referência geográfica, o rio dividia a cidade em “Rio Acima”, onde localizava-se a maioria das propriedades canavieiras, e “Rio Abaixo”, onde localizava-se a maioria das propriedades cafeeiras e os pequenos sítios produtores de alimentos;¹⁹⁸ ao lado esquerdo do rio, a cidade e a fábrica de tecidos; ao lado direito, o Engenho Central, a “Villa Rezende” e o trecho de estrada de ferro que ligava o Engenho ao Porto João Alfredo.¹⁹⁹

Alimentando o imaginário popular, o rio é ator e cenário de lendas e mitos locais.

Além de referencial espacial e lúdico, o rio teve papel fundamental no processo de ocupação econômica de Piracicaba:

“a história dos engenhos e fazendas de Piracicaba pode ser a história do rio Piracicaba e seus afluentes. Não fogem eles a seu destino e sua tradição. Pano de fundo para o povoamento, foi à beira deles que vicejaram as primeiras lavouras de cana e com suas águas se moveram os primeiros e rústicos monjolos.”²⁰⁰

De fato, como observou Freyre para outros rios, o rio Piracicaba foi o rio do senhor de engenho, do fazendeiro, do escravo, do comércio de produtos da terra, que torna possível a sedentariedade rural.²⁰¹

Embora a navegação fosse comum desde o estabelecimento da Povoação, a primeira empresa a utilizar “vapores” no Rio Piracicaba foi a Companhia de Navegação Fluvial Paulista, fundada e gerenciada por João Luís Germano Bruhms, em 1873.²⁰² O

¹⁹⁷ FRAGINALS, 1987, p. 95.

¹⁹⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 14. Piracicaba, 15 de julho de 1882, p. 01.

¹⁹⁹ FERNANDEZ, Waldemar Iglézias. *Lendas e Crendices de Piracicaba*. Piracicaba. s/ed., 1954. Esta obra contém uma série de lendas e mitos sobre Piracicaba.

²⁰⁰ TORRES, s/d, p. 46.

²⁰¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1980.

²⁰² A Companhia de Navegação Fluvial Paulista foi a primeira do gênero a entrar em operação na Província de São Paulo, tendo como sócios fundadores o Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, Joaquim Soares Franco e João Luis Germano Bruhms, que a gerenciava. Consultar: MONTEIRO, Noedi. *Mais que vencedores: Rebolças & Convidados*. Piracicaba, Academia Piracicabana de Letras, 1997, p. 41.

“Explorador”, primeiro “vapor” da Companhia, entrou em operação já em 1874,²⁰³ e quase uma década depois, o governo lamentava que até aquela dada “*a receita ordinária é insuficiente para a distribuição de qualquer dividendo.*” Mais tarde, o Barão de Rezende assumiu a direção da empresa, tornando-a parte integrante do sistema de abastecimento e escoamento do Engenho Central.²⁰⁴

Em 1879, vinda de Jundiaí e Capivari, a Estrada de Ferro Ituana ligou Piracicaba a São Paulo.²⁰⁵ Em agosto de 1883, sob direção do piracicabano Jaime Pinto de Almeida, iniciaram-se os trabalhos de extensão da linha até São Pedro, município desde 1881. Através dela, Piracicaba ligava-se a várias outras cidades da província: Capivari, 45 km; Jundiaí, 133 km; São Paulo, 177 km; Santos, 272 km.²⁰⁶

Quando o Engenho foi inaugurado, em 1882, a Cia. de Navegação Fluvial Paulista já se encontrava sob a direção do Barão de Rezende, que “*conseguiu dentro em pouco regularizar a marcha dos respectivos vapores que ahi estão funcionando, (...) proporcionando assim fácil transito pelo rio Piracicaba á passageiros e mercadorias para tomar a estrada de ferro Paulista.*”²⁰⁷

Além de regularizar o funcionamento da empresa, o Barão investiu na compra de mais um “vapor” de 40 cavalos e 39 metros, sete metros maior que o “Vapor Barão de Queiroz”.²⁰⁸ Em dezembro de 1882, numa reunião havida entre os acionistas da Companhia de Navegação, decidiu-se que o Barão de Rezende deveria permanecer na direção interina da empresa até que o governo imperial decidisse sobre o empréstimo que havia sido solicitado.²⁰⁹ Ao que tudo indica, o referido empréstimo, da ordem de

²⁰³ GUERINI, 1970, pp. 51-4. Noedy K. Costa afirma que a fundação da Companhia de Navegação deveu-se à Associação entre o Barão de Rezende e o Dr. Elias Chaves, que dela se valiam para o transporte de café das fazendas marginais até a Rua do Porto, onde era posteriormente embarcado nos vagões da Estrada de Ferro Ituana. Consultar: COSTA, Noedy Kraenbuhl. “Almirante Chico Rodrigues.” In: *Revista de Estudos Piracicabanos*. Ano I, Número I, Piracicaba, 1972, p. 83.

²⁰⁴ BRITO, Laurindo Abelardo de. 1º Vice-Presidente da Província de São Paulo. *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*. Santos, Typografia do Diário de Santos, 1882, p. 53.

²⁰⁵ Em meados de 1890, a Ituana e a Sorocabana se uniram e passaram a ser uma única empresa, denominada somente de Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. Consultar: SAES, Flavio Azevedo Marques. *As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 28. Consultar também: VARGAS, Milton; KATINSKY, Julio Roberto e NAGAMINI, Marilda. “Indústria da Construção e a Tecnologia no Brasil.” In: MOTOYAMA, Shozo. (Org.) *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo, Edunesp, 1994, p. 43.

²⁰⁶ MONTEIRO, 1997, p. 47 e p. 55.

²⁰⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 03. Piracicaba, 15 de junho de 1882, p. 02.

²⁰⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 07. Piracicaba, 29 de junho de 1882, p. 01.

²⁰⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 70. Piracicaba, 03 de dezembro de 1882, p. 02.

200:000\$000, embora autorizado desde maio de 1881, foi realizado apenas em julho de 1882, quando ele era “gerente e único representante da Companhia.”²¹⁰

Nesta época, sob sua direção, a Empresa de Navegação Fluvial Paulista contava com dois vapores, um de vinte e cinco e outro de trinta cavalos de potência e já havia encomendado outro, de quarenta cavalos, que viria se chamar “Santo Estevam”. Possuía ainda 8 barcaças de ferro e outras de madeira para serem utilizadas durante a seca, quando os vapores não podiam ser utilizados. Este material de navegação operava em cinco estações (portos) e outras três estavam planejadas, sendo uma acima da confluência do rio Piracicaba com o Tietê.²¹¹ Para que possamos ter um parâmetro de comparação, basta lembrar que o sistema de transporte do Engenho Central de Porto Feliz era muito menor, composto apenas de um “vapor” e dezesseis chalanas de ferro.²¹²

Durante a época da seca, geralmente entre agosto e novembro, Porto João Alfredo, rio abaixo, era o limite até onde as canas podiam ser transportadas pelas embarcações da Companhia Fluvial Paulista. Foi o que aconteceu ao final de junho de 1882, quando a Companhia publicou que “*d’ora em diante o vapor Barão de Queiroz partirá todas as terças feiras, as nove horas, da Estação do Canal Torto para baixo; e só serão vendidas passagens d’esta Estação para a de Jahú e suas intermediárias. E que o Vapor Piracicaba não seguirá viagem até segundo aviso.*”²¹³

Para por fim às inconvenientes interrupções no fluxo de passageiros e mercadorias, o Engenho Central e a Companhia de Navegação Fluvial Paulista decidiram, ainda em 1882, construir uma linha férrea de 15 quilômetros, que margeando o rio Piracicaba, ligaria o pátio do Engenho ao Canal Torto, atual Porto João Alfredo, localizado no distrito de Arthemis.²¹⁴ Pelo traçado escolhido, a ferrovia iria atravessar

²¹⁰ ITU, Visconde de. *Relatório com que passou a Administração da Província de São Paulo ao Exmo. Presidente Barão de Guarujá*. São Paulo, Typografia do Commercio, 1883, p. 18.

²¹¹ BRITO, Laurindo Abelardo de. 1º Vice-Presidente da Província de São Paulo. *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*. Santos, Typografia do Diário de Santos, 1882, p. 53. Consultar também: TRES RIOS, Conde de. (1º vice-presidente da Província) *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no ato de sua instalação*. Santos, Typ. Do Diário de Santos, 1882.

²¹² VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 614.

²¹³ SILVA, J. Da. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 07. Piracicaba, 29 de junho de 1882, p. 02.

²¹⁴ “A 11 de julho celebrei contracto com o Dr. Eulálio da Costa Carvalho, como procurador bastante, e especial, do gerente da Companhia Engenho Central de Piracicaba, Dr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende, para a construcção de uma linha de bonde por tracção animada ou a vapor entre a estação d’aquella cidade na linha férrea Ituana e o Canal Torto, da Companhia Fluvial Paulista, ligando-se ao Engenho d’quella

*"magníficas terras apropriadas a cultura da canna que promete tomar grande desenvolvimento n'este município; e muito mais podendo esta empresa facilitar o transporte dellas para o engenho, n'esta parte do município, onde ha incontestavelmente muito boas terras, sendo o unico obstaculo a dificuldade de transporte, o que ficará removido."*²¹⁵

Assim, aliando o transporte férreo ao fluvial, ambas companhias seriam em muito beneficiadas: a Companhia de Navegação teria uma maior demanda por seus serviços; e o Engenho Central passaria a contar com um eficiente canal de abastecimento de matéria-prima e escoamento da produção com um custo relativamente baixo. Esta hipótese ganha maior relevo se considerarmos que, de acordo com Dé Carli, os altos custos e a irregularidade do transporte férreo contribuíram para o fracasso de vários engenhos centrais paulistas.²¹⁶ Ainda em 1886, o presidente da província recomendava à assembléia legislativa a *"necessidade de reduzirem-se as tarifas das estradas de ferro para o transporte de açúcar."*²¹⁷

De fato, a demanda por transporte gerada pelo Engenho Central foi vital para reforçar as finanças da Companhia de Navegação, de tal forma que, durante o período de safra, entre julho e fevereiro, os vapores deixavam de transportar passageiros, prestando-se somente ao transporte de cargas, principalmente cana e açúcar. Prova isto a *Gazeta de Piracicaba*, que em julho de 1884, publicava: *"até segunda ordem do Dr. Gerente, fica interrompido o trânsito de passageiros nos vapores d'esta Companhia."*²¹⁸ Também não parece ser mera coincidência que, justamente em 27 de julho de 1883, quando começou a chegar matéria-prima para o Engenho, a Cia. de Navegação Fluvial Paulista interrompesse o *"trânsito de passageiros até segunda ordem nos vapores desta companhia."*²¹⁹ Desta forma, há mais uma evidência apontando para nossa hipótese de que

Comanhia." In: ITU, Visconde de. *Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exmo. Presidente Barão de Guarujá*. São Paulo, Typografia do Commercio, 1883, p. 18.

²¹⁵ AMARAL, Vitaliano Ferraz de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 17. Piracicaba, 25 de julho de 1882, p. 01. Ver também: GUERRINI, 1970, p. 90.

²¹⁶ DÉ CARLI, 1943, p. 58.

²¹⁷ OLIVEIRA, João Alfredo Correia. Presidente da Província de São Paulo. *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Cia, p. 82.

²¹⁸ SILVA, J. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 287. Piracicaba, 09 de julho de 1884, p. 03.

²¹⁹ SILVA, J. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 156. Piracicaba, 27 de julho de 1883, p. 03.

o sistema de transportes era uma das chaves vitais para o bom funcionamento do Engenho Central.

Os acionistas da Companhia Fluvial Paulista, reunidos em dezembro de 1885, resolveram investir na empresa, dobrando seu capital, de quinhentos para mil contos de réis.

*"Ficou o sr. Estevam de Rezende autorizado a entrar em accordo com a Companhia Ituana, relativamente a cessão do serviço fluvial, ora feito pela Companhia Fluvial Paulista, sob as seguintes bases: Tomar a Companhia Ituana as respostas obtidas do passivo da Companhia, e empregar o capital empregado pela Companhia Fluvial no estabelecimento do mesmo serviço. [Reservando-se] os serviços que forem convenientes, relativos a introdução e estabelecimento de imigrantes."*²²⁰

A Companhia de Navegação foi realmente vendida à Companhia Estrada de Ferro Ituana, pois no dia 17 de setembro de 1886, seu novo presidente, o Dr. Raphael de Aguiar Paes de Barros, embarcou juntamente com algumas personalidades no vapor "Visconde de Itu", tendo como destino o porto do Araquá. Durante a viagem, o Dr. Raphael parou nos portos do Paredão Grande, Barra Bonita, Martins e Araquá, sendo as duas primeiras no rio Piracicaba, e as duas últimas já no rio Tietê, de onde o ilustre passageiro seguiu de trem até Rio Claro. Em cada porto, *"foi examinada a escripturação e o serviço a seu cargo, e dadas as providências necessárias"*. Do porto de Martins partia a *"próxima futura estrada de ferro para São Manuel. Esta linha, de quarenta kilometros, já esta toda definitivamente estudada, em grande parte locada, e em dez kilometros empreitada com o cidadão italiano José Pêra, que já lá se acha com sua gente trabalhando e movimentando terras, tendo já atacado tres cortes."*²²¹

Ao que parece, pesou na aquisição da Companhia Fluvial Paulista pela Cia. Ituana a complementaridade entre os dois sistemas de transportes, que em 1886 era assim analisada pelo presidente da província:

"Vê-se pelos algarismos que, a partir de 1880, os saltos tanto do tronco como dos ramaes, comparados com os dos 2 semestres daquelle anno, augmentaram

²²⁰ Gazeta de Piracicaba, nº 409. Piracicaba, 01 de janeiro de 1884, p. 03.

²²¹ CUNHA, Joaquim Borges da. (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 428. Piracicaba, 25 de setembro de 1886, p. 02.

consideravelmente. Este aumento é devido em muito à navegação dos rios Piracicaba e Tietê, que nos últimos annos melhorou e regularizou o serviço de cargas.”²²²

Em 1886, quando a Companhia de Navegação foi vendida, contava com quatro vapores:

“Piracicaba, com 28 metros de comprimento e força de 25 cavalos; Barão de Souza Queiroz, com 32 metros e força de 30 cavalos; Santo Estevam, com 39 metros e força de 40 cavalos; Visconde de Itu, das proporções do Souza Queiroz. Contava ainda com 4 lanchas de ferro com capacidade para 22.000 quilos cada uma; 4 barcos de ferro para 12.000 quilos cada um e bateções de madeira.”²²³

Conforme já havíamos anunciado, quando dirigia ambas as Companhias, o Barão de Rezende decidiu pela construção de uma linha férrea unindo a estação da Companhia de Ferro Ituana a estação do Canal Torto que, por sua vez, ligar-se-ia por outra linha ao Engenho Central.²²⁴ Ainda em 1882, o governo provincial autorizou aquela obra. Porém, segundo *Relatório Provincial* de janeiro de 1884, sabemos que a linha férrea do Engenho ainda não havia sido concluída, “por não ter podido a Companhia entrar em maiores despesas visto já ter esgotado o seu capital social, e não haver ainda efectuado o empréstimo preciso para a realização desta obra”.²²⁵

Uma das principais dificuldades para a construção da linha férrea ligando a Ituana ao Canal Torto foi a recusa do governo provincial em garantir a obra. Porém, mesmo assim, o Barão de Rezende deu início aos estudos e às obras de assentamento do

²²² OLIVEIRA, João Alfredo Correia. Presidente da Província de São Paulo. *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Cia, p. 68.

²²³ CORRÊA, Demosthenes Santos. “Piracicaba em 1886 e sua participação na Exposição Sul-Americana de Berlim”. In: *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, 01 de agosto de 1963.

²²⁴ Em 02 de julho de 1881, foi firmado um contrato de empréstimo de 200:000\$000 entre o Governo Provincial e a Companhia de Navegação Fluvial Paulista, na pessoa de “(...) Estevam Ribeiro de Souza Rezende, gerente e único representante da Companhia.” Em 11 de julho do mesmo ano foi celebrado um outro contrato entre o Governo Provincial e o Engenho Central “(...) para a construção de uma linha de bonds por tracção animada ou a vapor entre a estação daquela cidade na linha férrea Ituana e a do Canal Torto, da Companhia Fluvial Paulista, ligando-se ao Engenho áquela Compahia.” In: ITÚ, Visconde de. *Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exmo. Presidente Barão de Guarujá*. São Paulo, Typ. Do Commércio, 1883, p. 18.

²²⁵ GUARUJÁ, Barão de. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura, em 16 de janeiro de 1884*. São Paulo, Typografia da Gazeta Liberal, 1884, p. 58.

leito e, ao final de 1882 declarava que “o pouco que está construído já nos tem prestado grande serviço na moagem de ensaio deste anno.”²²⁶

Como já alertamos, a construção da linha férrea era uma imposição contratual da concessão de garantia de juros ao Engenho Central. Dentro do raio de 15 quilômetros, o porto do Canal Torto foi considerado o melhor ponto final da linha, pois assim, ela não seria utilizada exclusivamente no transporte de cana e açúcar, mas também serviria ao movimento de importação e exportação já existente, ajudando a custear o funcionamento da ferrovia. Defendendo o trajeto escolhido, assim argumentava o Barão de Rezende:

“Si a linha férrea só se prestasse á conducção de cannas, seria certo o deficit nas contas do trafego, pois o frete que ellas podem supportar é minimo: si 150 kilos de mercadorias podem supportar, por exemplo, o frete de 300 rs do Canal Torto à cidade, o frete de cannas em pezo igual, não deverá exceder de 150 rs sob pena de não animar-se o seu plantio, como convem. [Além disso, o traçado escolhido para a linha de ferro cortava] uma importante massa de terras próprias para o plantio da canna, e de pequeno valor, nas quaes o agrupamento de pequenos lavradores formariam importantes núcleos de plantadores clientes do Engenho.”²²⁷

Em 1884, evidenciando seu papel enquanto grande articulador do sistema de transportes, o Barão celebrou “contractos por 5 annos com os fornecedores de cannas para estender a linha do Engenho, pelas fazendas, como e quando julgar conveniente”. Assim, ao mesmo tempo em que garantiu o abastecimento de canas, o Barão dividiu parte dos custos de implantação dos trilhos com os fazendeiros, “tendo elles por sua vez o onus da exploração e preparo do leito, de fornecimento de dormentes e de plantar 30 quarteis de cannas, ficando também com o direito de usarem da mesma linha.”²²⁸

Outro fator veio colaborar com as pretensões do Barão em estabelecer a linha férrea ligando o Engenho ao Canal Torto: a extensão da linha da Ituana até o município de São Pedro. Para a consecução de tal obra, a Ituana providenciou a alteração do traçado do ramal de entrada da ferrovia na cidade e, também, a construção de uma nova estação, localizada no Bairro Alto. Para chegar à São Pedro, havia a necessidade de levar

²²⁶ REZENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 78. Piracicaba, 24 de dezembro de 1882, p. 01.

²²⁷ REZENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 78. Piracicaba, 24 de dezembro de 1882, p. 01.

²²⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 321. Piracicaba, 12 de outubro de 1884, p. 02.

os trilhos até a margem direita do rio, o que foi feito utilizando-se a estrutura da ponte já existente sobre o salto, ou seja, bem ao lado do Engenho Central.²²⁹

Pelo *Relatório do Engenho*, sabemos que em 1885 haviam sido construídos mais 1.600 metros de linha, que ficaram a disposição dos 53 vagões tracionados por animais, nas imediações da fábrica, e por uma locomotiva nas outras linhas, fazendo com que “o transporte de canas fosse irrepreensivelmente econômico”. O mesmo documento nos dá a notícia de que “a directoria obteve prorrogação do prazo para conclusão da linha de bonds ao Canal Torto por mais 18 meses, desde dezembro do ano passado [1884]” e que “em vista da condições impostas pela Cia. Ituana ficou suspenso o acordo [?] para cessão da linha férrea até aquele ponto.”²³⁰

Tanto para alcançar São Pedro quanto o Canal Torto, além do rio Piracicaba os trilhos deveriam cruzar também o rio Corumbataí, para o que foi construída uma ponte de ferro com 30 metros de comprimento, apoiada sobre três sólidos pilares de pedras. Em meados de 1886, os trilhos do novo ramal atingiam a Fazenda Paraíso, propriedade de Luís Antônio de Souza Queiroz.²³¹

Em meados de 1887, portanto cinco anos após o início das obras, o presidente da província acompanhado do conselheiro do Império João Alfredo, e de vários cidadãos ilustres inaugurava os 9 quilômetros de linha construídos entre Piracicaba e o Canal Torto, que em homenagem ao visitante, passou a denominar-se porto “João Alfredo.” Lembremos que a distância entre as localidades era de 15 quilômetros e que a dita estrada, até aquela data, alcançava pouco além do rio Corumbataí.²³²

Com o tempo a malha ferroviária e o material rodante do Engenho se ampliaram: durante a safra 1898/99 eram já 30 quilômetros de trilhos particulares pelos quais circulavam três locomotivas e 80 vagões. O contrato com a Sorocabana-Ytuana permitia ainda a utilização de mais 60 quilômetros de ferrovia, totalizando 90 quilômetros à disposição do Engenho.²³³

²²⁹ MONTEIRO, 1997, p. 48.

²³⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 404, Piracicaba, 11 de dezembro de 1885, p. 01-02.

²³¹ MONTEIRO, 1997, p. 50.

²³² *Gazeta de Piracicaba*, nº 564, Piracicaba, 28 de maio de 1887, p. 02.

²³³ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, 273/4.

Os dados oferecidos por Picard contradizem os anteriores. Segundo o engenheiro, a fábrica dispunha de 19 quilômetros de trilhos, com bitola de um metro; quatro locomotivas, e 75 vagões que, juntamente com os trilhos, eram orçados em “*quinhentos mil francos*”.²³⁴

Independentemente do desencontro sobre a extensão da linha férrea do Engenho, ressaltamos sua importância enquanto parte integrante do sistema de transporte responsável pelo abastecimento de matéria-prima para a fábrica.

Durante o período em que o transporte férreo e fluvial estiveram sob responsabilidade da Companhia Ituana, muitas foram as reclamações de seus usuários. Em meados de 1888, a imprensa local reclamava a falta de estradas convergentes ligando o Porto João Alfredo com os bairros produtores vizinhos. Na realidade, aquele porto era o ponto terminal da linha férrea e inicial da navegação fluvial, e ao seu redor encontravam-se os bairros de Congonhal e Serra Negra, que juntos abrigavam cerca de 13 fazendeiros, que com o trabalho de aproximadamente mil colonos, produziam algo em torno de 60.000 arrobas de café.²³⁵

²³⁴ PICARD, 1996, p. 61.

²³⁵ BORGES, Joaquim. (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 883. Piracicaba, 06 de julho de 1888, p. 01.

II.3 - O Engenho em Funcionamento

A análise das condições de funcionamento do Engenho Central revela que a sua produtividade dependia de vários fatores: eficiência no sistema de transporte; fornecimento regular de matéria-prima (cana); insumos para energia (lenha); disponibilidade de mão-de-obra qualificada.

Os dados sobre sua produtividade são poucos e desencontrados. Segundo Dé Carli, quando da inauguração, o Engenho tinha capacidade diária de esmagar 240 toneladas de cana, fabricando anualmente “no mínimo” 16.000 sacos de 60 quilos, ou seja, 960 toneladas de açúcar²³⁶; conforme o *Almanak de Piracicaba para o ano de 1900*, a capacidade da fábrica era sensivelmente menor, algo em torno de 540 toneladas anuais.²³⁷

No entanto, pelo menos durante seus primeiros anos de funcionamento, parece que a capacidade produtiva da fábrica não foi plenamente utilizada. Segundo Viveiros, em 1882 o Engenho Central de Piracicaba esmagou diariamente 150 toneladas de canas, fabricando 12 toneladas de açúcar.²³⁸ Por estes dados, podemos inferir que o Engenho obteve um rendimento industrial de 8%, o que nos pareceu elevado demais.

De acordo com o *Relatório Provincial* elaborado pelo Barão de Guarujá, sabemos que a safra de 1882/83 foi curta, pois o Engenho começou a moer, em caráter experimental, apenas em outubro, e não no final de julho, tradicionalmente o início da safra da região sudeste. Quando dessa primeira experiência, trabalhando com 50 operários, a produção foi modesta, girando em torno de 3.000 arrobas de açúcar, ou seja, 45 toneladas.²³⁹

De fato, durante os testes realizados ao final de 1882 foram esmagados 1.113.386 quilos de cana, com os quais o Engenho obteve uma produção total de 48.035

²³⁶ DÉ CARLI, 1943, p. 35. O Engenho Central de Porto Feliz, inaugurado em 1878, tinha capacidade muito inferior, cerca de 125 t diárias. Consultar VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 614.

²³⁷ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 273.

²³⁸ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 616.

²³⁹ BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883, pp. 73-74. Neste mesmo ano, o Engenho Central de Porto Feliz, já no seu quinto ano de funcionamento, operava com aproximadamente 100 empregados na fábrica. Consultar VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 614.

quilos de açúcar (3.202@), perfazendo assim um rendimento de 4,3%.²⁴⁰ Este rendimento pareceu-nos muito mais digno de confiança que os 8% anteriormente apontados.

Dados complementares aos acima podem ser obtidos pela leitura do *Relatório da Companhia*, publicado na *Gazeta de Piracicaba* ao final de 1882. Por este documento, sabemos que quando o Engenho começou a moer, em meados de outubro, não havia firmado contratos de fornecimento de cana com os plantadores locais, pois ainda em setembro sua direção não sabia se as máquinas poderiam moer até o final do ano. Portanto, logo na sua primeira moagem, a Companhia dependeu da boa vontade dos “senhores de engenho” que, diante da escassez de açúcar e da consequente elevação de seus preços no mercado paulista, concluíam ser mais lucrativo fabricarem eles próprios, ao invés de fornecerem ao Engenho Central, que estava disposto a pagar o valor de 12\$000 por cem arrobas (1.500 quilos). Segundo o Barão de Rezende, este preço era oferecido tendo-se por base o custo da produção, que seria 50% menor, incluindo o corte. No entanto, os plantadores pediam 14\$000 pelos mesmos 1.500 quilos. Sobre os fornecedores pesavam ainda os custos de transporte e pesagem da cana.²⁴¹

Em novembro de 1882, as tarifas que recaíam sobre os fornecedores eram as seguintes: 200 rs por 100 arrobas pesadas; 200 rs pelo transporte da Estação da Ponte até a balança e 500 rs pelo transporte da Estação da Serra à balança. O pagamento aos fornecedores era efetuado 30 dias após a entrega das canas.²⁴²

Uma análise mais detalhada das finanças do Engenho Central durante seu primeiro ano de existência pode ser feita pela apreciação dos quadros a seguir:

²⁴⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 430. Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

²⁴¹ REZENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 78. Piracicaba, 24 de dezembro de 1882, p. 01.

²⁴² SIQUEIRA, Jeronymo José Lopes de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 57. Piracicaba, 01 de novembro de 1882, p. 03.

Quadro XVI
Despesas do Engenho Central até 30 de Outubro de 1882

Aos Srs. Bressouneau Frères & Comp. – Máquinas e material da linha férrea	275:171\$680
Transportes, despachos, etc	67:728\$110
Ordenados mensaes	24:439\$700
Carpinteiros	13:812\$825
Pedreiros e serventes	21:243\$315
Movimento de terra, carroças, leito da linha, pedreira, assentamento de machinas, etc	31:721\$418
Madeiras	17:234\$424
Tijolos	16:678\$780
Cal	9:412\$000
Cimento	3:869\$000
Telhas	2:715\$250
Diversos	11:501\$081
Pagamento de empréstimos	43:367\$600
Total de despesas	541:448\$113

FONTE: "Engenho Central. Relatório da Companhia apresentado na sessão de 14 de novembro de 1882." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 77, Piracicaba, 22 de dezembro de 1882, p. 01.

Quadro XVII
Receita do Engenho Central até 30 de Outubro de 1882

Adiantamento por parte dos srs. Accionistas até fevereiro do corrente anno	56:700\$000
Idem, correspondendo ás chamadas de 26 de julho de 1881	72:450\$000
20 de setembro de 1881	24:750\$000
10 de novembro de 1881	97:100\$000
Recebimento por empréstimo de diversos até 28 de Fevereiro do corrente anno	89:200\$000
Chamadas de 30 de Abril	28:700\$000
De 21 de Maio	31:250\$000
De julho	26:150\$000
Recebimento por empréstimo de diversos	89:050\$000
	516:250\$000

FONTE: "Engenho Central. Relatório da Companhia apresentado na sessão de 14 de novembro de 1882." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 77, Piracicaba, 22 de dezembro de 1882, p. 02.

Conforme demonstram os quadros XVI e XVII, ao final de 1882 as despesas com a construção do Engenho haviam superado em 16:250\$000 os 500:000\$000 inicialmente garantidos pelo Estado em 1881. Em seu relatório publicado em dezembro de 1882, o Barão de Rezende justificava o desequilíbrio entre receita e despesa argumentando que, no decorrer da obra, surgiram vários gastos extras que não poderiam ser previamente orçados, e para suportá-los, pedia autorização para efetuar um empréstimo de 50:000\$000.²⁴³

Dando sinais de que se preparava para sua primeira grande moagem, já nos primeiros dias de abril de 1883 o Engenho Central publicou um anúncio convidando os interessados em lhe fornecerem lenha para apresentarem suas propostas até o final do mês.²⁴⁴ Ao que parece, o anúncio não surtiu o efeito desejado, pois esgotado o prazo, não houve sequer um proponente.²⁴⁵ Tal episódio o levou a publicar novo anúncio, agora secundado por uma matéria no mínimo intrigante, da qual extraímos o seguinte trecho:

*“temos também em vista lembrar-lhes que o fornecimento de lenha para o Engenho Central é um negócio como outro qualquer que muito poderá convir aos que se ocupam em tal ramo de trabalho. (...) Longe, pois, de deixar passar despercebido o convite da Companhia, devem os srs. proprietários de toras ao redor da cidade, tomal-o na devida consideração, apresentando propostas.”*²⁴⁶

Mesmo diante de tantos apelos, verificamos que até o final de maio, o Engenho ainda não havia conseguido estabelecer nenhum contrato de fornecimento de lenha.²⁴⁷ Ao que parece, além de enfrentar problemas com o fornecimento de cana, a falta de lenha para as fornalhas também constituía-se num sério problema, pois em setembro de 1883, em plena safra, anunciava que *“desde já compra-se lenha de boa qualidade, a razão de 2\$500 o metro, sendo os páos serrados no comprimento do metro, posta no lugar do engenho.”*²⁴⁸

²⁴³ REZENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº. 78. Piracicaba, 24 de dezembro de 1882, p. 02.

²⁴⁴ PEREIRA, Virgílio M. (Guarda-Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 113. Piracicaba, 02 de abril de 1883, p. 02.

²⁴⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 127. Piracicaba, 11 de maio de 1883, p. 03.

²⁴⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº. 128. Piracicaba, 12 de maio de 1883, p. 02.

²⁴⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº. 134. Piracicaba, 30 de maio de 1883, p. 02.

²⁴⁸ PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 170. Piracicaba, 02 de setembro de 1883, p. 03.

No intuito de garantir matéria-prima para a moagem de 1883/84, o Engenho Central publicou um anúncio oferecendo “*pelas cannas boas doze mil réis por cem arrobas*”, que seriam pagas no dia 30 do mês subsequente, ou seja, de 30 a 60 dias, dependendo da data da entrega. Do peso total das canas, seria descontado 1% relativo as amarras dos feixes, e 5% quando os feixes contivessem canas estragadas ou objetos estranhos. O anúncio dava preferência para estabelecer contratos de fornecimento para aqueles que, no ano anterior, já houvessem fornecido ao Engenho, que se responsabilizava pelo transporte férreo, correndo por conta dos fornecedores o carregamento do vagão.²⁴⁹ Ao iniciar agosto de 1883, o Engenho publicou outro anúncio, comunicando aos lavradores que as canas fornecidas deveriam ser depositadas nos desvios da linha férrea ou no porto da fazenda São Pedro, sede da fábrica, sendo que as remessas deveriam ser informadas com 24 horas de antecedência.²⁵⁰

Segundo “um admirador” da época, no “*dia 26 do corrente [julho] começou-se a fazer, no Engenho Central, o primeiro cosimento do mel da moagem passada, e a 27 começou a chegar cannas para esta safra.*”²⁵¹ De fato, em meados de julho o Engenho procurava “*trabalhadores para esta safra, quem estiver nas condições dirija-se ao Engenho ou entenda-se com Samuel Camara á rua de S. Antonio.*”²⁵² O mesmo admirador elogiava o engenheiro Desmoulin, responsável pelo funcionamento das máquinas, “*apesar de lutar com diffilculdade por falta de pessoal habilitado, tendo somente como seu auxiliar o mestre cosedor, sr. Luis Lamaire, o qual é perito na sua arte.*”²⁵³ Ao que tudo indica, conforme apontaram vários autores, a falta de pessoal qualificado continuou a ser um dos entraves ao desenvolvimento da indústria açucareira nacional.²⁵⁴

Em meados de setembro entravam no mercado local suas primeiras sacas de açúcar, e o depósito do Engenho Central participava “*ao público que, d'ora em diante, as*

²⁴⁹ PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 146. Piracicaba, 05 de julho de 1883, p. 03. Ver Também: PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*. Nº 152. Piracicaba, 18 de julho de 1883, p. 03.

²⁵⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 158. Piracicaba, 01 de agosto de 1883, p. 03.

²⁵¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº. 157. Piracicaba, 29 de julho de 1883, p. 03.

²⁵² *Gazeta de Piracicaba*, nº. 154. Piracicaba, 22 de julho de 1883, P. 03.

²⁵³ *Gazeta de Piracicaba*, nº. 166. Piracicaba, 24 de agosto de 1883, p. 03.

²⁵⁴ *Relatório da Comissão encarregada de estudar a Diffusão applicada à canna de assucar*, apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Rio de Janeiro, 1887. Apud. TORRES, 1975, pp. 136-7.

vendas serão feitas somente a dinheiro a vista sem exceção de pessoa alguma."²⁵⁵ Tal notícia nos é ilustrativa: primeiro, o Engenho, desde o início de seus trabalhos, vendeu ao mercado local; segundo, como demonstraram os dados dos quadros XVI e XVII, havia na empresa uma urgente necessidade de liquidez, para poder honrar seus compromissos.

Pelo *Relatório do Barão de Guarujá à Assembléia Provincial*, sabemos que a safra de 1883/84 iniciou-se no final de julho e estendeu-se até final de dezembro. Até fins de outubro, o Engenho havia moído 4.551.440 quilos de cana, produzindo com isso 263.460 quilos de açúcar de 1ª sorte, o que aponta para um rendimento industrial de 5,78%.²⁵⁶ Outros dados nos são fornecidos pela *Gazeta de Piracicaba*, que para o mesmo período informa terem sido esmagados 6.784.140 quilos de cana, com os quais foram fabricados 385.075 quilos de açúcar, obtendo um rendimento de 7,29%.²⁵⁷ Se este último dado for verdadeiro, o Engenho Central de Piracicaba pode ser incluído entre as "*nossas melhores fábricas*", que segundo o Barão de Barcelos obtinham rendimentos entre 7,5 e 8,5%, em 1887.²⁵⁸

Bastante interessante é a análise do quadro XVIII, onde podemos apreciar o resumo das receitas e despesas realizadas pelo Engenho, desde sua fundação até 23 de maio de 1883.

²⁵⁵ PINTO, Joaquim Eugenio do Amaral. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº. 175. Piracicaba, 16 de setembro de 1883, p. 04.

²⁵⁶ GUARUJÁ, Barão de. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura, em 16 de janeiro de 1884*. São Paulo, Typografia da Gazeta Liberal, 1884, pp. 57-8. Novamente os dados são desconstruídos. Segundo Dé Carli, durante a safra de 1883, o Engenho moeu 8000 t de cana, que pelo rendimento de 5,7%, resultaria numa produção de 456 t de açúcar. DÉ CARLI, 1943, p. 45. Embora pareça exagerada, as 456 t estão dentro das 540 t apontadas pelo Almanach de Piracicaba como sendo a capacidade de produção do Engenho. Consultar: CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 273.

²⁵⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 430. Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

Quadro XVIII
Balancete de Receita e Despesa do Engenho Central de Piracicaba até 1883

Aos Srs. Bressouneau & Comp.	275:171\$680
Transportes	70:316\$830
	345:488\$570
PESSOAL	
Ordenados mensaes	21:250\$000
Carpinteiros	14:734\$290
Pedreiros e serventes	25:734\$290
Movimento de terra, carroças, pedreiros e assentamento das machinas	43:584\$590
	105:319\$755
MATERIAES	
Madeiras	17:762\$940
Tijolos	18:174\$900
Cal	9:862\$000
Cimento	3:869\$000
Telhas	2:715\$250
Diversos	7:450\$997
	59:835\$087
Pagamento de empréstimos	43:367\$600
Via-férrea	32:138\$736
Móveis e utensílios	321\$700
Diversos (comissões, juros, etc)	4:567\$700
Administração	15:525\$000
Cannas	8:804\$428
Diversos	8:188\$546
	112:913\$710
Somma S. E. E O	623:556\$122
A receita importa em	640:000\$000

FONTE: GUARUJÁ, Barão de. *Falla dirigida à Assemblêia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura, em 16 de janeiro de 1884*. São Paulo, Typografia da Gazeta Liberal, 1884, pp. 57-58.

Analisando o quadro XVIII, percebemos que até maio de 1883 o Engenho Central de Piracicaba havia conseguido um lucro bastante reduzido: apenas 16:443\$878, o que reforça nossa constatação de que havia urgente necessidade de liquidez. Considerando-se que no balancete de 1883 o valor do pagamento realizado aos Srs. Bressouneau & Comp., fornecedores das máquinas, já havia figurado nas despesas de 1882, e representa mais de 40% do capital total, acreditamos que significou o pagamento integral do maquinário instalado no Engenho (275:171\$680). Nossa constatação é

²⁵⁸ VIVEIROS, 1947, vol. 30, pp. 97-9.

reforçada pelas palavras de Baudon, segundo quem “as máquinas encomendadas (...) tinham um valor de mais ou menos 300:000\$000.”²⁵⁹ Nas despesas de 1882, os gastos com transporte foram de 67:728\$110 e, nas despesas de 1883, foram de 70:316\$830. Provavelmente, já em 1882, além do pagamento integral dos maquinários, foi feito também o pagamento integral de seu transporte. Assim, supomos que a diferença de 2:588\$720 refere-se, em grande parte, ao transporte de matéria-prima dos entroncamentos para o pátio da fábrica.

Em setembro de 1883 o ministério da agricultura indeferia um requerimento enviado pelo Engenho Central, no qual sujeitava-se a inspeção do agente nomeado pelo governo.²⁶⁰ A justificativa para o indeferimento foi a mesma utilizada mais tarde, em maio 1884, quando foi declarada caduca a concessão de garantia de juros até então em vigor, o que significava que a partir de então, o capital de 650:000\$000 empregado no Engenho estava abandonado à própria sorte, não contando mais com as garantias estatais.²⁶¹ No entanto, segundo Viveiros, “empresas nacionais mostraram poder levantar engenhos centrais, com vantagens, sem aquela concessão”.²⁶² Será esse o caso do Engenho Central de Piracicaba?

A justificativa para o decreto nº 9.253, que declarou caduca a concessão de garantia de juros, foi o não cumprimento das cláusulas 7ª e 30ª do decreto nº 8.098, que concedia a dita garantia. A cláusula 7ª dizia respeito ao prazo de 6 meses para aprovação dos estatutos e demais plantas e planos da empresa, o que ocorreu em 31 de dezembro de 1881, sete meses após a assinatura do contrato de concessão, portanto, com um mês de atraso.²⁶³ A mesma cláusula dizia respeito ao envio de cópias dos contratos celebrados com os fornecedores para o suprimento de canas para o engenho, nos termos da condição

²⁵⁹ BAUDON, Paulo. “Histórico do Engenho Central”. In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 22 de fevereiro de 1957.

²⁶⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº. 179. Piracicaba, 25 de setembro de 1883, p. 02.

²⁶¹ Decreto nº 9253, de 02 de agosto de 1884. Cópia em anexo. Também em 1884 foi alterado o serviço de fiscalização dos engenhos centrais, que ficaram divididos em tres distritos, com suas respectivas sedes nas Províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, ao qual pertencia a região de Piracicaba. MOURA, João Ferreira de, (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p.p. 4 e 8. Consultar também: *Gazeta de Piracicaba*, nº. 179. Piracicaba, 25 de setembro de 1883, p. 02, e *Gazeta de Piracicaba*, nº 299, p. 02.

²⁶² VIVEIROS, 1947, vol. 29, p. 479.

²⁶³ GUERRINI, 1970, p. 88.

10ª, que estabelecia a produtividade mínima de 500.000 quilos de açúcar por ano. Conforme veremos, esta meta não foi atingida.

A cláusula 30ª estabelecia o prazo de 60 dias para assinatura do contrato entre Engenho e governo. Como o Engenho funcionou por 3 anos antes da caducidade, supomos que operou durante longo tempo de forma irregular.

De fato, 1884 foi um ano cheio de problemas para o Engenho Central. Além da caducidade da garantia de juros pelo não cumprimento integral do decreto nº 8.089²⁶⁴, segundo a imprensa local, a região de Piracicaba foi assolada, nos dias 16, 17 e 18 de junho de 1884, por geadas que causaram grandes prejuízos à quase totalidade dos cafezais e canaviais do município, com exceção de apenas um canavial, de propriedade do Barão de Rezende. A *Gazeta de Piracicaba* noticiou que

*“o Engenho só começou a moer no dia 26, para significar por um lado, que as geadas vieram apanhar os cannaviaes por inteiro, antes de ser moida uma parte d’elles, e não para significar que a moagem começou tarde, (...) por outro lado, para dizer, como dissemos, que o Engenho não tinha tempo para dar vasão as cannas queimadas antes de ficarem inutilizadas pelo azedume.”*²⁶⁵

Portanto, a questão colocada pela *Gazeta* era a seguinte: *“poderá o Engenho moer, antes que azedem, todas as cannas, que lhe são destinadas, por maior que seja o esforço de sua administração? Por certo que não. Ahi está o prejuízo certo, inevitável, que queríamos noticiar.”*²⁶⁶

Ao que parece, as previsões da *Gazeta* não se confirmaram, pois três dias após a notícia supracitada, o mesmo órgão afirmava que

*“atue o presente as cannas, alli moidas, estão dando excelente assucar, não obstante terem sido queimadas pelas geadas ha mais de trinta dias, e ter chovido abundantemente na primeira quinzena de Julho. Entretanto, os antigos engenheiros diziam que as cannas azedavam, em poucos dias havendo chuva: em vinte e vinte cinco dias não havendo. Antes assim.”*²⁶⁷

²⁶⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 299, Piracicaba, 08 de agosto de 1884, p. 02.

²⁶⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 285, Piracicaba, 04 de junho de 1884, p. 02.

²⁶⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 285, Piracicaba, 04 de junho de 1884, p. 02.

²⁶⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 296, Piracicaba, 01 de agosto de 1884, p. 02.

Ao que parece, a geada de junho e as chuvas de julho não constrangeram a moagem de cana, pois *“segundo nos informa um amigo que está ao facto do movimento de canas no nosso engenho central, as entradas alli têm tido ultimamente a média de 90 a 110 mil kilos por dia, o que nos parece bastante.”*²⁶⁸

Segundo uma lista da câmara municipal para fins de cobrança de imposto sobre a produção de açúcar, sabemos que durante a safra de 1884/85, o Engenho Central produziu 30.000 arrobas de açúcar.²⁶⁹ Segundo outra fonte, o Engenho moeu 5.156.836 quilos de canas, produzindo com isso 393.360 quilos de açúcar, ou seja, 26.204 arrobas, obtendo assim um rendimento de 7,62%, pouco superior ao da safra anterior. Talvez a diferença entre a lista da câmara e a outra (3.796 arrobas), deva-se ao fato de a câmara municipal ter computado como açúcar a produção 11.050 litros de aguardente.²⁷⁰

No entanto, mesmo diante dos esplêndidos resultados obtidos pelo Engenho Central de Piracicaba, havia escassez de açúcar no mercado regional, conforme noticiava a Gazeta de Piracicaba:

*“Diz-nos pessoa bem informada, que há grande falta de assucar no mercado d'esta cidade, occorrendo já a um consumidor a lembrança de ir comprar em Capirary. Damos a noticia unicamente como curiosidade, visto termos aqui uma importante fábrica d'esse gênero. E isso em algum ponto é bom sinal, pois se mais assucar se pudesse fazer, cobriria a boa procura dos compradores de fóra do municipio e com certeza teria immediato consumo.”*²⁷¹

Desta forma fica claro que, ao menos em meados da década de 1880, havia mercado certo para o açúcar fabricado pelo Engenho Central.

Em meio a esta safra bastante tumultuada realizou-se, em 10 de julho de 1884, a assembléia geral do Engenho Central, na qual

“compareceram alguns accionistas de Itú e Indayatuba, foi nomeada uma comissão para reformar os estatutos de conformidade com a lei nova sobre sociedades anônimas, e outra para verificação das contas da gerencia. Foi deliberada a compra de um vapor para navegar acima do salto e transportar as

²⁶⁸ Gazeta de Piracicaba, nº 298, Piracicaba, 06 de agosto de 1884, p. 02.

²⁶⁹ Livros de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba, nº 13.

²⁷⁰ Gazeta de Piracicaba, nº 430, Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

²⁷¹ Gazeta de Piracicaba, nº 287, Piracicaba, 07 de julho de 1884, p. 02.

*cannas ahi plantadas. Um accionista inquiriu si o empréstimo de 250:000\$000 já estava esgotado, tendo em resposta que pouco faltava para isso.*²⁷²

Contudo, os aparentes resultados positivos obtidos pelo Engenho não trouxeram tranquilidade a seus acionistas pois, talvez devido à pressão exercida sobre sua administração, o Barão de Rezende decidiu abandonar a gerência da fábrica,²⁷³ assumindo seu lugar o Sr. Dr. João B. da Rocha Conceição, auxiliado na tesouraria por Jayme Pinto de Almeida.²⁷⁴

E os bons resultados da safra de 1884 entraram no mercado local ao preço de 18\$000 a saca de 60 quilos de açúcar superior; 15\$500 a saca de açúcar redondo; e 18\$000 o cargueiro de aguardente.²⁷⁵ Para termos uma idéia da qualidade do açúcar produzido pelo Engenho Central, basta lembrarmos que as análises feitas

*“pelo distincto chimico dr. H. Schaumann, sobre diversas amostras de assucar das seguintes procedências - Piracicaba, Campos e Pernambuco - demonstra que o assucar de Piracicaba é superior, em todas as suas propriedades, às outras amonstras examinadas.*²⁷⁶

Ao findar o ano de 1884, a assembléia dos acionistas do Engenho Central deliberou o pagamento de *“debentures de 250:000\$000 ou contrair empréstimos para satisfazer os compromissos da empresa. Para obtenção de cannas para o engenho e de empreiteiros, ficou a mesma directoria autorizada a fazer empréstimos a juros, aos plantadores e empreiteiros.*²⁷⁷

Segundo o *Relatório do Presidente da Província*, sabemos que em 1885 o capital social do Engenho fora elevado a 1.200:000\$000, possibilitando assim, além da representação do real valor da empresa, os meios necessários para a conclusão de obras já iniciadas. Pelo mesmo relatório, sabemos que o fornecimento de matéria-prima durante as três primeiras safras (1882, 83 e 84) foi muito inferior à capacidade de moagem, tanto que, na safra de 1885, até 30 de novembro tinham sido moídas 12,6 toneladas de canas, havendo ainda cerca de 1,5 toneladas a serem entregues às máquinas. Interessante notar

²⁷² *Gazeta de Piracicaba*, nº 289, Piracicaba, 13 de julho de 1884, p. 02.

²⁷³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 301, Piracicaba, 13 de agosto de 1884, p. 02.

²⁷⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 328, Piracicaba, 20 de outubro de 1884, p. 02.

²⁷⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 330, Piracicaba, 05 de novembro de 1884, p. 03.

²⁷⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 389, Piracicaba, 18 de outubro de 1885, p. 02.

que, segundo o documento, este montante de canas correspondia, aproximadamente, ao total moído nas três safras anteriores. Na safra de 1885/86, o rendimento obtido em açúcar foi de 6,55%, superior às médias dos três anos anteriores, que ficaram em torno de 6,4%, produzindo em torno de 291.401 quilos de açúcar ao ano. Segundo o diretor da empresa, as canas para a safra 86/87 tinham qualidade superior em relação a passada, donde nutria esperanças de um rendimento maior.²⁷⁸

Se os dados acima forem corretos, durante as três primeiras safras, moendo cerca de 13.054.362 quilos de cana, com o rendimento médio de 6,4%, o Engenho teria produzido, aproximadamente, 835.479 quilos de açúcar, o que resultaria numa produção média anual de 278.493 quilos, portanto bastante inferior aos 500.000 quilos que estabelecia a cláusula 10ª do decreto, justificando assim a caducidade da garantia de juros. Se levarmos em consideração outros dados de que dispomos, excetuando-se a aguardente, veremos que a produção total de açúcar durante as quatro primeiras safras foi de 1.882.220 quilos de açúcar, o que significa uma produção de 472.055 quilos de açúcar por safra, obtendo assim o já apontado rendimento médio de 6,44%.²⁷⁹ Embora inferior aos 500.000 quilos anuais, a segunda cifra apresenta-se muito mais próxima daquela quantia.

A partir da caducidade da concessão de garantia de juros, o Engenho Central passou por várias dificuldades financeiras: em 1887, entrou em concordata e, em 1888 os acionistas realizaram sua venda ao próprio Barão de Rezende, que passou a ser o único proprietário do estabelecimento. Em 1890, a fábrica foi vendida à Companhia Niágara Paulista, da qual o Barão também era sócio. Em 1899 o Engenho passou a pertencer à Societè Sucreriè Piracicaba que, mais tarde, adquiriu outros estabelecimentos do gênero, passando a se chamar Societè Sucreriè Brasileira.

Ao que parece, em 1885, o Engenho Central continuava destinando parte de sua produção ao mercado interno de São Paulo. Ao menos é o que se depreende da leitura do seguinte anúncio, publicado no jornal *Gazeta de Piracicaba*:

²⁷⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 349, Piracicaba, 21 de dezembro de 1884, p. 02.

²⁷⁸ OLIVEIRA, João Alfredo Correia. Presidente da Província de São Paulo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Cia, p. 80-81.

²⁷⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 430, Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

*"Depósito de Assucar do Engenho Central de Piracicaba. Ricardo de Mattos comunica aos Srs. consumidores de assucar que o depósito de assucar do Engenho Central n'esta cidade é atrás do theatro junto à loja do veado, onde o annunciante tem assucar de superior qualidade aos preços do Engenho - seguintes: De 01 a 09 sacos de assucar de 1º sorte a 18\$000; De 10 a 99 sacos de assucar de 1º sorte a 17\$000; De 100 sacas para mais ainda se faz redução no preço. Vendas somente a dinheiro."*²⁸⁰

De fato, mesmo tendo sido fundado como fruto de uma política que tinha objetivo de produzir açúcar para exportação, em 1887 o mercado interno do Império respondia pela absorção de *"parcela considerável da produção."*²⁸¹

Ainda em 1885, diante das dificuldades pelas quais passava o Engenho Central de Capivary, os lavradores de cana daquela cidade passaram a fornecer seu produto ao Engenho Central de Piracicaba, que mesmo estando temporariamente paralisado para limpar suas máquinas, passou a contar com uma maior oferta de matéria-prima, o que não o impediu de atravessar novos períodos de turbulência.²⁸²

Em 17 de setembro de 1885 noticiava a Gazeta de Piracicaba:

*"Lemos na Gazeta de Capivary de domingo último: Na terça feira seguiram para Piracicaba diversos lavradores, que foram vender canas ao Engenho Central daquela cidade. Passar em frente do grande estabelecimento que se ergue à cavalleiro na vila Raffard, para ir a cidade vizinha é attestar um facto tristíssimo para os créditos da São Paulo Central Sugar."*²⁸³

Dez dias depois, o mesmo jornal relatava:

*"Consta à Gazeta de Capivary que alguns fornecedores de canna para o Engenho Central d'alli, cujos trabalhos interroperam-se, à vista do infeliz estado do mesmo, tratam de vendel-ás ao Engenho Central d'esta cidade, remetendo-as pela linha ferrea."*²⁸⁴

Segundo a *Gazeta de Piracicaba*, que publicou alguns fragmentos do *Relatório da Directoria da Companhia Engenho Central de Piracicaba, apresentado em*

²⁸⁰ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, 03 de setembro de 1885.

²⁸¹ VIVEIROS, , vol. 29, 1947, p. 479.

²⁸² MONTEIRO, 1987, p. 149.

²⁸³ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, 17 de setembro de 1885.

assembléia geral de 30 de junho deste ano (1885), sabemos que com a safra 84/85, moendo 5.156.836 quilos de canas, produzindo açúcar “inexedível em proporção e beleza”, o Engenho obteve um saldo líquido de 30:930\$695. Entre os diversos reparos feitos pela fábrica, destacam-se a reforma do telhado e o conserto do alambique. O mesmo documento nos dá conta de que, entre 1 de novembro de 1881 e 31 de maio de 1885, o movimento do caixa teve receita de 56:050\$012 e despesa de 50:106\$518, perfazendo, portanto, um saldo de 5:918:524. Para a safra de 1885/86 era esperado um fornecimento de canas superior a 9 toneladas, com as quais estimava-se uma produção duas vezes superior à obtida com a safra 1884/85.²⁸⁵ De fato durante esta safra foram moídas 13.504.444 quilos de canas, produzindo assim 1.062.050 quilos de açúcar e mais 84.100 litros de aguardente.²⁸⁶

Em abril de 1886, portanto antes do início da safra daquele ano, iniciada em 9 de junho, o *Jornal do Agricultor* publicou uma matéria extremamente elogiosa, reproduzida na imprensa local, segundo a qual o Engenho Central de Piracicaba, mesmo diante da caducidade de sua garantia de juros, ia de vento em popa.²⁸⁷ Tal matéria, ao seu final, apresentava o seguinte quadro, pelo qual temos informações sobre a produção e a produtividade do Engenho entre 1882 e 1885.

Quadro XIX

Movimento das safras do Engenho Central de Piracicaba							
anno agrícola	K. de cannas esmagadas	tachos de 1.700 litros	assucar 1º jacto	assucar 2º jacto	assucar 3º jacto	Aguardente cargueiros de 100 litros	rendimento
1882-3 ¹	1.113.386	400	34.260	13.775			4,30%
1883-4	6.784.140	3.109	385.075				7,29%
1884-5 ²	5.156.836	2.156	311.400	72.180	9.480	1.105	7,62%
1885-6 ³	13.504.444	5.210	923.750	138.300		841	6,55%

FONTE: Gazeta de Piracicaba, nº 430, Piracicaba, 3 de abril de 1886, p. 01. (1) Foi apenas experiência feita, para conhecimento das machinas. (2) A diferença de canna foi devida à grande geada, e grande parte da aguardente fabricada, foi com o melado destinado à fabricação do assucar de 2º, sendo que esta qualidade na safra anterior, só aparece na presente. (3) Calcula-se em 120.000 litros de melado de 2º jacto que, por falta de depósito, passou à destilaria, computando-se em 30.000 kilos de assucar a produzir. A diferença do rendimento é devida a má qualidade das cannas, ainda prejudicadas com a geada anteriormente dita. Tem de ser fabricada ainda muita aguardente, depois de turbinado o assucar de 3º jacto.

²⁸⁴ Gazeta de Piracicaba, 27 de setembro de 1885.

²⁸⁵ Gazeta de Piracicaba, nº 404, Piracicaba, 11 de dezembro de 1885, pp. 01-02.

²⁸⁶ Gazeta de Piracicaba, nº 430, Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

²⁸⁷ Gazeta de Piracicaba, nº 430, Piracicaba, 03 de abril de 1886, p. 01.

Em janeiro de 1886, “*como se ve do anúncio do sr. Depositário do assucar do nosso engenho central, tem subido de preço este genero, sendo devido ao grande consumo que tem tido.*”²⁸⁸ Infelizmente, a página 4 do único exemplar da *Gazeta* de que dispomos para consulta encontra-se ilegível. Porém, a procura pelo açúcar do Engenho deve ter sido realmente muito grande, tanto que em meados de fevereiro daquele mesmo ano, “*esgotou-se no depósito desta cidade o assucar de 1ª qualidade produzido no nosso engenho central.*”²⁸⁹

Pelos documentos consultados, sabemos que em 1886 a produção do Engenho atingiu a cifra de 40.000 arrobas, ou seja, 600.000 quilos.²⁹⁰ Porém, como sempre, os dados das poucas fonte disponíveis apresentam certas discrepâncias. Segundo Torres, durante a safra de 1885/86, moendo 13.144.774 quilos de canas, durante 117 dias, o Engenho produziu 893.790 quilos de açúcar. Segundo a mesma autora,

“as causas dessa fraca produção seriam: falta de depósito para melado, que foi aplicado à destilaria, e má qualidade das canas, deterioradas por seca e geada. Segundo o Relatório do Barão de Parnaíba, (...) a matéria prima empregada deveria produzir, no mínimo, mais trinta mil arrobas de açúcar.”²⁹¹

Pensando em aumentar a capacidade da fábrica, a diretoria do Engenho mandou construir mais três tanques, que somados aos já existentes, seriam capazes de armazenar 180 pipas de aguardente. No entanto, mesmo com tais obras, segundo Torres, continuavam a conspirar contra o sucesso da empresa os elevados custos do transporte férreo do açúcar até a capital.²⁹²

Outro dado bastante interessante na demonstração do aumento da procura pelo açúcar do Engenho Central é a variação de preços ocorrida durante o período da safra de 1886, entre meados daquele ano e início de 1887, conforme podemos observar pelo quadro XX:

²⁸⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 415. Piracicaba, 24 de janeiro de 1886, p. 02.

²⁸⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 419. Piracicaba, 13 de fevereiro de 1886, p. 02.

²⁹⁰ *Livro de Ata da Câmara Municipal*, nº 14.

²⁹¹ TORRES, 1975, pp. 143-4.

²⁹² TORRES, 1975, p. 144.

Quadro XX
Preço do açúcar do Engenho Central de Piracicaba durante a safra 1886/1887

Tipo/Período	06/86 ^A	07/86 ^B	09/86 ^C	11/86 ^D	12/86 ^E	02/87 ^F	02/87 ^G	03/87 ^H
Assucar de 1ª sorte de 1 a 9 sacas	21\$000	22\$000	24\$000	23\$000	22\$000	21\$000	20\$000	19\$000
Assucar de 1ª sorte de 10 a 99 sacas	20\$000	21\$000	23\$000	22\$000	21\$000	20\$000	19\$000	18\$000
Assucar de 1ª sorte acima de 100 sacas			22\$000	21\$000	20\$000	19\$000	18\$000	17\$000
Assucar de 2ª sorte de 1 a 9 sacas	17\$000		22\$000	21\$000	20\$000	18\$000	18\$000	17\$000
Assucar de 2ª sorte de 10 a 99 sacas	16\$000		21\$000		19\$000	17\$000	17\$000	16\$000
Assucar de 2ª sorte acima de 100 sacas			20\$000					
Aguardente 21º/22º - 100 litros		15\$000			15\$000			

FONTE: (A) *Gazeta de Piracicaba*, nº 453, Piracicaba, 23 de junho de 1886, p. 04. (B) *Gazeta de Piracicaba*, nº 468, Piracicaba, 14 de julho de 1886, p. 04. (C) *Gazeta de Piracicaba*, nº 474, Piracicaba, 07 de setembro de 1886, p. 03. (D) *Gazeta de Piracicaba*, nº 490, Piracicaba, 26 de novembro de 1886, p. 04. (E) *Gazeta de Piracicaba*, nº 498, Piracicaba, 24 de dezembro de 1886, p. 04. (F) *Gazeta de Piracicaba*, nº 508, Piracicaba, 01 de fevereiro de 1887, p. 03. (G) *Gazeta de Piracicaba*, nº 511, Piracicaba 11 de fevereiro de 1887, p. 03. (H) *Gazeta de Piracicaba*, nº 519, Piracicaba, 14 de março de 1887, p. 03.

A análise do quadro XXI demonstra que, entre o início da safra de 1886, em junho, e março de 1887, houve uma significativa variação de preço. No mês de setembro de 1886, o açúcar atingiu seu preço máximo, chegando a 24\$000 a saca; nos meses posteriores observamos tendência para o declínio dos preços: em novembro para 23\$000; em dezembro, para 22\$000 e, em fevereiro de 1887 o preço encontrava-se nos mesmos níveis de junho do ano anterior, ou seja, 21\$000 a saca. Em março de 1887 nova queda reduziu os preços para 20\$000 e, no mês posterior, em março, para apenas 19\$000, ou seja, 2\$000 abaixo do valor inicial, em junho.

A elevação dos preços, que já havia sido anunciada pela *Gazeta* em janeiro de 1886, prolongou-se até setembro de 1886, e foi consequência direta dos resultados ruins da safra 85-86. Porém, à medida em que o Engenho avançou na moagem da safra de 1886, os preços reduziram-se novamente, até atingirem seu ponto mínimo em março, quando as moagens já haviam sido encerradas. Mesmo considerando a quebra da safra anterior, o comportamento dos preços entre junho de 1886 e março de 1887 revela um certo padrão: os preços tendiam a elevar-se durante as entre-safras, quando havia maior possibilidade de comercializar-se na região o açúcar vindo do nordeste.

Nossa suposição tem fundamento: primeiro porque as safras do sudeste e do nordeste não coincidem no tempo; segundo porque no nordeste ainda operavam em maior quantidade “engenhos menores”, produzindo “açucares inferiores”. Um dado que reforça nossa suspeita é que, a partir de setembro de 1886, começaram a aparecer alguns anúncios na *Gazeta de Piracicaba*, oferecendo ao público açúcar mascavo fabricado em Pernambuco, ao preço de 12\$200 a saca; acima de 10 sacas, o açúcar podia ser adquirido por 10\$800.²⁹³ Outro dado que vem corroborar com nosso raciocínio: em agosto de 1886 o Engenho Central lançou no mercado um novo tipo de açúcar, com qualidade e preço inferior. Tal açúcar era classificado como de “2ª sorte superior”, e vendido pelos seguintes preços: de 01 a 09 sacas, 20\$000; de 10 a 99 sacas, 19\$000 e, acima de 100 sacas, por 18\$600.²⁹⁴

Em março de 1887 o Engenho Central passava por “*apertadas circunstâncias financeiras*” e diante da “*necessidade de conciliar os interesses dos accionistas, dos credores e plantadores de canna*,”²⁹⁵ realizou-se uma reunião dos acionistas tendo como principal ponto de pauta o pagamento de debentures e o vencimento de

“*uma lettra de rs. 78:878\$450 da casa commercial de Santos, Souza Queiroz & Vergueiro, cuja liquidação seria exigida, pareceu à directoria ocasião opportuna para obter o pronunciamento franco dos accionistas: ou de continuarem no proposito de abandonar os negócios da Companhia, ou de acudirem à reunião convocada para assumir a responsabilidade de resoluções que impeçam a queda imminente da empresa. Como de facto, a falta de pagamento da referida lettra, fez com que seus possuidores a protestassem naquela cidade.*”²⁹⁶

Para solucionar o problema da dívida foi formada uma comissão composta pelos acionistas Barão de Rezende, Prudente de Moraes e Adolpho Gordo. Segundo seu parecer, foi feita aos credores a seguinte proposta:

“*reduzirem os juros à 6% ao anno e concederem praso, e como compensação e garantia, receberem o Engenho para fazer funcionar sob a direção e*

²⁹³ *Gazeta de Piracicaba*, n° 519. Piracicaba, 14 de março de 1887, p. 03.

²⁹⁴ *Gazeta de Piracicaba*, n° 466. Piracicaba, 11 de agosto de 1886, p. 01 e p. 04.

²⁹⁵ VALENÇA, Barão de. *Gazeta de Piracicaba*, n° 524. Piracicaba, 01 de abril de 1877, p. 02.

²⁹⁶ CONCEIÇÃO, João Baptista da Rocha. *Acta da sessão da assembléa geral de accionistas*. In: *Gazeta de Piracicaba*, n° 520, Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03.

*administração de dois credores que nomearem para esse fim, os quaes serão constituídos procuradores da companhia, em causa propria, com plenos poderes para applicar os rendimentos à amortização progressiva e proporcional da divida; vender o Engenho applicando o producto à pagamento, no caso de verificar-se a insufficiência dos rendimentos para esse fim, decorrido praso razoável; exercer todas as attribuições que competem aos liquidantes, etc, etc.*²⁹⁷

É oportuno ressaltar que o dito parecer, posto em discussão, foi veementemente combatido pelo presidente da Companhia e por seu advogado, F. da Costa Carvalho, que no entanto viram sua posição derrotada pela maioria dos acionistas, que deliberaram como credores interventores os senhores João Tobias de Aguiar Castro e Barão de Rezende, que desta forma voltava à direção do Engenho Central em 11 de maio de 1887.²⁹⁸

Pela ata daquela reunião, sabemos ainda que durante a safra de 1886 foram fornecidos 13.680.040 quilos de canas, quantidade muito próxima a da safra anterior e que só não foi maior pela quebra de 20 a 30 por cento ocasionada pela geada, também responsável pela diminuição do teor de sacarose contida na cana e, portanto, do rendimento da produção. Mesmo assim, *“acredita a directoria que ao findar a safra o rendimento bruto dará para cobrir as despesas de fabricação e para realizar um saldo superior a 20 contos de réis”*. O ainda presidente da Companhia, Dr. João Batista da Rocha Conceição assim terminava seu último relatório aos acionistas:

“Podemos considerar como felizes estes resultados em vista da fraqueza saccharina das canas fornecidas, os quaes se devem muito aos preços sustentados dos productos da fábrica, graças ao auxilio prestado pelo credito aberto no Banco Commercial de S. Paulo, da quantia de 48:000\$000 garantida pela firma particular de cada um dos directores, crédito que suppriu-nos dos recursos para ir custeando a moagem desassombradamente. Foram pagas regularmente as contas de fornecimento de cannas até a importancia de 72:781\$941, restando por pagar mais ou menos a quantia de 14:390\$875. Os ordenados e salários dos empregados têm sido pontualmente satisfeitos. Estão ainda nos depósitos do Engenho, material

²⁹⁷ REZENDE, Barão de. *Parecer da Comissão Especial*. Anexo à Acta da sessão da assembléa geral de accionistas. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 520. Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03. Consultar também: *Gazeta de Piracicaba*, nº 525. Piracicaba, 02 de abril de 1887, p. 02.

²⁹⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 553. Piracicaba, 13 de maio de 1887, p. 02.

para fabricação de 2.500 arrobas de assucar de 2ª sorte e 400 pipas de aguardente.²⁹⁹

Segundo o *Relatório da comissão encarregada de estudar a Diffusão applicada à canna de assucar*, datado de 1887, os motivos que dificultavam o sucesso dos engenhos centrais podiam ser assim resumidos: alto custo da matéria prima; fabricação grosseira, com mau tratamento dos caldos; falta de pessoal qualificado; altos impostos e falta de crédito.³⁰⁰

As dificuldades financeiras vividas pelo Engenho Central de Piracicaba a partir de 1887 podem ser explicadas: primeiro, o fim da garantia de juros em 1884, que de uma maneira ou outra afetou a empresa em menor ou maior grau, na medida em que deixou de contar com os 7% sobre o capital empregado; segundo, o acirramento da concorrência por mercados e por matéria-prima, visto que por esta época já se encontravam em funcionamento outras fábricas paulistas, particularmente o Engenho Central de Tietê, cuja concessão de garantia de juros data de 1883; terceiro, os rigores de uma seca seguida por duas geadas (1885 e 1886) que, além de reduzir a oferta de matéria-prima, afetou o teor de sacarose das canas entregues para as moendas e, por fim, o ônus representado pelos impostos estaduais, que variavam entre 8 e 10%.

De 1887 em diante, um novo fator deve ser levado em conta ao analisarmos a história do Engenho Central, qual seja: o surgimento de um novo concorrente. Em abril daquele ano, a *Gazeta de Piracicaba* transcrevia notícia remetida a um jornal da capital:

"O dr. Pedro Augusto da Costa Silveira, um dos mais adiantados lavradores da Província, acaba de fazer aquisição de uma importante machina para o fabrico de açucar e que vae ser montada na sua magnifica fazenda do Monte Alegre, em Piracicaba"³⁰¹ [Assim nascia a usina de Monte Alegre, demonstrando que o dr. Costa Silveira não havia] desanimado com o resultado pouco lisongeiro do engenho central daquela localidade (Piracicaba) o qual, embora assente em município uberrimo e reconhecido como assucareiro, vê-se, com pezar o dizemos,

²⁹⁹ CONCEIÇÃO, João Baptista da Rocha. *Acta da sessão da assembléa geral de accionistas*. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 520, Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03.

³⁰⁰ *Relatório da Comissão encarregada de estudar a Diffusão applicada à canna de assucar*, apresentado ao Exmo. Snr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Rio de Janeiro, 1887. Apud. TORRES, 1975, pp. 136-7. Ver também: VIVEIROS, 1947, vol. 29, p. 479

*em pleno estado de insolvencia cujas causas não nos é licito discutir no estreito espaço de uma noticia.*³⁰²

Em 30 de agosto de 1887 a usina de Monte Alegre fazia sua primeira moagem, ainda em caráter experimental. Como era de praxe, foi enviada uma amostra para a *Gazeta*, que publicou o seguinte comentário:

*“O assucar é crystallizado, de crystais grandes, secos e transparentes, notando-se apenas uma cor um tanto amarellada, devida, segundo nos informa pessoa entendida, a ser feito do primeiro cosimento que se fez na fábrica.”*³⁰³ No dia seguinte, a *Gazeta* retificava: *“De facto, recebemos hontem segunda amostra e verificamos então ser o producto d'aquela fabrica de superior qualidade e de uma alvura deslumbrante, como terão ocasião de verificar as pessoas entendidas, a quem convidamos a virem examinal-a em nosso escriptório.”*³⁰⁴

Para demonstrar como o açúcar produzido pela usina de Monte Alegre veio fazer concorrência ao açúcar do Engenho Central de Piracicaba, basta demonstrarmos a redução do preço do açúcar ocorrida a partir de setembro de 1887, quando o produto de Monte Alegre começou a entrar no mercado local, vendido pelos seguintes preços: 1ª sorte superior, 16\$000 a saca; 1ª sorte inferior, 15\$000 a saca; 2ª sorte superior, 14\$500. O anúncio dos preços informava ainda que *“brevemente haverá também assucar pulverizado de 1ª sorte e assucar de 3ª”*³⁰⁵

Em agosto de 1887, o Engenho Central de Piracicaba vendia açúcar, em seu armazém, pelos seguintes preços: 1ª sorte superior, 18\$000 a saca; 1ª sorte inferior, 154200.³⁰⁶ Em setembro e outubro daquele ano, os preços praticados pela usina de Monte Alegre e pelo Engenho Central de Piracicaba passaram a equilibrar-se, com poucas

³⁰¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 527. Piracicaba, 05 de abril de 1887, p. 02.

³⁰² *Gazeta de Piracicaba*, nº 527. Piracicaba, 05 de abril de 1887, p. 02.

³⁰³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 613. Piracicaba, 03 de setembro de 1887, p. 01.

³⁰⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 614. Piracicaba, 04 de setembro de 1887, p. 02.

³⁰⁵ LAGRECA, Pedro Paulo. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 656. Piracicaba, 20 de setembro de 1887, p. 02.

³⁰⁶ PEREIRA, Virgílio M. (Guarda-livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 626. Piracicaba, 13 de agosto de 1887, p. 04.

variações, dependendo mais da qualidade do produto. Tanto em uma como em outra fábrica, o açúcar de 1ª sorte era vendido por 16\$000 a saca de 60 quilos.³⁰⁷

As finanças do Engenho Central de Piracicaba não se recuperaram, principalmente devido ao fornecimento insuficiente de canas e as péssimas condições do mercado do açúcar.³⁰⁸ Para solucionar os problemas da empresa, seus liquidantes convocaram uma reunião dos credores para o dia 31 de janeiro de 1888, onde seria deliberado sobre a “*continuação da administração ou pela venda da massa, para liquidação final.*”³⁰⁹

A reunião realizou-se na data prevista, e em 2 fevereiro os procuradores liquidantes mandaram publicar a *Exposição dos administradores da massa do Engenho Central, ao credores em reunião de 31 de janeiro*. Neste documento, o Barão de Rezende defendia a venda do Engenho utilizando-se dos seguintes termos:

“Pelos resultados obtidos na presente safra, menores que a do anno passado em fornecimento de cannas, posto fossem estas de melhor qualidade, e luctando ainda com o baixo preço do assucar, apenas dará o seu producto para a sua liquidação e alimentação do pessoal, etc., até a futura moagem, sendo insufficiente o excedente para pagamento dos juros de 6% sobre a somma de 669:208\$443 réis, que importa em 40:152\$500. Por esta razão e attendendo as circumstancias especiais do trabalho agricola na Provincia, cuja reorganização será demorada, sem poder-se calcular o tempo preciso e em que condições será feita relativamente às plantações de cannas indispensáveis ao Engenho Central, e que terão de alimentar a empresa, que, até hoje, com melhores elementos, não conseguiu a sufficiente quantidade de cannas, exigida pela capacidade ou potência das machinas; entendemos que a solução à tomar-se é a venda da massa para liquidação final ...”³¹⁰

³⁰⁷ GORDO, A. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 646. Piracicaba, 07 de setembro de 1887, p. 03. LAGRECA, Pedro Paulo. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 666. Piracicaba, 01 de outubro de 1887, p. 03. GORDO, A. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 673. Piracicaba, 09 de outubro de 1887, p. 03.

³⁰⁸ BAUDON, Paulo. “Histórico do Engenho Central”. In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 22 de fevereiro de 1959.

³⁰⁹ CASTRO, João Tobias de Aguiar e; REZENDE, Barão de. “Convocação de Credores” In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 751. Piracicaba, 17 de janeiro de 1888, p. 02.

³¹⁰ REZENDE, Estevam Ribeiro de Souza e CASTRO, João Tobias de Aguiar e “Exposição dos Administradores da massa do Engenho Central, aos credores em reunião de 31 de janeiro”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 766. Piracicaba, 02 de fevereiro de 1888, p. 02.

Juntamente com a *Exposição*, vinha o *Balancete da safra de 1887 a 1888*, reproduzido no quadro XXI.

Quadro XXI

Balancete da safra de 1887 a 1888	
Activo	
Gastos de fabricação, fretes de assucar, etc	29:233\$655
Cannas	91:225\$720
Lenha	10:561\$288
Salários	36:707\$995
Administração	1:827\$800
Saccaria e vasilhame	8:341\$351
Despezas geraes	5:489\$351
Defferença sujeita às despesas do custeio, até a nova safra, reparações indispensáveis, etc.	54:000\$297
Total	237:388\$045
passivo	
Importe de assucar e aguardente vendidos	176:393\$045
Idem de assucar e aguardente em depósito	28:472\$000
Idem de assucar e aguardente por fabricar	27:292\$000
Divida activa não liquidada, mas de provavel recebimento, 50% de seu valor	5:131\$000
Total	237:388\$045

Fonte: RESENDE, Estevam Ribeiro de Souza e CASTRO, João Tobias de Aguiar e. . "Balancete da safra de 1887 a 1888" Anexo à "Exposição dos Administradores da massa do Engenho Central, aos credores em reunião de 31 de janeiro". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 766. Piracicaba, 02 de fevereiro de 1888, p. 02.

Decidida a venda em leilão particular, estipulou-se para 11 de março de 1888 a data para apresentação de propostas para aquisição do Engenho, que foi avaliado em 410:000\$000 assim distribuídos:

*"Engenho propriamente dito, comprehendendo tanque ou deposito para agua, e respectivo encanamento, machinas, alambique e deposito para aguardente 250:000\$000; direito de trafego sobre as secções da linha Ituana, constantes de Contracto, linha ferrea (sobre terrenos particulares), trilhos, locomotiva, wagões e pertences 160:000\$000."*³¹¹

³¹¹ REZENDE, Barão de, e CASTRO, João Tobias de Aguiar e. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 776. Piracicaba, 16 de fevereiro de 1888, p. 02.

Em 17 de março de 1888 realizou-se a reunião dos credores do Engenho Central, representando valor superior a dois terços do débito da empresa. A única proposta apresentada para compra foi feita pelo próprio Barão de Rezende, nos seguintes termos:

*"Preço - 301:157\$565 rs.; pagamento integral às dívidas privilegiadas na importância de 30:368\$860; 42% aos outros credores. 270:782\$705; pagamento a prazo de 10 annos em prestações semestraes a juro de 6% e o necessário à amortização para liquidar n'esse prazo; garantia-hypoteca do Engenho pela quantia de cerca de réis 221:000\$000, sob clausula expressa que assegure a servidão dos terrenos occupados, caminhos, e da agua para os usos do Engenho enquanto este durar, tudo nas mesmas condições em que aproveitarem ao Engenho no tempo da execução e sob as clausulas estabelecidas pelo Banco do Brazil nos emprestimos de longo prazo à lavoura."*³¹²

Desta forma, o Barão passou a ser o único proprietário da empresa, que continuou hipotecada aos credores.³¹³ Interessante notar que o valor da venda do Engenho Central, 602:309\$230, foi 46% maior que os 410:000\$000 constantes do edital de venda, e 8% menor que os 650:000\$000 que representavam o valor do capital da empresa.

Além das dívidas com seus credores, o Engenho Central devia para os cofres públicos municipais e, em meados de 1888, o Barão de Rezende apresentou um requerimento à Câmara Municipal *"assumindo particularmente o supplicante a responsabilidade, para ser satisfeita a importancia em prestações semestraes e que poderiam ser de seis, doze e dezoito mezes."*³¹⁴ Ao que parece, os esforços do Barão junto à Câmara Municipal surtiram os efeitos desejados, pois além da renegociação a que nos referimos, obteve também a *"relevação da multa a que esta sujeito por falta de pagamento de impostos sobre o açúcar fabricado no Engenho Central de Piracicaba."*³¹⁵

Tudo indica que o Engenho Central de Piracicaba continuou sob a direção do Barão de Rezende até 08 de outubro de 1890, quando foi vendido à Companhia Niágara

³¹² *Gazeta de Piracicaba*, nº 805. Piracicaba, 18 de março de 1888, p. 02.

³¹³ GUERRINI, 1970, pp. 133, 146, 147 e 148. Ver Também: *Gazeta de Piracicaba*, nº 820. Piracicaba, 12 de abril de 1888, p. 02.

³¹⁴ SILVEIRA, José Antonio de Oliveira (Secretário) "Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada dia 10 de julho de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 951. Piracicaba, 12 de setembro de 1888, p. 01.

Paulista, da qual o Barão era também acionista, pelo valor de 1.400:000\$000, sendo a venda registrada no 4º tabelionato de São Paulo.³¹⁶

Nesta sociedade, além do Engenho propriamente dito, o Barão entrou com 120 alqueires da fazenda São Pedro, 380 alqueires das fazendas Santa Lídia e São Luiz, e o direito de tráfego na linha sorocabana, utilizada para transporte de lenha e de canas.³¹⁷ Esta informação é extremamente importante, na medida em que nos leva a concluir que o Engenho Central de Piracicaba, na verdade, ia cada vez mais adquirindo características de uma usina moderna, tendo sob seu controle não apenas a produção de açúcar, mas também a produção de uma parcela significativa da matéria-prima que processava.

Ao que parece, durante os 9 anos que pertenceu à Niágara Paulista, o Engenho Central obteve sucessivo e significativo aumento na sua produção: na safra de 94, produziu vinte e cinco mil sacas de açúcar; na safra 95, vinte e oito mil sacas; na safra de 96, trinta mil sacas; na safra de 97, trinta e três mil sacas. Na safra 98, quarenta mil e, para a safra 99, estava projetada uma nova safra de quarenta mil sacas de açúcar de 60 quilos, ou seja, 2.400.000 quilos de açúcar.³¹⁸

É importante ressaltar que este aumento de produção verificado durante a gestão do Dr. Cícero Bastos esteve diretamente relacionado com a modernização da fábrica e com a aquisição de novas terras por parte do Engenho Central: Em agosto de 1896 foram comprados os 90 alqueires da fazenda Gilbert, por Cr\$ 10.000,00; em maio de 1897 foram comprados 40 alqueires da fazenda Santa Cruz, por Cr\$ 10.000,00 e, finalmente, em julho de 1897 foram comprados mais 189 alqueires da fazenda Caypiá, por Cr\$ 16.000,00.³¹⁹ Com a aquisição de mais essas fazendas, o Engenho continuava seu processo de transformação, assumindo cada vez mais características de usina.

³¹⁵ SILVEIRA, José Antonio de Oliveira (Secretário) "Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada dia 06 de setembro de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 952. Piracicaba, 14 de setembro de 1888, p. 01.

³¹⁶ GUERRINI, 1970, p. 187 e p. 198.

³¹⁷ BAUDON, Paulo. "Histórico do Engenho Central". In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 22 de fevereiro de 1959.

³¹⁸ GUERRINI, 1970, p. 279. CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 273.

³¹⁹ BAUDON, Paulo. "Histórico do Engenho Central". In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 22 de fevereiro de 1959.

Ainda sob direção da Companhia Niágara Paulista, em 1897-98 foi construído um cais de pedra com 4 metros de altura, iniciando-se 50 metros abaixo do salto e terminando no paredão da balança. Conforme se depreende da leitura do pedido de licença para a construção enviado à câmara municipal, o principal objetivo da obra era possibilitar o ganho e aplainamento de uma faixa de terreno destinada à facilitar as manobras dos trens que chegavam carregados.³²⁰

Em 17 de abril de 1899, a Assembléia Geral dos acionistas da Companhia Niágara Paulista decidiu sua dissolução, nomeando liquidante o acionista e diretor da empresa Cícero Bastos, que em 29 de abril realizou a venda do Engenho Central à *Societè Sucreriè de Piracicaba*, fundada em Paris por Fernand Dorè, pelo valor de 2.200.000 francos.³²¹

Durante a safra de 1899, já sob direção do Dr. Holgen Gensen Kok, representante local da *Sucreriè*, o Engenho Central atingiu a meta de produção prevista de 40.000 sacas de açúcar. Além da produção de açúcar, a produção de pinga e de álcool foi de 6 pipas diárias. Considerando que a safra de cana estendia-se, tradicionalmente, de fins de julho até fins de dezembro, a produção de pinga deve ter sido de aproximadamente 750 pipas.³²²

Pensando na safra de 1899-1900, a *Societè* adquiriu a fazenda Santa Rosa, com 585 alqueires de terra, que reunidos aos 850 que já possuía o Engenho, totalizam a respeitável soma de 1.435 alqueires. Ainda em outubro de 1899, o Engenho inaugurou uma moenda de pressão e repressão, e duas caldeiras multitubulares alimentadas pelo bagaço de cana, elevando assim a capacidade produtiva para 3.000 quilos de açúcar por dia. Para a safra de 1900-1901 estavam em construção novos pavilhões onde seriam assentadas novas caldeiras, moendas modernas e, enfim, os aparelhos de difusão, que permitiriam a extração quase perfeita do caldo contido na cana, elevando a capacidade de produção para 100.000 sacas anuais.³²³

³²⁰ BASTOS, Cícero. (Presidente da Cia. Niágara Paulista) *Ofício*. (Manuscrito) Piracicaba, 31 de julho de 1897. In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Ofícios. Caixa 16.

³²¹ GUERRINI, 1970, p. 285.

³²² CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 273. GUERRINI, 1970, p. 285.

³²³ GUERRINI, 1970, p. 290 e p. 292. Consultar também CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 274.

Visando o rápido crescimento do mercado interno paulista, que na virada do século consumia integralmente a produção local, a *Società Sucrieriè Brasiliense* adquiriu vários outros engenhos centrais no estado de São Paulo: Engenho Central de Raffard, Engenho Central de Lorena e Engenho Central de Porto Feliz.³²⁴

Com o objetivo de orientar técnica e economicamente o processo de tomada de decisões com relação às novas empresas, a *Società* enviou até São Paulo uma missão de inspeção, chefiada pelo engenheiro francês J. Picard. Segundo seu relatório, publicado originalmente em 1903, as canas produzidas em São Paulo tinham qualidade média, por estarem no limite das áreas consideradas mais aptas ao plantio: quanto mais próximo à linha do Equador, melhor o peso e a riqueza sacarina. Dentre as quatro fábricas adquiridas pela *Società*, a de Piracicaba é a que se localiza mais ao norte, dispondo de solos mais extensos e férteis, que ao contrário das demais propriedades, possibilitam entre três e seis ressecas.³²⁵

Em 1903, o Engenho Central de Piracicaba contava com um total de 1.544 alqueires de terras, dos quais somente 290,5 alqueires ocupados com canaviais, conforme demonstra o quadro XXII.

³²⁴ QUEDA, 1996, pp. X - XII.

³²⁵ PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, pp. 15, 19, 20 e 47.

Quadro XXII

Propriedades do Engenho Central de Piracicaba (alqueires)

fazendas	matas	cana	café	terras boas ao cultivo	terras estéreis	pastagens	total	casas de colonos
Santa Lydia e São Luís	1,5	71,5	5,0	310,5	131,0	28,5	548,0	83
Cayapia	100,0	11,0		73,0	31,0	19,0	234,0	35
Santa Roza	300,0	160,0	70,0	24,0		50,0	604,0	92
Santa Cruz		30,0		8,0		4,0	42,0	10
Engenho		18,0		22,0	40,0	36,0	116,0	56
Total	401,0	290,05	75,0	437,5	202,0	137,5	1.544,0	276

FONTE: PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996. p. 48.

Além dos 290,5 alqueires cultivados com canas, existiam 401,5 alqueires ocupados por matas, localizados nas fazendas Cayapia e Santa Roza, aquisições mais recentes. Picard avaliava que estas matas poderiam fornecer aproximadamente 150.000 m² de madeira, e quando desmatadas, cerca de 260 alqueires aptos ao plantio de canas. Dos 75,5 alqueires ocupados pela cafeicultura, 5,0 encontravam-se praticamente abandonados na fazenda Santa Lídia, e os 70 restantes encontravam-se em boas condições na fazenda Santa Roza. Quando da aquisição desta última, cafezais e equipamentos foram avaliados em 180 contos, justificando assim a manutenção da cultura dos 130 mil arbustos, que produzindo a média de 8.000 arrobas anuais, vendidas à 6 mil réis à arroba, resultariam em 48.000\$000. Às pastagens eram destinadas as terras menos aptas à agricultura. Longe de ser um desperdício, a boiada garantia alimentação, estrume e força motriz para transporte das canas até os pontos de embarque nos vagões.³²⁶

No início do século XX, segundo Picard, o Engenho Central dispunha de 19 quilômetros de linha férrea com bitola de um metro.³²⁷ Seu material rodante disponível compunha-se de 3 locomotivas de 15, 18 e 20 toneladas, respectivamente, responsáveis

³²⁶ PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, pp. 49-51.

³²⁷ Segundo o Almanack, "(...) Possui o engenho 30 quilômetros de estrada de ferro de seu, e por contrato com a sorocabana/ytuana utiliza-se de 60 km desta. Circula, portanto, em 14 léguas o seu material rodante, que

pela tração de 75 vagões, com capacidade de transportar de 3 a 7 toneladas cada. A totalidade deste equipamento estava avaliada em quinhentos mil francos. Embora o Engenho não possuísse mais a Companhia de Navegação, o transporte de canas continuava sendo relativamente econômico, devido à um antigo acordo com a Cia Ituana, pelo qual o Engenho podia utilizar seus trilhos. No entanto, a má administração e o tempo perdido com as manobras das locomotivas e vagões acarretavam, ainda, custos excessivos.

*“no ano passado [1902], a conta do transporte se elevou a 30:069\$000. Esta importância se refere a 42 mil toneladas de cana e a 8 mil toneladas de madeira aproximadamente, além de algum pouco de açúcar e de álcool. O custo médio equivale, portanto, a mais ou menos 800 réis por tonelada. Em suma, não se deve reclamar desse serviço, pois ele é barato.”*³²⁸

No setor propriamente industrial, possuía o engenho aproximadamente 300 operários, enquanto no setor agrícola haviam cerca 400 famílias de colonos espalhadas pelas fazendas. Portanto, segundo o “almanaque”, 3.500 pessoas, mais ou menos, eram empregadas pela Sucrerié. Na fábrica, somando-se a potência das várias turbinas empregadas, possuía o engenho a força de 200 cavalos.³²⁹

Em 1903, após investimentos realizados pela Sucrerié, o Engenho Central tinha a capacidade de moer, em média, 400 toneladas de cana por dia, em dois conjuntos de moendas. O primeiro composto de uma moenda Fives-Lille (1,60m) e outra inglesa (1,50m) que, movidas a vapor, moíam 300 a 320 toneladas de cana ininterruptamente, retirando cerca de 72% de caldo em peso. Esta eficiente extração do caldo dava origem a um bagaço bastante seco, facilmente queimado pelas caldeiras. O segundo conjunto de moendas, com cerca de um metro, tinha oito cilindros acionados por uma turbina hidráulica alimentada por um canal desviado cerca de um quilômetro acima do salto do rio Piracicaba, e era capaz de esmagar entre 120 e 150 toneladas de canas, extraindo 67% de caldo em peso. Na verdade, naquele momento, o Engenho era uma fábrica gigantesca,

consta de 3 locomotivas e 80 wagons para cana, lastro, etc. (...)” In: CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 274.

³²⁸ PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, p. 67.

³²⁹ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 274. Esta potência é bastante questionável. Se levarmos em consideração que, segundo o mesmo almanack, na página 119, aponta para uma potência instalada de 300 cavalos e o Relatório do Presidente da Província de 1883, para uma potência de 420 cv.

contendo vários equipamentos modernos: havia nove defecadores e alguns clarificadores capazes de acompanhar o ritmo das moendas; sete filtros Philippe para os caldos; dois aparelhos de evaporação de triplice efeito (1.500 hectolitros cada); cozedores à vácuo; cinco cristalizadores; quatro turbinas Fives-Lille aperfeiçoadas; onze turbinas centrífugas comuns e grandes tanques de cimento ou de ferro com capacidade de armazenar mais de 10.000 hectolitros de massa cozida ou de melaço.³³⁰

A fábrica contava ainda com uma bateria de geradores composta de quatro caldeiras semi-tubulares, equipadas com fornalhas Godillot, com oitocentos metros quadrados de superfície de aquecimento. Havia ainda dois geradores com fornalhas de locomotiva em funcionamento, e mais dois antigos geradores Naeyer de reserva. Além destes geradores, o Engenho contava ainda com a força hidráulica proporcionada pelo "Véu da Noiva",³³¹ avaliada em 200 cavalos.

*"Esta queda movimenta a moenda Brissonneau de oito cilindros, as bonbas de ar acionando um triplice efeito de dois cozedores, os cristalizadores, as quatro turbinas cintrífugas para o açúcar de primeiro jato, as onze centrífugas de segundo e terceiro jatos, a luz elétrica, a serra circular e a oficina. Esta magnífica queda d'água põe a usina de Piracicaba numa situação privilegiada quanto ao consumo de combustível, e se o bagaço sai bem seco das moendas, este consumo será muito reduzido."*³³²

Foi a grande quantidade de terras agricultáveis, aliada à alta força motriz e à satisfatória rede de transportes que fez do Engenho Central de Piracicaba um dos mais produtivos do estado de São Paulo, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo. Contava ainda com iluminação própria pela eletricidade, oficina mecânica, fundição e carpintaria para reparos do seu próprio material. À época (1900), a diretoria geral do estabelecimento estava à cargo do Sr. Henry Duracher, que também era gerente da

³³⁰ PICARD. J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, p. 111.

³³¹ Denominação local para a cachoeira formada a partir das águas desviadas por um canal antigamente utilizado como força motriz para o Engenho Central.

³³² PICARD. J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, p. 112.

Sucrerié Villa Raffard. O gerente da Sucrerié Piracicaba era o Dr. Holgen Jensen Kok, e o chefe do escritório o Sr. Gustavo de Moraes Barros.³³³

Em 1900 existia ainda em Piracicaba, como já foi mencionado, o Usina de Monte Alegre, fundado pelo Barão do mesmo nome, por volta de 1890. Contando com aproximadamente 250 empregados (50 na fábrica e 200 nos campos), produzia 5.000 sacas anuais, de um dos melhores açúcares cristalizados do Brasil, extremamente puro e alvo. Em resumo, entre os movidos à vapor, a água, por animais, etc, pequenos e grandes havia uns 80 engenhos no município, produzindo cerca de 350.000 arrobas.³³⁴

³³³ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 275.

³³⁴ CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p. 275.



DETALHE LATERAL DO PRÉDIO PRINCIPAL: TRILHOS QUE LEVAVAM AS
CANAS PARA AS MOENDAS

III - ENGENHO E SOCIEDADE: TRANSFORMAÇÕES

O Engenho Central de Piracicaba foi fundado na década de 1880, num momento de grandes transformações na economia e na sociedade paulista. A indústria nascente e a urbanização, a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, ambos proporcionados pelo dinamismo do setor cafeeiro;. Neste contexto, interessa-nos a maneira pela qual o Engenho e seus proprietários enfrentaram aquelas dificuldades, principalmente as referentes à mão-de-obra.

Situado à margem direita do rio Piracicaba, fazendo face à cidade, o edifício do Engenho revestia-se de “aspecto gigantesco; ali tudo era grandioso”. A construção ocupava uma área de 1.764m², exclusive a coberta que abrigava o condutor de canas, que tinha 250 metros, totalizando, 2.014m² de área construída. Sua parte central era toda de ferro armado, e a sua cobertura de folhas de ferro galvanizado. Para termos um parâmetro de comparação, basta lembrarmos que o Engenho Central de Porto Feliz, o concorrente mais próximo, ocupava uma área construída de 1.772m².³³⁵

Além da grandiosidade do prédio, outro aspecto arquitetônico relevante era a chaminé da fábrica, na qual mais tarde foi instalado o primeiro pára-raios da cidade.³³⁶ Do alto de seus 36 metros, esta chaminé constituía-se num imponente monumento à indústria piracicabana, tal qual os campanários que abrigavam os sinos na indústria sacarina cubana, que como observou Fraginals, marcavam “o ritmo das tarefas intermináveis, (...) adquirindo um extraordinário valor simbólico”.³³⁷

Símbolo de progresso, a inauguração do Engenho Central constituiu-se um marco do processo de modernização econômica e social de Piracicaba rumo ao século XX. Antes dele, a Companhia de Navegação Fluvial Paulista, a Estrada de Ferro Ytuana e a Fábrica de Tecidos Santa Francisca já operavam a dinamização da sociedade local. O Engenho veio acelerar este processo desde sua construção, proporcionando, como destacava a imprensa local, “rendimentos a grande número de pessoas de diversas

³³⁵ VIVEIROS, 1946, vol. 27, pp. 614-5.

³³⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 112. Piracicaba, 30 de março de 1883, p. 02. Ver Também: GUERINI, 1970, p. 96.

³³⁷ FRAGINALS, 1989, pp. 36, 7 e 8.

*categorias, em consecução de seus serviços.” A imprensa local destacava também o constante afluxo de pessoas para a cidade, elogiava o florescente comércio e seus importantes estabelecimentos agrícolas que, juntos, encaminhavam Piracicaba à “*sciencia, esse pharol brilhante que unindo-se à luz do século - guia-nos ao dever e ao progresso, mas ao verdadeiro progresso - a liberdade.*”³³⁸*

Para melhor dimensionar o impacto proporcionado pela fundação do Engenho Central, tomemos novamente emprestadas as palavras de Viveiros que, referindo-se à imponência da fábrica, utilizou-se das expressões “gigantesco” e “grandioso.”³³⁹ De fato, não houve exagero, pois ao final da década de 1890, o Engenho, então pertencente à Companhia Niágara Paulista era, sozinho, o maior contribuinte dos cofres públicos.³⁴⁰

Contudo, a importância do Engenho no cenário piracicabano de fim de século não se fazia sentir somente nos cofres públicos. Nas vidas individuais também tinha significância destacada, na medida em que, ao final do século XIX, empregava aproximadamente 3.500 trabalhadores, ou seja, algo em torno de 14% da população piracicabana, que era de 25.374 pessoas.³⁴¹

Neste capítulo, daremos especial atenção ao processo de constituição e consolidação do mercado de trabalho livre em Piracicaba, o que implica na compreensão da desintegração das relações sociais de produção calcadas no trabalho escravo e sua substituição por outras, baseadas na introdução do trabalho livre no campo e na cidade. Implica, acima de tudo, na compreensão da maneira pela qual o “capitalismo tardio”³⁴² brasileiro procedeu ao desmonte de um “*modus vivendi*”, rearticulando seus destroços na elaboração de outro.

³³⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 03. Piracicaba, 15 de junho de 1882, pp. 02 e 03. Não nos esqueçamos que o contrato de garantia de juros sobre o capital investido firmado entre o Barão e o Império vetava a utilização de mão-de-obra escrava na parte fabril do processo de produção do açúcar, o que justifica a relação direta entre o progresso representado pelo Engenho e o conceito de liberdade.

³³⁹ VIVEIROS, 1946, vol. 27, p. 615.

³⁴⁰ BASTOS, Cícero. (Presidente da Cia Niágara Paulista). *Requerimento*. In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 09.

³⁴¹ NEME, Mário. *Piracicaba: Documentário, 1936*. Editado por João M. Fonseca, 1936. Segundo outra fonte, os empregos gerados pelo Engenho representavam aproximadamente 15% de uma população total composta por 22.150 indivíduos. Consultar: CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899, p p. 129-31 e 274.

³⁴² MELLO, 1981.

A idéia é avaliar de que maneira Piracicaba vivenciou o processo que resultou no fim da escravidão, bem como suas implicações no que se refere ao aumento da demanda por mão-de-obra livre. Buscaremos demonstrar, na medida em que nos permitirem as fontes disponíveis, como a produção açucareira do município resolveu a importante questão da substituição da mão de obra escrava pela livre, lembrando sempre que o setor açucareiro, ao menos a partir de meados da década de 1860, não era mais a principal mola do desenvolvimento local, cedendo espaço cada vez mais significativo à cafeicultura.

Mesmo sendo os trabalhadores livres (colonos e operários), na sua maioria, espanhóis e italianos, optamos por estudar o segundo grupo de imigrantes, quer pela abundância relativa de bibliografia e documentos, quer por se constituírem no mais significativo contingente de imigrantes entre 1887 e 1900, representando 73% de todos os estrangeiros ingressos no país, quer pelas marcas que esta imigração deixou estampadas na cidade e no dialeto "caipiracicabano".³⁴³

Estudar este novo segmento social (o trabalhador livre) nos remete à análise de um processo marcado por lutas, disputas e resistências: dos escravos por liberdade; dos libertos para integrarem-se na nova sociedade; dos proprietários por mão-de-obra e dos imigrantes contra a proletarização.

³⁴³ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo. 1886 - 1934*. São Paulo, Paz e Terra, 1984. p. 71. Sobre o "dialeto caipiracicabano", consultar: ELIAS NETO, Cecílio. *Arco, Tarco, Verva*. 2 vol. Piracicaba, editora Joruês, 1988.

III.1 - Os Caminhos da Liberdade.

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, o desenvolvimento da lavoura canavieira ocorrido em Piracicaba durante a primeira metade do século XIX foi o grande responsável pelo aumento da população escrava local. Mais tarde, com o avanço da cafeicultura, a necessidade de escravos tornou-se ainda maior. Em 1836, quando Piracicaba assumiu a posição de principal produtora de açúcar do "Quadrilátero", possuía 3.647 escravos; em 1874, quando a cafeicultura já havia se tornado a principal atividade agrícola do município, este número saltou para 5.627.³⁴⁴

No início da década de 1880, quando o Engenho Central foi fundado, existiam em Piracicaba 5.814 escravos, praticamente o mesmo de sete anos antes. O fim da escravidão era só uma questão de tempo. A proibição do tráfico internacional em 1850 e a solução de compromisso representada pela Lei do Ventre Livre em 1871, na medida em que anunciavam a inevitável transição nas relações de trabalho, deram o tempo e os meios necessários para os fazendeiros paulistas organizarem um bem sucedido sistema de imigração.³⁴⁵

Portanto, tal qual as fazendas cafeeiras, as fazendas canavieiras que forneciam canas para as moendas do Engenho enfrentaram o difícil problema da transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre e, para melhor compreender como deu-se esse processo, façamos inicialmente uma rápida observação sobre a escravidão em Piracicaba. Desta forma, veremos com maior nitidez como a imigração tornava-se necessária na mesma proporção em que o escravo se tornava um bem escasso. Pelo quadro apresentado a seguir, podemos observar o decréscimo do número de escravos em Piracicaba entre os anos de 1881, quando o Engenho foi fundado, e 1888, quando a escravidão foi definitivamente abolida pela publicação da Lei Áurea.

³⁴⁴ CAMARGO, 1952, p. 68.

³⁴⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 32-130.

Quadro XXIII
População escrava em Piracicaba: 1881-1888

ano	nº de escravos	homens x mulheres	sexagenários
1881	5.814 ^(A)		
1882	5.775 ^(B)	3.423 X 2.352	
1883	5.663 ^(C)		
1884	5.603 ^(D)		587
1885	3.416 ^(E)		
1886	3.820 ^(F)		650 ^(I)
1887	3.370 ^(G)		
1888	1.453 ^(H)		

FONTE: (A) BRITO, Laurindo Abelardo de. (Presidente da Província de São Paulo) *Relatório Apresentado à Assembléia do Estado de São Paulo em 13 de janeiro de 1881*. São Paulo, Typografia do Diário de Santos, 1881, p. 45. (B) *Gazeta de Piracicaba*, nº 80. Piracicaba, 30 de agosto de 1882, p. 02. (C) D'ASSUMPÇÃO, Luís Carlos. (Vice-Presidente da Província de São Paulo) *Relatório com que passou a Administração ao Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto*. São Paulo, Typografia da Gazeta Liberal, 1884, Anexo, p. 51. (D) *Gazeta de Piracicaba*, nº 328, Piracicaba, 28 de outubro de 1884, p. 02. (E) ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. (Presidente da Província de São Paulo) *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 10 de janeiro de 1888*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Comp. p. 21. (F) CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, nº 1, 1952, p. 68. (G) *Gazeta de Piracicaba*, nº 520. Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03. (H) *Gazeta de Piracicaba*, nº 834. Piracicaba, 29 de abril de 1888, p. 02. (I) CUNHA, Joaquim Borges da. (Editor) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 435. Piracicaba, 04 de abril de 1886, p. 02.

A análise do quadro acima demonstra que, entre 1881 e 1888, o número de escravos existentes em Piracicaba sofreu uma redução de aproximadamente três quartos.

De fato, a redução do número de cativos em Piracicaba tornou-se mais aguda somente a partir de 1881. A proibição do tráfico internacional de escravos em 1850 não repercutiu tão gravemente em São Paulo, devido ao tráfico inter-provincial, e a Lei Rio Branco, em 1871, não passou de uma solução de compromisso, cujo efeito foi, na verdade, o adiamento da abolição. Em 1881, quando Piracicaba possuía 5.814 escravos, as províncias do sudeste (S.P., M.G. e R.J.) proibiram definitivamente o tráfico inter-provincial, tornando urgente a necessidade de trabalhadores livres.³⁴⁶

³⁴⁶ CONRAD, 1978, p. 64. Ao final da década de 1870, a venda de escravos para a região sudeste era uma das formas mais utilizadas pelos senhores de engenho nordestinos para saldarem seus débitos bancários.

Nota-se ainda, que durante o período analisado existiram dois momentos em que ocorreram significativas reduções do número de cativos: entre 1884 e 1885, o número de escravos reduziu-se em aproximadamente 40%; entre 1887 e 1888, a nova redução foi da ordem de 67%.

Algumas observações talvez expliquem tais reduções: primeiro, foi justamente em 1884 que a província de São Paulo assumiu as despesas relativas a imigração; segundo, em 1885 houve a publicação da Lei dos Sexagenários. Em abril de 1886, a imprensa local calculava que, embora ainda existissem aproximadamente 650 escravos matriculados em condição de serem libertados pela lei de 1885, o benefício atingiria no máximo 500 pessoas que “vão gozar a liberdade à beira do túmulo”³⁴⁷. De fato, no biênio 1884-1885, o número de escravos existentes em Piracicaba reduziu-se em 1.187, número bastante superior às libertações previstas pela *Gazeta* em função da Lei dos Sexagenários.

Entre 1887 e 1888, portanto as vésperas da Lei Áurea, a redução de 1.917 escravos pode ser explicada, em parte, pela ação de uma comissão formada por cidadãos locais, que diante do iminente fim da escravidão, promoveu uma campanha para que os senhores ainda possuidores de escravos providenciassem a suspensão de suas matrículas, concedendo-lhes assim liberdade.

Outro instrumento de libertação de escravos, se bem que de pouco alcance, foi o “Fundo de Emancipação”. Em primeiro de abril de 1883, com a utilização de 8:570\$000 provenientes do “Fundo” e mais 1:400\$000 de pecúlio dos próprios escravos³⁴⁸, o juiz de órfãos de Piracicaba concedeu liberdade à 13 cativos.³⁴⁹ Em 21 de janeiro de 1885, mais 13 escravos foram libertados pelo mesmo instrumento.³⁵⁰ Por estes dois exemplos, podemos observar o quão baixo era o alcance de tal instrumento de libertação: em 1883, os libertos correspondiam a 0,22% da população escrava local; em 1885,

³⁴⁷ CUNHA, Joaquim Borges da. (Editor) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 435. Piracicaba, 04 de abril de 1886, p. 02. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 121.

³⁴⁸ Segundo Eisenberg, “Conforme a Lei do Ventre Livre, Artigo 4, foram garantidos os direitos do escravo de acumular um pecúlio, transferível por herança a seus filhos, e de ter seu valor de alforria estabelecido pela justiça.” In: EISENBERG, 1989, p. 248.

³⁴⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 113, de 02 de abril de 1883, p. 02. Ver também: *Gazeta de Piracicaba*, nº 167. Piracicaba, 26 de agosto de 1883, p. 02.

³⁵⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 359. Piracicaba, 21 de janeiro de 1885, p. 02-03.

considerando-se não um maior número de libertos, mas sim a diminuição do número de escravos no município, os libertos corresponderam a 0,38% do total de escravos do município.

Além dos instrumentos de libertação anteriormente citados, houve casos de alguns senhores de escravos piracicabanos que concederam liberdade a seus cativos. Em meados de 1882, o capitão Miguel Antonio Gonçalves d'Arruda libertou, sem condição alguma, seu escravo Américo.³⁵¹ Também em 1882, a Sr^a Antonia Eufrosina de Sampaio concedeu liberdade incondicional à sua escrava Eva.³⁵² Em setembro de 1882, o Sr^o. Joaquim Marcelino da Silva, por ocasião de sua mudança para Europa, concedeu liberdade a cinco escravos: Antonio, Joaquim, Raphael, Joaquina e Sebastiana.³⁵³ Como bem demonstrou Eisenberg, geralmente estas alforrias eram concedidas a escravos qualificados e escravas que desempenhavam tarefas domésticas, e portanto tornavam-se "mais próximos" da família do senhor, recebendo sua liberdade como recompensa pelos "bons serviços prestados".³⁵⁴

Caso interessante é o da escrava Alexandrina, parda, de 35 anos. Esta escrava foi alugada para prestar serviços na casa de Francisco de Paula Ribeiro, residente em Santos. Como recompensa por seus bons serviços, aquele senhor pagou à piracicabana Izabel de Almeida Prado, proprietária da escrava, a quantia de 600\$000, concedendo liberdade à Alexandrina.³⁵⁵

Havia também escravos que alcançavam a liberdade em comemorações religiosas. Em meados de 1883, por ocasião do encerramento da festa do Divino Espírito Santo, o Sr. José Lobo de Albertin concedeu liberdade à sua escrava Ubaldina, ainda menor de idade.³⁵⁶

Quando o escravo exercia alguma atividade qualificada, tinha a possibilidade de juntar algum dinheiro e comprar a própria liberdade, condição regulamentada já pela Lei do Ventre Livre. Este foi o caso do escravo Roberto da Cruz, de

³⁵¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 7. Piracicaba, 29 de junho de 1882, p. 01.

³⁵² *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, 01 de agosto de 1882, p. 02.

³⁵³ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba, Setembro de 1882, p. 02.

³⁵⁴ EISENBERG, 1989, p. 280.

³⁵⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 125. Piracicaba, 06 de maio de 1883, p. 02.

³⁵⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 139. Piracicaba, 13 de junho de 1883, p. 02.

aproximadamente 30 anos, que exercendo a profissão de oficial de alfaiate, comprou sua carta de alforria por 500\$000.³⁵⁷ É interessante notar não apenas o preço relativamente baixo da indenização, visto ser um escravo qualificado, mas também o fato de que, diferentemente da maioria dos outros escravos, Roberto possuía sobrenome.

Mesmo sendo impossível monetarizar a vida ou a filantropia, é bastante interessante sabermos o valor de mercado destes bens móveis que eram os escravos. Para tanto, utilizamo-nos de alguns dados sobre a *Venda Judicial de Escravos* publicados na *Gazeta de Piracicaba*.

Com base nestes *Editais*, pudemos perceber que à medida que os escravos iam se tornando escassos, contraditoriamente, seus preços iam se reduzindo. Tal fato pode ser considerado como um indicador de que os fazendeiros piracicabanos, à medida em que a abolição definitiva da escravidão se aproximava, iam deixando de imobilizar seus capitais na aquisição de escravos. Em setembro de 1882, escravos do sexo masculino, entre 27 e 34 anos, tinham seu preço avaliado em torno de 2:000\$000. Este preço podia ser maior, no caso de escravos que possuísem alguma qualificação: “Antonio, machinista, pardo, casado, 28 annos, com avaliação de 2:200\$000.” Homens mais velhos valiam menos: “Henrique, pardo, 45 annos, solteiro, com avaliação de 600\$000 [e] Firmino, preto, 67 annos, com avaliação de 800\$000”.³⁵⁸ As mulheres valiam, geralmente, metade dos preços dos homens. Comparando estes valores com os de 1884, fica explícita a tendência à redução dos preços dos cativos. Prova disto é o edital de venda judicial do “escravo Francisco, de 23 annos de idade, (...) avaliado em 1:300\$000”.³⁵⁹ Outro edital, publicado em outubro de 1884 também nos aponta tal tendência à redução: “Januário, preto, pernambucano, de 40 annos, 400\$000; Miguel, preto, de 25 annos, paulista, 1:100\$000; Tobias, preto, de 18 annos, paulista, 1:200\$000.”³⁶⁰ Nas listas chama a atenção o grande número de escravos pardos e casados, o que indica um grande “branqueamento” dos cativos e também, a despeito de todas as violências sofridas, a existência de vida conjugal entre os escravos. As informações apontam que os preços dos

³⁵⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 462. Piracicaba, 28 de julho de 1886, p. 02.

³⁵⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 39. Piracicaba, 20 de setembro de 1882, p. 03.

³⁵⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 297. Piracicaba, 03 de agosto de 1884, p. 03.

³⁶⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 323. Piracicaba, 17 de outubro de 1884, p. 03.

cativos se reduziram no ritmo em que a abolição se aproximava e, também, de acordo com idade, sexo, cor, qualificação, estado civil e a posse ou não de filhos ingênuos.

O estudo de Eisenberg sobre as alforrias em Campinas, aponta na mesma direção, demonstrando que velhos e mulheres obtinham a liberdade com mais facilidade.³⁶¹

Os escravos não estavam totalmente alheios às várias facetas que assumia o processo que levava ao fim da escravidão, e as fugas eram a maneira mais rápida de chegar à liberdade antes da ação filantrópica de seu senhor ou da abolição. Tanto que como forma de punir exemplarmente os escravos fugitivos, ainda em 1881, o governo imperial determinou que aqueles escravos que fugissem e fossem capturados deveriam ser preteridos em relação aos demais para fins de libertação pelo Fundo de Emancipação previsto pela Lei Rio Branco (1871).³⁶²

E muitos eram os escravos que tentavam a fuga, geralmente embrenhando-se no mato. Para capturá-los, haviam aqueles como o piracicabano Juca de Godoy, o “terror dos calhambolas”, assim descrito num artigo da *Gazeta de Piracicaba* após caçar um escravo fugido do fazendeiro Salvador Corrêa de Moraes, do município de Tietê:

“Godoy é moreno, alto, grosso, regulando trinta annos. Incumbe-se de grandes derrubadas de mattas virgens. É filho d’esta cidade, onde tem sempre residido. Pacífico e trabalhador, não consta que jamais fizesse mal a alguém, a não ser a escravos fugidos. Quando esta perigosa classe desaparecer, o que felizmente parece não estar longe, só fará mal às árvores seculares.”³⁶³

O destino de Godoy foi tão cruel quanto o dos cativos por ele capturados: consta ter sido assassinado por escravos em fuga, quando tentava capturá-los no município de Campinas.³⁶⁴

³⁶¹ EISENBERG, 1989, pp. 255-302.

³⁶² Decreto Imperial nº 8067, de 17 de abril de 1881. “Determina o modo porque devem ser feitas e averbadas as declarações de fuga e apprehensão dos escravos.” In: Arquivo da Câmara Municipal, (Impresso), 1881, Caixa 01, Maço 1.

³⁶³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 111. Piracicaba, 28 de março de 1883, p. 02.

³⁶⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 1036. Piracicaba, 12 de junho de 1889, p. 01.

Geralmente, quando capturados, estes escravos fugitivos eram submetidos a uma série de privações e castigos corporais, ao menos até outubro de 1886, quando foi abolida a pena de açoites em praça pública, o que não significa que elas não continuaram a ocorrer no interior das fazendas.³⁶⁵

Foi talvez temendo tais castigos, ou mesmo querendo abreviar a escravidão que Eulália, parda de 20 anos, escrava do Dr. Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio, capturada durante uma tentativa de fuga em companhia de outra cativa mais velha, fugindo do quarto onde se encontrava a espera de seu castigo, enforcou-se com um cipó em meio a mata.³⁶⁶ Em agosto de 1883, na Fazenda Pau d'Alho, propriedade de Manoel Moraes Barros, o escravo Tranquillino, "acidentalmente", morreu afogado no tanque. Interessante notar que o fazendeiro mostrava-se surpreso diante do fato de, em quatro meses, quatro escravos morrerem afogados neste mesmo tanque.³⁶⁷ Exemplos como este nos testemunham o desespero a que estes seres humanos estavam entregues, a ponto de tirarem a própria vida.

Outros escravos encontravam a morte durante as fugas, como foi o caso de uma escrava do cafeicultor Antonio Alves de Oliveira, que segundo nos informa a *Gazeta*, morreu durante uma tentativa de fuga, provavelmente de fome.³⁶⁸

Porém, o destino nem sempre era tão cruel com todos que tentavam fugir do cativeiro. Havia também aqueles escravos que obtinham sucesso em suas fugas, desaparecendo por completo. Ainda em 1882, o sr. Joaquim Soares da Costa anunciava:

"Fugiu hontem d'esta cidade o escravo de nome firmino, de 50 annos, mais ou menos, alto, um pouco arcado, bem preto, barba cerrada, anda sempre contente e risonho, tendo por habito puchar a miude os dedos da mão. Quem apprehendel-o e

³⁶⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 481. Piracicaba, 06 de outubro de 1886, p. 01.

³⁶⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 331. Piracicaba, 07 de novembro de 1884, p. 02.

³⁶⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 168. Piracicaba, 29 de agosto de 1883, p. 02. Diante da informação, arriscamos duas suposições: ou as repetidas mortes ocorridas no tanque foram consequências de castigos, ou suicídios.

³⁶⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 477. Piracicaba, 18 de setembro de 1886, p. 02.

*entregar n'esta cidade ao sr. Delegado de polícia, será generosamente gratificado.*³⁶⁹

Durante 1883 a *Gazeta* registrou a fuga de mais escravos. Da fazenda do cafeicultor José de Almeida Leite Ribeiro, fugiu o escravo

*"Agostinho, crioulo do Rio de Janeiro, preto, altura regular, um tanto fino de corpo, rosto delgado, barba no queixo, falla bem, trabalhador de roça, entendendo um pouco do officio de pedreiro. Levou roupa fina e um paletot preto de alpaca, e gosta bem da cachaça."*³⁷⁰

Outra notícia dava conta da fuga da escrava "*Sebastiana, mulata, alta, de 22 annos mais ou menos, que pertenceu ao finado sr. José Daniel de Oliveira Franco.*"³⁷¹

Em fevereiro de 1885, o fazendeiro Arthur Guimarães, de Rio Claro, anunciava na imprensa piracicabana que recompensaria quem lhe desse notícias sobre sua escrava Mequelina "*parda, baixa, magra de 18 a 20 annos, feia, com falta de dentes, costuma (quando foge) alugar-se como liberta com nome trocado, cosinha, lava e engoma*". O mesmo valor era oferecido por notícias referentes ao escravo "*Antonio de 45 annos, alto, magro, barbado com algumas brancas, cor fula, fallante: embriaga-se e sofre de reumatismo nas pernas, tem defeito em uma das orelhas*". Ambos encontrava-se fugidos a mais de um ano.³⁷²

Em novembro de 1887 fugiram mais oito escravos da fazenda do finado Francisco Ferreira Alves. Dias antes, tinham fugido dois outros escravos.³⁷³ Como pudemos observar na *Gazeta*, a frequência das fugas foi aumentando no mesmo ritmo do processo abolicionista.

Outros escravos não agraciados pela libertação, ao invés da fuga, faziam suas queixas pela "via legal", o que quase sempre não resultava em nada. Às vésperas do feriado da independência, em 1886, dezesseis escravos,

"capitaneados pelo feitor de nome Gervásio, pertencentes a sr. D. Maria de Almeida Barros, no bairro de Rio das Pedras, desobedecendo ao respectivo

³⁶⁹ COSTA, Joaquim Soares da. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 64, Piracicaba, 19 de novembro de 1882, p. 03.

³⁷⁰ RIBEIRO, José de Almeida Leite. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 15, Piracicaba, 18 de julho de 1883, p. 03.

³⁷¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 166. Piracicaba, 24 de agosto de 1883, p. 03.

³⁷² *Gazeta de Piracicaba*, nº 364. Piracicaba, 01 de fevereiro de 1885, p. 03.

³⁷³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 706. Piracicaba, 18 de novembro de 1887, p. 02.

*administrador, abandonaram o serviço e vieram para a cidade, dizem que com o fim de apresenta-se à autoridade e fazer algumas queixas. Foram todos recolhidos à cadeia e como nada houvesse de maior, estão já entregues àquela proprietária.*³⁷⁴

Ao mesmo tempo em que alguns senhores concediam liberdade aos seus cativos, outros agarravam-se com as últimas forças a mão-de-obra escrava. Em outubro de 1882,

*“dos vinte e nove escravos do Dr. Germano Melchert, espostos à venda judicial, foram em audiência de segunda feira comprados vinte e tres, havendo por alguns offerta superiores a dois contos de réis. Foi numeroso o número de pretendentes, vindos quasi todos de fora do município.”*³⁷⁵

Interessante notar o fato de serem de outro município os pretendentes aos escravos, o que vem corroborar nossa hipótese de que os fazendeiros piracicabanos estavam, ou convencidos do inevitável fim da escravidão, ou convencidos da superioridade do trabalho livre.

Sem dúvida, a *Gazeta de Piracicaba* desempenhou um papel extremamente importante na campanha local a favor da abolição, o que a torna ainda mais importante enquanto fonte de pesquisa. Em maio de 1887, aquele jornal publicou a seguinte notícia, que nos dá bem a medida de seu posicionamento:

“Para mostrar aos senhores de escravos o estado, em que se acha a questão do elemento servil, transcrevemos o accordão seguinte da Relação do Rio de Janeiro, pelo qual verão que o simples facto de não ser conhecida a filiação de um escravo é motivo juridico para declarar-o livre: ‘Deve ficar consignado o accordão da relação da côrte, de 3 do corrente, na questão de liberdade movida pela preta Michelina, por seu advogado João Baptista Marques, contra sua pretendida senhora Maria Altina Corrêa Furtado. Esta senhora exhibiu como titulo de sua propriedade uma relação de matricula de 1871, onde se achava Michelina inscrita com a declaração de filiação desconhecida. Eis o accordão: Relatados, vistos, expostos e discutidos os autos: Recebem os embargos de fls. 38 para reformarem, como reformam, o accordam de fl. 35 v. E com elle a sentença de fl. 24, - afim de

³⁷⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 474. Piracicaba, 07 de setembro de 1886, p. 02.

³⁷⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 45. Piracicaba, 04 de outubro de 1882, p. 02.

*declararem livre a preta Michelina, escrava de Maria Altina Corrêa, pela razão de não poder ser considerada escrava, e nem mantido no cativeiro um individuo cuja filiação, por declaração do proprio seu pretendido senhor, na respectiva matricula - é desconhecida. Sem custas, Rio, 03 de maio de 1887.*³⁷⁶

Imagine o leitor a apreensão que este tipo de notícia devia causar nos senhores de escravos piracicabanos.

A apreensão dos escravistas era justificada. A população de Piracicaba não mais aceitava a escravidão, como demonstra este artigo publicado na *Gazeta*, em maio de 1887

“A 1 hora da tarde de hontem subiram a cavallo pela rua do Commercio, em toda a sua extensão, dois capitães do matto, cujos nomes não nos quizeram dizer, conduzindo um pobre preto velho, a pé e com os pulsos amarrados com uma corda. Essa scena, que já a população desta cidade ha muito tempo não vê, causou certa indignação, sendo os conductores do preto censurados por um grupo de moços, ao atravessarem a rua (...) afluindo para as janellas muita gente manifestando commiserção pelo preso, um velho que parece até ser maior de 60 annos. Em nome de uma causa que deixou de ser uma parcialidade para ser uma aspiração nacional, consagramos aqui nosso desejo para que não mais se reproduza tão reprovável espetáculo.”³⁷⁷ (grifo nosso)

Diante do iminente fim da escravidão, e talvez tentando adiá-la, vários senhores de escravos piracicabanos concederam liberdade aos seus cativos, com a condição que estes trabalhassem até o final de 1890, data imaginada por estes senhores para a abolição definitiva da escravidão. Em 26 de julho de 1887, o fazendeiro Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio, produtor de café, anunciou que libertaria seus vinte e quatro escravos no dia 27 de dezembro de 1890, desde que estes “*se portassem bem até aquelle dia*”.³⁷⁸ Pela declaração transcrita, podemos inferir que a manumissão condicionada era uma das formas utilizadas pelos fazendeiros para acalmar os ânimos abolicionistas dos cativos.

³⁷⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 554. Piracicaba, 14 de maio de 1887, p. 02.

³⁷⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 554. Piracicaba, 14 de maio de 1887, p. 03.

³⁷⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 610. Piracicaba, 26 de julho de 1887, p. 02.

Em 22 de novembro de 1887, o Barão de Serra Negra, que naquele ano produziu 1.500 arrobas de açúcar³⁷⁹, prometeu libertar seus 400 escravos no final de 1890; seu filho, Sr. João Baptista da Rocha Conceição também prometeu libertar seus 100 escravos na mesma data, *“passando a pagar-lhes desde 1º de janeiro próximo futuro [janeiro de 1888] 50\$000 por anno aos homens e 25\$000 as mulheres*. O Dr. Paulo Pinto de Almeida e o Sr. Torquato da Silva Leitão, sócios do Barão de Serra Negra, foram ainda mais ousados, pois prometeram libertar seus escravos no fim de 1888, pagando-lhes durante o ano a quantia de 60\$000 indistintamente.³⁸⁰

Interessante notar como a promessa de libertação acrescida de remuneração dividiu os escravos do Barão de Serra Negra. Aqueles que não estavam dispostos a esperar pela liberdade até dezembro de 1890, organizaram a fuga de cento e cinquenta escravos de sua fazenda Bom Jardim, ao final da safra açucareira, em dezembro de 1887. Segundo a *Gazeta*, os escravos

*“abandonaram o serviço e poseram-se em fuga, havendo na ocasião da sahida um conflicto entre escravos por se opporem felizmente alguns a certos intentos criminosos manifestados por outros contra aquelle sr. resultando ferimentos bastante graves em dois dos mesmos escravos. Da capital veio uma força de linha para a fazenda”*³⁸¹

Ao que parece, a fuga havida na fazenda do Barão de Serra Negra incentivou outras, como a ocorrida na fazenda de Joaquim Almeida de Barros, no bairro Serra Negra, onde 10 escravos abandonaram o eito, desaparecendo por completo.³⁸²

Talvez influenciados pelas fugas ocorridas há pouco, ainda em dezembro de 1887, outros fazendeiros seguiram o exemplo do Barão de Serra Negra e seus sócios, e prometeram liberdade a seus escravos. Antonio Domingues de Sampaio, fazendeiro do então bairro Rio das Pedras *“tendo libertado todos os seus escravos em numero de 30 mais ou menos, acaba de reduzir esse praso a um anno, isto é, até a terminação de uma só*

³⁷⁹ Segundo a lista para cobrança de Impostos publicada na *Gazeta de Piracicaba*, n 529. Piracicaba, 07 de abril de 1887, pp. 02 e 03.

³⁸⁰ *Gazeta de Piracicaba*, n° 709. Piracicaba, 22 de novembro de 1887, p. 02.

³⁸¹ GUERRINI, 1970, p. 143 e p. 144. Consultar também: *Gazeta de Piracicaba*, n° 723. Piracicaba, 13 de dezembro de 1887, p. 02.

³⁸² *Gazeta de Piracicaba*, n° 712. Piracicaba, 14 de dezembro de 1887, p. 02.

*colheita de café.*³⁸³ Também a sr. Anna Candida Corrêa de Barros, cafeeicultora de Rio das Pedras, e o sr. Felisberto José Cardoso deram como prazo para libertar seus escravos o final de 1889.³⁸⁴

Ao findar 1887, a *Gazeta* anunciava a libertação de oito escravos de Moisés Pereira de Arruda para o dia 15 de dezembro de 1888, e de mais cinco escravos, pertencentes a Marcelino José Pereira para o dia 19 de dezembro de 1888. Além desses, a fazendeira Anna Miquelina de Almeida concedeu plena liberdade a Izaías, 28 anos, oficial pedreiro.³⁸⁵ Ainda em dezembro, Francisco de Toledo e Silva concedeu plena liberdade à 22 escravos.³⁸⁶

Muitas outras libertações poderiam ocorreram em 1887, algumas sob a condição de prestação de serviços durante um certo tempo, outras sem condição alguma. Em setembro daquele ano, a imprensa local as estimava em 345.³⁸⁷

Já observamos que havia interesse dos fazendeiros em manter parte dos escravos em suas propriedades após serem libertados. Em 20 de dezembro de 1887, a *Gazeta* dava a seguinte notícia:

*“Há dias demos uma noticia de haver o fazendeiro Francisco de Toledo e Silva concedido liberdade a diversos escravos. Accrescentamos agora, o que não fizemos por não termos sido bem informados, que aquele sr. Concedeu liberdade plena a todos os seus escravos, em número de vinte e tantos, continuando os mesmos a trabalharem na fazenda, vencendo ordenado e mostrando-se todos muito satisfeitos.”*³⁸⁸

Portanto, fica evidente que alguns libertos continuaram trabalhando nas fazendas onde haviam sido escravos, recebendo “ordenados”. Segundo outro artigo, publicado em maio de 1888,

“raramente os libertos se conservam nas fazendas dos ex-senhores, uma vez scientes do seu estado de liberdade. Também é facto muito observado que pouco

³⁸³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 03 de dezembro de 1887, p. 02.

³⁸⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 723. Piracicaba, 13 de dezembro de 1887, p. 02.

³⁸⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 729. Piracicaba, 20 de dezembro de 1887, p. 02.

³⁸⁶ SILVA, Francisco de Toledo e. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 726. Piracicaba, 16 de dezembro de 1887, p. 02.

³⁸⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 646. Piracicaba, 07 de setembro de 1887, p. 02.

³⁸⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 729. Piracicaba, 20 de dezembro de 1887, p. 02.

*tempo depois, tendo experimentado o trabalho em outros estabelecimentos ruraes ou mesmo nas cidades, tendo gozado por curto prazo dos beneficios da liberdade aprendido um pouco na luta da vida, regressam ao ex-senhor mostrando-se dispostos a servil-o, como trabalhadores livres.*³⁸⁹

Em Piracicaba, ao que tudo indica, a permanência dos escravos nas fazendas após sua libertação fazia parte dos “acordos” para libertá-los. No dia 02 de novembro de 1887, o fazendeiro João Leite de Cerqueira César declarou que libertaria seus escravos após mais dois anos de prestação de serviços. Segundo a *Gazeta*, “os libertos declararam que permanecerão no serviço, a jornal, por estarem sempre muito satisfeitos com seu ex-senhor.”³⁹⁰

Interessante notar que estas libertações e promessas de libertações não conseguiram acalmar os escravos ávidos por liberdade, visto continuarem os

*“desmandos do escravo, que assuído, procura sacudir o jugo, que o sujeitou até o presente. As promessas de liberdade por um tempo determinado sem um plano de combinação entre os lavradores, que marquem um tempo igual para todos do município, torna-se uma philantropia prejudicial a lavoura, e suas consequencias serão sempre funestas para aquelles que espassarem mais o tempo das liberdades.”*³⁹¹

Foi justamente objetivando um “plano de combinação” que vários cidadãos piracicabanos convocaram uma reunião pela imprensa, marcada para o dia 22 de abril de 1888, em que se pretendia “deliberar sobre a forma de promover a libertação no município.”³⁹²

A mesma edição da *Gazeta* trazia publicado um interessante editorial sobre a “*Questão Servi*”. Por ele sabemos que estavam matriculados na coletoria do município,

³⁸⁹ BORGES, Joaquim. (Editor) “Piracicaba 1888. Agências de trabalho” In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 852. Piracicaba, 24 de maio de 1888, p. 01.

³⁹⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 702. Piracicaba, 13 de novembro de 1887, p. 02.

³⁹¹ P. B. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 713. Piracicaba, 30 de novembro de 1887, p. 01.

³⁹² BARROS, Padre Francisco Galvão Paes de; CASTRO, João Tobias de Aguiar e; BARROS, Manoel de Moraes; RIBEIRO, José de Almeida Leite; BARROS, Prudente José de Moraes; PACHECO, Antonio Corrêa; ALMEIDA, Dr. Paulo Pinto de; PINTO, José Carlos de Arruda; PINTO, Joaquim eugênio do Amaral; SAMPAIO, Joaquim Fernandes de Moraes; BARROS, Pedro de Almeida; BARROS, Joaquim de Almeida; SOUZA, João Nepumoceno; SAMPAIO, João Manoel de Moraes; PACHECO, Amador de Campos; PENTEADO, Marcelino; AMARAL, Victaliano Ferraz do. “Libertação no Município de Piracicaba”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 825. Piracicaba, 19 de abril de 1888, p. 01.

mais ou menos, mil escravos que “se acham abandonados por seus senhores, ou estão prestando serviços condicionaes por um tempo determinado.” O articulista dizia ainda ser “preciso que os poucos, que ainda não deram baixa na collectoria, o façam, para não irem pagar a taxa de mil réis por cabeça, dos da roça, e 16\$000 pelos da cidade, um vez que estão pagando a cada um como se fossem colonos.” Às vésperas da abolição, a maioria dos poucos escravos existentes no município recebia salário mensal.³⁹³

Estiveram presentes na dita reunião “fazendeiros, capitalistas, advogados, representantes da imprensa local, negociantes e outros, tanto nacionais como estrangeiros, foi aclamado presidente da reunião do sr. Dr. João Tobias de Aguiar Castro.” Após o pronunciamento de vários oradores, “ponderou-se a urgente precisão de ser dada baixa nas matrículas dos escravos ainda existentes na collectoria”, na medida que aqueles que possuíam escravos na verdade não os tinham, visto a escravidão encontrar-se em seus últimos momentos.³⁹⁴

Cinco dias após a reunião, a imprensa noticiava os primeiros resultados do trabalho empreendido: no início dos trabalhos, havia 177 senhores que não haviam dado baixa na matrícula de seus 1.453 escravos. Durante a semana transcorrida entre 30 de abril de 06 de maio, foram dadas 322 baixas, restando ainda 1.131 escravos pertencentes a 160 senhores.³⁹⁵

Ao final de 1887 a libertação de escravos era uma condição imposta aos senhores pela própria realidade, como observou Guerrini:

“Com frequência, noticiavam-se na cidade fugas de escravos dos municípios vizinhos e do município de Piracicaba. Era a idéia da abolição em marcha, pois as autoridades nada faziam para impedir tais fugas. Pelas ruas da cidade já se notavam grupos de escravos fugidos, carregando sacos de roupas, foices e cacetes. Os próprios fazendeiros já não tinham forças para coibir a deserção.”³⁹⁶

O movimento de escravos fugidos em Piracicaba era visível. Como demonstram as fontes, há muito se tinha preocupação com relação à mobilidade geográfica

³⁹³ P. B. “Piracicaba 1888: Município Livre.” In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 825. Piracicaba, 19 de abril de 1888, p. 01.

³⁹⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 829. Piracicaba, 24 de abril de 1888, p. 02.

³⁹⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 839. Piracicaba, 06 de maio de 1888, p. 01.

³⁹⁶ GUERRINI, 1970, p. 143.

e social do contingente negro, escravizado ou liberto. Já em 1883 ela se revelava, e foi assim noticiada pela *Gazeta*:

*“Por um telegrama expedido de Ytú à pessoa d'esta cidade, sabe-se que o preto Vicente que ha dias foi aqui preso como escravo fugido, é liberto, bem como sua mulher, tendo por engano trazido a carta de liberdade d'esta em vez da sua. E assim trancafiou-se um cidadão na cadêa.”*³⁹⁷

Também o fazendeiro José Américo da Rosa, de Dois Córregos, desconfiado que seus escravos estivessem em Piracicaba anunciava, ainda em 1883, que recompensaria com 100\$000 quem apreendesse Manoel, de 25 anos, que havia fugido com ferros nos pés; Miguel, de 50 anos e Pedro, de 22 anos.³⁹⁸

Segundo a *Gazeta*, em 1886, já havia preocupação por parte do poder público local em relação à circulação e ao ajuntamento de negros na cidade, tanto que a imprensa chamava a atenção para o cumprimento dos artigos 125 e 127 do *Código de Posturas*. Pelo artigo 125, *“Os negociantes que consentirem que em suas casas de negócio se demorem escravos mais tempo do que o preciso para comprar ou vender, serão multados em 20\$000”*; pelo artigo 127, *“Os negociantes que em suas casas de negócio permittirem tocatas, batuques, vozerias, tumultos, serão multados em 15\$000”*³⁹⁹

Porém, em 1887 o fim da escravidão estava se tornando um fato, e as fugas eram cada vez mais frequentes e mais “toleradas” pela sociedade. Em outubro de 1887, “um fazendeiro” assinava um artigo intitulado “a situação é grave”. Nele, o anônimo analisava a

“significação da fuga em massa dos escravos de Capivary e Monte-mór, e do procedimento, que tiveram com elles a população e as autoridades. Esses escravos, pertencentes a diversas fazendas e em número de oitenta, cem ou mais, puderam, em segredo, conluir-se e combinar o dia e o plano da fuga, sem que ninguém lhes descobrisse o segredo. Chegado o dia, ou antes, a noite aprazada, reuniram-se e partiram - homens, mulheres, crianças - um verdadeiro exodo. Em sua marcha de vinte e tantas léguas pela parte mais povoada da Província, atravessando povoações, como a freguesia do Salto e a cidade de Itú, não

³⁹⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 102. Piracicaba, 04 de março de 1883, p. 02.

³⁹⁸ ROSA, José Américo. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 161. Piracicaba, 10 de agosto de 1883, p. 03.

³⁹⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 458. Piracicaba 14 de julho de 1886, p. 02.

encontraram obstaculo algum sério. Chegados a Santo Amaro, a uma hora da capital, com estrada de ferro e telegrapho, foi mandada para aprisional-os uma força de vinte praças de cavallaria; mas essa força não os atacou seriamente, e n'esse ataque simulado, deixou-se repellir.”⁴⁰⁰

Talvez na expectativa de contar com uma oferta de mão de obra suplementar, alguns setores da sociedade piracicabana tentavam convencer os libertos a integrarem o contingente de trabalhadores livres. Em agosto de 1888 a *Gazeta* publicava o seguinte “*Conselho aos Libertos*”:

“se applicuem ao trabalho, com esforço e tenacidade, agora mais do que nunca necessario, e necessario aos seus próprios interesses. É preciso que se convençam que a liberdade (...) não consiste na vadiagem, na trapeza e no vicio; consiste sim, na applicação ao trabalho, na constituição da família, no respeito à moralidade e na obediencia aquelles a quem serve e dos quaes havemos remuneração pontual e satisfactória. A ociosidade aconselha o vicio, mormente quanto ella vem acompanhada das necessidades materiais da vida. Ora, os vicios são sempre delinquentes e estes estão sujeitos à sancção da lei, que força ao trabalho os vadios e os mantem sob a vigilancia activa dos seus guardas. Abandonar, pois, o trabalho, é procurar a cadêa, a diffamação e o desprezo publico.”⁴⁰¹

E a repressão contra a vadiagem não tardou. Em meados de setembro de 1888

“foram presos os individuos Claudino Izidoro, de côr branca, e Sebastião de tal, de côr preta. (...) Segundo informações que obtivemos, esses dois individuos são inimigos do trabalho, vivendo a maior parte do tempo na ociosidade, o que entretanto não autorisava os soldados a lhes darem de reflex, como aconteceu com Sebastião, que vimos sofrer diversas pancadas.”⁴⁰²

Além do uso da coerção, havia a proposta de criação “agências de trabalho”. Tanto a repressão como a apresentação de tal proposta deviam-se ao fato de que

⁴⁰⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 689. Piracicaba, 28 de outubro de 1887, p. 01.

⁴⁰¹ BORGES, Joaquim. (Editor) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 918. Piracicaba, 19 de agosto de 1888, p. 01.

⁴⁰² BORGES, Joaquim. (Editor) “Repressão à Vadiagem”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 933. Piracicaba, 16 de setembro de 1888, p. 04

*"raramente os libertos se conservam nas fazendas dos ex-senhores, uma vez cientes do seu estado de liberdade."*⁴⁰³

De forma menos coercitiva, mas também pensando em integrar o liberto à nova sociedade, *"o digno corpo docente do Collegio Santo Antonio deliberou fundar nesse importante estabelecimento um curso nocturno para libertos. (...) O Ensino será gratuito."*⁴⁰⁴

Uma fonte extremamente rica para melhor sabermos como era a vida dos escravos em Piracicaba é o relato de *"um preto velho"*, publicado pelo Jornal de Piracicaba em 13 de maio de 1948, por ocasião da comemoração da publicação da Lei Áurea. Neste artigo, o liberto Prudente José de Castro, que havia pertencido ao cafeicultor e diretor do Engenho Central João Tobias de Aguiar Castro, descreveu sua vida na fazenda Água Santa, onde ele e seus companheiros

*"ouviam o sino as quatro horas da madrugada e as cinco horas o sino se ouvia pela segunda vez. As cinco e meia, todos os escravos deveriam estar em fila em frente da casa do 'sinhô', afim de receber café com broa. (...) Iniciavam o 'batente' da roça as seis horas e as sete e meia ou oito horas havia o almoço ou a primeira refeição do dia. A segunda refeição era servida de meio dia a uma hora, registrando-se depois uma boa hora de descanso, que a pretalhada aproveitava para amolar suas ferramentas, para uma prosa, ou para tirar uma soneca, à sombra de arvore amiga. Na segunda refeição, que se chamava jantar, havia também um calice de pinga com limão, e tal refeição constava de angu de fuba com Torresmo, feijão, arroz e cangica. As seis horas da tarde, suspendia-se o trabalho e, logo depois do regresso e rápida lavação, era servida a ceia, na qual, não raro, figurava um pedaço de carne de vaca, ou de porco, ou de frango."*⁴⁰⁵

É importante ressaltar que, pelo testemunho de Prudente, pode parecer, à primeira vista, que os escravos recebiam um tratamento não tão duro em Piracicaba. Porém, cabe ressaltar que Prudente era um escravo/agregado de João Tobias de Aguiar Castro, cafeicultor e diretor do Engenho Central, um dos primeiros fazendeiros

⁴⁰³ BORGES, Joaquim. (Editor). "Agências de Trabalho". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 852. Piracicaba, 24 de maio de 1888, p. 01.

⁴⁰⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 890. Piracicaba, 12 de julho de 1888, p. 01.

⁴⁰⁵ LEANDRO, Luiz. "Um Preto Velho, Testemunha Ocular Dentro da História." In: *Jornal de Piracicaba*, 13 de maio de 1948.

piracicabanos a assumir claramente uma posição abolicionista. Em outras fazendas, segundo o entrevistado, “*usava-se judiar muito dos escravos, falando no ‘tronco’, no ‘zoragüe’, nas ‘argolas’, no sangue estancado com sal, nos pesos amarrados nos pés, etc.*”⁴⁰⁶

Na fazenda Água Santa, os cativos gozavam de certa liberdade: aos domingos, trabalhavam para si mesmos três horas por dia, criando pequenos animais ou cultivando suas roças em terreno cedido pelo fazendeiro, vendendo o produto de seu trabalho na cidade, com o que compravam aquilo que o fazendeiro não lhes dava. A vida social na fazenda não era das piores: “*aos sábados havia o batuque, o tambu, o samba, com seus instrumentos peculiares. Instrumentos só de percussão; nenhum melódico. Mais tarde, com a chegada dos primeiros colonos italianos, a sanfona.*”⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ LEANDRO, Luiz. “Um Preto Velho, Testemunha Ocular Dentro da História.” In: *Jornal de Piracicaba*, 13 de maio de 1948.

⁴⁰⁷ LEANDRO, Luiz. “Um Preto Velho, Testemunha Ocular Dentro da História.” In: *Jornal de Piracicaba*, 13 de maio de 1948.

III.2 - O Engenho e a Transição para o Trabalho Livre

O contrato de garantia de juros celebrado entre o Barão de Rezende e o governo imperial vetava a utilização de mão-de-obra escrava pelo Engenho Central.⁴⁰⁸ Porém, não obstante aquela proibição, escravos foram utilizados na parte agrícola da produção do açúcar, quer nas fazendas dos fornecedores de cana, quer nas fazendas de propriedade do Barão de Rezende e de seus sócios.

Ressaltamos que a utilização de escravos para o plantio, o trato e o corte da cana não feria o contrato de garantia de juros, pois por Engenho Central entendia-se apenas a fábrica, na medida em que a própria política de implantação dos engenhos trazia consigo a idéia da divisão do trabalho entre a parte agrícola e a parte industrial do empreendimento. Separando a produção de cana da produção de açúcar propriamente dita, acreditava-se que seriam criadas as condições econômicas e sociais necessárias para que ocorressem avanços técnicos e econômicos em ambas as fases do processo produtivo.

Não pretendemos aqui aprofundar o intrincado e acalorado debate em torno da questão da (in) compatibilidade entre escravidão e tecnologia. Porém, não podemos nos furtar de proporcionar ao leitor as considerações de alguns autores que se preocuparam com o assunto:

Manuel Moreno Fraginals, estudando a economia açucareira cubana, afirmou que a escravidão inibia o desenvolvimento industrial, pois a assimilação de novas técnicas exigia o trabalhador assalariado. Mesmo assim, a adoção de técnicas modernas no processo fabril não afrouxou os laços escravistas, ao contrário, acirrou-os, pois uma maior capacidade de moagem significava uma necessidade maior de matéria-prima, disto resultando uma exploração ainda maior dos escravos.⁴⁰⁹

Posição semelhante foi defendida por José H. Rodrigues, que viu na fundação dos engenhos centrais uma necessidade imposta pelo processo abolicionista em curso. De acordo com o seu raciocínio, a relação era simples:

“É uma relação fácil de ser estabelecida: o engenho central significava utilização de estradas de ferro e de trabalhador livre. (...) significa para a economia açucareira

⁴⁰⁸ RODRIGUES, J., vol. 27, 1946, p. 180-1.

⁴⁰⁹ FRAGINALS, Vol. I, 1987, p. 87, p. 112, p. 268 e p. 171.

do século XIX a substituição do trabalho escravo pelo livre e do transporte animal pelo vapor. (...) A imigração lançava no mercado os trabalhadores estrangeiros, livres do senhor. Livres também da rotina secular. É natural que nesse período de renovação coexistissem os trabalhadores servis e os livres, assim como coexiste a estrada de ferro ou a navegação fluvial com o carro de boi.⁴¹⁰

Percebe-se que os dois autores citados têm em comum a compreensão de que o trabalhador escravo era inadequado à moderna produção açucareira inaugurada a partir dos engenhos centrais, quer por indiferença, quer por sabotagens, ou mesmo pela sua incapacidade técnica em operar o novo maquinário.

Contrapondo-se àqueles autores, alinhamo-nos à posição da historiadora Rebecca J. Scott, que em sua análise sobre a “emancipação escrava em Cuba”, demonstrou os pontos fracos daquele argumento:

“Existem evidências abundantes de outras sociedades escravistas em que os escravos podiam trabalhar em usinas, fábricas e minas, da mesma forma que nos campos, estabelecimentos industriais e pré-industriais. A possibilidade de que os escravos pudessem sabotar meios de produção não impediu os senhores de empregá-los em equipamentos caros. (...) A questão inicial não é se os escravos se adaptaram melhor ou pior a esse trabalho que os trabalhadores livres; a questão é que eles não eram, simplesmente pelo fato de serem escravos, terminantemente incompatíveis com ele.”⁴¹¹

Dando sequência a sua exposição, Scott afirmou existirem dois elementos discutíveis no argumento que pleiteia uma “contradição” entre escravidão e tecnologia.

“Um é a crença de que os escravos não podiam adquirir habilidade necessária para lidar com maquinaria. Este ponto é refutável pelas evidências. O segundo é a idéia de que toda mecanização requer um aumento global no nível de especialização da força de trabalho, algo que só se considera possível com o trabalho livre. Este ponto não é nem teoricamente convincente nem empiricamente correto.”⁴¹²

⁴¹⁰ RODRIGUES, 1946, vol. 27, p.180-1.

⁴¹¹ SCOTT, 1991, p. 42.

⁴¹² SCOTT, 1991, p. 43.

Para reforçar seu argumento, Scott recorre à Aufhauser, para quem é um equívoco admitir que o emprego de tecnologias mais modernas exigia trabalhadores juridicamente livres, ou então uma força de trabalho mais especializada.⁴¹³

No que se refere à discussão acima, podemos inferir que a maior necessidade de matéria-prima provocada pela fundação do Engenho Central, no entanto, não pode ser vista como um elemento a acirrar os laços escravistas em Piracicaba, tal como ocorreu em Cuba. Primeiro, porque não sendo a produção açucareira a principal atividade da província, foi a cafeicultura que determinou os rumos do processo de substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Segundo, porque quando o Engenho foi fundado, o processo abolicionista em curso estava bastante avançado, levando os fazendeiros de cana a retomarem algumas experiências com a utilização do trabalho livre na produção de cana de açúcar, nomeadamente com a utilização do plantador de partido, espécie de parceiro que cultivava a cana na fazenda de outrem, e recebia sua parte dos rendimentos em açúcar; ou então com a utilização do "colono a peso", que recebia com base na quantidade de cana produzida e cortada nas terras do próprio Engenho. Portanto, mais do que um motor na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ao menos em São Paulo, a fundação dos engenhos centrais deve ser vista como uma tentativa de adequação à uma nova realidade econômica e social que não era ditada pela economia açucareira, e sim pela cafeicultura.

De fato, nas fazendas canavieiras de Piracicaba conviveram, lado a lado, trabalhadores livres e escravos. Porém, cabe novamente ressaltar que esta situação vivida em fazendas açucareiras, como a de João Tobias de Aguiar Castro,⁴¹⁴ foram determinadas não pela difusão dos engenhos centrais, mas sim pelo próprio processo de transição coordenado pela cafeicultura.

Assim sendo, a fundação do Engenho e o consequente aumento da demanda de cana por ela gerada pode, no máximo, ser considerado um fator contribuinte no processo de transição da forma de trabalho num setor específico, não cabendo-lhe, portanto, um papel determinante na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

⁴¹³ AUFHASER, R. Keith. "Slavery and technological Change" In: *The Journal of Economic History*, nº 34, março de 1974, pp. 34-50.

⁴¹⁴ LEANDRO, Luiz. "Um Preto Velho, Testemunha Ocular Dentro da História." In: *Jornal de Piracicaba*, 13 de maio de 1948.

A posição do Barão de Rezende quanto ao processo abolicionista é bastante ilustrativa, pois nos possibilita observar a forma como a sacarocracia local ainda se apegava ao trabalho escravo.

Em janeiro de 1888, às vésperas da abolição, o então vereador Barão de Rezende, declarado monarquista e escravocrata, apresentou à câmara municipal um projeto de lei tentando coibir a mobilidade geográfica e social dos negros libertos dentro do município.⁴¹⁵

*"Art. Todo individuo de côr que vier estabelecer-se no município, depois de ter-se apresentado à respectiva autoridade, deverá apresentar o seu passaporte, contracto ou caderneta de serviços, ao presidente da câmara municipal para pôr o seu visto. Multa de 30\$000, e na reincidência (...) além da multa soffrerá de 8 a 15 dias de prisão."*⁴¹⁶

O mesmo valor de multa seria aplicado a quem empregasse negros sem o referido visto da municipalidade. Para garantir o cumprimento da lei, o projeto autorizava a Câmara a despender até 6:000\$000 anuais com a contratação de policiais e, no caso de se apreender negros escravos que não fossem reclamados, estes seriam utilizados nos serviços públicos de conservação de estradas. Para justificar seu projeto, o Barão alegava a *"manutenção da tranquilidade e segurança dos habitantes deste município"*.⁴¹⁷

A mesma edição da *Gazeta* que tornou pública a proposta do Barão, trouxe também um artigo de seu editor Joaquim Borges, no qual podemos verificar o qual severa era sua crítica à proposta do Barão, considerando-a

*"um tanto vexatória, senão odiosa, aquella que pretende obrigar a todo homem de côr, que entrar no município, a apresentar-se perante a autoridade, exhibindo passaporte, contracto ou caderneta de serviços, sob determinadas penas. (...) Não podemos concordar com qualquer medida que traga consigo tolher a liberdade, mormente quanto ella é deprimente e humilhante como essa lembrada pelo digno membro da nossa camara municipal."*⁴¹⁸

⁴¹⁵ GUERRINI, 1970, p. 145.

⁴¹⁶ REZENDE, Barão de. "Proposta apresentada pelo sr. Vereador Barão de Rezende, em sessão ordinária do dia 8 de janeiro de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 01.

⁴¹⁷ REZENDE, Barão de. "Proposta apresentada pelo sr. Vereador Barão de Rezende, em sessão ordinária do dia 8 de janeiro de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 01.

⁴¹⁸ BORGES, Joaquim. (Editor) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 01.

A proposta do Barão pode ser encarada como um claro testemunho da avaliação que os plantadores de cana tinham sobre o processo de transição da mão-de-obra. Era evidente que o referido processo estava subordinado à cafeicultura que, enquanto setor mais dinâmico da economia paulista, tinha primazia na absorção dos imigrantes subvencionados pela província.

Neste contexto, as fazendas canavieiras só poderiam valer-se dos imigrantes oferecendo condições mais atrativas que as oferecidas pelas fazendas cafeeiras, donde resultaria um significativo aumento nos seus custos de produção. Outra alternativa talvez fosse esperar que a imigração em massa propiciasse uma oferta de mão-de-obra superior à demanda exigida pela cafeicultura, criando assim um excedente que seria absorvido pelas fazendas de cana. Enquanto isto não acontecia, a proposta de coibir a mobilidade geográfica do negro liberto pode ser encarada como uma solução paliativa, possibilitando o tempo necessário à transição nas fazendas canavieiras.

Nosso argumento ganha reforço se considerarmos que foi somente em 1887 que chegaram à Piracicaba os primeiros 80 imigrantes italianos destinados especificamente à uma fazenda de cana.⁴¹⁹

⁴¹⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 559. Piracicaba, 21 de maio de 1887, p. 01. Ver também: *Gazeta de Piracicaba*, nº 601. Piracicaba, 15 de julho de 1887, p. 02.

III.3 - Imigração em Piracicaba

É certo que os colonos imigrantes, empregados quer na lavoura de cana, quer na fábrica do Engenho Central, faziam parte do quadro mais geral de imigração moldado pela economia cafeeira de fins do século XIX e início do século XX, então o setor mais dinâmico da economia paulista. Portanto, faz-se necessária uma discussão acerca daquele quadro mais geral, atentando para as diversas formas que assumiram as relações entre capital e trabalho durante o processo de transição de suas formas, tanto na cafeicultura quanto na produção de açúcar, objetivo principal deste texto.

Porém, tendo-se em vista que o tema cafeicultura e imigração já foi suficientemente estudado por muitos autores⁴²⁰, isto nos leva a abordá-lo apenas em seus aspectos mais significativos no que tange ao tema da dissertação, implicando assim na adoção de um recorte espacial e temporal.

No que se refere ao recorte espacial, dentre as várias áreas produtoras paulistas, interessa-nos em especial o município de Piracicaba, localizado no antigo "quadrilátero do açúcar", com seus municípios agora voltados para Campinas, centro produtor do "velho oeste" cafeeiro.⁴²¹

No que se refere ao recorte temporal, mesmo que o período privilegiado por esta dissertação abranja às duas últimas décadas do século passado, é impossível discutir o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem voltarmos nossos olhos para 1850. Naquele ano, a proibição do tráfico negreiro internacional selou definitivamente o destino da escravidão no Brasil, que privado de sua fonte abastecedora e diante do crescimento vegetativo negativo da população escrava, teria que encarar de frente, mais tempo, menos tempo, o fim da escravidão e sua conseqüente substituição por outra forma de trabalho.

⁴²⁰ Entre outros: CARELLI, Mario. *Carcamano e Comendadores*. São Paulo, Ática, 1985. DEAN, 1977. HALL, Michael. *Italianos em São Paulo: 1880-1920*. São Paulo, Anais do Museu Paulista, 1979, vol. 20, pp. 201-217. MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital. 1850-1980*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁴²¹ A característica marcante nesta divisão entre "velho" e "novo oeste" tem relação direta com o estabelecimento da rede ferroviária: no "velho oeste" a cafeicultura atraiu a ferrovia; enquanto no "novo oeste" a ferrovia possibilitou a viabilidade econômica da ocupação cafeeira. Portanto, ao se estudar a imigração para São Paulo, há que se considerar a abundância de terra virgem na fronteira ocidental, viabilizada pelo sistema ferroviário, possibilitando a existência simultânea de áreas em declínio com outras,

Foi com o intuito de administrar/protelar esta transição que o governo imperial publicou, também em 1850, a “Lei de Terras”, determinado a impossibilidade de ocupação das terras devolutas sem pagamento. José de Souza Martins conseguiu, em poucas palavras, desvendar o verdadeiro sentido da lei de terras:

“combinavam-se, de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia colonial. A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”⁴²²

Assim, transparece claramente que a legislação acima citada foi um instrumento fundamental para os fazendeiros coordenarem o processo de transição do regime de mão-de-obra num cenário de rápida expansão das lavouras paulistas de café, na medida em que inviabilizava aos imigrantes o acesso à propriedade da terra.

A primeira forma concreta assumida pela relação capital trabalho no início da imigração foi a parceria, implementada durante a década de 1850 nas regiões de Limeira, Campinas, Jundiaí, Taubaté, Ubatuba, Rio Claro, Amparo, Pirassununga, Capivari, Mogi-Mirim e Piracicaba, onde existiam duas colônias: São Lourenço e Santo Antônio.⁴²³

Segundo o *Livro de Registros de Terras Possuidas na Paróquia de Constituição* nº 80, de 10 de maio de 1855, na fazenda São Lourenço, localizada às margens do rio Corumbataí, afluente da margem direita do rio Piracicaba, o comendador Luís Antonio de Sousa Barros plantava café, utilizando-se de imigrantes europeus, “de acordo com normas contractuais assinadas pelas duas partes”. Segundo Torres, em 1856 havia em São Lourenço 313 pessoas: 104 alemães; 62 suíços franceses; 121 suíços alemães, 21 brasileiros e 5 portugueses, sendo 158 católicos e 155 protestantes.⁴²⁴ Em

onde o café ainda não havia sido plantado. Consultar: HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo. 1886 - 1934*. São Paulo, Paz e Terra, 1984, p. 38-40.

⁴²² MARTINS, 1981, p.32.

⁴²³ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 175.

⁴²⁴ TORRES, s/d, p. 29 e 30.

outra obra, a mesma autora afirma que em 1860, quando esta colônia foi visitada por Tschudi, havia nela cerca de 92 famílias de colonos.⁴²⁵

Além de São Lourenço, havia também a colônia de Santo Antonio, localizada na fazenda de Elias Silveira Leite (popularmente conhecido como Elias Velho), que contava com cerca de 07 famílias de alemães.⁴²⁶

“Na fazenda de Elias Silveira Leite, situada a algumas léguas da Vila de Constituição [denominação antiga de Piracicaba], tinham havido sérios conflitos entre os colonos e o proprietário. Quando aqueles chegaram à fazenda, a maior parte do cafezal era novo, e sua produção escassa. Apenas um reduzido número de cafeeiros com produção satisfatória lhes fora entregue. Apesar do proprietário ter-se comprometido a pagar dez mil-réis anuais, por milhar de plantas novas, cuidadas pelos colonos, a solução não os satisfizera. Correu boato de que seriam dadas terras do governo aos colonos e que suas dívidas seriam salgadas. Atraídos por essa miragem, abandonaram o trabalho, ausentando-se da fazenda, o que ocasionou a urina de um cafezal recém-formado, num total aproximado de 30.000 pés de café.”⁴²⁷

No sistema de parceria utilizado pela cafeicultura, a renda monetária do trabalhador dependia do número e da produtividade média dos cafeeiros sob seus cuidados, além do preço do café no mercado, gerando assim uma certa insegurança em relação aos rendimentos e também uma certa incapacidade de absorver os riscos de uma safra ruim. Após a venda do café, o parceiro imigrante ficava com metade dos rendimentos dos cafeeiros que cuidara: desta metade ainda eram descontadas pelo fazendeiro as despesas relativas ao transporte da família do imigrante e aquelas outras despesas realizadas como adiantamento durante o tempo em que os parceiros esperavam os primeiros resultados do café, o que reduzia bastante a remuneração do trabalhador. Sob condições ideais, os imigrantes levariam vários anos para saldar suas dívidas, o que os colocava quase na condição de reféns dos fazendeiros. Segundo Martins, “O caráter opressivo do sistema de parceria era manifesto sobretudo no fato de que, embora os

⁴²⁵ TORRES, 1975, p. 102.

⁴²⁶ TORRES, 1975, p. 102.

⁴²⁷ COSTA, 1985, p. 176.

colonos fossem juridicamente livres, não o eram economicamente, do que resultava uma situação similar a do escravo.”⁴²⁸

Estes primeiros colonos contratados sob o sistema de parceria eram, em sua maioria, de origem germânica e, diante dos sérios desentendimentos ocorridos entre as partes contratantes, em 1860, o governo da Confederação Helvética nomeou J. J. Von Tschudi ministro plenipotenciário com a missão especial de estudar os problemas ocorridos com seus conterrâneos nas fazendas do interior paulista.⁴²⁹

De sua visita à colônia São Lourenço, em Piracicaba, Tschudi relatou as seguintes impressões:

*“Nessa ocasião, 92 famílias de colonos habitavam o estabelecimento, algumas delas já com seus débitos liquidados. Havia entre êsses colonos 32 famílias suíças, quasi tôdas em débito ainda com o fazendeiro, sendo que algumas delas estavam sobrecarregadas com os adiantamentos das comunas. Alguns desta gente eram indivíduos degradados, viciados no alcool e pouco dados ao trabalho intenso; naturalmente nunca mais se livrarão da dívida. Como exemplo vou citar o caso de uma família que tomou a si o cuidado de apenas 420 arbustos de café, ao passo que outra, pouco mais numerosa, cuidava de 2.000 cafeeiros. Algumas famílias cuidavam apenas de 500 a 700 cafeeiros. Quando lhes perguntei porque não cultivavam maior quantidade, responderam-me que estavam sobrecarregados de dívidas que não lhes importava trabalhar no cafezal. A roça lhes dava o suficiente para viverem e não viam a necessidade de se matarem de trabalhar.”*⁴³⁰

Diante dos vários conflitos entre imigrantes e fazendeiros verificados nos municípios paulistas, ainda durante a segunda metade da década de 1850 já poderia se considerar que a experiência havia fracassado, e muitos daqueles colonos de São Lourenço

⁴²⁸ MARTINS, 1981, p. 64. Consultar também: HOLLOWAY, 1984, p. 112-113.

⁴²⁹ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil, 1850*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1941.

⁴³⁰ TSCHUDI, J. J. Von. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 182-3. As descrições que Tschudi fez de Piracicaba encontram-se também publicadas em: KRAHEMBUHL, Hélio. *Almanaque de Piracicaba para 1955*, pp. 61-64. TORRES, s/d, p. 29 e 30. Alocar sua capacidade produtiva nas roças de subsistência era uma das formas que o parceiro encontrava para se contrapor à exploração exagerada a que era submetido pelo sistema de parceria.

e Santo Antonio afluíram para a zona urbana piracicabana, formando o atual bairro dos Alemães.⁴³¹

Mesmo considerando certos aspectos culturais como a prática escravista dos fazendeiros no trato com o imigrante, o motivo do fracasso do sistema de parceria deve ser buscado em suas debilidades econômicas internas, das quais a mais grave foi transferir os custos de constituição do mercado de trabalho livre para o próprio trabalhador, através do sistema de dívidas. Um bom exemplo daquela prática, entre outros, ocorria quando os colonos se casavam, como aconteceu em Piracicaba, quando “uma colona Frederica Werlich que casou uma das filhas com o colono trabalhador Köhl, estipulando-se no contrato escriturado a 26 de setembro de 1855, que as dívidas da mesma seriam para ele transferidas.”⁴³²

Importante ressaltar que, mesmo sendo o sistema de parceria pensado e implementado, em sua maior parte, tendo-se em vista a lavoura cafeeira, a lavoura canavieira e a produção de açúcar também dele se valeram, através do plantador de partido. De acordo com Wanderley, o “plantador de partido” ou “lavrador obrigado” alugava as terras de um senhor de engenho, entregando-lhe, além da metade do açúcar produzido com suas canas, mais uma quantia a título de renda da terra. Ao lavrador, portanto, cabia apenas um terço do rendimento do açúcar produzido a partir de sua cana.⁴³³

Em Piracicaba, segundo Torres, ao final da década de 1860:

*“entre os produtores de açúcar, ao lado do braço escravo já havia o sistema de plantação de cana de partido, em que os lavradores se estabeleciam em terras do senhor de engenho, fornecendo cana para a moagem, e recebendo, depois, parte do açúcar produzido, o que era, em certo sentido, uma relação de parceria entre o proprietário da terra e o plantador de cana.”*⁴³⁴

Em 1866, havia em Piracicaba algumas poucas propriedades que tinham “mais de 10 trabalhadores livres, predominando ainda o braço escravo, particularmente nos engenhos.” Um destes engenhos, com 258 alqueires é assim descrito: “Fazenda de

⁴³¹ KRAHEMBUHL, Hélio. “Alemães e Suíços de Piracicaba”. In: KRAHEMBUHL, Hélio. *Almanaque de Piracicaba para 1955*, pp. 137-143.

⁴³² TORRES, 1975, p. 104.

⁴³³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 25-28.

açúcar, fábrica montada para fatura de açúcar, com dois engenhos de canas movidos a água, trabalhadores escravos [oitenta]”. Ao que parece, por essa época, o trabalho livre estava sendo implementado com maior intensidade em fazendas de café como as do comendador Luís Antonio de Souza Barros, cultivadas por 300 trabalhadores livres e apenas 56 escravos.⁴³⁵ Esta última informação vem reforçar nossa hipótese de que em Piracicaba o trabalho livre implementou-se com maior intensidade nas fazendas cafeeiras, e mais tarde, em menor intensidade, nas fazendas canavieiras.

Embora em meados da década de 1860 ainda predominasse o trabalho escravo, o afluxo dos primeiros imigrantes para a região fez com que Piracicaba passasse por relativa diversificação do elemento humano: trabalhadores de origem européia e norte-americana foram tornando-se mais comuns. Um relatório de 1866 “refere-se a 2.833 trabalhadores [no município], dos quais 2.212 são escravos e 621 são livres.”⁴³⁶ Como decorrência desta diversificação, houve também a modificação do tipo de morada das fazendas:

“não mais a rústica morada de casa e as senzalas de taipa de pilão, ao lado de monjolos e engenhos, mas moradas de colonos feitas de tijolos ou ainda de taipas, porém cobertas de telhas e não de palhas e, ainda, tulhas, terreiros, máquinas de beneficiar café ou de descarregar algodão.”⁴³⁷

⁴³⁴ TORRES, , 1975, p. 101.

⁴³⁵ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. “Um Lavrador Paulista no Tempo do Império”. In: *Separada da Revista do Arquivo Municipal*, nº CLXXII. São Paulo, Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, pp. 35-36.

⁴³⁶ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba, Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 127.

⁴³⁷ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba, Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 128.

III.4 - Italianos em Piracicaba

Antes mesmo da definição de uma clara política imigratória (meados da década de 1880), já temos as primeiras notícias sobre imigrantes italianos em Piracicaba. Segundo um documento da câmara municipal, em 1876 “começaram a aparecer os primeiros súditos italianos nos anais da cidade. Uns, pedindo terrenos em aforamento, outros, sobre licenças para estabelecimentos etc.”⁴³⁸

Ao que parece, pelo próprio fato destes primeiros italianos aparecerem nos documentos oficiais como solicitantes de terrenos em aforamento e de licenças para estabelecimentos, não seriam eles destinados aos trabalhos agrícolas. Provavelmente os motivos que os tenham impelidos a deixar a Itália sejam os mesmos que mais tarde impeliram seus conterrâneos. Porém, na medida em que não foram subvencionados pela província, deveriam eles fazer parte daqueles que emigraram por conta própria, trazendo consigo algum pecúlio, ou ainda, parte daqueles poucos que, trabalhando como parceiros conseguiram juntar algum pecúlio com seu trabalho nas fazendas paulistas, vindo a estabelecer-se, mais tarde, nos núcleos urbanos.

Segundo Stolcke, durante toda a década de 1870 e início da seguinte, a maioria dos imigrantes em São Paulo estava contratada sob o sistema de locação de serviços, adotado após o fracasso do modelo de parceria. Por este novo sistema,

“ao invés de uma parcela do valor da produção, os trabalhadores recebiam um preço pré-estabelecido por medida de café colhido. Alegava-se que, dessa forma, reduzindo a incerteza sobre os ganhos e eliminando longos atrasos no pagamento, os trabalhadores se sentiriam encorajados a se aplicar com maior empenho no cultivo de café.”⁴³⁹

⁴³⁸ GUERRINI, 1970, p. 60.

⁴³⁹ STOLCKE, 1986, p. 32. Segundo esta autora, os motivos que levaram ao fracasso do sistema de parceria podem ser assim resumidos: Sendo o fazendeiro o agente financiador da viagem do imigrante, das ferramentas e dos gêneros alimentícios durante o primeiro ano, o parceiro já chegava à fazenda endividado. Some-se a extrema dificuldade em saldar a dívida. Dos 50% da produção que cabiam ao parceiro, este devia entregar metade dos rendimentos dos cafezais e de suas roças ao fazendeiro. Como se isso não bastasse, os parceiros ainda eram vítimas de fraudes na pesagem e no preço do café.

No entanto, esta forma de contrato, tal qual a parceria, não resolveu o problema da transferência dos custos da imigração ao próprio imigrante, através de seu endividamento.

Em Piracicaba, ainda em 1882, havia colonos contratados sob o sistema de locação de serviços, como demonstra o caso de “*João Antonio Garcia, que ha dias fora preso em virtude de infracção de contracto de locação de serviços que tem com uma pessoa de São Pedro, remetido para aquela villa, foi solto e acha-se nesta cidade.*”⁴⁴⁰

Dois anos após, em 1884, os fazendeiros piracicabanos contavam com um sistema local de imigração. Segundo a *Gazeta de Piracicaba*, em 25 de março daquele ano partiu para a Europa o Sr. “*Cesar Bertoldi, [que] incubia-se publicamente de trazer do Tirol, Áustria, colonos para a lavoura de Piracicaba.*”⁴⁴¹ Mesmo se referindo ao sul da Áustria, a indicação nos é bastante interessante, pois Piracicaba possui ainda uma grande colônia de “*tirolezes*”, localizada nos bairros rurais de Santana e Santa Olímpia, na estrada que liga Piracicaba a Charqueada.⁴⁴²

Estes primeiros contratos de imigração, quer sob o sistema de parceria, quer sob o sistema de locação de serviços, são uma clara demonstração de que o fim do tráfico e a Lei do Ventre Livre, na medida em que condenavam a escravidão à extinção, fizeram com que os fazendeiros paulistas buscassem no imigrante uma força de trabalho alternativa ao trabalho escravo.

Contudo, iniciativas isoladas como estas ainda eram de pequeno alcance, constituindo-se apenas na alternativa possível durante a ausência de uma política migratória claramente definida. Além do mais, os serviços de imigração particulares não resolviam os problemas dos custos da imigração, que continuavam a recair sobre os próprios imigrantes.

⁴⁴⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 51. Piracicaba, 18 de outubro de 1882, p. 02.

⁴⁴¹ GUERRINI, 1970, p. 105.

⁴⁴² Embora presentes em Piracicaba desde 1888, foi somente em 1892 que os tirolezes adquiriram as terras que hoje compõem hoje o Bairro de Santa Olímpia. Sobre o assunto, consultar: CORRER, Lino José (Padre). *Uma História Verdadeira*. Ituiutaba, Editora Ituiutaba, 1999, pp. 16-21.

Ao mesmo tempo, estas experiências foram condição *sine qua non* para garantir os braços necessários para a expansão da cafeicultura no oeste Paulista. Portanto, antes da definição da política imigratória subvencionada, à miséria dos camponeses italianos unia-se o trabalho dos agenciadores/aliciadores brasileiros.

A política de subsídios tornou possível ao programa de imigração atingir aqueles italianos que estavam no mais baixo nível econômico, de um lado, e de outro, subsidiou os próprios fazendeiros, retirando-lhes o risco e o ônus de adiantar o dinheiro necessário ao transporte do imigrante, assim evitando que o colono já chegasse endividado. No entanto, para ter sua passagem subsidiada, os imigrantes deveriam preencher alguns requisitos básicos de sexo, idade e estrutura familiar, visto que o objetivo do programa era claro: braços para a lavoura.⁴⁴³

Esta nova situação gerada pela política de subsídios também possibilitou uma nova forma de organização do trabalho livre: o sistema de colonato, pelo qual os rendimentos totais do imigrante provinham de uma combinação de salários em dinheiro e gratificações não monetárias.

No sistema de colonato, o salário em dinheiro provinha de três fontes diversas: a primeira era fixa, tendo por base o cuidado (trato) anual de um certo número de plantas, chamado de talhão. Cada talhão era composto por mil pés de café e cada família cuidava, em média, de cinco talhões. O cuidado destes talhões incluía seis capinas, o replantio e a substituição dos cafeeiros mortos, e a coroação. O salário anual fixo respondia pela maior parte dos rendimentos do colono, algo entre 50 e 65% do total. Importante notar que esta forma de salário não tinha relação direta com as flutuações do mercado nem com as intempéries da natureza. A segunda parte do salário era variável, e provinha da quantidade de café colhido. Esta modalidade de salário apresentava algumas vantagens sobre a parceria, tanto para o fazendeiro como para o colono: o fazendeiro podia utilizar mais racionalmente a força de trabalho disponível, na medida que a colheita não ficava restrita ao talhão que o colono cuidou durante o ano; o colono, por sua vez, podia utilizar-se do trabalho de todos os membros da família, aumentando assim seus rendimentos. A terceira fonte de renda monetária provinha de trabalhos ocasionais, tais

⁴⁴³ HOLLOWAY, 1984, p.79-80.

como transporte e beneficiamento do café, bem como a manutenção da fazenda, sendo geralmente pagos por dia. Além do salário monetário, pago com base nos três critérios apresentados, havia também os rendimentos não monetários, dentre os quais destacamos, entre outros, a moradia de colônia cedida pelo fazendeiro.⁴⁴⁴

Avaliando a vida dos colonos no oeste paulista, Slenes afirmou que “na maioria das propriedades a concorrência no mercado de trabalho levou os empregadores a abandonar as senzalas e construir moradias novas, variando em qualidade, mas melhores que os antigos alojamentos.”⁴⁴⁵

Ao que parece, a presença italiana também modificou as moradias nas fazendas piracicabanas. Em novembro de 1887, os oleiros César e Cassiano Bertoldi se propunham a “construir, por empreitada, casas para colonos em fazendas deste município (...) encarregando-se também de fabricar os materiaes precisos, taes como tijolos e telhas.”⁴⁴⁶

Em Piracicaba, durante meados da década de 1880, o avanço da cafeicultura aliado à manutenção da produção açucareira fez com que a procura por trabalhadores imigrantes se tornasse cada vez maior. Interessante notar que estes imigrantes eram solicitados não somente para os trabalhos da lavoura, mas também para aqueles relativos à indústria nascente, conforme demonstra a notícia a seguir:

“na fábrica de tecidos Santa Francisca esta-se precisando de 37 trabalhadores, conforme o annuncio que publicamos. Na fazenda Pau d’Alho há necessidade de colonos para tratar e colher café. Somos capazes de apostar em como não apparece quem queira.”⁴⁴⁷

Outro anúncio da *Gazeta*, publicado em 1886, demonstra que Piracicaba passava por uma crescente procura por colonos: “Em casa de João Vicente Barbosa se diz

⁴⁴⁴ HOLLOWAY, 1984, pp. 117-119.

⁴⁴⁵ SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo, Cia das Letras, 1997, p. 286

⁴⁴⁶ BERTOLDI, Cesar & Cassiano. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 698. Piracicaba, 09 de novembro de 1887, p. 03.

⁴⁴⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 299. Piracicaba, 08 de agosto de 1884, p. 02.

quem precisa de trabalhadores para tratarem de café e outros serviços de roça."⁴⁴⁸

Quando este anúncio foi publicado, a área abrangida por Piracicaba, formada pelos atuais municípios de Piracicaba, São Pedro, Capivari, Monte-Mor e Santa Bárbara, contava com apenas 8,6% de estrangeiros da província.⁴⁴⁹

Mesmo diante do ingresso de alguns imigrantes, as necessidades impostas pelo desenvolvimento e expansão da cafeicultura num quadro de constante diminuição da população escrava tornava-os insuficientes, ainda mais em se considerando que, após alguns anos, parte dos imigrantes que partiam com algum pecúlio conseguiam juntar o restante necessário para abandonar a lavoura e estabelecerem-se em ofícios urbanos anteriormente praticados na Europa, tais como mecânicos e carpinteiros.⁴⁵⁰

Um bom exemplo deste último caso é o "hábil pedreiro" espanhol Vicente Martins, que foi o responsável, no início de 1883, pela construção da chaminé do Engenho Central, onde foi instalado o primeiro pára-raios da cidade. A *Gazeta de Piracicaba*, após descrever o trabalho de construção dos andaimes até atingir os 36 metros de altura da chaminé declarava: "*Dizem-nos que o sr. Martins é um profissional digno de elogios por sua perícia.*"⁴⁵¹ Outro exemplo de imigrante exercendo profissão urbana é o italiano Lourenço de tal, sapateiro.⁴⁵² Um outro exemplo ainda é o italiano José Pêra, que em 1886 assumiu por empreitada com a Companhia Ituana o trabalho de limpeza e preparo do terreno para assentamento dos trilhos do ramal férreo entre o porto de Martins e a cidade de São Manuel.⁴⁵³ Portanto, há evidências de que imigrantes exerciam atividades profissionais não agrícolas na vila de Piracicaba, ganhando assim seu sustento e o respeito da comunidade local.

⁴⁴⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 418. Piracicaba, 10 de fevereiro de 1886, p. 03.

⁴⁴⁹ CORRÊA, Demosthenes Santos. "Piracicaba em 1886 e sua participação na Exposição Sul-Americana de Berlim." In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 01 de agosto de 1963.

⁴⁵⁰ Sobre a mobilidade social do imigrante italiano, Boris Fausto nos apresenta um belo resumo dos estudos acadêmicos realizados entre 60 e 90. FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1991, pp. 15-36.

⁴⁵¹ *Gazeta de Piracicaba*. Nº 112, de 30 de março de 1883, p. 03.

⁴⁵² *Gazeta de Piracicaba*. N402. Piracicaba, 03 de dezembro de 1885, p. 02.

⁴⁵³ CUNHA, Joaquim Borges da. (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 428. Piracicaba, 25 de setembro de 1886, p. 02.

Para agravar ainda mais a crise de mão-de-obra vivida em Piracicaba, grande parte dos trabalhadores livres nacionais e escravos diaristas eram empregados em obras públicas necessárias à própria atividade agrícola, tais como reparos em pontes e estradas. Em 1881, segundo uma lista de pagamentos das obras realizadas na ponte do ribeirão Piracicamirim, dos nove trabalhadores empregados na obra, três eram escravos carpinteiros que trabalhavam sob as ordens de seu proprietário e feitor da obra, chamado Francisco Coelho Barbosa; dois lavradores, Manoel e seu filho; um carroceiro, agregado de Manoel e um tal de Inocência, sobre o qual não temos maiores informações.⁴⁵⁴

A carência de mão-de-obra existente no município fica bastante evidente num outro artigo publicado pela *Gazeta* em 24 de abril de 1887. Nele, o autor reclamava da falta de imigrantes e cobrava providências do município, nos seguintes termos:

*"É preciso que Piracicaba, como a capital, tenha uma hospedaria de imigrantes, onde os receba e trate gratuitamente durante oito dias (...) está no Bairro Alto, abandonado, o grande armazem de cargas da Companhia Ituana. Dividam-no em quartos, abram-lhe janellas, preparem-no, e mobiliem-no convenientemente, e ahi estará agazalho confortável para algumas dezenas de familias."*⁴⁵⁵

Tão interessante quanto a proposta acima, é a justificativa apresentada, demonstrando que criar facilidades para um maior afluxo de imigrantes para o município faria com que negociantes, industriais e fazendeiros lucrassem.

*"O município comprava trabalhadores até a 2:500\$000. Não será um lucro enorme obtel-os agora por 8, 10 ou 12\$000, que tanto importará a despesa? Ainda não levando em conta a grande superioridade do trabalhador obtido sobre o comprado. Trata-se do interesse de todos."*⁴⁵⁶

Fazendo coro, ainda em 1887, "um fazendeiro" assinava um artigo no qual, após relatar a fuga de cerca de cem escravos de Capivary e Monte-mór, chamava a atenção de seus pares:

⁴⁵⁴ "Jornaes dos trabalhadores empregados nas obras da ponte do Piracicamirim na estrada de S^{ta} Bárbara". (Manuscrito). 1881. Caixa 01, Maço 01.

⁴⁵⁵ *Gazeta de Piracicaba*. nº 543. Piracicaba, 27 de abril de 1887, p. 01.

⁴⁵⁶ *Gazeta de Piracicaba*. nº 543. Piracicaba, 27 de abril de 1887, p. 01. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 133.

*“considerem que da noite para o dia podem ver suas senzalas despovoadas, e que não encontrarão em parte alguma, nem na população, nem nas autoridades, força para aprisionar os fugitivos. (...) O remédio? (...) Construam em suas fazendas casas para receber colonos, que supram a falta imminente dos escravos, reunam-se e estabeleçam n'esta cidade uma hospedaria para imigrantes, onde cada um venha prover-se dos braços que precisar. Ainda bem que está encaminhando para nós uma corrente de imigração da melhor gente da Itália: recebamol-a com os braços abertos.”*⁴⁵⁷

Segundo Guerrini, a reclamada hospedaria dos imigrantes já era uma realidade nos primeiros meses de 1888. De propriedade da firma Ribecco Irmão & Olívio, a “hospedaria recebia especialmente os imigrantes italianos que se dirigissem à lavoura do município.”⁴⁵⁸

E de fato, ao final da década de 1880, os italianos afluíam em número cada vez maior para o município. Digno de nota foi o fazendeiro João Baptista da Cruz Leite, que *“acaba de fazer aquisição de 10 famílias de colonos, compostas de 80 pessoas, naturaes da Itália, Província de Treviso.”* Segundo o artigo de onde extraímos esta citação, tais colonos *“são os primeiros que vem directamente para este município e são destinados à lavoura de canna.”*⁴⁵⁹

Este último fragmento mostra-se muito interessante, pois nos permite concluir que, embora o “sistema” de imigração tenha sido desenvolvido e financiado tendo em vistas a cafeicultura, houve casos de imigrantes que, desde seus primeiros dias em Piracicaba, foram utilizados na produção da lavoura canavieira, contratados sob um sistema de colonato similar ao utilizado pela cafeicultura, como demonstraremos mais adiante.

⁴⁵⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 689. Piracicaba, 28 de outubro de 1887, p. 01. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 142.

⁴⁵⁸ GUERRINI, 1970, pp. 142 e 145.

⁴⁵⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 559. Piracicaba, 21 de maio de 1887, p. 01 e nº 601. Piracicaba, 15 de julho de 1887, p. 02.

Como o nome do fazendeiro João Baptista da Cruz Leite não figura entre os nomes relacionados no edital para cobrança de imposto sobre a produção de açúcar para 1887, concluímos tratar-se de um fornecedor de canas para o Engenho Central.⁴⁶⁰

Em maio de 1887, segundo a *Gazeta*, “*Chegaram a esta cidade 57 imigrantes tyrolezes com destino, segundo nos informam, à fazenda do ser. Antonio de Carvalho Barros.*”⁴⁶¹

A partir de 1887 realmente há indícios de que a presença italiana na cidade cresceu significativamente. Prova disto foi a realização, em 20 de setembro, de uma “festa popular”, na qual a colônia italiana festejou “*a data em que Garibaldi, à frente de um exercito, (...) libertou a briosa Itália do jugo despótico de muitos tyranos.*”⁴⁶²

Outro indício do aumento da presença italiana em Piracicaba também data de 1887, quando em outubro daquele ano foi fundada a *Società Italiana de Mútuo Socorro*, tendo como seu primeiro presidente o italiano Carlos Zanotta. A fundação daquela entidade, além de indicar um número significativo de italianos, demonstra também e principalmente, que estes se organizavam em entidades representativas.⁴⁶³

Ouso dizer que a *Società*, mais que simplesmente uma entidade representativa dos imigrantes italianos, significava os primeiros germes de uma entidade de classe, pois concordo com a definição de classe social utilizada por Thompson:

“por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência (...) Não vejo classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.”⁴⁶⁴

⁴⁶⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 529. Piracicaba, 07 de abril de 1887, p. 02.

⁴⁶¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 547. Piracicaba, 05 de maio de 1887, p. 02. Segundo Corrêr, estes imigrantes localizaram-se, à princípio na Fazenda Monte Alegre e, mais tarde, adquiriram as terras de Santa Olímpia. Consultar: CORRÊR, 1999, p. 16-21.

⁴⁶² *Gazeta de Piracicaba*, nº 653. Piracicaba, 22 de setembro de 1887, p. 01 e 02.

⁴⁶³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 693. Piracicaba, 03 de novembro de 1887, p. 01. Consultar também: *Gazeta de Piracicaba*, nº 430. Piracicaba, 05 de maio de 1886, p. 02.

⁴⁶⁴ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A Árvore da Liberdade*. Vol. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 09.

Em setembro de 1887, a *Gazeta* publicou outra nota, que além de nos permitir especular sobre o espírito de solidariedade entre os imigrantes italianos, demonstra também o grande afluxo deles para a cidade, os maus tratos a que eram submetidos, bem como o recurso à fuga como uma forma de resistir à exploração desmedida.

*“É lamentável - Chegaram ante-hontem a esta cidade, a pé, vindos de Dous Corregos, 24 colonos italianos entre os quaes algumas creanças. (...) Dizem esses colonos que vieram fugidos da fazenda dos srs. Cruz & Irmão, e que assim faziam devido ao mau trato que n'aquela fazenda se dispensa aos colonos. (...) chegados aqui, sem meios de transporte, 14 delles traziam dinheiro somente para comprar passagem até Jundiáhy e 10 não traziam dinheiro algum. Estavam já resolvidos a seguir a pé para a capital, quando seus patrícios aqui residentes os srs. José Police, Francisco Ribeco e Vicente Funari pediram ao distinto e benemerito cidadão sr. Carlos Zanotta arranjasse passagem para os mesmos, pois que mais tarde, reunir-se-iam em quota e satisfariam a importância.”*⁴⁶⁵

Importante ressaltar que este valor social, encarnado na solidariedade de grupo demonstrada no caso acima narrado, vai ao encontro da definição de classe por nós adotada, pois, ainda de acordo com Thompson:

*“a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.”*⁴⁶⁶

Outros 200 italianos chegaram em dezembro de 1887, destinados às fazendas de Antonia Lídia de Almeida Barros, Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio (cafeicultor), Elisário Ferreira Penteado (cafeicultor do Pau Queimado), Joaquim de

⁴⁶⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 653. Piracicaba, 22 de setembro de 1887, p. 02.

⁴⁶⁶ THOMPSON, 1987, p. 10.

Almeida Barros e João Batista da Cruz Leite. Segundo consta, essa foi a maior turma de imigrantes chegados até então.⁴⁶⁷

Analisando a imigração de colonos italianos para Piracicaba no ano anterior, assim a primeira *Gazeta* de 1888 se referia.

*"Ainda no decorrer d'esse anno, agitando-se na Provincia, com maior intensidade, a palpitante e importantissima questão do elemento servil, passou a lavoura piracicabana a promover a vinda de immigrants para o municipio, iniciando assim a transformação do trabalho e com ella uma nova phase de prosperidade ambicionada pelo paiz inteiro. Verdade é que tendo tido maior curso esse movimento já ao esgotar-se a segunda parte do 87, grandes não puderam ser as entradas de novo pessoal de trabalho, cabendo portanto ao anno que segue se a resolução definitiva, talvez, do tão sério quanto discutido problema da substituição do braço escravo."*⁴⁶⁸

Como se depreende das palavras do editor Joaquim Borges, a quantidade de imigrantes vindos para Piracicaba durante 1887 era insuficiente para a lavoura do município.

Nos primeiros dias de 1888, não obstante o *"excessivo rigor fiscal para com os immigrants no porto de Santos"*⁴⁶⁹, os italianos continuaram a chegar na província. Em Piracicaba, para que não houvesse inconveniências, os fazendeiros reuniram-se e comprometeram-se a não empregar indivíduos que tivessem compromissos assumidos com outros fazendeiros, nos seguintes termos:

*"cada um d'elles [fazendeiros] a não admittir a seu serviço pessoas que tenham compromissos para com outros, em virtude de contracto ou de qualquer outra ordem de compromisso pelo qual não devam ausentar-se. A inobservancia do convenio autorisa a multa de 200\$000 que reverterá em favor da Santa Casa de Misericordia d'esta cidade e poderá ser cobrada judicialmente."*⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 737. Piracicaba, 29 de dezembro de 1887, p. 02. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 145.

⁴⁶⁸ BORGES, Joaquim. (Editor). *Gazeta de Piracicaba*, nº 740. Piracicaba, 01 de janeiro de 1888, p. 01.

⁴⁶⁹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 742. Piracicaba, 04 de janeiro de 1888, p. 01.

⁴⁷⁰ *Gazeta de Piracicaba*, nº 746. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 02.

O compromisso entre os fazendeiros era fruto de sua preocupação com o aumento da demanda por mão-de-obra, o que fez alguns fazendeiros praticarem o aliciamento de colonos, como veremos adiante.

Em 11 de janeiro, o coronel Carlos Botelho, cafeicultor de Rio das Pedras, mandava publicar o seguinte anúncio: *"Na fazenda do Coronel Carlos Botelho precisa-se de trabalhadores para café, empreita-se ou paga-se por dia, conforme se convencionar. Para tratar-se na fazenda."*⁴⁷¹

Para atender a crescente procura, a partir de janeiro a entrada de imigrantes em Piracicaba foi tornando-se mais intensa, *"12 famílias de imigrantes italianos, compostas de 60 pessoas, (...) contractadas pelo [maior cafeicultor do bairro de Serra Negra⁴⁷²] sr. Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio para suas duas importantes fazendas d'este município, Boa Esperança e Pico alto"*⁴⁷³. Outros 42 imigrantes italianos chegaram destinados à fazenda de Antonio Morato de Carvalho.⁴⁷⁴ Ainda em janeiro, por conta da Sociedade de Imigração, chegaram em Piracicaba mais 507 imigrantes italianos.⁴⁷⁵

Para incrementar ainda mais a vinda de imigrantes para Piracicaba, começaram a surgir na imprensa anúncios como este, pelo qual particulares se propunham a agenciar colonos para os fazendeiros:

*"O abaixo assignado, residente n'esta cidade à rua do Commercio, Hospedaria das Flores, participa aos srs. Fazendeiros que encarrega-se de trazer colonos para o serviço da lavoura, mediante uma pequena comissão, indo a capital contractal-os de conformidade com os pedidos que lhe forem feitos e mediante condições que se combinar."*⁴⁷⁶

⁴⁷¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 747. Piracicaba, 11 de janeiro de 1888, p. 03.

⁴⁷² Segundo a uma lista elaborada *Comissão encarregada da classificação dos lavradores*, e publicada na *Gazeta de Piracicaba*, nº 846. Piracicaba, 16 de maio de 1888, p. 2 e 3.

⁴⁷³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 759. Piracicaba, 27 de janeiro de 1888, p. 02.

⁴⁷⁴ *Gazeta de Piracicaba*, nº 762. Piracicaba, 31 de janeiro de 1888, p. 01. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 146.

⁴⁷⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 762. Piracicaba, 31 de janeiro de 1888, p. 02.

⁴⁷⁶ FLORES, Nicolao. "Imigração". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 768. Piracicaba, 03 de fevereiro de 1888, p. 03.

Em fevereiro de 1888 chegaram a Piracicaba, com destino às fazendas de Manoel de Moraes Barros e José de Almeida Leite Ribeiro, mais 12 famílias de imigrantes italianos, totalizado 70 pessoas que, segundo consta, vieram em vagões de carga da Companhia Ituana, motivo pelo qual novas e severas críticas foram perpetradas contra aquela empresa.⁴⁷⁷ Ainda em fevereiro chegaram mais 80 italianos, 57 para a fazenda de café do Coronel Carlos Botelho, no bairro de Rio das Pedras, e 23 para a fazenda de Francisco Augusto de Almeida Barros, no bairro de Serra Negra.⁴⁷⁸

Segundo Guerrini, em fevereiro de 1888, os imigrantes no município já somavam 1.600 indivíduos. Por essa época, segundo estimativa do mesmo autor, a população piracicabana girava em torno de 10.500 habitantes. Se os dados forem corretos, no ano da abolição, os imigrantes representavam aproximadamente 10% da população total de Piracicaba, percentual ainda muito inferior ao representado pelos escravos, algo em torno de 35%,⁴⁷⁹ o que nos pareceu elevado demais. Ao que parece, Guerrini considerou em sua estimativa apenas a população urbana pois, conforme demonstramos no primeiro capítulo, em 1886, segundo o *Relatório da Comissão Central de Estatística*, a população total do município era de 22.150 pessoas.⁴⁸⁰ Por estes dados, os imigrantes eram ainda menos, algo em torno de 7,2% do total; os escravos, por sua vez, representavam 15,21%.⁴⁸¹

Concomitantemente ao aumento do número de colonos imigrantes começaram a surgir as primeiras revoltas, como a ocorrida em São Pedro, na fazenda de Antonio Morato Carvalho, onde os colonos se rebelaram contra o administrador e abandonaram o serviço que haviam assumido a pouco mais de um mês. Segundo a *Gazeta*, ao que tudo indica, a revolta fora motivada por um outro fazendeiro, que a isto os induziu.⁴⁸² Desta forma, percebemos que o acordo firmado entre os fazendeiros mencionado anteriormente não estava sendo cumprido, sintoma do aumento da concorrência entre eles.

⁴⁷⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 776. Piracicaba, 16 de fevereiro de 1888, p. 02.

⁴⁷⁸ *Gazeta de Piracicaba*, nº 786. Piracicaba, 28 de fevereiro de 1888, p. 02.

⁴⁷⁹ Pelos dados fornecidos por GUERRINI, 1970, p. 147.

⁴⁸⁰ *Relatório da Comissão Central de Estatística, 1886*. Apud. NEME, 1936, p. 120.

⁴⁸¹ Vide Quadro XXIII

⁴⁸² *Gazeta de Piracicaba*, nº 787. Piracicaba, 29 de fevereiro de 1888, p. 02.

Mesmo com a revolta, os fazendeiros não tinham outra saída a não ser trazer mais e mais imigrantes para Piracicaba. Em março de 1888 chegaram para a fazenda de Joaquim Silveira Mello, cafeicultor do bairro de Rio das Pedras, uma leva de 132 imigrantes distribuídos em 20 famílias.⁴⁸³ Para a fazenda de Moysés P. de Arruda chegaram mais oito famílias de colonos compostas de 38 pessoas que, segundo consta, chegaram nos vagões de carga da Ytuana, motivo que os levou a novos e veementes protestos.⁴⁸⁴ Interessante notar que Moysés P. De Arruda era produtor de açúcar em um dos engenhos antigos que ainda sobreviviam em 1888, participando com 500 arrobas, ou seja, 0,64% das 77 mil arrobas produzidas pelo município.⁴⁸⁵

No mês de abril, entre os dias 19 e 20, chegaram 138 imigrantes italianos para várias fazendas. No dia 22, mais 6 famílias compostas de 39 pessoas chegaram para a fazenda do cafeicultor Pedro de Almeida Barros, localizada no bairro de Serra Negra.⁴⁸⁶ Em maio chegaram 85 imigrantes italianos para a fazenda de café pertencente a José Ferraz de Camargo Júnior.⁴⁸⁷

O aumento do número de imigrantes que chegavam ao município destinados ao trabalho agrícola tinha seus reflexos projetados também na cidade. Em abril de 1888 começaram a surgir na imprensa anúncios oferecendo hospedagem à essa gente enquanto não se estabelecessem definitivamente nas fazendas. Um desses estabelecimentos era o "Albergo Italiano", onde "*da-se hospedagem a immigrantes, para o que tem bons commodos. Preço, 1\$500 por dia, por pessoa maior de 8 anos.*"⁴⁸⁸ Outro anúncio bastante interessante foi publicado no mesmo dia. Por ele sabemos que "*Ribecco, Irmão e Ovídio remetem dinheiro para qualquer cidade ou villa da Itália, sendo os únicos agentes n'esta cidade do banqueiro Francisco Franzoni, de Napoles.*"⁴⁸⁹ Assim tanto o

⁴⁸³ *Gazeta de Piracicaba*, nº 807. Piracicaba, 26 de março de 1888, p. 02.

⁴⁸⁴ *Gazeta de Piracicaba* nº 822. Piracicaba, 14 de abril de 1888, p. 02.

⁴⁸⁵ Segundo a uma lista elaborada *Comissão encarregada da classificação dos lavradores*, e publicada na *Gazeta de Piracicaba*, nº 846. Piracicaba, 16 de maio de 1888, p. 2 e 3.

⁴⁸⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 828. Piracicaba, 22 de abril de 1888, p. 02.

⁴⁸⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 842. Piracicaba, 10 de maio de 1888, p. 02.

⁴⁸⁸ BASSI & COMP. "Hospedaria de immigrantes". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 832. Piracicaba, 27 de abril de 1888, p. 02.

⁴⁸⁹ RIBECCO, IRMÃO & OLIVIO. "Dinheiro para a Itália". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 832. Piracicaba, 27 de abril de 1888, p. 04.

oferecimento de hospedagem quanto de serviços bancários testemunham que a presença italiana em Piracicaba ia tornando-se cada vez mais significativa

Para que a arregimentação de trabalhadores imigrantes na capital não ficasse somente a cargo de particulares, o que significava um maior ônus aos fazendeiros, a *Gazeta* propunha:

*“criação de agências de trabalhadores em todas as cidades ou villas. Essas agências, creadas pela lavoura, deverão estar em correspondência com a Sociedade Promotora de Imigração, de modo a poderem informar aos lavradores o numero de immigrants que haja no alojamento Provincial e dirigir à mesma associação quaesquer pedidos de trabalhadores.”*⁴⁹⁰

Não sabemos se a dita agência foi realmente constituída. Porém, ao que tudo indica, a proposta de sua criação foi bem recebida pela imprensa da província, na medida em que o artigo citado foi reproduzido em vários jornais.⁴⁹¹

A falta de trabalhadores livres nas fazendas piracicabanas, aliada ao processo abolicionista em curso, fez com que ocorresse uma maior vigilância e pressão sobre os libertos considerados “vadios” pois, segundo a *Gazeta*, *“a vadiagem conquistou numerosos adeptos entre os libertos, dos quais muitos confundem a liberdade com a ociosidade e entendem que para serem livres devem ostentar-se ociosos e vadios.”*⁴⁹²

Foi justamente para reprimir a vadiagem que o ministro da justiça, conselheiro Ferreira Viana, apresentou um projeto de lei ao parlamento pelo qual seriam criados estabelecimentos de correção em ilhas marítimas para todos aqueles que fossem considerados vadios. Para os menores de 17 anos seriam criados estabelecimentos disciplinares nas províncias. Em ambos os casos, os internos seriam obrigados a trabalhos agrícolas variando entre 3 meses e 1 ano. Dentre as características de um vadio destacavam-se a embriaguez habitual, a falta de alimentos à família, o abandono de

⁴⁹⁰ BORGES, Joaquim (Editor). “Piracicaba 1888. Agências de Trabalho”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 852. Piracicaba, 24 de maio de 1888, p. 01.

⁴⁹¹ *Gazeta de Piracicaba*, nº 868. Piracicaba, 13 de junho de 1888, p. 01.

⁴⁹² *Gazeta de Piracicaba*, nº 875. Piracicaba, 20 de junho de 1888, p. 02.

emprego, a dissipação dos bens pessoais ou familiares e, por fim, a recusa ao trabalho. Estavam fora do alcance da lei os maiores de sessenta anos e os inválidos.⁴⁹³

Observando os anúncios que procuravam trabalhadores agrícolas fica fácil percebermos qual era o espírito da lei. A fazenda Serrote, por exemplo, procurava trabalhadores para colher café,⁴⁹⁴ a fazenda Santa Rosa também procurava trabalhadores, e anunciava que pagaria 30\$000 por mês,⁴⁹⁵ Eduardo Laplana procurava entre 10 e 15 trabalhadores para a lavoura⁴⁹⁶.

Agravando ainda mais a crise de mão-de-obra, o início da safra açucareira fez com que as fazendas canavieiras disputassem trabalhadores com as fazendas cafeeiras. Em junho de 1888 eram procurados três trabalhadores com prática no fabrico de açúcar. Para atraí-los, garantia-se bom salário e boa colocação na fazenda.⁴⁹⁷ Em agosto do mesmo ano, portanto em plena safra açucareira, a fazenda Monte Alegre também procurava “*empreiteiros para cortar cannas*”.⁴⁹⁸

Outro anúncio publicado na *Gazeta* nos deixa transparecer o acirramento da concorrência por mão-de-obra entre os fazendeiros. No início de julho de 1888, o cafeicultor José Ferraz de Camargo Júnior prevenia os demais fazendeiros do município:

*“Seis famílias de colonos cujos chefes se chamam - Bigaron Giovanni, Castagnato Giovanni, Popin Basilio, Vicente Luigi e viuva Dalmás, constando mais ou menos de 30 pessoas, seduzidos por mal feitores, dos quaes deixo de indicar os nomes por não valer a pena entender-me com gente de tal proceder, pretendem retirar-se de minha fazenda, devendo-me 600\$000. Faço esta declaração para que ninguém os admita a seu serviço, sem indenizar-me dessa quantia.”*⁴⁹⁹

⁴⁹³ VIANNA, Ferreira. “Projeto de Lei de Repressão à Vadiagem”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 883. Piracicaba, 06 de julho de 1888, pp. 01-02.

⁴⁹⁴ CARVALHO, Manoel Morato de. “Trabalhadores”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 888. Piracicaba, 10 de julho de 1888, p. 03.

⁴⁹⁵ *Gazeta de Piracicaba*, nº 897. Piracicaba, 28 de julho de 1888, p. 03.

⁴⁹⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 913. Piracicaba, 10 de agosto de 1888, p. 03.

⁴⁹⁷ *Gazeta de Piracicaba*, nº 869. Piracicaba, 12 de junho de 1888, p. 03.

⁴⁹⁸ AMARAL, Joaquim Rodrigues do. “Precisa-se”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 903. Piracicaba, 01 de agosto de 1888, p. 03.

⁴⁹⁹ CARMARGO JÚNIOR, José Ferraz de. “Prevenção útil”. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 881. Piracicaba, 01 de julho de 1888, p. 02. Os “malfeitores” a que se refere o artigo eram os fazendeiros que, disputando mão de obra, aliciavam imigrantes já contratados por outros fazendeiros.

Novamente, mais uma evidência vem demonstrar como a concorrência por mão-de-obra ia tornando-se mais intensa entre os fazendeiros do município. Contudo, não eram somente com a concorrência local que os fazendeiros deviam preocupar-se.

O aumento da demanda por mão-de-obra levou os municípios, em concorrência uns com os outros, a oferecer melhores condições para atrair novos imigrantes. Prova disto é o documento encontrado na câmara municipal de Piracicaba, datado de 9 de setembro de 1891, de autoria do governo do estado de São Paulo (nº 91), onde lê-se o seguinte:

*"Acusando o recebimento do officio de 9 do corrente mez, declaro aceitar o offerecimento dessa Intendência, que se propõe a fornecer casa própria a fim de nella ser estabelecida uma hospedaria para imigrantes, ficando a seu cargo a respectiva fiscalização."*⁵⁰⁰

Em resposta, a Intendência deliberou que *"ficou o Presidente autorizado a arranjar casa e Officio ao Presidente."* No início da década de 1890, houve esforços da câmara municipal junto ao governo do estado no sentido de se construir uma nova hospedaria, visto a antiga não suportar mais a demanda. Para tanto, os Sr. José Ridolfi e Antonio Soler apresentaram um projeto de construção orçado em 173:704\$000, que teria capacidade para 2.000 imigrantes.⁵⁰¹

Não encontramos nenhum outro documento confirmando ou não a instalação da dita hospedaria. No entanto, chama a atenção o interesse do poder público em atrair imigrantes para uma zona cafeeira mais antiga. Interessante, também, é notar que a comissão municipal formada para dar parecer sobre este assunto tinha como um de seus membros o diretor do Engenho Central, Dr. Guilherme de Leon Bodê. Supõe-se que o dito convite tinha como motivo não só a notoriedade do referido membro, mas também o interesse da instituição que representava.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Governo do Estado de São Paulo. *Officio à Intendência Municipal de Piracicaba*. 3ª Secção. Nº 91. (Manuscrito). São Paulo, 12 de Setembro de 1891. In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11. Consultar também:

⁵⁰¹ GUERRINI, 1970, pp. 200-201.

⁵⁰² BODÊ, Guilherme de Leon. *Officio*. (Manuscrito) Piracicaba, 05 de outubro de 1891. In: Atas da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.

Para garantir a oferta de mão-de-obra, a estrutura provincial voltada para a imigração continuou operando. Sabemos que mesmo tendo o término de suas atividades previsto para 1892, a Sociedade Promotora da Imigração continuou a atuar até 1895. Durante este hiato, a proclamação da República, através do seu federalismo, concedeu maior autonomia para os estados. Desta forma, São Paulo encontrava-se totalmente à vontade para implementar da melhor forma sua política de imigração, inclusive, "fazendo escola".⁵⁰³ Com Prudente de Moraes na presidência da República (1894), o modelo de imigração criado por São Paulo tornou-se também modelo nacional, e assim pode-se dissolver a SPI.

No entanto, com a crise internacional dos preços do café a partir de meados da década de 1890, os fazendeiros passaram a diminuir os salários e a aumentar as multas sobre os colonos, com o objetivo de prendê-los à fazenda por dívidas. Foi neste contexto de pressão crescente sobre os salários que a fuga das fazendas começou a apresentar-se como a resistência possível às difíceis condições vivenciadas pelos colonos nas fazendas de café.

Ainda em 1887, notícias sobre maus tratos a colonos italianos trouxeram à Piracicaba o diplomata italiano Alessandro D'Atri. Após suas investigações, remeteu o seguinte telegrama:

*"Ao deputado Monita, Jornal Messagero, Roma - Consta mentira de quem te escreveu, para o respeito devido a um povo nobre e generoso, qual é o brasileiro, protestando contra irrefletida medida do governo italiano. Peço-te retirar interpelação. Escreverei."*⁵⁰⁴

Muito provavelmente, ao contrário do que dizia o diplomata, as notícias eram de fato verdadeiras. Em artigo recente, Alvim argumenta que em muitas fazendas paulistas os imigrantes eram mantidos como verdadeiros prisioneiros, suas mulheres e filhos eram a garantia de dívidas contraídas em gêneros alimentícios e antecipações

⁵⁰³ HOLLOWAY, 1984, p. 66.

⁵⁰⁴ GUERRINI, 1970, p. 140.

salariais e que, para libertá-los, muitas vezes era necessária a intervenção da diplomacia italiana.⁵⁰⁵

De acordo com as fontes, mesmo antes de chegarem às fazendas os imigrantes passavam por uma série de situações no mínimo constrangedoras, quando não criminosas. Foi o que ocorreu com o imigrante italiano Guido Carlo, que tendo seu baú revistado pela conferência de bagagem ao desembarcar em Santos, viu-se subtraído de suas jóias, roupas e trinta e seis libras esterlinas. *"Dizem-nos que o imigrante, que trazia meios para se estabelecer, ficou, pelo roubo de que foi vítima, em inteira penúria."*⁵⁰⁶

Entre 1886 e 1900, a necessidade de mão-de-obra cresceu assustadoramente em São Paulo, alimentada pela existência de terras virgens rumo ao oeste e pela manutenção do nível produtivo das zonas mais antigas como a central, onde localizava-se Piracicaba.⁵⁰⁷

Outro fator a agravar a demanda por mão-de-obra foi o baixo nível tecnológico empregado na agricultura, que mesmo com o imigrante, utilizava-se os mesmos métodos do período escravista no Vale do Paraíba. Após a adoção de algumas máquinas responsáveis pelo beneficiamento do café, houve um aumento ainda maior da demanda pelo grão e, conseqüentemente, por mão-de-obra.⁵⁰⁸

Parece que este relativo atraso tecnológico na agricultura brasileira foi uma constante. Segundo vários autores que se preocuparam com a lavoura canavieira, esta também manteve métodos rudimentares de cultivo, mesmo depois da adoção dos Engenhos Centrais, conforme demonstramos no capítulo anterior.

Diante da carência por mão-de-obra existente em Piracicaba, a utilização dos colonos nas tarefas de conservação de estradas foi ficando cada vez mais difícil, não

⁵⁰⁵ ALVIM, 1988, p. 236.

⁵⁰⁶ *Gazeta de Piracicaba*, nº 863. Piracicaba, 07 de junho de 1888, p. 02.

⁵⁰⁷ SILVA, 1976, p. 29.

⁵⁰⁸ Dentre as várias máquinas que inovaram o beneficiamento de café, destaca-se a inventada pelo piracicabano João Conrado Engelberg, em 1884. Sobre o tema, consultar: HOLLOWAY, 1984, p. 58. Consultar também: GUERRINI, 1970, p. 110. Segundo Cardoso de Mello, paralelamente ao surgimento das ferrovias surgiram as máquinas de beneficiamento de café e arroz, melhorando a qualidade e rebaixando o custo do nosso maior artigo de exportação e do alimento básico da população. Contudo, ferrovias e máquinas de beneficiamento foram elementos que estimularam a economia mercantil ao mesmo tempo em que a ela se opuseram. Consultar: MELLO, 1981, p. 44.

somente por parte dos colonos, que ao fazerem tal tarefa deixavam de dedicar-se às suas culturas de subsistência, mas também por parte dos fazendeiros, que perdiam dias de serviço preciosos. Em 1891, o fiscal de estrada Theodomiro Ribeiro pedia dispensa da função pela “*dificuldade de se tratar destes serviços, visto que não ha combinação com outros visinhos, e os colonos não querem se prestar*”⁵⁰⁹. Outro fiscal, Sebastião José da Silva, responsável pelo caminho do Pau d’Alho, dizia:

*“não me é possível aceitar a incumbência de convidar os moradores e dirigir a factura do caminho para a cidade, porque já e tarde e vou encontrar decidida má vontade da parte dos fazendeiros, já ocupados em coroar seus cafezais para proxima colheita, e desde que os fazendeiros não mandem sua gente os outros moradores não se sujeitarão a fazer sóis o caminho.”*⁵¹⁰

Segundo outro fiscal, responsável pela estrada para Tanquinho, as dificuldades em “convencer” os colonos a realizarem os trabalhos de reparo do caminho o levou a multar um italiano da fazenda S. Anna, chamado Venceslau, por o ter desrespeitado, dizendo que o mesmo (colono) é um fardo. Interessante é o fato do inspetor arrolar como testemunha um seu colono também italiano, chamado Luca Angelo.⁵¹¹ Este comportamento do colono que se alia ao fazendeiro talvez possa ser explicado pelas relações de dependência que sobreviveram ao fim da escravidão. De acordo com Slenes, o “*contraponto entre proprietários e colonos no final do século XIX guarda certas semelhanças com aquele entre senhores e escravos, ainda que expresse também novas relações de trabalho.*”⁵¹²

Muito provavelmente, o Engenho Central era muito prejudicado pela legislação que obrigava os colonos a prestarem tais serviços de reparo nas estradas à municipalidade. Foi para dirimir tal prejuízo, que o Dr. Guilherme de Leon Bodê, vereador e administrador do Engenho, na seção camarária de 30 de maio de 1892, apresentou a

⁵⁰⁹ RIBEIRO, Theodomiro. *Relatorio do fiscal de estradas e caminhos*. 19 de maio de 1891. (Manuscrito) In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.

⁵¹⁰ SILVA, Sebastião José da, *Relatorio do fiscal de estradas e caminhos d’esta Cidade para o Pau D’Alho*. Venda Pau d’Alho, 17 de maio de 1891. (Manuscrito) In: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.

⁵¹¹ GODOY, Adolpho Branco de, *Relatório do fiscal de estradas e caminhos d’esta Cidade para Tanquinho*. Fazenda Santa Anna, 22 de maio de 1892. (Manuscrito) In: Arquivo da Câmara Municipal, Caixa nº 12.

⁵¹² SLENES, 1997, p. 236.

seguinte proposta para que os reparos nas estradas não fossem mais feitos pelos moradores:

*“principalmente devido à má vontade das pessoas que são obrigadas a fazer tal serviço, (...) sobre qual não se tem quasi força moral, e sim feitos por (...) turmas de pessoal pagos pela Intendencia, sendo cada turma 15 pessoas com um feitor. [Para tanto, propunha as seguintes providências:] “1º Em ves que os moradores nas estradas são obrigados a consertar as estradas, paga cada morador do município um imposto annual de Rs. 3.000 por cabeça, sem excepção de quem quer que seja; 2º organisa-se o serviço para conserto de estradas, medindo-as e dividindo-as em tarefas marcadas e momea-se os feitores necessarios com o pessoal para fazer tal serviço; 3º manda-se faser plantas exactas das estradas indicando tudo que pode ser util para este serviço.”*⁵¹³

A referida proposta do diretor do Engenho recebeu o apoio do inspetor de estradas Firmino de Campos Pacheco, que após oficializar o resultado de seus trabalhos na estrada de Tanquinho, queixava-se contra a não colaboração de outros fazendeiros:

*“Já sei que a Intendencia, deseja mudar este systema que não é licito nem justo, deixar a conservação das estradas, principalmente sobre o pobre, que menos interesse tem, deixem elles contribuir, que tambem necessitão de caminho, e não pagão outro imposto; cobre do povo em geral e principalmente dos fazendeiros que mais interesse tem em ter boa estrada. (...) Do meu modo de entender, seria muito util e até suficiente pôr um zelador em cada légua de estrada subordinado a um fiscal, fazendeiro, de conhecida dedicação; e além disso ter uma turma de 20 a 25 trabalhadores, com um feitor e um administrador, que reconstruisse as estradas do Município, repartindo os seus serviços durante o anno, nas diversas estradas em ecposcas eguaes e inspecionados pelos respectivos fiscaes. E deste modo pudiamos em poucos annos, ter estradas que seria um ornamento de nosso município, e de vantagens incalculaveis para os seus habitantes.”*⁵¹⁴

Segundo o *Recenseamento* da cidade de Piracicaba em 31 de dezembro de 1899, havia na cidade 11.060 habitantes, dos quais 3.006 eram estrangeiros, ou seja,

⁵¹³ BODÊ, Guilherme de Leon. (Manuscrito) *Proposta para Alteração dos Trabalhos de Reparos nas Estradas Municipais*. Piracicaba, 30 de maio de 1892. In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Caixa nº 12.

⁵¹⁴ PACHECO, Firmino de Campos. *Relatório do Fiscal da Estrada que d'esta Cidade vae para Tanquinho*. Piracicaba, 30 de maio de 1892. In: *Atas da Câmara Municipal de Piracicaba*. Caixa nº 12.

27,17% da população urbana era formada por imigrantes, assim distribuídos por suas nacionalidades: 2.064 italianos; 387 hespanhoes; 225 portuguezes; 129 allemães; 102 árabes e mais 120 de várias outras nacionalidades.⁵¹⁵ Interessante notar que, ao que tudo indica, estes dados referem-se exclusivamente ao perímetro urbano, demonstrando assim que muitos imigrantes já haviam deixado a vida nas fazendas e dirigido-se para a cidade. Outros colonos, embora não se dirigissem para a cidade, mudavam-se para outras fazendas de café ou cana, como acontecia em Piracicaba.

Em 1893, segundo um ofício que a câmara municipal de São José do Rio Pardo enviou à câmara municipal de Piracicaba, “os colonos logo que adquirem qualquer peculio, applicam-se a outros negócios, procurando para isso as cidades, villas ou aldeias, ou então exigem por pouco trabalho que fazem uma retribuição exagerada.”⁵¹⁶

Esta mobilidade dos colonos foi observada também por Holloway, e assim descrita:

“Outro pequeno número obteve emprego em fazendas de açúcar e em várias atividades rurais não cafeeiras. [Porém] Considerando-se a razão específica para a existência do programa de imigração e da agência de empregos da hospedaria, pode-se concluir que quase todos os trabalhadores que saíram daquele estabelecimento para o planalto ocidental foram trabalhar em fazendas de café.”⁵¹⁷

São justamente aqueles imigrantes que se transferiram do setor cafeeiro para o açucareiro que nos interessam, pois nos permitem pensar que além daqueles poucos imigrantes que logo se empregaram nas lavouras canavieiras, outros tantos a ela chegaram vindos da lavoura cafeeira, provavelmente em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A partir da crise cafeeira de 1896, a diminuição geral da atividade econômica tornou a vida mais difícil para os trabalhadores, quer com o rebaixamento dos seus ganhos, quer com o desemprego urbano causado pela falência de diversas empresas.

⁵¹⁵ BARROS, Paulo de Moraes. Presidente da Camara Municipal. *Relatório Apresentado e, sessão de 07 de janeiro de 1902. Triennio de 1899 a 1901*. São Paulo, Typ. A vap. Espindola, Siqueira & Comp, 1902, p.p., 31 e 32.

⁵¹⁶ Câmara Municipal de São José do Rio Pardo. *Ofício*. (Impresso) São José do Rio Pardo, 10 de Abril de 1893.

Foi este o momento em que iniciaram-se as saídas em massa dos imigrantes rumo à terra natal ou à Argentina, fazendo com que o objetivo do programa de imigração passasse a ser a substituição da mão-de-obra que ia se ausentando.

Diante da diminuição da entrada de imigrantes (1897) alguns fazendeiros, principalmente das zonas cafeeiras mais antigas tentaram restringir a “liberdade de movimento” dos colonos. Muitos contratos continham cláusulas que previam multas e restrições à liberdade de receber visitas. No entanto, tais medidas podiam resultar na decisão do colono abandonar a fazenda, dirigindo-se às áreas de fronteira logo após o termino do contrato, ao fim da colheita. Mais do que as restrições contratuais à liberdade de ir e vir do colono, funcionava como freio mecanismos de coerção econômica:

“Uma vez que as dívidas eram usadas para reter os colonos, as do fazendeiro para com o trabalhador eram provavelmente mais comuns do que as do trabalhador com o fazendeiro. (...) Assim como o vínculo mais forte que mantém o colono na fazenda é achar-se ele credor do proprietário, as deserções são causadas especialmente por estar o colono em dívida.”⁵¹⁸

Não era somente com a retenção dos salários que deviam preocupar-se os colonos:

“casas pobres, sujas e pequenas, o isolamento, as doenças - grande pesadelo que sombreou a vida dos italianos durante os quarenta anos da grande imigração - o perfil escravocrata da maioria absoluta dos fazendeiros que, como árbitros incontestes, determinavam a vida e liberdade de seus empregados como se estas lhes pertencessem. É bom lembrar que o colono não devia obedecer apenas aos horários de trabalho, mas todo o resto do seu tempo era também determinado pelo poder da fazenda: suas horas de repouso, suas escassas horas de lazer, sua liberdade de entrar e sair, assim como de receber visitas. (...) Nada, porém, foi pior para eles do que as violências físicas, morais e econômicas. Casos de espancamentos, assassinatos, estupros e perseguições eram comuns. Do ponto de vista econômico, a falta de pagamentos, o pagamento por vales, roubos nas medidas de café e a obrigatoriedade, para muitos, de só comprar nas vendas das

⁵¹⁷ HOLLOWAY, 1984. p. 104.

⁵¹⁸ HOLLOWAY, 1984. p. 152.

fazendas a preços muito maiores do que nos arredores, eram abusos corriqueiros."⁵¹⁹

Diante da inexistência de uma autoridade legal constituída nas áreas rurais, que impedisse o abuso por parte dos fazendeiros e as fugas dos colonos, foi o mecanismo econômico que atuou como sistema de incentivos positivos para manter os trabalhadores nas fazendas, principalmente depois que se reduziram as entradas de imigrantes. "A fonte mais fundamental e contínua de incentivos positivos foi o próprio sistema de colonato, especialmente a lavoura de subsistência e os privilégios de pastagem."⁵²⁰

Visto em linhas gerais o "colonato" que desenvolveu-se em áreas cafeeiras, e visto também que muitos imigrantes tornaram-se colonos em fazendas canavieiras, vejamos algumas especificidades do regime de "colonato" utilizado pelo Engenho Central de Piracicaba.

Segundo um relatório de 1903, a quase totalidade das canas fornecidas ao engenho eram plantadas por colonos europeus, geralmente italianos e espanhóis. Estes eram conhecidos como colonos "a peso", que plantavam por sua conta e risco, pagando um aluguel das terras ao Engenho.

*"O colono é quase sempre um europeu emigrado, não tem recursos pessoais. Geralmente é chefe de família e o cuidado de provê-la constitui sua primeira preocupação. Por pior trabalhador que ele seja, sua família rapidamente estará ao abrigo da necessidade. Se ele tiver uma choça, em volta desta desmatará qualquer propriedade com o assentimento do proprietário. Ele plantará milho, arroz, feijão, alguns legumes do país; ele criará porcos, cabras, aves; ele poderá vender um pouco desses produtos que servem também para sua alimentação; com isso ele conseguirá sobreviver"*⁵²¹

Portanto, percebe-se que diferentemente do modelo de colonato desenvolvido pela cafeicultura, o colono "a peso" assumia todos os riscos inerentes a produção de cana, que eram bem menores que os riscos da cafeicultura, muito mais sujeita a imprevistos e reveses climáticos. Tal qual na cafeicultura, os colonos recebiam um terreno onde podiam cultivar gêneros de subsistência e pequenos animais domésticos,

⁵¹⁹ ALVIM, 1986, p. 102.

⁵²⁰ HOLLOWAY, 1984, p. 157.

donde provinha sua renda enquanto não ocorresse a primeira safra de cana. Porém, nota-se que o colono a peso guarda semelhanças com o “plantador de partido”, na medida em que, além de assumir os riscos sobre a plantação, também pagando um aluguel, ou renda, pelo uso da terra pertencente ao fazendeiro.

Assim que apresentasse certas garantias, o colono recebia do Engenho uma casa e uma área em arrendamento. Esta área, medindo entre 4 e 20 hectares, era-lhe entregue tendo como critério sua capacidade em cultivá-la, e por ela pagava um aluguel de 80\$000 pelas melhores e 30\$000 para as terras mais distantes e/ou insalubres. Os instrumentos de trabalho tais como mulas, carroças e demais insumos eram fornecidos, a título oneroso, pelo Engenho Central, que também lhes adiantava uma certa quantia em dinheiro, a juros de 1% ao mês, tomando como garantia do pagamento a colheita futura.⁵²² Ao que parece, tal qual nas fazendas cafeeiras, os colonos empregados pelo Engenho também estavam expostos ao risco de tornarem-se devedores de seus patrões.

Outro eficiente instrumento para a atração e fixação do colono era a concessão de moradias.

*“As casas são fornecidas gratuitamente aos colonos; elas raramente estão desocupadas. Quanto mais forem construídas maior será o número de novos colonos. A disponibilidade de um grande número de casas representa uma das condições essenciais para garantir o futuro de Piracicaba. (...) A manutenção das mesmas é por conta da Sociedade, mas os colonos mais antigos, estabelecidos nas boas terras da Companhia, cuidam bem delas, como se tratasses de suas próprias casas.”*⁵²³

É interessante notar a diferença na descrição destas casas dos colonos do Engenho com relação às casas dos colonos do café, que como descrevemos anteriormente, não ofereciam as menores condições de conforto e higiene.

Contudo, de acordo com outras fontes, tudo leva a crer que a cessão de casas não era gratuita. Segundo um parecer a um requerimento da Cia Niágara Paulista, proprietária do Engenho Central em 1899, “a gratuidade é aparente, porque a

⁵²¹ PICARD, 1996. p. 37.

⁵²² PICARD, 1996. p. 57.

⁵²³ PICARD, 1996. p. 52.

Companhia dá as casas aos seus empregados, fazendo uma redução no salário, o que importa real cobrança de aluguel."⁵²⁴

Se os colonos utilizados pela cafeicultura recebiam como incentivo à formação de novos cafezais a autorização para cultivar gêneros alimentícios na terra recém limpa, os do Engenho recebiam a lenha a ser retirada do novo terreno, bem como a garantia de compra, por parte do Engenho, ao preço de 2\$5000 por metro cúbico posto no vagão da usina. Porém, segundo Picard, *"A este preço o colono somente ganha por seu trabalho, tendo apenas um pequeno lucro de algumas centenas de réis, sobretudo quando se trata de um bosque de 25 a 30 anos sem grandes árvores."*⁵²⁵

Ao que parece, o Engenho, a exemplo dos cafeicultores, também encontrava dificuldades no trato com seus colonos.

*"Trata-se de um pessoal bastante difícil de manejar; eles são desconfiados e sempre supõem que lhe estão roubando no peso das canas. Eles são exigentes quanto ao fornecimento dos vagões, quanto a seus acertos de conta, e quanto aos pagamentos - e isto principalmente quando eles nada devem à usina. Algumas vezes, abandonam suas lavouras, ou as cultivam mal. Resistem aos conselhos, ou às ordens dadas pelos administradores; plantam mais ou menos aquilo que querem e quando querem. Numa palavra, agem na maioria das vezes por conta própria. (...) Estes são os inconvenientes do sistema, mas todo sistema tem suas dificuldades, e é preciso ter e mente que seus resultados são definitivamente melhores aqui do que em outros lugares. De resto, os adiantamentos em espécie têm o privilégio de agradá-los e torná-los tratáveis. com a simples ameaça de lhos recusar, faz-se deles o que se quer, além disso, pode-se igualmente recompensar os bons colonos através da promessa de novas concessões nas boas terras de Santa Roza"*⁵²⁶

Mesmo diante da dificuldade no trato com o colono, ainda era mais vantajoso ter as canas fornecidas por estes, pois o Engenho pagava por elas o valor de 12 mil réis por 1.500 quilos, enquanto que se as canas fossem produzidas pelo próprio Engenho, custariam de 4 à 5 mil réis à mais. Segundo Picard, referindo-se aos custos da

⁵²⁴ MORATO, Francisco A. De Almeida. (Vereador) *Parecer aprovado na sessão de 05 de março de 1899.* In: Arquivos da Câmara Municipal, Caixa ° 19.

⁵²⁵ PICARD, 1996. p. 56.

cana pagos os colonos, *"Este valor é bastante baixo, e há bem poucas regiões no mundo onde os agricultores se contentam com tão pouco."*⁵²⁷

Outro mecanismo de atração e fixação do imigrante no cultivo da cana foi, sem dúvidas, o sistema de adiantamentos feito pelo Engenho, na medida em que garantia ao colono um crédito necessário para sua manutenção e da sua família durante o primeiro ano, enquanto esperava pelos resultados da primeira colheita

Foi justamente para evitar que o colono despendesse o grosso do seu tempo com suas culturas de subsistência que o Engenho implantou este sistema de adiantamento, facilitando sua dedicação quase que exclusiva ao cultivo da cana, mesmo porque, segundo os cálculos de Picard, este procedimento fazia com que o Engenho obtivesse matéria-prima a um custo mais baixo do que se ele mesmo a produzisse.

Em geral eram contratos de longo prazo e preço fixo, com o objetivo de garantir ao Engenho o suprimento de matéria-prima necessária às suas moendas. Por esta modalidade de contrato, estabelecia-se um peso determinado de açúcar à tonelada da cana. No entanto, o pagamento ao colono era feito em dinheiro, e não em açúcar, pois para obter dinheiro, o colono o venderia a baixos preços, afigurando-se como concorrente do próprio Engenho, e assim depreciando o preço do açúcar.⁵²⁸

⁵²⁶ PICARD, 1996. p. 58.

⁵²⁷ PICARD, 1996. p. 34.

⁵²⁸ PICARD, 1996. p. 41.

IV – CONCLUSÕES

Neste momento da dissertação, buscaremos sistematizar para o leitor as principais transformações ocorridas na economia açucareira piracicabana ao longo do século XIX, chamando maior atenção para aquelas ocorridas em suas duas últimas décadas, principalmente após a fundação do Engenho Central.

Conforme demonstramos no primeiro capítulo, embora a fundação de Piracicaba tenha se apoiado na produção de gêneros de subsistência, sua evolução econômica e política esteve e está marcada pela lavoura canavieira e pela produção de açúcar.

Foi a economia açucareira que justificou a elevação do povoado a categoria de freguesia e, mais tarde, da freguesia em vila. Também fruto daquele desenvolvimento foi o aumento da população livre e escrava em Piracicaba.

No início do século XIX, o sucesso da produção de açúcar local deveu-se a conjugação de fatores internos e externos: às condições morfoclimáticas e a rede hidrográfica, que possibilitavam uma produtividade superior à média da província, aliaram-se obras de infra-estrutura que baratearam, na medida do possível, os custos de exportação pelo porto de Santos; além disso, a revolução do Haiti (1798) e o bloqueio napoleônico (início do século XIX) elevaram as cotações internacionais, tornando a produção paulista de açúcar economicamente viável.

O desenvolvimento econômico e social proporcionado pela produção açucareira durante a primeira metade do século XIX gerou, no planalto paulista e também em Piracicaba, dentro dos limites que lhe eram impostos pela época, uma infra-estrutura de transporte, armazenamento e distribuição que, de certa maneira e em certa medida, facilitaram a penetração da cafeicultura na região durante a segunda metade do século XIX.

Porém neste contexto, quando a cafeicultura tornou-se a principal atividade econômica da província, chama a atenção o fato de Piracicaba ter assumido a posição de principal produtora e exportadora de açúcar paulista. Visto que os cafezais não tomaram o “velho oeste” de forma homogênea, em Piracicaba esta substituição da lavoura canavieira

pela cafeeira realizou-se mais lentamente que nas localidades vizinhas, prevalecendo a primeira até meados da década de 1860, quando a produção de açúcar reduziu-se em 60%, e a produção de café aumentou em cerca de 70%.

Apesar do avanço da cafeicultura é importante observar que a produção açucareira nunca deixou de existir, principalmente nos bairros de rio acima. Ressaltar esta especificidade reveste este estudo de bastante significância, na medida em que a maioria das produções acadêmicas sobre o período prendem-se às análises entre a cafeicultura, urbanização e industrialização, relegando a importância da economia açucareira em relação ao desenvolvimento urbano e industrial.

A partir de meados da década de 1870, quando o açúcar brasileiro havia perdido grande parte do mercado internacional para os produtores de açúcar de beterraba europeus e de cana antilhanos, o governo imperial pôs em prática uma legislação destinada a incentivar e subsidiar a fundação de engenhos centrais, modernas fábricas destinadas exclusivamente ao fabrico de açúcar, enquanto a produção de cana ficava a cargo do fornecedor. Desta forma, o Império visava recuperar o lugar de destaque outrora ocupado pelo Brasil enquanto grande exportador de açúcar.

Como consequência daquela legislação e dos esforços do Barão de Rezende (nobre, aristocrata e escravista), a produção açucareira em Piracicaba ganhou novo e vigoroso impulso com a fundação do Engenho Central, num momento de baixa relativa dos preços do café.

Para melhor dimensionar este impulso, em 1886, o Engenho respondia sozinho por 10% de todas as exportações paulistas de açúcar. Para atingir tal cifra, o Engenho transformou-se na maior e mais importante fábrica de Piracicaba. Quando foi inaugurado, em 1882, detinha sozinho cerca de 30% do total da potência instalada no município. Além da potência, chama a atenção os vários melhoramentos técnicos empregados pelo Engenho no processo de produção do açúcar: sistema para secar bagaço, significando economia de homens, tempo e combustível; moendas mais modernas, capazes de extrair cerca de 80% do caldo da cana; utilização pioneira da iluminação elétrica, entre outros tantos melhoramentos.

Além da riqueza gerada pelo Engenho propriamente dito, a implantação de um engenho central em Piracicaba contriui para impulsionar a economia local. Induziu investimentos na Cia. de Navegação Fluvial Paulista; num sistema de transporte férreo privado; ampliando a demanda pelos serviços da Cia. de Ferro Ituana; ampliando a demanda por lenha; solicitando a constituição de um setor subsidiário fornecedor de sacarias e outro, metal-mecânico, responsável pela manutenção das máquinas e pela produção e substituição de pequenas peças.

Um aspecto relevante para o sucesso do Engenho Central foi a constituição de um eficiente e integrado sistema de transporte, capaz de garantir o abastecimento de cana e o escoamento da produção de açúcar a preços relativamente baixos, o que não ocorria na maioria dos engenhos centrais brasileiros.

Além da redução dos custos do transporte realizado pelo Engenho, devemos considerar o impacto daquela estrutura para o restante da economia local, na medida em que os efeitos da navegação a vapor do rio Piracicaba aliados à construção e utilização da linha de ferro entre o Engenho e o Canal Torto, significaram a viabilização econômica de várias áreas e várias outras culturas não exclusivamente relacionadas à produção de açúcar.

Embora tenha servido a outras culturas, tais como a lavoura de alimentos e a cafeicultura, o sistema de transporte do Engenho Central tinha como objetivo principal possibilitar o fornecimento de matéria-prima e insumos. Porém, o abastecimento de cana e lenha não dependia apenas de aspectos técnicos, dependia também da reorganização social da produção decorrente da própria implantação do Engenho.

O contrato de garantia de juros entre o Barão e o governo imperial trazia duas novidades: primeiro, a exigência de que a fábrica operasse com trabalhadores livres; segundo, a separação do processo de produção do açúcar em duas fases distintas: o cultivo da cana, sob responsabilidade dos lavradores; o processamento da cana e a fabricação do açúcar sob responsabilidade do Engenho Central.

Foi esta separação que possibilitou a adoção de uma série de avanços técnicos na fabricação do açúcar, que fizeram do Engenho Central de Piracicaba um dos mais bem equipados e mais produtivos de São Paulo, tanto sob o ponto de vista

quantitativo, como sob o ponto de vista qualitativo, embora os avanços obtidos na fase agrícola tenham sido sempre muito tímidos.

Para satisfazer sua capacidade produtiva, o Engenho necessitava de muito mais cana do que aquela plantada nas terras dos proprietários do Engenho, o que levou-o a depender dos fazendeiros locais, os fornecedores. Nas suas primeiras moagens o Engenho teve alguma dificuldade em conseguir a quantidade de cana e lenha necessárias, o que fez com que sua produção ficasse bem abaixo de sua capacidade. Porém, em meados da década de 1880, tudo indica que tais dificuldades foram eliminadas, pois deixam de figurar na imprensa local os apelos do Engenho por novos fornecimentos.

É importante ressaltar que Engenho Central teve uma incrível capacidade de se adequar às exigências de matéria-prima que lhe foram sendo impostas. Embora desde o momento de sua fundação já produzisse parcela da cana que moía, esta parcela foi sendo cada vez maior, na proporção em que o Engenho adquiria e incorporava à empresa novas fazendas ou as arrendava, cultivando-as com mão de obra livre, através do chamado "colono a peso".

Ainda em meados da década de 1880, além de uma seca e duas geadas consecutivas, o Engenho enfrentou os reveses impostos pelo fim da garantia de juros que lhe incentivou a fundação, o que implicou uma série de dificuldades, mas não sua falência, como ocorreu com outras empresas do gênero.

A falência do Engenho Central de Capivari também contribuiu duplamente para o êxito do Engenho Central de Piracicaba: primeiro, o Engenho passou a ter um concorrente a menos; segundo, os fazendeiros de Capivari viram-se obrigados a fornecer seu produto para a fábrica de Piracicaba.

Ao que tudo indica, embora o Engenho Central tenha sido fundado em meio a uma política que visava a expansão das exportações, a explicação para seu relativo sucesso reside muito mais na expansão do consumo interno de açúcar da província de São Paulo, impulsionado sobretudo pela imigração decorrente do processo de expansão da produção e exportação de café. Ao mesmo tempo, esta imigração respondeu pelas necessidades de mão-de-obra impostas pelo fim da escravidão em 1888, como demonstramos no terceiro capítulo.

Em 1887, segundo o ministro da agricultura, os motivos que dificultavam o sucesso dos engenhos centrais brasileiros podiam ser assim resumidos: 1) alto custo da matéria-prima; 2) fabricação grosseira, com mau tratamento dos caldos; 3) falta de pessoal qualificado; 4) altos impostos e 5) falta de crédito.

Ao que parece, o Engenho conseguiu driblar algumas daquelas dificuldades: no que se refere aos custos da cana, lembremos que em Piracicaba elas eram produzidas, em sua maior parte, pelo próprio Engenho, em suas terras ou em terras arrendadas, a preços que eram considerados bastante compensadores, embora ainda em quantidade insuficiente para a utilização plena de sua capacidade produtiva; a fabricação grosseira, aparentemente, não era um problema, visto que na fábrica de Piracicaba foram introduzidos vários melhoramentos técnicos no processo de produção do açúcar, que chegou a ser considerado superior ao produzido em Pernambuco e no Rio de Janeiro; a dificuldade proporcionada pela falta de operários qualificados foi um problema enfrentado já nas primeiras moagens. Porém, devido à exiguidade das fontes, este aspecto não pode ser avaliado em profundidade.

Ainda em 1887, mesmo superando algumas dificuldades, outras constrangiam o pleno desenvolvimento do Engenho Central, dentre as quais destacamos: o acirramento da concorrência por mercados e matéria-prima, decorrente da fundação de outros engenhos centrais na província, notadamente a usina de Monte Alegre, em Piracicaba; os altos impostos provinciais, girando em torno de 8 a 10% e, por fim, o baixo preço do açúcar no mercado paulista, principal consumidor do produto do Engenho.

Foi a conjunção desses fatores, aliada a uma grande dívida ainda decorrente da construção da fábrica, e a incerteza gerada pela necessidade de reorganização do trabalho agrícola decorrente da abolição, que levou o Barão a buscar novos sócios para o Engenho.

Agora denominado Companhia Niágara Paulista, o Engenho Central obteve sucessivos e significativos aumentos de produção: na safra de 94, produziu vinte e cinco mil sacas de açúcar; na safra 95, vinte e oito mil sacas; na safra de 96, trinta mil sacas; na safra de 97, trinta e três mil sacas. Na safra 98, quarenta mil e, para a safra 99, estava

projetada uma nova safra de quarenta mil sacas de açúcar de 60 quilos, ou seja, 2.400.000 quilos de açúcar.

Ao que tudo indica, esta nova fase de prosperidade esteve diretamente relacionada com dois aspectos fundamentais: a modernização do processo de produção do açúcar, através da instalação de novas e mais modernas máquinas; e a ampliação da produção de cana pelo próprio Engenho, através da aquisição de novas terras, cultivadas por imigrantes num sistema de colonato.

No que se refere aos aspectos técnicos, destacamos as moendas de oito cilindros, os cozedores, os cristalizadores e as turbinas centrífugas, aliados à instalação de uma oficina de reparos das máquinas e do material rodante. No que se refere à ampliação de suas terras, destacamos a aquisição das fazendas Gilbert, Santa Cruz e Cayapiá, que unidas as fazendas Santa Lídia, São Luiz e São Pedro, onde localizava-se a sede da fábrica, totalizavam, em 1903, a respeitável soma de 1.544 alqueires.

Assim, tanto no que se refere aos aspectos agrícolas quanto fabris, podemos afirmar que o Engenho Central de Piracicaba comportou-se, desde sua fundação, como se fosse uma usina, que produzia cana e fabricava açúcar, e que essa característica foi tornando-se mais e mais patente ao longo dos últimos anos do século XIX.

No terceiro capítulo demonstramos como o Engenho Central de Piracicaba foi, sem dúvida, um importante marco no processo de industrialização paulista e piracicabano, tanto no sentido econômico quanto no sentido social.

Importante ressaltar que, durante o período no qual o engenho enfrentou suas maiores dificuldades financeiras (1881-1888), embora já houvesse várias experiências com a utilização da mão-de-obra livre na cafeicultura, ainda vigorava a mão-de-obra escrava na maioria das propriedades canavieiras. Lembremos que a primeira família de imigrantes italianos destinados especificamente à lavoura de cana chegou a Piracicaba somente em 1887.

Assim sendo, visto que uma das dificuldades enfrentadas pelo Engenho era o suprimento adequado (em volume e qualidade) de matéria-prima para suas moendas, podemos supor que era, ao menos em parte, devida à utilização de mão-de-obra escrava

num momento de crise deste sistema. De fato, entre 1881 e 1888, houve uma diminuição progressiva da população escrava em Piracicaba, em cerca de 75%.

A diminuição a que nos referimos é digna de nota, principalmente se considerarmos o escravo como elemento ativo na construção dos “caminhos da liberdade”, como demonstra o início do terceiro capítulo, onde observou-se que, quantitativamente, houve dois momentos nos quais as libertações ocorreram com maior intensidade: 1884-85 e 1887-88.

No primeiro desses momentos, o início da imigração subsidiada e a lei dos sexagenários; no segundo, a campanha local pela suspensão das matrículas dos escravos, promovida pelos fazendeiros.

O cenário é bastante sugestivo: das 1.923 baixas de matrículas de escravos efetuadas entre abril de 1887 e março de 1888, cerca de 320 ocorreram uma semana após aquela reunião de grandes produtores agrícolas e industriais, como Pedro de Almeida Barros, fazendeiro em Serra Negra que já contava com as primeiras famílias de imigrantes; ou então João Tobias de Aguiar Castro, cafeicultor em Água Santa e sócio interventor do Barrão de Resende no Engenho Central, que aliás não era muito simpático à causa.

Por outro lado, as outras cerca de 1.600 baixas na população escrava devem ser explicadas por outros fatores: morte, suicídio, vendas, etc. Porém, sem dúvida, a fuga da fazenda era a mais eficiente forma de resistência, adotada como instrumento de luta no mesmo no momento da instituição da escravidão. Ao final de 1887, uma grande fuga da fazenda do Barão de Serra Negra marcou o início de uma série delas, e que sem dúvida explica não somente outras libertações, mas também ajudam a explicar o comportamento dos fazendeiros, ao promover libertações em massa, como acima descrito.

Outra característica interessante no processo de transição da forma de trabalho diz respeito aqueles escravos que, após a abolição, continuaram a trabalhar para seus ex-senhores, ou em outras propriedades agrícolas. Esta constatação revela a preocupação dos fazendeiros em garantir um suprimento adequado de mão de obra enquanto os imigrantes não estivessem disponíveis em quantidade suficiente. As próprias manumissões ocorridas as vésperas da abolição, na quais os ex-escravos passaram a receber alguma remuneração nos dão este testemunho.

Na segunda parte do terceiro capítulo dedicamo-nos ao estudo do trabalhador livre imigrante empregado na produção de açúcar em Piracicaba.

Em meados do século, tal qual na cafeicultura, a primeira forma assumida por esta nova modalidade de trabalho foi a parceria, que no caso específico da lavoura canavieira recebia a denominação de “plantador de partido” ou de “lavrador obrigado”. Por este sistema, o trabalhador cultivava terras pertencentes a um senhor de engenho, que em troca da cana remunerava-os com metade do açúcar produzido. Da sua metade, o plantador de partido cedia mais uma parte para o senhor de engenho, a título de renda da terra. Cabe ressaltar que, novamente seguindo o exemplo da cafeicultura, o sistema parceria utilizado na produção de cana não vigorou por muito tempo, principalmente por sua debilidade econômica interna, qual seja: a transferência dos custos de constituição do mercado de trabalho para o próprio trabalhador, através do sistema de dívidas.

Fracassado o sistema de parceria para o cultivo da cana, as relações entre fazendeiros e trabalhadores passaram por significativas mudanças qualitativas: surgiu então o sistema de colonato, utilizando-se principalmente de trabalhadores italianos.

Mesmo presentes no município desde o início da década de 1870, os primeiros italianos a trabalharem na lavoura canavieira piracicabana, sob o sistema de colonato, o fizeram em meados da década de 1880, principalmente depois de 1888, quando o município construiu uma hospedaria para receber imigrantes. Chamamos a atenção para o fato de que, embora o sistema de imigração tenha sido montado com vistas a produção cafeeira, a produção de cana também dele se valeu: muitos italianos procuravam as fazendas canavieiras após terem trabalhado nas fazendas cafeeiras; outros empregavam-se nas fazendas canavieiras desde seus primeiros dias no Brasil. Havia ainda aqueles imigrantes que eram empregados por empreitadas, geralmente na época do corte da cana, durante a safra.

Os trabalhadores empregados nas fazendas canavieiras eram conhecidos como colonos a peso: alugavam as terras (de um fornecedor ou do próprio Engenho) e nelas plantavam cana, que seria remunerada por seu peso em relação ao teor de sacarose. Nestas terras os colonos podiam cultivar também gêneros alimentícios e criar animais domésticos.

O Engenho Central utilizou-se dos colonos a peso, que recebiam uma área medindo entre 4 e 20 hectares, pelas qual pagavam um certo aluguel. O Engenho também fornecia os instrumentos de trabalho e adiantamentos em dinheiro, com juros de 1%. As casas dos colonos também pertenciam ao Engenho, e eram melhores e mais confortáveis que as moradias das fazendas cafeeiras.

Importante destacar as diferenças entre o sistema de colonato utilizado pela cafeicultura e aquele utilizado pela lavoura canavieira: primeiro, ressalta-se o fato de, diferentemente do que ocorria na produção de café, os colonos canavieiros não recebiam pelo trato da cana, e sim somente pela sua produção; segundo, assumiam todos os riscos da produção; terceiro, alugavam as terras do Engenho.

Um outro aspecto relevante na produção de cana se refere aos incentivos oferecidos aos colonos para a formação de novos canaviais: o Engenho garantia a compra da madeira que lhes era cedida no processo de abertura de novas terras. Lembremos que mesmo após a utilização do bagaço seco nas fornalhas, a madeira continuou sendo o principal combustível da fábrica.

Como demonstrado ao longo deste estudo, o Engenho teve grande importância no conjunto da economia local, tanto que, por volta de 1890 já era o maior contribuinte dos cofres públicos.

Contudo, a importância do Engenho no cenário piracicabano de fim de século não se fazia sentir somente nos cofres públicos. Nas vidas individuais também teve significância destacada, na medida em que dinamizou a economia e a sociedade local. Já no momento de sua construção, o Engenho proporcionou uma excelente oportunidade de emprego na zona urbana piracicabana, o que continuou a ocorrer durante seu funcionamento. Em 1900, entre os operários e os colonos a peso, o Engenho empregava cerca de 3.500 trabalhadores, ou seja, algo em torno de 14% da população piracicabana, que era de 25.374 pessoas.

V - FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

1 - Fontes

1.1 - Fontes Manuscritas

- AZEVEDO, José Antonio da Costa. "Requerimento". In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa 02.
- BASTOS, Cícero (Presidente da Cia. Niágara Paulista). "Ofício". Piracicaba, 31 de julho de 1897. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Ofícios diversos. Caixa 16.
- BASTOS, Cícero (Presidente da Cia. Niágara Paulista). "Requerimento". In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa 09.
- BODÊ, Guilherme de Leon. "Ofício". Piracicaba, 05 de outubro de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.
- BODÊ, Guilherme de Leon. "Proposta para Alteração dos Trabalhos de Reparos nas Estradas Municipais". Piracicaba, 30 de maio de 1892. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 12.
- GODOY, Adolpho Branco de. "Relatório do fiscal de estradas e caminhos d'esta Cidade para Tanquinho". Fazenda Santa Anna, 22 de maio de 1892. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal, Caixa nº 12.
- LEME, José Marçal de. "Requerimento". Piracicaba, 04 de abril de 1882. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 02.
- LOPES, Jeronymo de (Secretário). "Balancete de Receita e Despesa da Câmara M.^{al} d'esta Cidade no trimestre decorrido de 1º de janeiro à 31 de março de 1880." In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba, Maço 01, Caixa nº 01.
- MATOS, Gabriel Bueno de. "Requerimento". Piracicaba, 09 de março de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 10.
- MORAES, Luis Augusto de. "Requerimento". Piracicaba, junho de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 10.
- MORATO, Francisco A. de Almeida (Vereador). "Parecer aprovado na sessão de 05 de março de 1899". In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 19.

- PACHECO, Firmino de Campos. "Relatório do Fiscal da Estrada que d'esta Cidade vae para Tanquinho". Piracicaba, 30 de maio de 1892. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 12.
- PIRACICABA, Câmara Municipal. "Jornaes dos trabalhadores empregados nas obras da ponte do Piracicamirim na estrada de S^{ta} Bárbara", Piracicaba. 1881. In: *Atas da Câmara Municipal*. Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa 01, Maço 01.
- PIRACICABA, Câmara Municipal. "Relatorio do fiscal de estradas e caminhos". In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 12.
- RAMOS, Etelvina Augusto. "Requerimento". Piracicaba, 04 de abril de 1882. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 02.
- RIBEIRO, Theodomiro. "Relatorio do fiscal de estradas e caminhos". Piracicaba, 19 de maio de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.
- RIDOLFI, José & SALES, Antonio. "Proposta encaminhada à Intendência Municipal". Piracicaba, 1º de Outubro de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Avulso.
- SÃO PAULO, Governo do Estado. "Ofício à Intendência Municipal de Piracicaba". Terceira Secção. nº 91. São Paulo, 12 de Setembro de 1891. In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.
- SILVA, Sebastião José da. "Relatorio do fiscal de estradas e caminhos d'esta Cidade para o Pau D'Alho". Venda Pau d'Alho, 17 de maio de 1891. (Manuscrito) In: *Atas da Câmara Municipal*. Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba. Caixa nº 11.

1.2 - Fontes Impressas

- ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. Presidente da Província de São Paulo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Imperial de São Paulo, no dia 10 de janeiro de 1888*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Comp, 1888.
- AMARAL, Joaquim Rodrigues do. "Precisa-se". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 903. Piracicaba, 01 de agosto de 1888, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- AMARAL, Vitaliano Ferraz de. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 17. Piracicaba, 25 de julho de 1882, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.

- ARAÚJO, Manoel Alvez de. Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882.
- BARCELOS, Barão. Domingos Alves Barcelos Cordeiro. *A Crise do Açúcar. Ligeiras Considerações*. Campos, Lit. e Typ. de Carlos Hamberger, 1887.
- BARROS, Paulo de Moraes. Presidente da Camara Municipal. *Relatório Apresentado e, sessão de 07 de janeiro de 1902. Triennio de 1899 a 1901*. São Paulo, Typ. a vap. Espindola, Siqueira & Comp, 1902.
- BASSI & COMP. "Hospedaria de imigrantes". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 832. Piracicaba, 27 de abril de 1888, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BERTOLDI, Cesar & Cassiano. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 698. Piracicaba, 09 de novembro de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BORGES, Joaquim (Editor). "Piracicaba 1888. Agências de Trabalho". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 852. Piracicaba, 24 de maio de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BORGES, Joaquim. (Editor) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BORGES, Joaquim. (Editor). *Gazeta de Piracicaba*, nº 740. Piracicaba, 01 de janeiro de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BORGES, Joaquim. (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 883. Piracicaba, 06 de julho de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. (Presidente da Província) *Fala dirigida à Asembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 2ª Sessão da 24ª legislatura, em 10 de Janeiro de 1883*. São Paulo, Typografia do Ypiranga, 1883.
- BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1875*. Tomo XXIV, partes I e II. vol. I. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876.
- BRASIL. *Congresso Agrícola*. Collecção de Documentos. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1878.
- BRITO, Laurindo Abelardo de, Presidente da Província de São Paulo, *Relatório Apresentado à Assembléia do Estado de São Paulo em 13 de janeiro de 1881*. São Paulo, Typografia do Diário de Santos, 1881.
- BRITO, Laurindo Abelardo de. 1º Vice-Presidente da Província de São Paulo. *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo*. Santos, Typografia do Diário de Santos, 1882.

- CAMARGO, Manoel de. *Almanack de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, Typ. Hennies Irmãos, 1899.
- CARVALHO, Manoel Morato de. "Trabalhadores". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 888. Piracicaba, 10 de julho de 1888, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- CASTRO, João Tobias de Aguiar e; RESENDE, Barão de. "Convocação de Credores" In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 751. Piracicaba, 17 de janeiro de 1888, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- CONCEIÇÃO, João Baptista da Rocha. "Acta da sessão da assembléa geral de accionistas". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 520, Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- CONCEIÇÃO, João Baptista da Rocha. "Acta da sessão da assembléa geral de accionistas". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 520, Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- CORRÊA, Demosthenes Santos. "Piracicaba em 1886 e sua participação na Exposição Sul-Americana de Berlim". In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 01 de agosto de 1963.
- CUNHA, Joaquim Borges da (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 435. Piracicaba, 04 de abril de 1886, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- CUNHA, Joaquim Borges da. (Editor). In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 428. Piracicaba, 25 de setembro de 1886, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- D'ASSUMPÇÃO, Luis Carlos, Vice Presidente da Província de São Paulo. *Relatório com que passou a Administração ao Exmo Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto*. São Paulo, Typografia da Gazeta Liberal, 1884.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil, 1850*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1941.
- DIAMANTI, Henri. "Nota sobre a indústria açucareira no Brasil" Estudo apresentado ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, em 07/11/1898. In: PERRUCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 220-246.
- FLORES, Nicolao. "Imigração". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 768. Piracicaba, 03 de fevereiro de 1888, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- GORDO, A. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 646. Piracicaba, 07 de setembro de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.

- GORDO, A. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 673. Piracicaba, 09 de outubro de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- GUARUJÁ, Barão de. (Presidente) *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 1ª Sessão da 25ª Legislatura*. 16 de janeiro de 1884, São Paulo, *Gazeta Liberal*, 1884.
- ITÚ, Visconde de. *Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exmo. Presidente Barão de Guarujá*. São Paulo, Typ. Do Comércio, 1883, p. 18.
- KRAHENBUHL, Hélio M. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba, s/ed. 1955.
- LAGRECA, Pedro Paulo. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 656. Piracicaba, 20 de setembro de 1887, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- LAGRECA, Pedro Paulo. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 666. Piracicaba, 01 de outubro de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- MOURA, João Ferreira de, (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.
- OLIVEIRA, Evaristo Augusto Machado de. Inspetor do Thesouro Provincial. *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Laurindo Abelardo de Brito, Presidente da Província de S. Paulo*, 1881. Typ. Diário de Santos.
- OLIVEIRA, João Alfredo Correia. Presidente da Província de São Paulo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo, Typografia de Jorge Seckler & Cia.
- PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 170. Piracicaba, 02 de setembro de 1883, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 146. Piracicaba, 05 de julho de 1883, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- PEREIRA, Virgílio M. (Guarda Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*. Nº 152. Piracicaba, 18 de julho de 1883, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- PEREIRA, Virgílio M. (Guarda-Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 626. Piracicaba, 13 de agosto de 1887, p. 04. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- PEREIRA, Virgílio M. (Guarda-Livros) In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 113. Piracicaba, 02 de abril de 1883, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.

- PINTO, Joaquim Eugenio do Amaral. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 175. Piracicaba, 16 de setembro de 1883, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RAFFARD, Henry, *Relatório do Jury de Secção de Assucars da Primeira Exposição Brasileira de Assucars e Vinhos, organizada pelo Centro de Industria e Commercio de Assucar*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.
- RESENDE, Barão de, e CASTRO, João Tobias de Aguiar e. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 776. Piracicaba, 16 de fevereiro de 1888, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RESENDE, Barão de. "Proposta apresentada pelo sr. Vereador Barão de Resende, em sessão ordinária do dia 8 de janeiro de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 716. Piracicaba, 10 de janeiro de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RESENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 78. Piracicaba, 24 de dezembro de 1882, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RESENDE, Barão de. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 77. Piracicaba, 23 de agosto de 1882, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RESENDE, Barão de. *Parecer da Comissão Especial. Anexo à Acta da sessão da assembléa geral de accionistas*. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 520, Piracicaba, 27 de março de 1887, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- RESENDE, Estevam Ribeiro de Souza e CASTRO, João Tobias de Aguiar e "Exposição dos Administradores da massa do Engenho Central, aos credores em reunião de 31 de janeiro". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 766. Piracicaba, 02 de fevereiro de 1888, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, Câmara Municipal. *Ofício*. (Impresso) São José do Rio Pardo, 10 de Abril de 1893. In: *Atas da Câmara Municipal*. Câmara Municipal de Piracicaba. Avulso.
- SARAIVA, José Antonio. (Ministro) *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, apresentado à Assebléia Geral da 1ª sessão da 18ª legislatura, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1882.
- SILVA, J. Da. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 07. Piracicaba, 29 de junho de 1882, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- SILVA, J. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 287. Piracicaba, 09 de julho de 1884, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- SILVA, J. In: *Gazeta de Piracicaba*. nº 156. Piracicaba, 27 de julho de 1883, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.

- SILVEIRA, José Antonio de Oliveira (Secretário) "Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada dia 10 de julho de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 951. Piracicaba, 12 de setembro de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- SILVEIRA, José Antonio de Oliveira (Secretário) "Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Piracicaba, realizada dia 06 de setembro de 1888." In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 952. Piracicaba, 14 de setembro de 1888, p. 01. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- SIQUEIRA, Jeronymo José Lopes de. In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 57. Piracicaba, 01 de novembro de 1882, p. 03. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- TRES RIOS, Conde de. (1º vice-presidente da Província) *Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no ato de sua instalação*. Santos, Typ. Do Diário de Santos, 1882.
- TSCHUDI, J. J. Von. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial, 1951.
- VALENÇA, Barão de. *Gazeta de Piracicaba*, nº 524. Piracicaba, 01 de abril de 1877, p. 02. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- VIANNA, Ferreira. "Projeto de Lei de Repressão à Vadiagem". In: *Gazeta de Piracicaba*, nº 883. Piracicaba, 06 de julho de 1888, pp. 01-2. (microfilme). Biblioteca Pública Municipal de Piracicaba.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo, 180-1861*. São Paulo, Martins Editora, s/d.

2 - Bibliografia

Livros e Artigos

- ALVIM, Zuleica, *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo 1870-1920*, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ALVIM, Zuleica. "Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo" in: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1988, pp. 215-287.

- BAUDON, Paulo. "Histórico do Engenho Central". In: *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 22 de Fevereiro de 1959.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 153, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, nº 1, volume 1, 1952.
- CARELLI, Mario. *Carcamanos e Comendadores*. São Paulo, Ática, 1985.
- CARRADONE, Hugo Pedro. *Folheto*. Piracicaba, Imprensa Oficial do Município, s/d.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- COSTA, Noedy Kraenbuhl. "Almirante Chico Rodrigues." In: *Revista de Estudos Piracicabanos*. Ano I, Número I, Piracicaba, Imprensa Oficial, 1972, p. 83-84.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. "Reminiscências do distrito de Campinas em Bairro, Freguesia e Villa". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XL, São Paulo, pp. 231-237.
- DÉ CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro, Irão Pongetti, 1943.
- DEAN, Warren. "A Fábrica São Luis de Itu: um estudo de arqueologia industrial". In: *Anais de História*. Assis, Instituto de Letras, História e Pedagogia de Assis, 1977, p.p.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ELIAS NETO, Cecílio. *Arco, Tarco, Verva*. 2 vol. Piracicaba, Editora Joruês, 1988.
- ELLIS JR., Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII*.

- ELLIS JR., Alfredo. *O Café e a Paulistania*.
- FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1991.
- FERNANDEZ, Waldemar Iglézias. *Lendas e Crendices de Piracicaba*. Piracicaba. s/ed., 1954.
- FERREIRA, Sérgio Buarque Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 11ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- FORJAZ, Djalma. *Senador Vergueiro*. São Paulo, Diário Oficial, 1924.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho. Complexo Econômico Social Cubano do Açúcar*. 2 volumes, São Paulo, Edunesp/Hucitec, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1980.
- GORDINHO, Margarida Cintra. *Album de Lembranças de Pedro Ometto: 1893-1993*. São Paulo, Editora Marca D'água, 1993.
- GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. 2 volumes. Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.
- HALL, Michael. *Italianos em São Paulo: 1880-1920*. São Paulo, Anais do Museu Paulista, vol. 20, São Paulo, 1979, pp. 201-217.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Livro Segundo, São Paulo, DIFEL, 1965.
- HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo. 1886 - 1934*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.
- JUNGSMANN, Fernando de Albuquerque. *O Direito da Agro-indústria açucareira*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1971.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2ª ed. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1981.
- MELLO, João Manuel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MONTEIRO, Moacir Nazareno. *Aspectos da História de Capivari no Final do Século XIX*. Piracicaba, Shekinah, 1987.

- MONTEIRO, Noedi. *Mais que Vencedores: Rebouças & Convidados*. Piracicaba, Shekinah Editora, 1997.
- MOTOYAMA, Shozo. (Org.) *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo, Edunesp, 1994.
- NEME, Mário. "Um município agrícola. Aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba". In: *Revista do Arquivo Municipal*.
- NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. 2ª edição, Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.
- PANG, Eul Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Bahiana. Alguns Aspectos de sua História: 1875-1891*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.
- PENTEADO, Oscar de Arruda. *Rio Claro: coletânea histórica*. Piracicaba, Editora Franciscana, 1977.
- PERROD, E. "Emigrazione e colonizzazione nella Província brasiliana di San Paolo" in: *Bollettino Consolare*. Roma, XX (2ª parte): 39, 1984.
- PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas. Um estudo de história social e econômica do nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 220-246.
- PETRONE, M. T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio: 1765-1851*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*. Estudos Rurais, São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Do Engenho Central à Agroindústria: O Regime de Fornecimento de Canas*. São Paulo, Coleção Cadernos do CEDEC, nº 09, 1987.
- POLIANO, Luis Marques. "A Indústria do Açúcar. Notas de Interesse Histórico a Respeito de suas Associações e Congressos no Rio de Janeiro." In: *Brasil Açucareiro*, vol. 32, Rio de Janeiro, IAA, 1948, pp. 324-326.
- QUEDA, O. & SZMRECSÁNYI, T. "Introdução" in: PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Vila Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cumpim*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1996, pp. IX-XIV.
- RANZANI, Guido. *Subsídios à Geografia de Piracicaba*. Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1976.
- RIBEIRO, J. J. *Cronologia Paulista*.

- RODRIGUES, José Honório. "A Revolução Industrial Açucareira. Os Engenhos Centrais." Parte I. In: *Brasil Açucareiro*, vol. 27, Rio de Janeiro, IAA, 1946, pp. 81, 179-182, 229.
- SAES, Flavio Azevedo Marques. *As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba. A Transição para o Trabalho Livre: 1860-1899*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.
- SILVA, Sérgio. *Espansão Cafeeira e Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SLENES, Robert W. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista" In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo, Cia das Letras, 1997, pp. 233-290.
- SODRÉ, Nelson W. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1958.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1890)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 Volumes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural de Piracicaba no Tempo de Império*. Piracicaba, Academia Piracicabana de Letras, 1975.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um Lavrador Paulista no Tempo do Império*. Separata da Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXII. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, s/d.
- VIVEIROS, Jerônimo de. "O Açúcar através do Periódico O Auxiliador da Indústria Nacional". In: *Brasil Açucareiro*. Vol. 27, Rio de Janeiro, IAA, 1946, p.p. 246, 406-408 e 614-616.
- VIVEIROS, Jerônimo de, "O açúcar Através do Periódico 'O Auxiliador da Indústria Nacional'" In: *Brasil Açucareiro*, vol 28, Rio de Janeiro, IAA, 1946, p.p. 92-93, 228 e 296.

VIVEIROS, Jerônimo de, "O Açúcar Através do Periódico 'O Auxiliador da Indústria Nacional'". In: *Brasil Açucareiro*, Vol 29, Rio de Janeiro, IAA, 1947, pp. 270-271, 479, 576-579.

VIVEIROS, Jerônimo de, "O Açúcar Através do Periódico 'O Auxiliador da Indústria Nacional'". In: *Brasil Açucareiro*, Vol 30, Rio de Janeiro, IAA, 1947, pp. 97-99, 215-219, 329 e 479.

VIVEIROS, Jerônimo de. "O Açúcar através do Periódico 'O Auxiliador da Indústria Nacional'". In: *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, IAA, 1948, vol. 32, pp. 169.

WANDERLEY, M.N. *Capital e Propriedade Fundiária*, 1958.

WEBER, Wagner Luis. *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 28 de Junho de 1998, p. A-6.

VI - ANEXOS

"ENGENHOS CENTRAES

Decreto nº 8089 de 07 de maio de 1881

Concede garantia de juros de 7% à Companhia que Estevão Ribeiro de Souza Rezende, e Joaquim Eugênio do Amaral Pinto organizarem para o estabelecimento de um Engenho Central, destinado ao Fabrico de assucar de canna, no município de Piracicaba.

Attendendo ao que requereram Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Antonio Correa Pacheco e Joaquim Eugênio do Amaral Pinto, hei por bem, nos termos do art. 2º da lei nº 2687 de 06 de novembro de 1875, conceder à Companhia que organizarem, garantia de juros de 7% ao anno sobre o capital de 400:000\$, effectivamente empregados na construcção de um Engenho Central e mais dependências para o fabrico de assucar de canna no município de Piracicaba, Província de São Paulo, mediante o emprego deapparelhos e processos modernos dos mais aperfeiçoados, observadas as clausulas que com este baixam, assignadas por Manoel Buarque de macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado do snegócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas, que assim tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 07 de maio de 1881.

Manoel Buarque de Macedo" (p.35-36)

I

Fica concedida à Companhia que o Dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Antonio Correa Pacheco e Joaquim Eugênio do Amaral Pinto organizarem para o estabelecimento de um Engenho Central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no município de Piracicaba, Província de São Paulo, mediante o emprego de apparelhos e processos modernos dos mais aperfeiçoados, garantia de juros de 7% ao anno sobre o capital de 400:000\$, efectivamente empregados na construcção dos edificios apropriados para a fãbrica e dependências desta, tramway e seu material fixo e rodante, animaes e accessórios indispensáveis ao serviço da mesma fãbrica.

II

A Companhia poderá ser organizada dentro ou fora do Imperio, sendo no primeiro caso preferidos para accionistas, em igualdade de condições, os proprietários agrícolas do referido município. No segundo caso, si vender acções no Brazil, dará sempre preferência aquelles proprietários agrícolas.

III

Tendo a Companhia sede no exterior nomeará representante com todos os poderes precisos para tratar e resolver no Império, directamente com o Governo, todas as questões que provierem do contracto que for celebrado em virtude das presentes clausulas.

IV

A responsabilidade do Estado pela garantia de juros só será effectivada depois que a companhia provar que o engenho central está nas condições de funcionar, e durará por espaço de 20 annos, contados da data do contracto.

O pagamento será feito por semestres vencidos em presença dos balanços d liquidação da receita e despesa, exibidos pela companhia e devidamente examinados e authenticados pelo agente fiscal do Governo, fazendo-se, no acto em que a empresa estiver prompta e em estado de começar suas operações, a conta do juro até então vencido, correspondente ao tempo e ao capital efectivamente empregado na construcção, para ser pago conjunctamente com o juro do primeiro semestre posterior a inauguração da fábrika.

Regulará o cambio de 27 dinheiros por 1\$ para todas as operações, si a companhia for organizada fora do Império ou ali levantado capital

V

Além da garantia de juros, ficam concedidas à Companhia os seguintes favores:

1º - Isenção de direitos de importação sobre machinas, instrumentos, trilhos e mais objectos destinados ao serviço da fábrika.

Esta isenção não se fará effectiva enquanto a companhia não apresentar no thesouro nacional a relação dos sobredictos objectos, especificando a quantidade e

qualidade que aquella repartição fixará annualmente, conforme as instrucções do Ministério da Fazenda.

Cessará o favor, ficando a Companhia sujeita a restituição dos direitos que teria de pagar e a multa do dobro desses direitos impostas pelo Ministério da Agricultura, Commércio e Obras Públicas, ou pelo da Fazenda, caso se prove ter alienado por qualquer título objeto importado, sem preceder licença daquelles Ministérios ou da Presidencia da Província e pagamento dos direitos.

#2º - Preferência para aquisição dos terrenos devolutos existentes no município, effectuando-se pelos preços mínimos da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, si a Companhia os distribui por immigrants que importar e estabelecer, não podendo, porém, vendel-os a estes, devidamente medidos e demarcados, por preço excedente ao que for autorizado pelo Governo.

VI

A Companhia deverá estar organizado dentro do prazo de 18 mezes, contados da data do contracto, sendo dentro do mesmo prazo submittidos a aprovação do governo os estatutos, si o capital for levantado no Império, ou solicitada necessária autorização para que a companhia funcione no Brazil, si o fundo social for subscripto no exterior.

VII

A Companhia submeterá à aprovação do Governo, dentro de 6 mezes da aprovação dos estatutos, o plano e orçamento de todas as obras projectadas, os desenhos, aparelhos, descripção dos processos empregados no fabrico do assucar, e os novos contractos que se celebrarem com os proprietários agrícolas, plantadores e fornecedores de canna, afim de que o Governo possa ajuizar do systema e reço das obras e quantidade de canna que poderá ser fornecida ao Engenho Central, nos termos da condição 10ª.

VIII

A Companhia começará as obras dentro do prazo de 6 mezes, contados da data da aprovação de seus estatutos ou, si for estrangeira, da autorização para funcionar no Brazil, e as concluirá 12 mezes depois.

IX

Si a Companhia deixar de organizar-se ou, depois de organizada, não se habilitar para exercer suas operações, dentro dos prazos fixados, e as obras não começarem, ou , depois de começadas, não forem concluídas nos prazos estipulados, o governo poderá declarar nulla a concessão, salvo caso de força maior devidamente comprovado, em que será concedido novo prazo para a realização do serviço que não tiver sido oportunamente executado, ficando de nenhum effeito a concessão si, esgotado o novo prazo concedido, não estiver concluído o serviço.

X

O engenho Central que a Companhia estabelecer terá capacidade para moer, pelo menos, 150.000 kilogramas diariamente e fabricar annualmente, pelo menos, 500.000 kilogramas de assucar, sob pena de caducar a concessão.

XI

A Companhia, de accordo com o governo, introduzirá em seu estabelecimento os melhoramentos que forem descobertos e interessarem especialmente ao fabrico do assucar.

XII

A companhia ligará, l por meio de linhas férreas com a bitola de um metro, na extensão de 10 kilometros, pelo menos, o engenho central com as propriedades agrícolas do município, estabelecendo paradas onde possar ser entregues pelos cultivadores as cannas destinadas à fabrica, e empregando tracção animada ou de vapor para a conducção da canna em Wagons apropriados a este serviço.

XIII

Nos contractos celebrados com a companhia é livre aos proprietários agrícolas, plantadores e fornecedores de canna estabelecer as condições do fornecimento e indenização, podendo esta ser ajustada em dinheiro, pelo peso e qualidade da canna, m ou em certa proporção e qualidade do assucar fabricado.

XIV

Do capital garantido pelo Estado destinará o valor de 10% para constituir um fundo especial que, sob sua responsabilidade, emprestará a prazos convencionados e juros até 8% ao anno, aos plantadores e fornecedores de canna, como adiantamento para auxílio dos gastos de produção.

A importância do empréstimo não poderá exceder de dous terços o valor presumível da safra.

Na falta de acordo o valor presumível da safra será fixado por árbitros, tendo a Companhia, por fiança do reembolso, não só fructos pendentes, como também certa e determinada colheita futura, instrumentos de lavoura e qualquer outro objecto, isento de onus, todos os quaes deverá ser especificados no contrato de empréstimo, em que se expressará o modo de pagamento e a proibição de serem retirados do poder do devedor, durante o prazo do empréstimo, os objectos dados em fiança.

XV

O capital garantido pelo Estado compor-se-á das quantias empregadas nos estudos e obras especificadas nas cláusulas 1º e 7º, isto é, o plano e orçamento das obras, desenho das machinas e descripção dos processos, construcção dos edificios appropriados para a fábrica e dependências desta, tramway e seu material fixo e rodante, animaes, terrenos e accessórios indispensáveis a oserviço da mesma fábrica, e bem assim de outras despesas feitas bona fide; que forem approvadas pelo Governo.

XVI

“Nas despesas de custeio do engenho central será comprehendidas somentes as que se fizerem com a compra das cannas e do material de consumo annual da fábrica, tráfego, administração e reparos ordinários e ocurrentes.

XVII

A substituição geral ou parcial do material empregado no engenho central, as obras novas inclusive o augmento das contratadas, correrão por conta do fundo de

reserva, que a companhia constituirá por meio de quotas deduzidas dos lucros líquidos da fábrica.

XVIII

Logo que a companhia distribuir dividendos superiores a 10% começará a indenizar o Estado de qualquer auxílio pecuniário que delle tenha recebido, com o juro de 7% sobre a importância do mesmo auxílio.

XIX

Realizada a indenização feita ao Estado do auxílio recebido, a companhia dividirá o excedente da renda de 10% em tres partes iguaes: uma applicada a constituir o fundo de amortização, outra a augmentar o de reserva que será representado, no mínimo, por um terço do capital, e a terceira a addir à quota dos dividendos.

XX

A companhia obriga-se a prestar os esclarecimentos que forem exigido pelo Governo, pela Presidência da Província e pelo agente fiscal, a não empregar escravos, a entregar semestralmente ao agente fiscal o relatório circumstanciado dos trabalhos e operações e a contratar pessoal idoneo para os diversos mésteres da fábrica, sendo essa idoneidade comprovada por títulos, documentos e attestados de pessoas profissionaes e competentes.

XXI

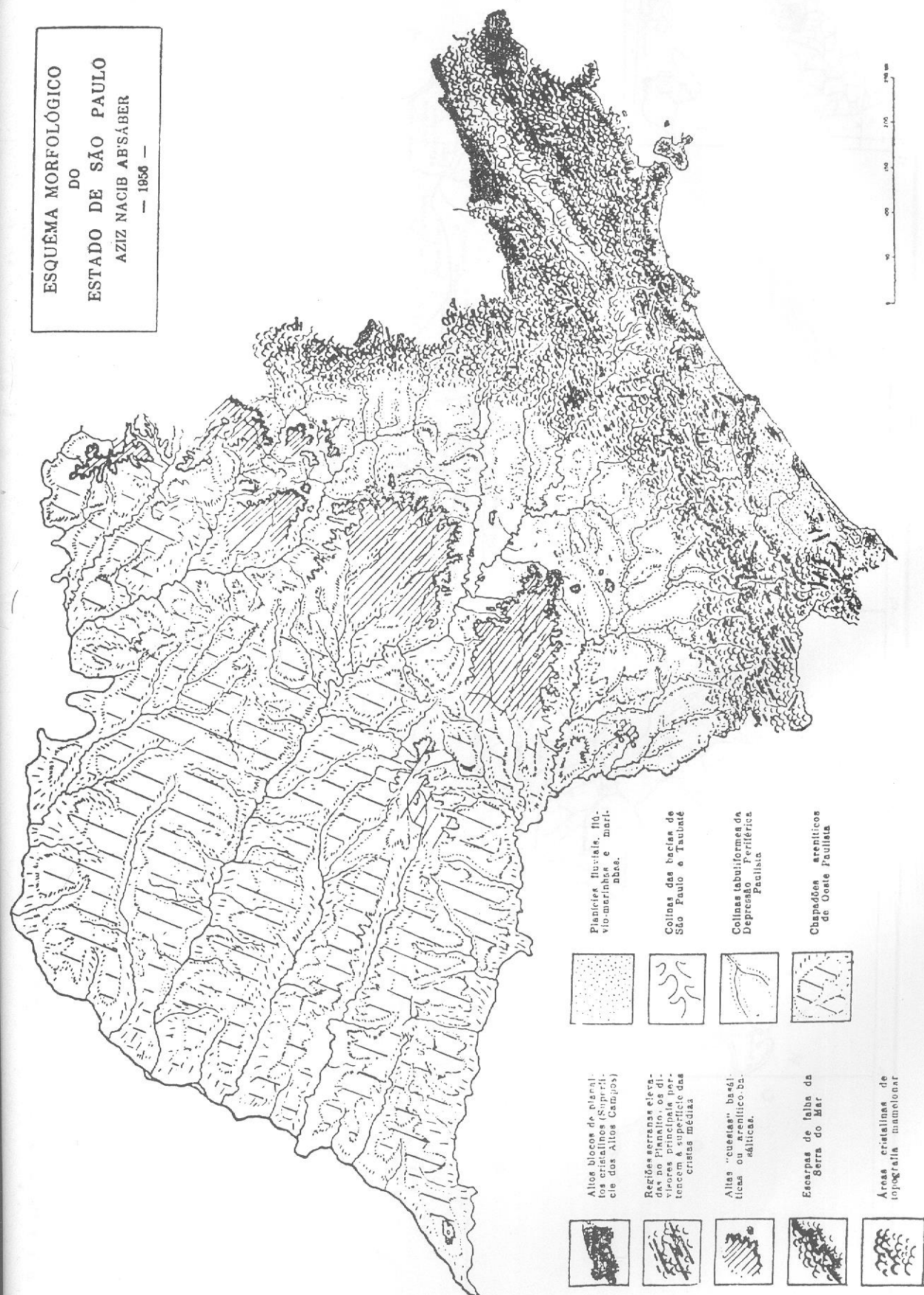
O Governo nomeará pessoa idônea para fiscalizar as operações da companhia, a ececussão do contrato com ella celebrado e o cumprimento dos ajustes feitos com os proprietários agrícolas, plantadores e fornecedores de canna.

XXII

O Governo reserva-se a faculdade de suspender o pagamento do juro garantido si o engenho central deixar de funcionar pelo prazo de um anno, salvo caso de força maior julgado pelo mesmo governo.

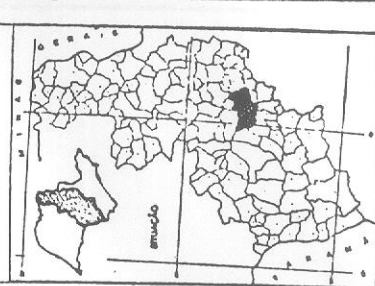
ESQUEMA MORFOLÓGICO
DO
ESTADO DE SÃO PAULO
AZIZ NACIB ABSÁBER

— 1956 —



A map of the Rio Negro region, showing the Rio Grande and Rio Negro rivers. The towns of San Carlos, San Juan, and San Pedro are marked. The map also shows the Rio Grande and Rio Negro rivers, and the towns of San Carlos, San Juan, and San Pedro.

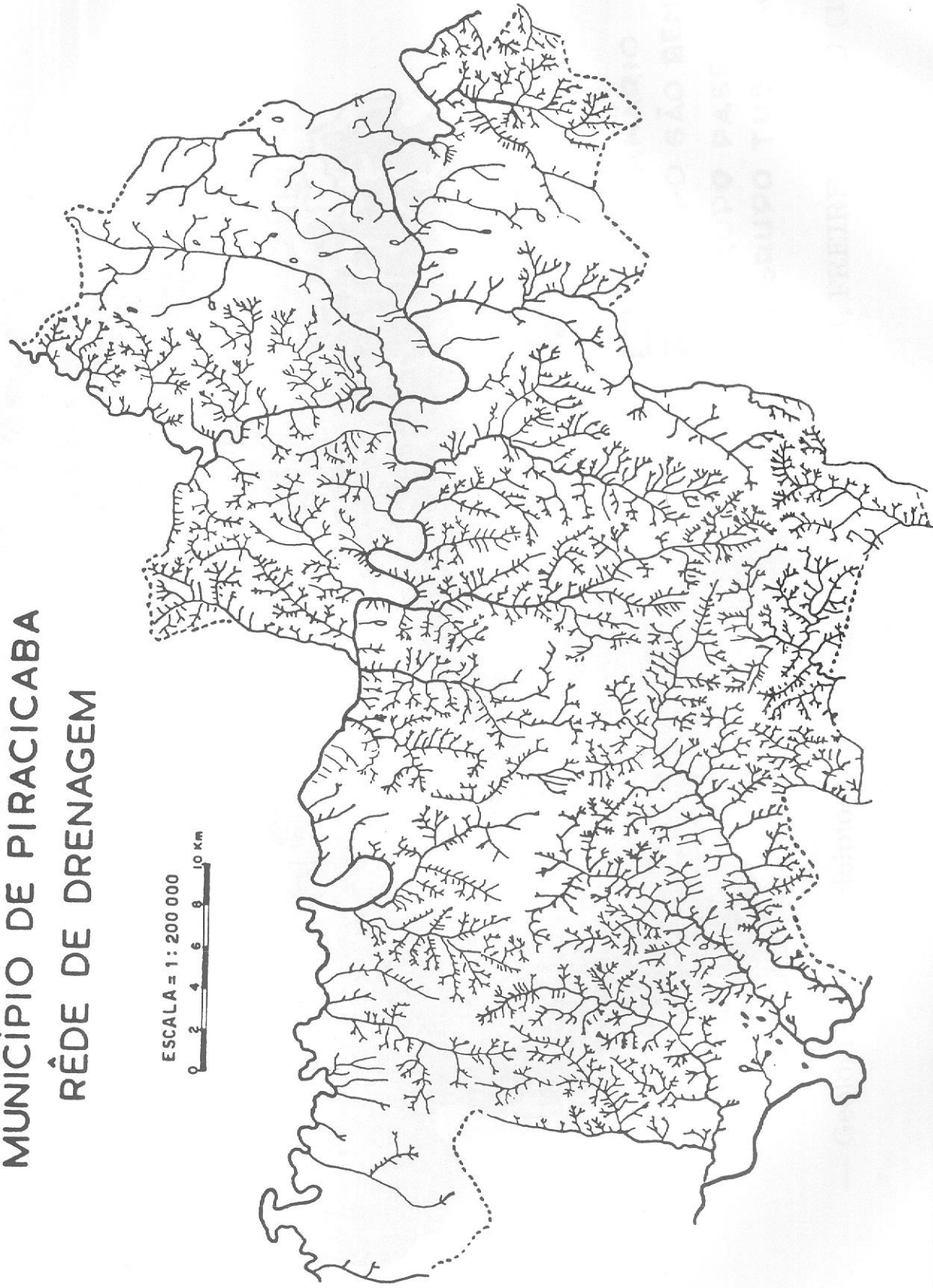
Month	Number of People
January	2,500
February	3,000
March	3,500
April	4,000
May	4,500
June	5,000
July	5,500
August	5,000
September	4,500
October	4,000
November	3,500
December	3,000



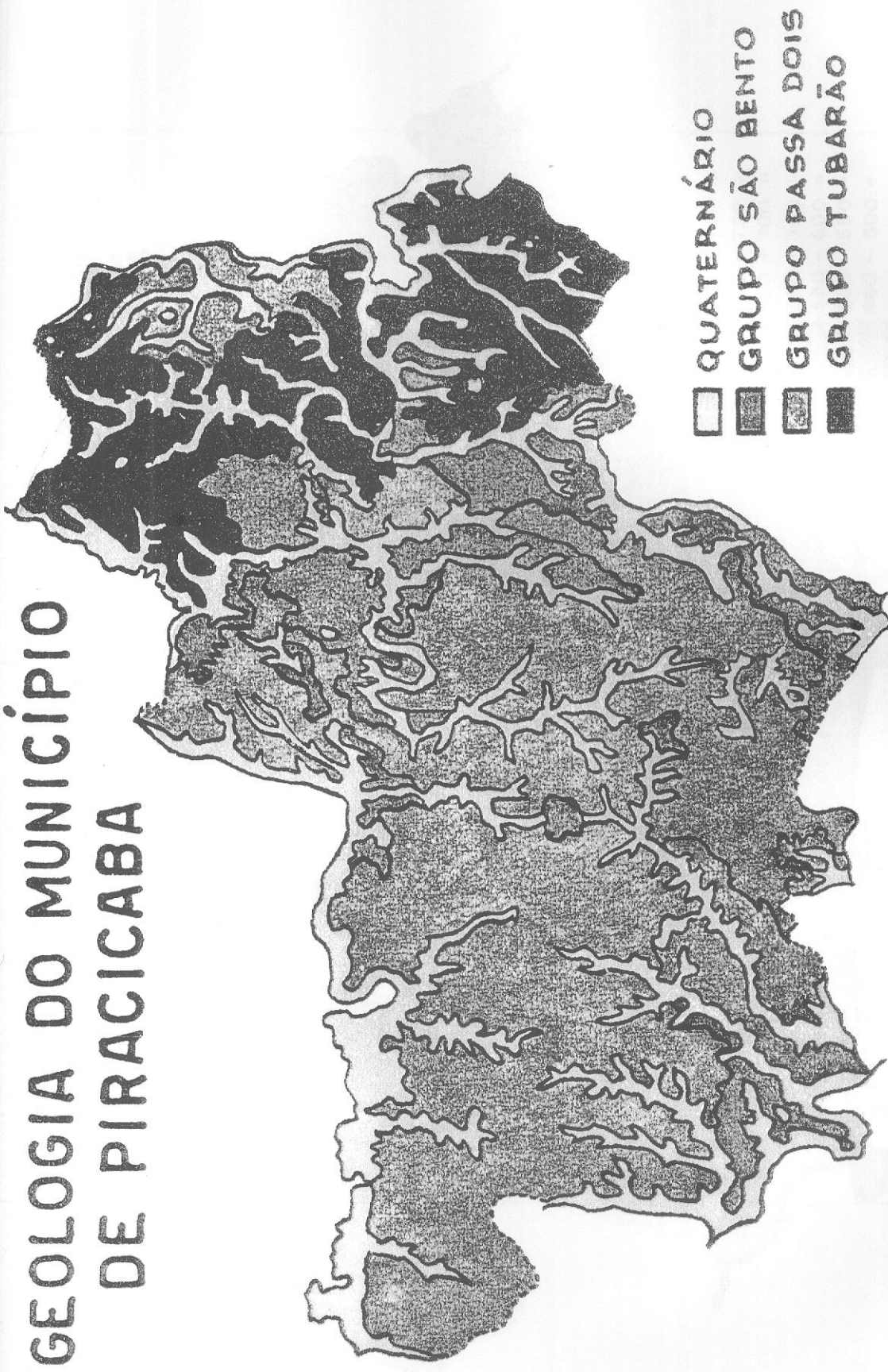
MUNICÍPIO DE PIRACICABA

RÊDE DE DRENAGEM

ESCALA = 1:200 000



GEOLOGIA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

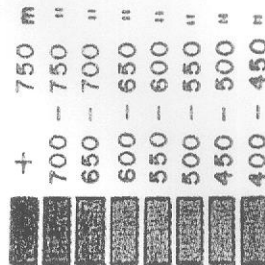
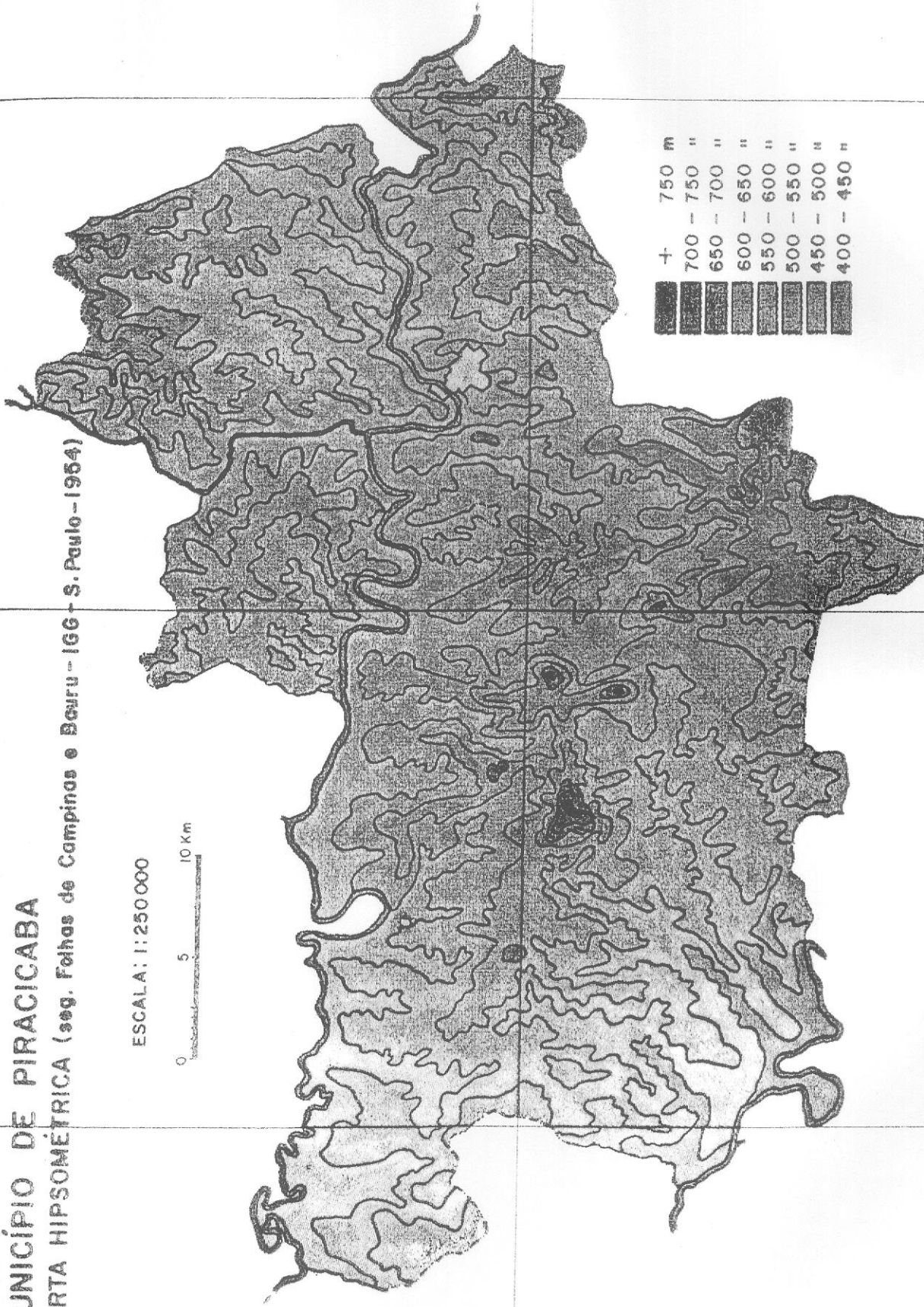


— Geológico do Município de Piracicaba, segundo RANZANI, FREIRE e KINJO (1966)

MUNICÍPIO DE PIRACICABA

CARTA HIPSOMÉTRICA (seg. Folhas de Campinas e Boituva - IGG - S. Paulo - 1954)

ESCALA: 1:250 000



48°

47° 45'

47° 30'

Tr. C. J. da Silva